

# QUARTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2010

**PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS**

*Vice-presidente*

## 1. Reinício da sessão

**Presidente.** – Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, que tinha sido interrompida em 22 de Abril de 2010.

A acta da sessão de 22 de Abril de 2010 já foi distribuída.

Há alguma observação?

*(A acta da sessão anterior é aprovada)*

## 2. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

## 3. Comunicação da Presidência: ver Acta

**Presidente.** – Gostaria de informar os senhores deputados de que mais alguns técnicos de gravação utilizando equipamentos especiais estarão presentes neste plenário no decurso deste período de sessões. Estes técnicos irão gravar os debates e as votações, a fim de produzirem um panorama a 360<sup>o</sup> do trabalho do Parlamento.

Este filme será incluído na exposição permanente dedicada ao trabalho do Parlamento num modelo interactivo desta Assembleia, no novo Centro de Visitantes em Bruxelas. Foi-me dada a garantia de que os técnicos serão extremamente discretos e não perturbarão o nosso trabalho. Obrigado pela vossa compreensão.

## 4. Composição das comissões: ver Acta

## 5. Entrega de documentos: ver Acta

## 6. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): ver Acta

## 7. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

## 8. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta

## 9. Ordem dos trabalhos

**Presidente.** – O projecto definitivo de ordem do dia do presente período de sessões, elaborado pela Conferência dos Presidentes na sua última reunião, nos termos dos artigos 140.º e 155.º do Regimento, já foi distribuído. De acordo com os grupos políticos, proponho as seguintes alterações à ordem do dia para o plenário desta semana:

*Quarta-feira, 5 de Maio de 2010:*

Em primeiro lugar, a discussão conjunta sobre os dois relatórios do deputado Íñigo Méndez de Vigo sobre a composição do Parlamento passa a ser o primeiro ponto.

Em segundo lugar, foi adicionado à ordem do dia um novo ponto, intitulado "Declarações do Conselho e da Comissão sobre a preparação da Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo da zona Euro (7 de Maio de 2010)", que não será sujeito a votação. Este será o segundo ponto da ordem do dia e haverá apenas uma intervenção de um orador de cada grupo político, sem o procedimento "catch-the-eye".

Em terceiro lugar, o título "Declarações do Conselho e da Comissão sobre a normalização dos veículos eléctricos" foi modificado para "Declarações do Conselho e da Comissão sobre os veículos eléctricos".

Em quarto lugar, o relatório do deputado Vittorio Prodi não será objecto da breve apresentação agendada para hoje, tendo sido directamente inscrito no período de votações de quinta-feira, 6 de Maio de 2010.

*Quinta-feira, 6 de Maio de 2010:*

Em primeiro lugar, foi adiada para o segundo período de sessões de Maio a votação do relatório do deputado Vital Moreira sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à concessão de assistência macrofinanceira à Ucrânia.

Em segundo lugar, foi retirada da ordem do dia a votação sobre a proposta de resolução sobre a proposta de regulamento da Comissão que estabelece as orientações relacionadas com os mecanismos de compensação entre operadores de redes de transporte e uma abordagem reguladora comum da tarifação dos custos de transmissão.

Há alguma observação?

*(O Parlamento aprova as alterações)*

*(A ordem dos trabalhos assim alterada é aprovada)*

## **10. SWIFT (propostas de resolução apresentadas): ver Acta**

## **11. Registos de identificação dos passageiros (PNR) (propostas de resolução apresentadas): ver Acta**

## **12. Proibição do uso de tecnologias com recurso ao cianeto na exploração mineira (propostas de resolução apresentadas): ver Acta**

## **13. Período de votação**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

*(Resultado da votação e outros pormenores: ver Acta)*

Recebi uma proposta no sentido de alterar a votação de hoje: após a reunião de ontem entre o Presidente Jerzy Buzek e o Primeiro-Ministro José Luis Rodríguez Zapatero, foi acordado que deverá iniciar-se imediatamente um diálogo ao mais alto nível institucional sobre certos aspectos processuais referentes à quitação do Conselho. Como tal, a Presidência propõe que a votação sobre esta matéria seja adiada para o próximo período de sessões.

**Martin Schulz**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, também eu tive conhecimento do encontro entre o Presidente Buzek e o Presidente em exercício do Conselho, José Luis Rodríguez Zapatero. Penso que, relativamente a esta matéria da quitação do Conselho, os pontos de controvérsia entre nós e o Conselho são de natureza tão sensível que faz sentido a realização de mais conversações. Aquilo que hoje estaríamos a decidir, nomeadamente o adiamento da quitação do Conselho, tem implicações sérias. Por isso, voltámos a discutir este tema hoje de manhã no nosso grupo e considerámos que, se existe a possibilidade de as questões em aberto obterem uma resposta a contento do Parlamento, devemos aproveitar essa oportunidade. Seria talvez, além disso, um gesto em relação ao Conselho tendente a criar confiança: confiança não apenas no que se refere à quitação, mas também noutras áreas e, por isso, podemos aceitar esta proposta.

**Bart Staes**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvi a intervenção do senhor deputado Schulz até ao fim. Sou vice-presidente da Comissão do Controlo Orçamental e contava-me entre os colegas que estiveram presentes nas negociações informais com o Conselho. O relatório cuja votação se pretende adiar obteve uma maioria de 27 votos na Comissão do Controlo Orçamental, com 0 votos contra e 0 abstenções, o que significa que foi aprovado por unanimidade. Tivemos duas reuniões para negociações informais com o Conselho a fim de chegar a um acordo. O Conselho recusou-se sempre a aceitar esse acordo. A única razão para eventualmente se adiar a votação seria se o Conselho se declarasse imediatamente disposto a apresentar todos os documentos que lhe solicitamos.

O segundo problema é de carácter legislativo. Nos termos do Regimento e do Regulamento Financeiro, a quitação deve ser concedida antes do 15 de Maio do ano  $n + 2$ . Como estamos a falar do orçamento de 2008,

a data será  $n + 2 = 15$  de Maio 2010. A próxima sessão plenária, para além da de amanhã, só terá lugar em 17 de Maio, o que significa que, se não votarmos agora, estaremos a violar o nosso próprio Regulamento Financeiro, o que, a meu ver, constituiria um sinal de uma péssima gestão.

**Ryszard Czarnecki, relator.** – (PL) Senhor Presidente, este é já o meu sexto ano no Parlamento Europeu e, embora não pretenda dar lições a ninguém, as boas maneiras exigem que, relativamente a esta matéria fundamental, se peça a opinião do relator. Gostaria de recordar a todos os senhores deputados que o nosso Parlamento já concedeu quitação ao Conselho nesta legislatura, apenas em Novembro do ano passado - para o ano de 2007. Por isso, podemos dizer que uma vez mais o Conselho não apresentou os documentos pertinentes.

Pessoalmente, surpreende-me que, quando se analisa a execução do orçamento para 2008, recebamos documentos referentes a 2007, ou seja, não recebemos nada em consonância com as nossas expectativas e requisitos. No entanto, dado que sou conhecido como um homem de compromissos, gostaria de dar ao Conselho uma certa oportunidade que na verdade poderia ser a última oportunidade para o Conselho preparar todos os documentos apropriados e abandonar o infeliz acordo de cavalheiros de 1970, que *de facto* não nos permite, no entender do Conselho, supervisionar esta instituição.

Como tal, sou a favor de que se abra uma excepção e se adie a votação para conceder ao Conselho mais algumas semanas - duas ou seis - e então, de acordo com o que disse o senhor deputado Bart Staes, serei a favor de uma votação imediata, o mais tardar em Junho.

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a votação.

(Resultado da votação e outros pormenores: ver Acta)

### **13.1. Cooperação administrativa e luta contra a fraude no domínio do IVA (reformulação) (A7-0061/2010, José Manuel García-Margallo y Marfil)**

### **13.2. Sistema comum de imposto sobre o valor acrescentado no que respeita às regras em matéria de facturação (A7-0065/2010, David Casa)**

### **13.3. Pedido de levantamento da imunidade parlamentar de Miloslav Ransdorf (A7-0107/2010, Francesco Enrico Speroni)**

### **13.4. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Tribunal de Justiça**

### **13.5. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Tribunal de Contas**

### **13.6. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Provedor de Justiça**

### **13.7. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Autoridade Europeia para a Protecção de Dados**

### **13.8. Quitação 2008: Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia**

### **13.9. Quitação 2008: Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional - Cedefop**

### **13.10. Quitação 2008: Agência Comunitária de Controlo das Pescas**

### **13.11. Quitação 2008: Agência Europeia de Reconstrução**

### **13.12. Quitação 2008: Agência Europeia para a Segurança da Aviação**

- 13.13. Quitação 2008: Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças**
- 13.14. Quitação 2008: Agência Europeia dos Produtos Químicos**
- 13.15. Quitação 2008: Agência Europeia do Ambiente**
- 13.16. Quitação 2008: Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos**
- 13.17. Quitação 2008: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência**
- 13.18. Quitação 2008: Agência Europeia de Medicamentos**
- 13.19. Quitação 2008: Agência Europeia da Segurança Marítima**
- 13.20. Quitação 2008: Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação**
- 13.21. Quitação 2008: Agência Ferroviária Europeia**
- 13.22. Quitação 2008: Fundação Europeia para a Formação**
- 13.23. Quitação 2008: Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho**
- 13.24. Quitação 2008: Agência de Aprovisionamento da Euratom**
- 13.25. Quitação 2008: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho**
- 13.26. Quitação 2008: Eurojust**
- 13.27. Quitação 2008: Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia**
- 13.28. Quitação 2008: FRONTEX**
- 13.29. Quitação 2008: Autoridade Europeia Supervisora do GNSS**
- 13.30. Quitação 2008: Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão**
- 13.31. Quitação 2008: Empresa Comum SESAR**
- 13.32. Equipamentos sob pressão transportáveis (A7-0101/2010, Brian Simpson)**
- 13.33. Taxas de segurança no sector da aviação (A7-0035/2010, Jörg Leichtfried)**
- 13.34. Orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes (reformulação) (A7-0030/2010, Brian Simpson)**
- 13.35. Disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, no que diz respeito à simplificação**

**de certas exigências e de certas disposições relativas à gestão financeira  
(A7-0055/2010, Evgeni Kirilov)**

**13.36. Consequências da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre os processos decisórios interinstitucionais em curso (B7-0221/2010)**

**Takis Hatzigeorgiou (GUE/NGL).** – (EL) Apenas uns segundos para explicar o motivo da retirada da nossa alteração: retirámos a nossa alteração na absoluta e firme convicção de que a Conferência dos Presidentes, que irá analisar esta questão, terá em consideração muito seriamente o espírito e a letra da nossa alteração.

Recordaria à Assembleia que, na nossa alteração, pedimos à Comissão que analise a alteração ao regulamento relativo ao comércio directo entre a União Europeia e as áreas de Chipre que não estão sob o controlo da República de Chipre.

**13.37. Poder de delegação legislativa (A7-0110/2010, József Szájer)**

**13.38. Objectivos estratégicos e recomendações para a política comunitária de transporte marítimo no horizonte de 2018 (A7-0114/2010, Peter van Dalen)**

**13.39. Europeia - próximas etapas (A7-0028/2010, Helga Trüpel)**

**13.40. Avaliação e apreciação do Plano de Acção Comunitário relativo à Protecção e ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010 (A7-0053/2010, Marit Paulsen)**

**13.41. Agricultura da UE e alterações climáticas (A7-0060/2010, Stéphane Le Foll)**

**13.42. A agricultura em zonas com desvantagens naturais: uma avaliação especial (A7-0056/2010, Herbert Dorfmann)**

**13.43. Uma nova agenda digital para a Europa: 2015.eu (A7-0066/2010, Pilar del Castillo Vera)**

**13.44. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Secção III, Comissão**

– Antes da votação:

**Ingeborg Gräßle (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de solicitar a introdução de uma correcção técnica. No n.º 248, devem ser aditadas as palavras "os blocos 1 a 4 de Kozloduy" a seguir a "na central nuclear de Kozloduy".

**Presidente.** – Todas estas observações serão verificadas para determinar a sua exactidão.

**Bogusław Liberadzki, relator.** – (EN) Senhor Presidente, como não pude deslocar-me a Estrasburgo gostaria de lhe agradecer em nome dos meus colegas que contribuíram para o debate. Fiquei satisfeito com o facto de o Conselho ter estado representado, uma vez que o processo de quitação diz respeito não apenas às instituições da UE mas também aos Estados-Membros, que são representados pelo Conselho.

A verdadeira substância do meu relatório é o número de propostas que visam reduzir os níveis de erro, identificar problemas e melhorar a harmonização da informação proveniente da Comissão e do Tribunal de Contas, permitindo-nos a todos no futuro identificar e tratar as verdadeiras áreas problemáticas das nossas despesas. Depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, chegou o momento de rever o próprio processo de quitação.

O meu relatório pede um debate a um nível mais elevado com a participação das instituições da UE e, naturalmente, dos Estados-Membros, que são responsáveis pela gestão de 80% das despesas. Embora se refira à quitação de 2008, o meu relatório contém muitos temas que são de grande actualidade. Queremos todos

ter a certeza de que a Grécia consegue superar os problemas do passado. A secção sobre a Turquia atraiu as atenções e, embora tenhamos de garantir uma utilização mais eficaz dos fundos de pré-adesão, gostaria de salientar que não pretendemos alterar a natureza da relação da UE com esse país.

Todas as melhorias que sublinhei são essenciais. As actuais dificuldades económicas significam que todos os euros têm de ser utilizados com sabedoria e proporcionar benefícios às populações dos nossos países - incluindo os euros dos Fundos Estruturais e de Coesão.

Aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar com a Comissão e o Tribunal de Contas nas próximas semanas para conseguir tornar realidade os meus apelos para passar à acção e espero ansiosamente poder voltar aqui para vos informar sobre a sua aplicação nos próximos meses.

### **13.45. Quitação 2008: Sétimo, Oitavo, Nono e Décimo Fundos Europeus de Desenvolvimento (FED)**

### **13.46. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Parlamento Europeu**

**Edit Herczog**, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, gostaríamos de introduzir uma alteração oral na primeira parte desta alteração.

O texto deverá ser o seguinte: "Considera que, no quadro de um sistema de governação eficiente e eficaz, há que ter devidamente em conta o papel da gestão; considera que os directores gerais, os directores e os chefes de unidade devem ser seleccionados com base no seu mérito, tendo em conta a igualdade de oportunidades e o equilíbrio geográfico...".

Portanto, a alteração oral é consiste em inserir a expressão "tendo em conta a igualdade de oportunidades e o equilíbrio geográfico" a seguir à palavra "mérito".

*(O Parlamento manifesta o seu acordo quanto à alteração oral)*

**Alexander Graf Lambsdorff (ALDE)**. – (DE) Senhor Presidente, para que fique bem claro, posso perguntar se acabámos de votar a alteração 6 com ou sem a alteração oral?

*(O Parlamento manifesta o seu acordo quanto à alteração oral)*

### **13.47. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Comité Económico e Social**

### **13.48. Quitação 2008: orçamento geral da UE, Comité das Regiões**

### **13.49. Quitação 2008: desempenho, gestão financeira e controlo das agências**

### **13.50. Quitação 2008: Academia Europeia de Polícia**

### **13.51. Estratégia da UE para as relações com a América Latina (A7-0111/2010, José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra)**

**Inés Ayala Sender (S&D)**. – (ES) Senhor Presidente, parece-me que não votámos sobre a quitação ao Comité Económico e Social Europeu. Posso estar enganada, mas estou em crer que passámos directamente ao Comité das Regiões.

### **13.52. Cimeira UE-Canadá (B7-0233/2010)**

### **13.53. SWIFT (B7-0243/2010)**

**Jan Philipp Albrecht**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria apenas de o informar de que a alteração ao número 8 proposta pelo Grupo GUE/NGL e pelo Grupo Verts/ALE tem a mesma

redacção da resolução de Setembro de 2009. Gostaria apenas de o informar de que se trata da mesma posição, e não creio que haja necessidade de alterar esta posição antes das negociações sobre o SWIFT.

**Jeanine Hennis-Plasschaert**, *autora*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria apenas de informar os colegas de que não alterámos a nossa posição: foi incorporada no texto desta resolução, pelo que a alteração proposta é supérflua.

**Rui Tavares (GUE/NGL)**. – (EN) Senhor Presidente, penso que é importante...

*(Interjeição da bancada)*

Gostaria de não ser interrompido pelos colegas da extrema-direita, por favor. Penso que eles também gostariam de estar informados sobre esta matéria - a questão reside em transmitir ou não dados em massa aos Estados Unidos; é esse o ponto fulcral da alteração 8. Temos estado a discutir se somos contra ou a favor desta posição, mas é bom saber.

*(O Parlamento manifesta o seu acordo quanto à alteração oral)*

### 13.54. Registos de identificação dos passageiros (PNR) (B7-0244/2010)

### 13.55. Proibição do uso de tecnologias com recurso ao cianeto na exploração mineira

## 14. Declarações de voto

### Declarações de voto

#### Relatório: José Manuel García-Margallo y Marfil (A7-0061/2010)

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Apoio a posição adoptada pelo relator do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) sobre este dossiê, juntamente com a proposta da Comissão sobre combate à fraude fiscal na União Europeia. Acredito que esta proposta pode melhorar a cooperação administrativa relativa às transacções intracomunitárias, quando se trata de calcular o imposto sobre o valor acrescentado e de controlar a sua correcta aplicação.

Resta ver se a proposta da Comissão no sentido de alargar a rede Eurocanet e criar uma nova estrutura, a Eurofisc, que funcionaria numa base voluntária sem possuir qualquer capacidade jurídica, aumentará a taxa de sucesso do combate à fraude fiscal a nível da UE.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Regida pelo Regulamento (CE) n.º 1798/2003, a cooperação administrativa europeia em matéria de IVA precisa de ser melhorada, designadamente em termos do combate à evasão fiscal. O relatório elaborado pelo deputado García-Margallo y Marfil corrobora esta abordagem ao apoiar as propostas da Comissão Europeia que visam facilitar o intercâmbio de dados entre Estados-Membros. Votei a favor do relatório porque também introduz algumas melhorias substanciais no texto da Comissão Europeia, nomeadamente no que diz respeito à protecção dos dados pessoais.

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) No âmbito do processo de consulta do Parlamento Europeu, votei a favor do relatório do meu caro colega espanhol, deputado García-Margallo y Marfil sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à cooperação administrativa e à luta contra a fraude no domínio do imposto sobre o valor acrescentado. A fraude no domínio do IVA é frequentemente organizada numa base transfronteiriça, motivo pelo qual a União Europeia e os seus Estados-Membros necessitam de uma melhor coordenação para combaterem este tipo de fraude em particular, e a fraude fiscal, em geral. Regozijo-me com o facto de a proposta da Comissão instituir o princípio de uma base jurídica para o estabelecimento de uma estrutura conjunta, a Eurofisc, que possibilitará um intercâmbio multilateral, rápido e direccionado de informações de modo a que os Estados-Membros possam dar uma resposta adequada e coordenada para combaterem quaisquer novos tipos de fraude que possam surgir, tirando partido de uma análise de risco organizada em conjunto. Partilho das preocupações do relator no que diz respeito à protecção dos dados pessoais, que tem de ser respeitada. Este tipo de dados tem de ser utilizado apenas para impedir e combater as infracções fiscais.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Apoiei este relatório porque considero ser necessário reforçar as disposições na área do combate à fraude fiscal. A fraude com o objectivo de evasão fiscal tem consequências

graves para os orçamentos nacionais, viola o princípio de uma tributação justa e pode distorcer a concorrência e afectar o funcionamento do mercado interno. Os regulamentos actuais não garantem de maneira eficaz a cooperação entre os Estados-Membros, embora a fraude no domínio do imposto sobre o valor acrescentado esteja muitas vezes organizada de maneira a abranger vários países e, por isso, os Estados-Membros devem cooperar no sentido da sua prevenção. É encorajador ver que a nova versão do regulamento irá reforçar a base de dados da Comunidade sobre os pagadores de IVA e as suas operações, o que proporcionará aos Estados-Membros o acesso à informação, melhorará a cooperação administrativa e permitir-nos-á combater de forma mais eficaz a fraude relacionada com o IVA.

**George Sabin Cutaş (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor de uma estratégia de combate à fraude e evasão fiscal relacionadas com o IVA. Na minha opinião, deve ser criado um mecanismo a nível europeu para combater a fraude, porque a dimensão deste fenómeno evidencia que as medidas destinadas a combater este problema não podem continuar a ser geridas exclusivamente a nível nacional.

A Associação Internacional do IVA refere estimativas de perdas de IVA que oscilam entre 60 mil milhões e 100 mil milhões de euros por ano em toda a União Europeia. É por isso que apelo a uma estreita cooperação entre as autoridades administrativas dos Estados-Membros e a Comissão Europeia a fim de evitar as consequências lesivas que a fraude fiscal pode ter para os orçamentos nacionais, bem como para a concorrência.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A cooperação administrativa entre Estados-Membros na luta contra a fraude e os crimes económicos é de extrema importância por razões de equidade e justiça, e pelo enorme impacto na situação económica dos países. No domínio do IVA, em que se assiste a inúmeros casos de fraude, é fundamental a existência de um quadro jurídico com medidas fortes que levem a uma maior redução destes casos.

É desejável uma maior cooperação entre as administrações centrais, através da partilha de informações, desde que com respeito pela privacidade individual, de bases de dados completas, e de funcionários com uma boa formação para a detecção e tratamento destes casos. Os Estados-Membros devem executar, com a maior celeridade possível, os instrumentos previstos pela União Europeia, de modo a criar um regime mais transparente e de combate efectivo à fraude fiscal.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – As distorções causadas pela fraude do IVA afectam o equilíbrio geral do sistema de recursos próprios, que deve ser justo e transparente para garantir o bom funcionamento da União. Dado que os poderes públicos têm obrigação de colmatar o correspondente défice das receitas, o aumento da fraude traduz-se numa maior pressão fiscal sobre as empresas que respeitam as normas em matéria tributária. Embora nem em todos os Estados-Membros se tenham efectuado investigações sobre a amplitude da evasão e da fraude no domínio do IVA, a Associação Internacional do IVA calcula que as perdas no contexto do IVA oscilam entre 60 mil e 100 mil milhões de euros por ano em toda a União Europeia. É desejável uma maior cooperação entre as administrações centrais, através da partilha de informações, com respeito pela privacidade individual. Os Estados-Membros devem executar, com a maior celeridade possível, os instrumentos previstos pela União Europeia, de modo a criar um regime mais transparente e de combate efectivo à fraude fiscal.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A luta contra a fraude fiscal, nomeadamente no domínio do IVA, deve ser uma prioridade da UE. E é nesta perspectiva que se defende uma política de combate à fraude, transversal a todos os Estados-Membros, designadamente com trocas de informação. Salienta-se que a fraude fiscal é um dos principais responsáveis por injustiças dentro da UE, pois leva à concorrência desleal e a um mercado desequilibrado.

**Siiri Oviir (ALDE)**, *por escrito*. – (ET) Votei a favor do projecto de regulamento do Conselho sobre a cooperação administrativa e o combate à fraude fiscal no domínio do IVA, porque este acto jurídico possibilitará aos Estados-Membros combater em conjunto e com maior eficiência a evasão fiscal transfronteiriça. A evasão fiscal tem graves consequências para os orçamentos dos Estados-Membros; viola princípios de igualdade na tributação e provoca distorções na concorrência. Embora as medidas de combate à evasão fiscal sejam em grande medida da competência exclusiva dos Estados-Membros, penso que a adopção de medidas contra a evasão fiscal no mundo global actual tem de constituir uma prioridade também para a UE.

**Alfredo Pallone (PPE)**, *por escrito*. – (IT) A proposta da Comissão disponibiliza aos Estados-Membros os meios para combater de forma eficaz a fraude transfronteiriça com o IVA ao complementar e alterar o



regulamento actual, e ao criar a base jurídica para uma cooperação direccionada tendo em vista a luta contra a fraude: a Eurofisc. A fraude fiscal tem consequências graves para os orçamentos nacionais, conduz a violações do princípio da tributação justa e é susceptível de provocar distorções da concorrência. Também não devemos esquecer que as autoridades públicas têm a obrigação de compensar a perda das receitas envolvidas colocando uma maior pressão tributária nas empresas que cumprem a legislação fiscal. A luta contra a fraude fiscal em toda a UE tem de complementar a acção dos Estados-Membros. A proposta de regulamento visa não só permitir o cálculo correcto do IVA, mas também garantir o controlo da sua correcta aplicação, nomeadamente no que diz respeito às transacções intracomunitárias, e combater a fraude no IVA. Em termos gerais, são introduzidas várias melhorias no que respeita ao intercâmbio de informações, nomeadamente, uma melhor definição dos casos em que os Estados-Membros podem levar a cabo uma investigação administrativa, incluindo medidas para sanar a omissão da realização de uma investigação.

**Aldo Patriciello (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Regozijo-me com o facto de o impacto financeiro das irregularidades, na medida em que foram identificadas, ter diminuído de 1 024 milhões de euros em 2007 para 783,2 milhões de euros em 2008, tendo sido registadas reduções em todos os domínios da despesa, com excepção das despesas directas e fundos de pré-adesão. Apoio totalmente o trabalho levado a cabo pela Comissão, e gostaria de referir que o combate à fraude e à corrupção constitui um dever importante das instituições europeias e de todos os Estados-Membros.

Face à situação económica particular que afecta toda a Europa, concordo com a necessidade de proteger os interesses financeiros da União e combater a criminalidade organizada, a qual, de acordo com indicadores nacionais, está a aumentar a sua capacidade de conluio no seio das instituições, nomeadamente através da fraude contra o orçamento comunitário.

Assim, penso que é essencial promulgar legislação eficaz de modo a melhorar a cooperação administrativa na resolução de práticas fiscais nocivas e assegurar o funcionamento harmonioso do mercado interno. Neste sentido, apoio a proposta de directiva do Conselho relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, ao mesmo tempo que sublinho a importância de responsabilizar mais os Estados-Membros, começando pela qualidade da informação introduzida nas bases de dados.

#### **Relatório: David Casa (A7-0065/2010)**

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A proposta da Comissão relativa à simplificação, modernização e harmonização das regras em matéria de facturação do IVA oferece algumas melhorias, especialmente no que se refere às disposições que permitem às pequenas e médias empresas utilizar facturas simplificadas, assim como a garantia de aceitação pelas autoridades fiscais das facturas electrónicas em pé de igualdade com as facturas convencionais. Neste aspecto, a proposta do relator no sentido de conceder às autoridades fiscais a opção de prever requisitos adicionais, tais como a numeração sequencial para as facturas simplificadas, constitui uma medida simples de segurança que preserva as melhorias introduzidas pela Comissão.

Nesta área que se refere ao sistema comum de IVA e às regras em matéria de facturação, a Comissão deve apoiar os Estados-Membros que necessitem de assistência técnica para modernizar a sua e-administração, seja através do programa da Comunidade Fiscalis 2013, seja através da utilização dos Fundos Estruturais. Considero que o relator fez alterações que melhoram a proposta da Comissão, e por esse motivo votei a favor deste relatório.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório do deputado Casa sobre as regras em matéria de facturação do IVA. Relativamente a este assunto, uma directiva do Conselho de 2010 tinha estabelecido regras comuns a nível da União Europeia como forma de simplificar, modernizar e harmonizar as regras em matéria de facturação do IVA. Existem, contudo, disparidades nas regras dos diferentes Estados-Membros, nomeadamente no que diz respeito à facturação electrónica. Ora, essas disparidades representam um obstáculo à generalização deste tipo de facturação, a qual constitui no entanto uma fonte de simplificação. A maior harmonização das regras que é proposta pela Comissão Europeia e tem o apoio do relator constitui, deste modo, uma boa notícia para todas as empresas europeias, pois a facturação electrónica passará a ser-lhes mais acessível e, por sua vez, a carga administrativa será reduzida.

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) No âmbito do processo de consulta do Parlamento Europeu, votei a favor do relatório do meu caro colega de Malta, deputado Casa, sobre a proposta de directiva do Conselho que altera a Directiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que respeita às regras em matéria de facturação. A eliminação de todo o esquema administrativo associado

à facturação estava a tornar-se crucial. Historicamente, as oportunidades disponibilizadas aos Estados-Membros neste domínio têm implicado regras díspares, nomeadamente no domínio da facturação electrónica. Essas regras constituem um obstáculo ao funcionamento harmonioso das empresas no mercado interno – designadamente daquelas que utilizam novas técnicas de desmaterialização –, numa altura em que encargos administrativos desnecessários estão a prejudicar o crescimento económico. Apoio todas as medidas de simplificação propostas no relatório, em especial as que se destinam às PME e, em particular: a eliminação da exigência de uma factura que cumpra as formalidades de todos os Estados-Membros; a confirmação de que as facturas em papel e electrónicas são igualmente válidas; e a eliminação da possibilidade de os Estados-Membros em que o imposto é devido exigirem que determinadas facturas sejam traduzidas para as suas línguas oficiais.

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Congratulo-me com a aprovação deste relatório em numerosos aspectos. No entanto, e em particular na qualidade de relator e proponente de algumas alterações fundamentais, gostaria apenas de referir os aspectos mais importantes, que resultam ambos especificamente numa redução dos encargos administrativos que pesam sobre as empresas.

O primeiro destes aspectos é a obrigação de os Estados-Membros implementarem o sistema de contabilidade baseado em receitas e pagamentos (contabilidade de caixa) para as PME (definidas, a nível da UE, como as empresas com um volume de negócios inferior a 2 milhões de euros), a qual será um incentivo bem acolhido pelo sector empresarial. Este sistema está a ser introduzido numa altura em que as empresas se encontram numa situação em que pagam o IVA sobre uma factura assim que esta é emitida, mas o pagamento da factura correspondente (e do IVA a ela associado) pode apenas ser efectuado meses depois, ou mesmo nunca. No entanto, em todos os casos, o princípio fundamental continua a ser o de que a dedutibilidade do IVA está indissociavelmente ligada ao seu pagamento.

O segundo aspecto é a atribuição às facturas electrónicas do mesmo estatuto jurídico das facturas em papel, pelo que as facturas enviadas por correio electrónico virão provavelmente a substituir as actuais facturas em papel, facilitando assim as tarefas não só de emissão e envio das facturas, mas também da sua gestão e arquivo.

**Vito Bonsignore (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Gostaria de felicitar o relator, deputado Casa, pelo trabalho importante que realizou até à data. O meu grupo parlamentar sempre esteve empenhado em apoiar as pequenas e médias empresas, que constituem a verdadeira força impulsionadora da economia europeia e que nós, enquanto políticos, temos a obrigação de estimular.

Apoio em particular a possibilidade proposta pela Comissão de permitir ao fornecedor pagar o IVA apenas quando recebe o pagamento de um fornecimento. Concordo de igual modo com o princípio relativo à possibilidade de conferir uma validade idêntica às facturas electrónicas e em papel. Estamos, assim, perante uma série de medidas que, a meu ver, se inserem no processo mais alargado de redução da burocracia, o que traz vantagens para as empresas europeias, nomeadamente numa conjuntura económica tão crítica.

Espero, portanto, que estas medidas sejam adoptadas tão brevemente quanto possível num quadro de apoio mais alargado para as pequenas e médias empresas, que necessitam de operar num ambiente económico e fiscal mais facilitado.

**David Casa (PPE)**, *por escrito*. – (EN) Este foi o meu próprio relatório sobre as regras do IVA em matéria de facturação. Fomos bem sucedidos quando pedimos que o regime de contabilidade de caixa fosse introduzido numa base obrigatória em todos os Estados-Membros, dando assim às PME a opção de utilizar ou não esse regime. O relatório também teve êxito na redução dos encargos desnecessários para as empresas detectados na proposta da Comissão. Nesse sentido, o relatório conseguiu atingir os seus objectivos e eu votei a seu favor.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Maior integração do mercado interno e redução de custos injustificados para as empresas, através de um exercício de simplificação e de redução de barreiras administrativas, devem ser objectivos a ter presentes na elaboração de legislação comunitária.

Assim, esta directiva, que visa estabelecer um sistema comum de facturação relativamente ao IVA, é fundamental para atingir esses fins. Considero, em particular, que a substituição do tradicional método de facturação deverá ser feita pela facturação electrónica, mais célere e com menos custos para as empresas e indivíduos, desde que respeitando o princípio da transparência.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – A directiva em causa visa estabelecer um sistema comum de facturação relativamente ao IVA, o que é fundamental para atingir maior integração do mercado interno e

redução de custos injustificados para as empresas, através de um exercício de simplificação e de redução de barreiras administrativas. Considero que a presente directiva constitui um passo positivo no sentido de proporcionar clareza e certeza jurídica, tanto aos sujeitos passivos, como às administrações, reforçando ao mesmo tempo os meios disponíveis no campo da luta contra a fraude ao IVA.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Um sistema comum de imposto sobre o valor acrescentado no que respeita às regras de facturação é essencial para a simplificação, modernização e harmonização das normas em matéria de facturação de IVA. Este novo sistema traz também uma economia importante às empresas o que neste cenário de crise é de primordial importância. A aprovação do presente relatório é, também, mais um passo no combate à fraude e evasão fiscal.

**Siiri Oviir (ALDE)**, *por escrito*. – (ET) Na minha qualidade de liberal, votei a favor da directiva que altera as regras da facturação, porque penso que o método utilizado hoje em dia, de acordo com o qual este capítulo foi integrado na Directiva IVA, não atingiu completamente o seu objectivo, que consistia em simplificar, modernizar e harmonizar a apresentação das facturas de IVA. Penso que as novas regras reduzirão a carga burocrática que recai sobre o empresário e garantirão igualmente que as mesmas regras para a elaboração e emissão de facturas começarão a ser aplicadas em todos os Estados-Membros. Tendo em conta o mercado aberto e a circulação de serviços, nenhuma outra opção seria razoável.

#### **Relatório: Ryszard Czarnecki (A7-0079/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Com base na recomendação que nos foi feita no relatório do meu colega polaco, deputado Czarnecki, votei a favor da concessão de quitação ao Secretário do Tribunal de Justiça pela execução do seu orçamento para o exercício de 2008. Apoio o pedido do Tribunal de Contas no sentido da instituição de procedimentos de adjudicação melhorados por parte do Tribunal de Justiça Europeu. Estou satisfeito com o bom funcionamento do TJE. Contudo, não consigo entender a relutância do TJE em publicar as declarações dos interesses financeiros dos seus membros, e apoio o pedido apresentado pelo Parlamento para que esta prática seja aplicada sem demora.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O presente relatório faz uma análise exhaustiva da situação orçamental do TJE, chamando a atenção para algumas questões importantes que urge rever, como seja a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos de adjudicação, de modo a auxiliar os serviços dos gestores orçamentais a organizar os concursos e a controlar o cumprimento das obrigações regulamentares. Registo com apreço o facto de o TJE ter adoptado a prática de incluir no seu relatório de actividades um capítulo em que descreve o seguimento dado durante o ano às anteriores decisões de quitação do Parlamento e aos relatórios do Tribunal de Contas.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório do Tribunal de Justiça.

#### **Relatório: Ryszard Czarnecki (A7-0097/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Com base na recomendação feita no relatório do meu colega polaco, deputado Czarnecki, votei a favor da concessão de quitação ao Secretário-Geral do Tribunal de Contas Europeu pela execução do seu orçamento para o exercício de 2008. Como muitos dos meus colegas deputados, estou satisfeítíssimo com o funcionamento correcto do Tribunal e com a sua boa gestão financeira. Lamento que as declarações dos interesses financeiros que os membros do Tribunal apresentam ao Presidente do Tribunal de acordo com o respectivo Código de Conduta não sejam publicadas ou não sejam, pelo menos, comunicadas aos membros da Comissão do Controlo Orçamental.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. É com satisfação que vejo que uma entidade externa, a PricewaterhouseCoopers, auditou as contas do TC, tendo concluído que "nada nos chamou a atenção que

possa sugerir que, em todos os aspectos materialmente relevantes e com base nos critérios anteriormente descritos: a) os recursos atribuídos ao Tribunal não tenham sido utilizados para os fins previstos; e b) os procedimentos de controlo em vigor não forneçam as garantias necessárias para assegurar a conformidade das operações financeiras com as regras e regulamentos aplicáveis”. Registo, ainda, com apreço o facto de o TC ter procedido à inclusão de um capítulo que acompanha o seguimento dado durante o ano às anteriores decisões de quitação do Parlamento.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O Tribunal de Contas como principal responsável pela fiscalização de todas as instituições europeias tem também por sua vez de ser fiscalizado. Salienta-se que a auditoria efectuada por uma entidade externa, a PricewaterhouseCoopers, se revelou amplamente positiva. O relatório de auditoria interna foi também ele positivo, tendo a maioria das suas recomendações sido aceites e antecipadamente aplicadas em vários planos de acção.

#### **Relatório: Ryszard Czarnecki (A7-0070/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Com base na recomendação que foi feita no relatório do meu colega polaco, deputado Czarnecki, votei a favor da concessão de quitação ao Provedor de Justiça Europeu pela execução do seu orçamento para o exercício de 2008. Saúdo a decisão do Provedor de Justiça Europeu, Nikiforos Diamandouros, de publicar a sua declaração anual de interesses e de a disponibilizar no seu sítio Web.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas, no seu relatório anual, revela que a auditoria não suscitou quaisquer observações significativas relativamente ao Provedor de Justiça. Nota, no entanto, que alguns aspectos, no âmbito dos procedimentos concursais, poderão ser melhorados. Junto-me ao relator ao considerar muito positiva a decisão do Provedor de Justiça de publicar a sua declaração de interesses anual e de a disponibilizar na Internet. Concorde com o relator quando este exorta o Provedor de Justiça a incluir no seu próximo relatório de actividades (exercício de 2009) um capítulo com informações pormenorizadas sobre o seguimento que, naquele exercício, foi dado às anteriores decisões de quitação do Parlamento.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório do Provedor de Justiça Europeu.

#### **Relatório: Ryszard Czarnecki (A7-0098/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Com base na recomendação que foi feita ao Parlamento Europeu no relatório do meu colega polaco, deputado Czarnecki, votei a favor da concessão de quitação à Autoridade Europeia para a Protecção de Dados pela execução do orçamento para o exercício de 2008. Saúdo a publicação anual das declarações dos interesses financeiros dos membros eleitos dessa instituição (Autoridade Europeia para a Protecção de Dados e Inspector-Adjunto).

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos, de forma objectiva e rigorosa. Junto-me ao relator na apreciação positiva feita por este dos esforços de consolidação da gestão dos recursos financeiros e humanos, bem como da melhoria na funcionalidade e eficiência das funções de controlo interno, verificada em 2008. Noto, igualmente, com satisfação, a publicação anual das declarações dos interesses financeiros dos membros eleitos da AEPD, com informações relevantes sobre cargos e actividades remunerados ou actividades profissionais sujeitas a declaração. Tal é fundamental para criar confiança nos cidadãos relativamente aos titulares de cargos públicos. Concorde com o relator quando este exorta a AEPD a incluir no seu próximo relatório de actividades (exercício de 2009) um capítulo com informações pormenorizadas sobre o seguimento que naquele exercício foi dado às anteriores decisões de quitação do Parlamento.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0071/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Com base na recomendação feita ao Parlamento Europeu no relatório da minha cara amiga e colega, a deputada Mathieu, votei a favor da concessão de quitação ao Director do Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia pela execução do seu orçamento para o exercício de 2008. Não consigo compreender por que motivo este órgão está a acumular um excedente orçamental aparentemente desnecessário de cerca de 27 milhões de euros em 2008 e verbas acumuladas à data de 31 de Dezembro de 2008 de quase 50 milhões de euros. Estou surpreendido com o facto de o diferendo relativo às pensões ainda não ter sido resolvido.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas assegura ter obtido garantias suficientes de que as contas do CTOUE são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. No que se refere às actividades desenvolvidas pelo CTOUE, o Tribunal de Contas constatou que se verifica alguma imprecisão nas previsões relativas aos pedidos de tradução recebidos, o que leva a que o CTOUE apresente excedentes orçamentais acumulados, o que contraria o Regulamento (CE) n.º 2965/94. Esta situação deverá, por isso, ser corrigida. Junto-me à relatora quando esta lamenta que o diferendo que opõe o CTOUE à Comissão, no que respeita à parte que cabe à entidade patronal das contribuições para o regime de pensões, não tenha sido ainda dirimido.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório do Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0091/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 do Cedefop são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Tal significa um enorme progresso do Cedefop relativamente ao seu procedimento de inventário para a identificação, registo e capitalização dos activos, em matéria da documentação dos processos de controlo interno e quanto aos procedimentos de adjudicação de contratos públicos. Verifica-se, porém, uma estagnação na gestão do pessoal, uma vez que os objectivos e os indicadores de desempenho não foram orientados para os resultados, nem mensuráveis. Acompanho, porém, a relatora, quando esta considera muito positivo que o Cedefop pretenda introduzir, em 2010, um sistema experimental de registo das horas de trabalho de cada agente.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0105/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 da ACCP são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Noto, com apreensão, a observação do Tribunal de Contas segundo a qual a ACCP não elabora um programa de trabalho plurianual, essencial para uma gestão financeira eficaz e para a definição clara de objectivos. É por isso de saudar a vontade manifestada pelo Conselho de Administração de começar a elaborar este tipo de programa. Esta programação será essencial para melhorar a gestão orçamental e financeira da ACCP, a qual, apesar de aprovada pelo Tribunal de Contas, apresenta ainda algumas insuficiências que urge suprir. Tal como a relatora, considero que uma ferramenta importante a introduzir serão mecanismos de gestão eficaz do tempo de trabalho dos agentes, com uma definição rigorosa do número de horas recomendadas para cada projecto.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Comunitária de Controlo das Pescas.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0072/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Com base na recomendação feita ao Parlamento Europeu no relatório da minha cara amiga e colega, deputada Mathieu, votei a favor da concessão de quitação ao Director da Agência Europeia de Reconstrução pela execução do seu orçamento para o exercício de 2008. Considero que seria útil que a Comissão, no seguimento do memorando de entendimento que celebrou com a Agência em Dezembro de 2008 e que previa determinadas transacções de fecho e, nomeadamente, que os activos remanescentes da Agência passassem para a posse da Comissão depois de 31 de Dezembro de 2008, elaborasse um relatório de encerramento pormenorizado sobre as transacções de encerramento, quer na sua vertente social, quer financeira. Apoio os apelos à clarificação dos fundos afectados ao Kosovo, uma vez que está em jogo a credibilidade da União e desta jovem nação que, um dia, tenciona tornar-se Estado-Membro da UE.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. Não posso deixar de notar que o Tribunal de Contas assinala que nenhuma das condições formais exigidas para conceder, directamente, a uma organização internacional uma subvenção de 1 399 132 euros (0,31% do orçamento operacional disponível) foi, no caso em questão, respeitada. Acompanho o relator quando este lamenta que a AER, que funcionava de modo eficiente, tenha sido encerrada e que a gestão dos fundos tenha sido transferida para as delegações; exige à Comissão que apresente um relatório que especifique o número de agentes recrutados nas delegações para levar a cabo as tarefas da AER; convida a Comissão a fornecer informações abrangentes e completas sobre a questão de saber se foi concedido apoio orçamental a título dos fundos transferidos da AER para as delegações.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia de Reconstrução.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0068/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Defendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 da AESA são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares,

notando-se uma clara evolução relativamente aos anos anteriores, e um esforço de implementação das medidas sugeridas no passado, tanto pelo Tribunal de Contas como pelo serviço de auditoria interna. Devem, porém, e tal como salienta a relatora, ser reforçados os mecanismos de definição de objectivos da AESA, para ser mais fácil proceder à avaliação da sua execução, assim como introduzir uma nova metodologia de gestão do pessoal, desde o recrutamento à avaliação do seu desempenho.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia para a Segurança da Aviação.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0104/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas assegura ter obtido garantias suficientes de que as contas do CEPCD são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. É de salientar que o CEPCD consolidou as suas funções no âmbito da saúde pública, reforçou as capacidades dos seus programas relativos a doenças específicas, avançou no desenvolvimento de parcerias e melhorou as suas estruturas de gestão. Lamento, porém, o facto de o CEPCD não ter cumprido integralmente a sua obrigação de enviar à autoridade responsável pela quitação um relatório elaborado pelo seu director, sintetizando o número de auditorias internas conduzidas pelo auditor interno.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0089/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas assegura ter obtido garantias suficientes de que as contas da AEPQ são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. A AEPQ desempenha um papel que a Comissão não está em condições de assumir e está totalmente alinhada com as prioridades estratégicas da União e as suas actividades são complementares das de outras agências. Toma nota do facto de o Tribunal de Contas constatar atrasos nas actividades operacionais devido a dificuldades na implementação do sistema informático e à falta de efectivos qualificados.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia dos Produtos Químicos.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0092/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório entende que as contas anuais do exercício de 2008 da AEA são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Congratulo a AEA pela avaliação externa dos organismos descentralizados da UE, encomendada pela Comissão em 2009, a qual apresentou conclusões muito positivas, em especial, por ter criado um sistema de gestão

por actividades bem concebido, um programa de trabalho plurianual, um painel de avaliação prospectiva com indicadores, e um sistema integrado de gestão e controlo, factores que contribuem para uma gestão eficiente.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia do Ambiente.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0086/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório qualifica as contas anuais do exercício de 2008 da AESA como fiáveis e as operações subjacentes como legais e regulares, tendo esta autoridade atingido um elevado grau de execução do orçamento, tanto em dotações para autorizações como para pagamentos (97% e 95%, respectivamente). No entanto, é de notar que subsistem algumas deficiências identificadas anteriormente pelo Tribunal de Contas, as quais se estão a tornar recorrentes, nomeadamente, no que respeita à transição de dotações para o exercício seguinte e à anulação das dotações para actividades operacionais transitadas do exercício anterior. Esta situação, contrária ao princípio da anualidade, revela a insuficiência dos procedimentos de programação e de orçamentação, a qual deverá ser superada. É, no entanto, muito positivo que a AESE tenha conseguido melhorar substancialmente, e de forma consistente nos últimos anos, os seus indicadores de desempenho.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0067/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 do OEDT são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Tal como a relatora, defendo que o OEDT deve definir, de forma precisa, na sua programação anual os objectivos previstos, para ser mais fácil a avaliação anual do seu desempenho. Deverá, também, incluir mecanismos de gestão do pessoal que permitam que esta seja mais eficaz, introduzindo, por exemplo, na programação, objectivos de horas para os agentes e a definição do tempo médio que deverá ser por estes utilizado para cada projecto.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0078/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas assegura ter obtido garantias suficientes de que as contas da EMEA são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Junto-me



à relatora quando esta felicita a EMEA por ter criado uma orçamentação sofisticada baseada em actividades e um controlo orientado para a satisfação dos clientes. A EMEA deverá, contudo, melhorar a qualidade dos seus procedimentos de concurso, a fim de pôr termo às insuficiências identificadas pelo Tribunal de Contas (como, por exemplo, em matéria de aplicação de métodos de avaliação no que respeita a critérios de preços e em matéria de justificações indispensáveis para a escolha dos procedimentos).

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia de Medicamentos.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0081/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas expressa a sua opinião de que há evidência de que as contas da AESM são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. No entanto, esta Agência não apresenta um programa de trabalho plurianual e o seu programa de trabalho anual não corresponde ao orçamento. Todavia, a AESM está a finalizar uma estratégia de cinco anos e a desenvolver indicadores-chave de desempenho, os quais deverão ser apresentados ao Parlamento, para escrutínio. O relatório chama, ainda, a atenção para o facto de os procedimentos de elaboração do orçamento não terem sido suficientemente rigorosos, o que deu origem a um elevado número de transferências orçamentais e a uma grande taxa de anulação de dotações para pagamentos, revelando insuficiências no planeamento e no acompanhamento. Tal situação poderá, porém, ter sido pontual, devido à mudança da AESM para as suas instalações definitivas.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia da Segurança Marítima.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0087/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 da AESRI são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares, embora aponte para falhas nos procedimentos de adjudicação de contratos, nomeadamente no que respeita à subavaliação dos orçamentos dos contratos-quadro, o que, em última análise, constitui um entrave à livre concorrência. Estas deficiências devem, por isso, ser ultrapassadas. Tendo em conta a importância das redes de informação electrónica, deve ser louvado o trabalho da AESRI na melhoria da solidez das redes europeias de comunicação electrónica e no desenvolvimento e manutenção da cooperação com os Estados-Membros.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0084/2010)**

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 da AFE são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. No entanto, o Tribunal de Contas faz notar que a AFE revela deficiências na definição de objectivos e indicadores de desempenho, bem como problemas nos processos de adjudicação de contratos. Tendo em vista um maior escrutínio da actividade das entidades públicas, urge que a AFE tome as medidas adequadas para ultrapassar estes problemas. Por fim, congratulo a AFE por ter executado, desde 2006, 32 das 36 recomendações emitidas pelo Serviço de Auditoria Interna (SAI). Porém, das quatro recomendações ainda pendentes, uma é essencial e três muito importantes, pelo que exorto a Agência a aplicar normas de controlo interno relativas às assinaturas bancárias, à separação de funções, aos lugares sensíveis e à manutenção dos poderes de delegação, tal como é mencionado nas referidas recomendações.

**Nuno Melo (PPE), por escrito.** – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Ferroviária Europeia.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0083/2010)**

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 da FEF são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Porém, alerta para a existência de irregularidades e falta de transparência nos procedimentos de recrutamento, havendo, inclusivamente, um inquérito à FEF aberto pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF). É de notar, de todo o modo, que a FEF declarou ter levado a cabo uma revisão profunda dos seus processos de recrutamento, em resposta às observações do Tribunal de Contas, das quais, porém, não nos foi ainda dado conhecimento. Por último importa realçar que, em 2008, o trabalho da FEF de apoio à Comissão Europeia obteve uma taxa de satisfação de 97% desta instituição.

**Nuno Melo (PPE), por escrito.** – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Fundação Europeia para a Formação.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0069/2010)**

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas assegura ter obtido garantias suficientes de que as contas da AESST são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Nos últimos três anos, a AESST sofreu uma evolução muito positiva em relação à melhoria da sua gestão financeira, o que é de saudar, devendo continuar a procurar alcançar os mais elevados padrões em matéria de planeamento, execução e controlo orçamentais. Subsistem, porém, algumas irregularidades, nomeadamente relativas a procedimentos de adjudicação, que deverão ser resolvidas.

**Nuno Melo (PPE), por escrito.** – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa

estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0076/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas assegura ter obtido garantias suficientes de que as contas da AAE são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. É de notar que, em 2008, a AAE não recebeu qualquer subvenção para financiar as suas actividades operacionais e que a Comissão assumiu todas as despesas incorridas pela AAE para a execução do orçamento relativo ao exercício de 2008; toma nota, igualmente, de que as autorizações transitadas de 2007 foram pagas com a parte não utilizada da subvenção relativa a esse exercício. Por isso mesmo, e para todos os efeitos, na ausência de um orçamento autónomo, a Agência está de facto integrada na Comissão, o que pode levantar questões relativas à sua estrutura e autonomia que podem ser analisadas futuramente.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Agência de Aprovisionamento da Euratom.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0088/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. Depois de, no ano transacto, terem sido detectadas falhas nos processos de recrutamento e adjudicação, o Tribunal de Contas considera que as contas anuais do exercício de 2008 da FEMCVT são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Tal representa uma melhoria na gestão das contas da FEMCVT bem como dos seus mecanismos de auditoria interna, o que é de saudar. Atenta a importância desta agência, espero que continue os seus esforços de rigor orçamental, melhorando os seus processos de gestão de recursos humanos e inscrevendo, de forma transparente, o quadro de efectivos, incluindo os agentes contratuais, no relatório anual.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Fundação para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0093/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. Pese embora o parecer do Tribunal de Contas de que as contas da Eurojust são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares, noto com apreensão a avaliação da relatora de que "a inexistência de indicadores, os défices na avaliação da satisfação dos utilizadores e a falta de coordenação entre o orçamento e o programa de trabalho tornam difícil a avaliação do desempenho da Eurojust". Tomo igualmente nota da conclusão do Tribunal de Contas, segundo a qual a Eurojust registou um problema de transição de dotações em 2008, ainda que menor do que no exercício anterior, sendo necessárias medidas para evitar que tal situação se volte a repetir no futuro. Por último, acompanho a relatora na preocupação demonstrada com o facto de nenhuma das 26 recomendações feitas pelo Serviço de Auditoria Interna (SAI) ter sido inteiramente posta em prática pela Eurojust.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições

estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Eurojust.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0090/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. Congratulo a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia pelos esforços desenvolvidos no sentido que eliminar as deficiências anteriormente identificadas quer pelo Tribunal de Contas, quer pelo Serviço de Auditoria Interna. É de realçar, especialmente, a introdução de medidas que permitem uma melhor avaliação de desempenho, devendo tais esforços ser aprofundados.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório pela execução do orçamento da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0085/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório considera que as contas anuais do exercício de 2008 da FRONTEX são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Verificamos que o orçamento da Agência aumentou, consideravelmente, nos últimos três anos, tendo crescido 69% em 2008. No entanto, o Tribunal de Contas vem constatando, de forma consistente, várias deficiências, entre as quais se destacam (i) um elevado nível de transições e anulações (49% das dotações disponíveis para 2008 não foram utilizadas durante o exercício, quase 69% em 2007 e 55% em 2006), (ii) compromissos jurídicos assumidos antes das correspondentes autorizações orçamentais, e (iii) processos de recrutamento que se afastam das regras no que respeita à transparência e ao carácter não discriminatório.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da FRONTEX.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0073/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. Noto com apreensão que, nas palavras da relatora, esta Autoridade decidiu apresentar os resultados das suas actividades sem ter em conta que deixaria de ser responsável pela gestão dos programas Galileo e EGNOS uma vez concluída a transferência dos activos e dos fundos para a Comissão, prevista para o final do primeiro trimestre de 2008. Lamento, também, que o Tribunal de Contas tenha formulado reservas na sua declaração sobre a fiabilidade das contas anuais do exercício de 2008 e sobre a legalidade e regularidade das operações subjacentes.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa

estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Autoridade Europeia Supervisora do GNSS.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0094/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas no seu relatório qualifica as contas anuais do exercício de 2008 da Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão como fiáveis e as operações subjacentes como legais e regulares. É de notar que o Tribunal de Contas identificou um excedente de 57 600 000 euros na conta de resultados, que representa 38% das receitas acrescidas, sendo que uma parte desse excedente foi transitada para o exercício de 2009. Isto pode atribuir-se ao facto de a Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão se encontrar numa fase de arranque e não ter previsto completamente os seus controlos internos e o seu sistema de informação financeira durante o exercício de 2008.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão.

#### **Relatório: Véronique Mathieu (A7-0077/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas assegura ter obtido garantias suficientes de que as contas da SESAR são fiáveis e que as operações subjacentes são legais e regulares. Não posso deixar, porém, de notar, como faz a relatora, que o orçamento definitivo adoptado pelo Conselho de Administração em Abril de 2008 se revelou bastante irrealista, o que é exemplificado pelas taxas de utilização das dotações de autorização e de pagamento, que foram respectivamente de 1% e 17%. Realço também que existem deficiências no controlo das operações, e que, também ao nível da adjudicação de contractos, não existem mecanismos de controlo eficiente. Considero fundamental que a SESAR proceda adequadamente para, no próximo exercício, resolver os problemas agora identificados.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Empresa Comum SESAR.

#### **Relatório: Brian Simpson (A7-0101/2010)**

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos equipamentos sob pressão transportáveis que irá revogar a directiva actualmente em vigor, bem como uma série de outras directivas conexas. Tendo em conta que a directiva em vigor contém disposições técnicas que contrariam as normas internacionais sobre o transporte de mercadorias perigosas, é fundamental eliminar as incoerências e colocar os requisitos técnicos em consonância com as regras internacionais.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – O transporte de equipamento sob pressão, nomeadamente cisternas, recipientes e garrafas é actualmente regido pela Directiva 1999/36/CE, que estabelece os requisitos de segurança para o transporte rodoviário e ferroviário, para além de determinar as normas comuns para a concepção, construção e posterior controlo deste tipo de equipamentos.

Estas regras, porém, violam as normas internacionais relativas ao transporte de mercadorias perigosas, razão pela qual a Comissão apresentou a sua proposta de revisão da directiva acima referida. Esta proposta não

representa qualquer alteração substancial do actual quadro regulamentar no que diz respeito quer ao âmbito de aplicação, quer às principais disposições, pretendendo apenas eliminar as referidas incoerências e colocar os requisitos técnicos do transporte de mercadorias perigosas em consonância com as regras internacionais em vigor.

Acompanho, por isso, o relator no seu parecer de que, na ausência de uma solução horizontal entre as Instituições quanto ao teor das novas disposições em matéria de comitologia, este processo deve ser concluído o mais rapidamente possível com um acordo em primeira leitura.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – O transporte de equipamento sob pressão, nomeadamente cisternas, recipientes e garrafas é actualmente regido pela Directiva 1999/36/CE. A directiva em apreço assegura a livre circulação desses equipamentos na Comunidade, incluindo a sua colocação no mercado, através do estabelecimento de normas comuns para a concepção, construção e posterior controlo. No entanto, algumas das disposições técnicas da actual directiva contrariam as normas internacionais atinentes ao transporte de mercadorias perigosas. A Comissão apresentou, por conseguinte, uma proposta de revisão da directiva, que irá revogar a actual directiva relativa aos equipamentos sob pressão transportáveis, bem como uma série de outras directivas conexas. Com base no exposto, votei favoravelmente esta resolução onde a comissão é convidada a aprovar o relatório sem alterações adicionais e a mandar o relator para entrar em negociações com o Conselho.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A crescente preocupação com as questões de ordem ecológica e de protecção do ambiente levam-nos a ter cuidados adicionais com as regras de segurança no que respeita ao transporte de equipamentos sob pressão. Esta directiva tem por objectivo reforçar a segurança e assegurar a livre circulação destes equipamentos na UE, definindo de forma clara e transparente as regras que devem ser cumpridas para que a segurança no transporte de equipamentos sob pressão em todos os Estados-Membros, homogeneizando os procedimentos em toda a UE.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) O objectivo fundamental desta directiva é eliminar as incoerências existentes na anterior legislação, harmonizando os requisitos técnicos com as regras internacionais em matéria de transporte de mercadorias perigosas. Além disso, a proposta visa simplificar e otimizar certas disposições, em especial as que se referem aos procedimentos de avaliação da conformidade. A proposta integra também disposições relativas ao equipamento para as operações de transporte no mercado interno, criando assim um quadro geral para a comercialização de produtos no mercado único europeu.

Votei a favor deste relatório porque entendo que a proposta, uma vez aprovada, proporcionará um nível mais elevado de segurança para os equipamentos sob pressão transportáveis e para os seus utilizadores. A sua correcta implementação a nível dos Estados-Membros proporcionará também uma maior protecção ao ambiente e à saúde dos cidadãos.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor do relatório Simpson sobre equipamentos sob pressão transportáveis apesar de a alteração que propusemos não ter sido aprovada.

#### **Relatório: Jörg Leichtfried (A7-0035/2010)**

**Mara Bizzotto (EFD)**, *por escrito*. – (IT) Segurança dos aeroportos e transparência das taxas cobradas aos consumidores, de modo a elevar os seus padrões e níveis: são estes os temas abordados através da proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às taxas de segurança no sector da aviação.

Os sistemas actuais que visam a cobertura dos custos relativos à segurança no sector da aviação, regulamentados a nível nacional, nem sempre são claros para os utilizadores finais que, muitas vezes, nem sequer são consultados antes de as taxas serem calculadas, nem quando são feitas alterações a um sistema de cobrança de taxas que os afecta. De entre outras propostas, o relatório sugere a inclusão das associações de defesa dos passageiros e dos consumidores nas consultas entre a entidade de gestão da segurança e as companhias de aviação, de modo a garantir que a correcta determinação dos custos das medidas de segurança, bem como a verificação dos mesmos relativamente ao preço do bilhete de avião pago pelo utilizador final.

Saúdo outro ponto do relatório: o apelo a que a directiva seja aplicada apenas por aeroportos em Estados-Membros que imponham efectivamente taxas destinadas a medidas de segurança, e não nos aeroportos onde este tipo de medida não tenha sido introduzido. Por estes motivos, votei a favor do relatório.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Os acontecimentos das últimas semanas demonstraram que a segurança nos aeroportos é uma tarefa muito importante para os Estados-Membros e que devemos tomar

todas as medidas de precaução fundamentais. Cada Estado-Membro decide individualmente os métodos de financiamento e aplicação da segurança da aviação. É muito importante que a directiva estabeleça os princípios básicos e procedimentos aplicáveis ao organismo responsável pela segurança e às companhias aéreas. Embora os requisitos legais para a regulamentação aeroportuária variem consideravelmente nos diferentes Estados-Membros, o operador deve ainda assim fornecer uma quantidade razoável de informação às transportadoras aéreas, de maneira a dar algum significado ao processo de consulta entre os aeroportos e as transportadoras aéreas. Para tal, a directiva determina qual a informação que deve ser fornecida com regularidade pela entidade gestora do aeroporto. As transportadoras aéreas devem, por sua vez, fornecer informação sobre as suas previsões de tráfego, a utilização prevista da sua frota e as suas necessidades específicas presentes e futuras no aeroporto, de maneira a permitir que a entidade gestora do aeroporto empregue o seu capital e aplique a sua capacidade de maneira óptima.

**Ole Christensen, Dan Jørgensen, Christel Schaldemose e Britta Thomsen (S&D)**, *por escrito*. – (DA) Os social-democratas dinamarqueses no Parlamento Europeu abstiveram-se na votação desta proposta porque consideram, em primeiro lugar, que se trata de uma legislação desnecessária, porque a legislação requerida está já em vigor nesta área. Em segundo lugar, entendemos que não cumpre à UE ordenar aos Estados-Membros que paguem encargos adicionais pela segurança aeroportuária. A questão do financiamento dos encargos com a segurança deve ser deixada à responsabilidade de cada Estado-Membro.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às taxas de segurança no sector da aviação. Esta proposta reveste-se de enorme importância na defesa e protecção dos direitos dos consumidores e passageiros, uma vez que fixa uma série de princípios básicos que têm de ser respeitados pelos operadores aeroportuários na determinação das respectivas taxas de segurança. São eles: a não discriminação, a consulta e vias de recurso, a transparência dos custos e relação com os custos das taxas de segurança, bem como a criação de uma autoridade supervisora.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A Comissão Europeia apresenta uma proposta de fixação dos princípios básicos a respeitar pelos operadores aeroportuários na determinação das respectivas taxas de segurança (i) não discriminação, (ii) a consulta e vias de recurso, (iii) a transparência dos custos e a relação com os custos das taxas de segurança, e ainda (iv) a criação de uma autoridade supervisora.

A principal questão que se levanta, a este propósito, é a do financiamento das medidas de segurança mais restritivas que deverão ser executadas. Por diversas vezes o Parlamento Europeu exigiu a regulamentação do financiamento das taxas de segurança, sem sucesso. É defendido, e bem, pelo relator que o financiamento destas medidas mais restritivas não pode ser unicamente suportado pelos passageiros (pela externalização dos custos), devendo ser financiado pelos Estados, os quais, em última análise, são os responsáveis pela segurança dos seus aeroportos. Por último, relembro que nunca é demais investir na segurança dos aeroportos e dos passageiros, como bem evidenciam as últimas tentativas, felizmente frustradas, de ataques terroristas contra a aviação civil.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – O Parlamento Europeu exigiu em vão, por várias vezes, a regulamentação do financiamento das taxas de segurança no sentido de maior transparência e a afectação dos impostos e taxas de segurança aos seus fins reais, e considerou que os Estados-Membros devem suportar os custos da aplicação de medidas mais restritivas. O incidente terrorista ocorrido há algumas semanas evidenciou, mais uma vez, que a segurança aeroportuária é da responsabilidade dos Estados e que as medidas de segurança existentes, bem como as recentemente planeadas, visam prevenir actos de terrorismo. Todavia, o que, até data, tem sido omitido no contexto do debate, é o facto de as medidas em causa serem, em última instância, pagas pelos passageiros. Concorro com as alterações introduzidas por esta resolução que permitirão evitar procedimentos paralelos e custos administrativos desnecessários nesta matéria.

**Louis Grech (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Devemos garantir que as taxas de segurança aeroportuária sejam transparentes, objectivos e baseados em critérios claros que reflectam os custos reais. Quaisquer custos adicionais nas viagens aéreas devem reflectir a importância dos aeroportos para o desenvolvimento das regiões, especialmente daquelas que dependem fortemente do turismo, bem como daquelas que sofrem de desvantagens geográficas e naturais, como as regiões ultraperiféricas e insulares. Os utilizadores dos aeroportos, assim como as autoridades locais, devem poder obter em tempo útil a informação sobre a metodologia e a base de cálculo das taxas. Deveria haver também um procedimento obrigatório de realização de consultas entre as autoridades aeroportuárias e as partes interessadas ou autoridades locais, sempre que exista necessidade de uma revisão das taxas. Além disso, qualquer autoridade independente de supervisão deve dispor de termos de referência precisos, claramente definidos, incluindo especialmente quaisquer poderes de que possam dispor para tomar medidas punitivas.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Considero inaceitável que os Estados-Membros não estejam a garantir o financiamento de medidas de segurança nos aeroportos que não estejam previstas na legislação europeia e que, além disso, estejam a transferir os custos para as companhias aéreas que, por sua vez, obrigam os passageiros a pagá-los. Penso que era necessário ir mais longe do que o regulamento de 2008 e adoptar legislação para garantir que os passageiros não suportam estes custos adicionais, custos que muitas vezes se conclui nada terem a ver com taxas de segurança. Foi por esse motivo que apoiei o relatório do meu colega austríaco, deputado Leichtfried, que garante uma maior transparência para os cidadãos e para as companhias aéreas, e obriga os Estados-Membros a disponibilizarem financiamento público para medidas de segurança que ultrapassem os requisitos europeus, uma vez que isso é do âmbito da segurança nacional de cada Estado-Membro. No caso de a Comissão apresentar uma proposta de inclusão dos *scanners* corporais na lista dos métodos europeus para impedir os Estados-Membros de os financiarem, voltarei a apoiar o meu colega e votarei contra esta proposta, se necessário.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O cada vez maior cuidado com a segurança nos aeroportos tem trazido custos adicionais que têm vindo a ser suportados pelos passageiros. Os custos adicionais originados pelas medidas mais restritivas com a segurança têm de ser suportados pelos Estados, pois existem para prevenir actos terroristas. No entanto, tem-se verificado que os custos dessas medidas estão a ser suportados pelos passageiros. É contra esta realidade que se justifica o voto favorável ao presente relatório.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Os custos de uma tarefa que cabe ao Estado, designadamente a manutenção da segurança pública, não podem ser simplesmente transferidos desta maneira. Precisamos de decidir quais os custos que se pode esperar com razoabilidade que sejam os passageiros a pagar em cumprimento das regras de segurança antiterrorismo cada vez mais restritivas. Somente se os próprios países tiverem de assumir a responsabilidade financeira das estritas medidas de segurança que foram recomendadas, e forem também capazes de tomar as suas próprias decisões relativamente a estas medidas, é que poderemos evitar a possibilidade de um aumento incontido dos *scanners* corporais e outras medidas semelhantes. As únicas entidades a beneficiar com a histeria à volta do terrorismo e a concorrência desenfreada para estar mais bem equipado serão as empresas inovadoras dos EUA. Por estes motivos, é de saudar esta proposta.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei SIM ao relatório. O mais importante para nós, no entanto, foi o facto de os nossos dois objectivos - relacionar os custos do *screening* e do *scanning* de segurança com os serviços liberalizados de assistência em terra e garantir um tratamento equitativo intermodal do financiamento das medidas de segurança - terem sido rejeitados pelo PPE e pela ALDE (RCV).

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – O Parlamento Europeu já havia exigido, por várias vezes, à Comissão a regulamentação do financiamento das taxas de segurança no sector da aviação. A sua posição sempre foi a de defender uma maior transparência e uma afectação dos impostos e taxas de segurança aos seus fins reais, considerando que os Estados-Membros devem suportar os custos de aplicação de medidas mais restritivas.

Embora a Comissão, na sua proposta, não tenha abordado este tema, procurando apenas uma nova avaliação do impacto económico tendo em vista a redução dos custos, com base nos princípios da não discriminação, da consulta e vias de recurso e da transparência dos custos, no presente documento visa-se que o financiamento de medidas mais restritas, quando origem custos suplementares, seja assumido pelo Estado. Sublinho a importância das medidas de segurança nos aeroportos e voto a favor da presente iniciativa do Parlamento.

A proposta, a aplicar em todos os aeroportos comerciais da União Europeia, está intrinsecamente ligada às preocupações com o direito à informação, à não discriminação dos passageiros e à protecção dos consumidores. Considero que, apenas através da harmonização das legislações e da clarificação da responsabilidade entre companhias aéreas e Estados-Membros na adopção das medidas de segurança, se conseguirá atingir os objectivos de maior transparência e evitar custos desnecessários.

**Artur Zasada (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Congratulo-me com os resultados da votação de hoje. Penso que, durante os trabalhos sobre este documento, conseguimos desenvolver uma posição inequívoca e ambiciosa, especialmente no que se refere ao financiamento. Gostaria de sublinhar uma vez mais o seguinte: os atentados terroristas não visam as companhias aéreas, visam os Estados. É o Estado o garante da segurança dos seus cidadãos e deve cumprir essa obrigação. O resultado da votação de hoje - 613 votos contra 7 - é uma mensagem clara para o Conselho. É um testemunho da firme determinação do Parlamento Europeu relativamente à questão da obrigação de todos os Estados-Membros suportarem pelo menos uma parte dos encargos com a segurança do tráfego aéreo.



**Relatório: Brian Simpson (A7-0030/2010)**

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório sobre as orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes porque o seu objectivo é a construção e modernização de infra-estruturas ferroviárias, portos, vias navegáveis e aeroportos. Os projectos prioritários visados incluem também a linha ferroviária Curtici-Braşov. Congratulo-me com a criação de um comité encarregado de assistir a Comissão na aplicação desta decisão e na elaboração das orientações por ela estipuladas.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei com determinação a favor deste texto. Apesar de contribuir apenas com modificações técnicas, recorda-nos a importância da rede europeia de transportes para a aproximação dos cidadãos da UE e como incentivo à mobilidade. Essa mobilidade é essencial, pois não conseguiremos ter uma Europa como deve ser se não conhecermos os nossos vizinhos, os seus países e a sua cultura. A rede transeuropeia de transportes também contribui para o plano de redução das emissões de gases com efeito de estufa através da introdução de uma melhor gestão dos modos de transporte e da promoção da sua interoperabilidade.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Está em causa uma proposta da Comissão Europeia que mais não é do que a codificação de anteriores normas e regulamentos. São introduzidas ainda alterações de pormenor. Por isso mesmo, e em consonância com o que é proposto pelo relator, atentas as garantias jurídicas e políticas, apoio a aprovação do texto, incluindo as pequenas alterações e as correcções propostas pelo Conselho, e a conclusão do processo através da obtenção de acordo na primeira leitura.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – A proposta é, do ponto de vista técnico, uma proposta de codificação do texto legal. No entanto, a Comissão foi obrigada a recorrer a uma reformulação, uma vez que o texto apresenta pequenas alterações no anexo. Votei favoravelmente a adopção das alterações.

**Elie Hoarau (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Condeno o facto de as regiões ultraperiféricas nem sempre fazerem parte integrante da rede transeuropeia global de transportes, apesar da importância fundamental que revestem para a coesão económica, social e territorial. É inconcebível que as RUP não sejam envolvidas no planeamento da rede e não apareçam em vários mapas da rede transeuropeia de transportes. A rede global, as auto-estradas do mar e os projectos prioritários devem ser alargados a todas as RUP sem discriminação. A política da RTE-T deve igualmente incluir as indústrias e serviços da rede que sejam de interesse económico geral; não deve limitar-se simplesmente às grandes correntes de tráfego de carga e de passageiros. O pedido de igualdade de tratamento para as regiões ultraperiféricas tem de ser ouvido. Como podemos considerar ficarmos excluídos das redes transeuropeias de transportes quando a política europeia de transportes é de importância vital para abrir as nossas regiões e para a livre circulação no seio do mercado interno? Enquanto, com uma mão, a União Europeia vende ao desbarato a nossa produção de açúcar, bananas e rum a outros países através de acordos comerciais, com a outra, mantém-nos fora das rotas comerciais intra-europeias. Estas mãos estão a asfixiar-nos, facto que nós deploramos.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Na sessão plenária votei a favor do relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes. Tratava-se de uma proposta técnica, dado que estão a ser feitos preparativos para proceder a uma revisão adequada dessas orientações. Espera-se que fiquem concluídos até ao final do próximo ano. Penso que estamos perante uma oportunidade absolutamente crucial para reafirmar o papel importante que a política de transportes desempenha a nível europeu no actual contexto em que decorre o debate sobre os objectivos da Europa 2020. Os Estados-Membros em geral e a Roménia em particular, um país que necessita ainda de investimento nas suas infra-estruturas de transportes, têm de estar conscientes de que esta política de transportes está a ser reformulada para enfrentar os novos desafios. Uma população em envelhecimento e as exigências de mobilidade específicas dos idosos, a migração social e as alterações climáticas são apenas alguns dos factores que impõem a necessidade de traçar uma política de transportes adequada. Ao mesmo tempo, o delineamento durante este período da Estratégia Europeia para a Região do Danúbio oferece o quadro perfeito para garantir o máximo de utilização dos transportes fluviais nas vias navegáveis interiores da UE.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes tem vindo a ser alterado e redefinido ao longo dos últimos anos. Uma rede transeuropeia de transportes eficaz é essencial para que exista um mercado interno saudável e contribui para o reforço da coesão económica e social. O fenómeno do vulcão islandês veio mostrar, de forma inequívoca, a necessidade da existência de uma rede transeuropeia de transportes eficaz e apta a responder de forma coordenada aos problemas surgidos nestas

situações. A presente decisão é importante, porque dá orientações quanto aos objectivos, às prioridades e às grandes linhas de acção no domínio da rede transeuropeia de transportes.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) A UE confirmou a importância do Corredor Báltico-Adriático ao dar um estatuto prioritário à sua secção norte entre Gdansk e a República Checa e ao declarar o seu compromisso para com o projecto do Túnel da Base do Brenner. É ainda mais importante desenvolver a secção sul do corredor através do Caminho-de-Ferro do Sul da Áustria até Itália. Nesta rede em particular, que transporta aproximadamente metade de todas as mercadorias e passageiros, precisamos de neutralizar uma perigosa situação de buraco de agulha. O apoio da UE ao projecto Koralm é essencial devido aos congestionamentos existentes nesta região nas vias ferroviárias para transporte de mercadorias, que, afinal, a UE está sempre a defender. Com o Túnel Koralm, a UE tem uma oportunidade única de transferir o tráfego para as vias ferroviárias a uma escala pela qual lutamos há décadas. Dado que o desenvolvimento da rede transeuropeia pode ser crucial para a competitividade da Europa, e as alterações propostas constituem apenas correcções técnicas, votei a favor do relatório.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste relatório apesar de a alteração que propusemos não ter sido aprovada.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – Relativamente às prioridades nacionais no contexto da rede transeuropeia de transportes, parece-me importante apostar não só na ferrovia, mas sobretudo nas auto-estradas marítimas e na interoperabilidade e co-operabilidade dos vários tipos de transporte.

Só uma verdadeira rede de transporte combinado, apoiada por uma gestão eficaz, poderá trazer competitividade à alternativa marítima, essencial para o nosso país, que beneficia de um acesso privilegiado a vias navegáveis, e verdadeiramente crucial para as regiões insulares e ultraperiféricas como é o caso da Madeira. Para além disso, trata-se de uma ferramenta fundamental para a continuação da concretização do mercado interno e para a coesão territorial.

A aprovação em plenário deste relatório, consensual tanto no Parlamento, como na Comissão e no Conselho, e marcadamente técnico, segue a indicação praticamente unânime da Comissão dos Transportes e do Turismo.

Em resumo, esta proposta, que eu próprio apoiei, não modifica o conteúdo do texto da rede transeuropeia de transportes, acrescentando apenas os mapas dos doze Estados-Membros que aderiram à União Europeia em 2004 e 2007. A revisão das orientações comunitárias para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes está em preparação e não deverá ser conhecida antes do final de 2010.

**Viktor Uspaskich (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) A União Europeia tem 5 milhões de quilómetros de estradas (62 mil quilómetros de auto-estradas), 21 5 mil quilómetros de via férrea e 41 mil quilómetros de vias internas navegáveis. Espera-se que a intercomunicação entre Estados-Membros duplique até 2020. Uma Europa unida é inviável sem uma rede transeuropeia de transportes (RTE-T) coordenada e eficaz. Com base no respectivo Tratado da União Europeia, o investimento na RTE-T atingirá cerca de 500 mil milhões de euros. Por isso, é importante assegurar a cooperação europeia e seleccionar criteriosamente os projectos prioritários. A RTE-T está planeada para ligar as redes de transportes por terra, mar e ar em toda a Europa até 2020. O objectivo principal é assegurar a rápida e fácil circulação de pessoas e mercadorias entre os Estados-Membros. Uma auto-estrada de nível europeu liga o maior porto da Lituânia, Klaipėda, a Vilnius e uma linha férrea liga esta última a Moscovo e ao Oriente. Se queremos que o porto continue a ser competitivo, precisamos de modernizar as suas infra-estruturas actuais e eliminar as burocracias. Os caminhos-de-ferro e as vias internas navegáveis deverão ser utilizados em particular para o transporte a longa distância e as estradas para o de curta distância. Deverão ser dedicados mais esforços ao transporte de carga e ao transporte por vias internas navegáveis, são mais rentáveis e eficazes em termos energéticos, não poluentes e seguras. O mais importante é a segurança e a protecção dos passageiros. A crise financeira tem tido um impacto na política de transportes. Contudo, a RTE-T pode ser utilizada para criar emprego e observar a coesão económica e social. A estratégia Europa 2020 reconhece a importância da política de transportes para a economia da Europa. A livre circulação de pessoas e mercadorias é o que define a União Europeia. Isto só é possível com uma boa RTE-T.

#### **Relatório: Evgeni Kirilov (A7-0055/2010)**

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente este relatório porque considero que, face à crise actual, é necessário encontrar mecanismos céleres para a execução dos programas de ajuda, permitindo desta forma uma maior utilização do financiamento comunitário visando em particular os cidadãos, nomeadamente, os desempregados. Esta proposta visa algumas mudanças de regulamentação para simplificar as regras de execução da política de coesão e aumentar o pré-financiamento (pagamentos antecipados) a programas do

FEDER e FSE. As previsões económicas apontam para uma forte redução do crescimento da União Europeia - 1,1% em 2010; neste contexto, o presente relatório surge como um contributo de reacção à crise financeira e às suas repercussões socioeconómicas. Nesse sentido, considero-o mesmo muito importante para uma maior transparência e simplificação das regras que regem a política de coesão. Este contributo terá um impacto positivo no ritmo de execução dos programas, particularmente porque dará às autoridades nacionais, regionais e locais a possibilidade de recorrer a regras mais claras e menos burocráticas, que permitirão mais flexibilidade na adaptação dos programas aos novos desafios.

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) O ano passado, a Comissão apresentou uma proposta de alteração ao Regulamento dos Fundos Estruturais (1083/2006) a fim de proporcionar incentivos financeiros aos Estados-Membros duramente atingidos pela crise económica. Uma das medidas avançadas na proposta da Comissão era uma derrogação ao princípio do co-financiamento através da introdução de uma opção temporária que permite aos Estados-Membros que sofrem de problemas de fluxos de tesouraria solicitarem um reembolso a 100% para o financiamento de medidas elegíveis ao abrigo do Fundo Social Europeu.

O Conselho rejeitou esta proposta, mas concordou com o alargamento do prazo para calcular a anulação automática das autorizações do orçamento anual referentes à contribuição anual total para 2007 a fim de melhorar a absorção de fundos autorizados para determinados programas operacionais.

Na minha opinião, a medida temporária proposta pelo senhor relator de reconstituir as dotações para o exercício de 2007 para os fundos de assistência como parte do Fundo Social Europeu, em resultado das anulações feitas, tem a sua justificação face à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que impediria a aplicação do n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 na sua versão actual.

**Alfredo Antoniozzi (PPE)**, *por escrito*. – (IT) O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão demonstraram ser instrumentos eficazes e extremamente úteis para o desenvolvimento territorial e para o combate às consequências da crise económica que desde há algum tempo afecta a Europa e o mundo. Relativamente a este aspecto, saúdo as propostas que visam a simplificação dos procedimentos para a libertação dos fundos e a facilitação dos pagamentos aos beneficiários dos vários programas que utilizam os fundos acima referidos. Além disso, sou a favor da disponibilização de um montante adicional de pré-financiamento para 2010 para os Estados-Membros mais afectados pela crise.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Como elemento de contacto do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) para este relatório, pedi aos meus colegas que votassem a favor deste texto. No que diz respeito às simplificações contidas no relatório, estou convencida de que são muito positivas. Trata-se de um verdadeiro passo em frente: há menos informação a fornecer, maior flexibilidade no que diz respeito a projectos geradores de rendimentos, um menor número de verificações por parte da Comissão para projectos ambientais no valor de 25 a 50 milhões de euros, etc.

Quanto ao aspecto financeiro, solicitei que a proposta inicial fosse objecto de uma reorientação. Na verdade, não teria sido boa ideia questionar o princípio do co-financiamento da despesa e executar projectos inteiramente financiados pelo Fundo Social Europeu (FSE), conforme proposto pela Comissão. Para equilibrar a despesa a longo prazo, alguns Estados-Membros ter-se-iam visto confrontados com dificuldades financeiras graves. O Parlamento encontrou um compromisso que nos permite ajudar os países mais gravemente afectados pela crise e evitar a anulação de autorizações para 2007.

Através desta votação, estamos a dar um enorme apoio aos beneficiários dos fundos comunitários, bem como aos serviços instrutores. Não nos esqueçamos contudo de que há ainda muito a fazer em termos de simplificação.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) É importante salientar que a pressão sobre os recursos financeiros nacionais continua a aumentar e torna-se necessário tomar mais medidas para reduzir esta pressão através de uma melhor utilização do financiamento da UE e da mobilização e aceleração de todos os Fundos disponíveis para combater a crise, em particular mediante a utilização do Fundo Social Europeu (FSE) para pacotes de recuperação rápida, tal como definido em linhas gerais na comunicação mencionada. É especialmente importante desenvolver mais esforços no sentido de facilitar a gestão do financiamento da UE a fim de acelerar o fluxo de financiamento para os beneficiários mais afectados pela recessão económica. É importante alcançar o objectivo global de optimização dos investimentos co-financiados nos Estados-Membros e regiões e de aumentar o impacto do financiamento em toda a economia, em especial nas pequenas e médias empresas e no emprego. As pequenas e médias empresas são o motor da economia europeia e os principais produtores do crescimento sustentável, criando numerosos empregos de qualidade. Uma maior simplificação e clarificação das regras que regem a política de coesão terão inegavelmente um

impacto positivo no ritmo da implementação de programas, em especial ao proporcionar às autoridades nacionais, regionais e locais regras mais claras e menos burocráticas que permitirão uma maior flexibilidade na adaptação dos programas aos novos desafios.

**David Casa (PPE)**, *por escrito*. – (EN) O relatório refere-se à gestão financeira de alguns dos fundos mais importantes na União Europeia. Incluem-se aqui o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão. Após uma análise cuidada da proposta de regulamento (COM(2009)0384) assim como do artigo 161.º do Tratado da CE, além de outros documentos, senti-me inclinado a apoiar a posição do relator e por isso votei a favor do relatório.

**Vasileica Viorica Dăncilă (S&D)**, *por escrito*. – (RO) A alteração da regulamentação relativa à implementação dos Fundos Estruturais e de Coesão é uma medida destinada a apoiar os Estados-Membros da UE durante a crise actual. Sobretudo, ela responde aos seus pedidos para que se simplifique a gestão dos fundos.

Estou convicta de que as novas disposições ajudarão, ao mesmo tempo, a reduzir os riscos de os fundos se perderem por não serem utilizados com a rapidez suficiente, uma vez que se oferece um quadro temporal mais dilatado para os projectos que não foram ainda aprovados ou implementados durante o período especificado.

Espero também que estas regras simplificadas entrem em vigor o mais rapidamente possível para que os Estados-Membros e em especial as regiões destinadas a beneficiar desta opção de financiamento da UE, assim como as autoridades públicas dessas regiões, continuem a investir em projectos europeus apesar dos constrangimentos orçamentais.

**Marielle De Sarnez (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) A delegação do Movimento Democrático saúda a aprovação de um relatório que permite a simplificação de algumas disposições do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo Social Europeu e do Fundo de Coesão. A flexibilização dos prazos para a utilização dos fundos constitui um importante passo em frente. As regras actuais estipulam que a ajuda tem de ser utilizada no prazo de dois anos após ter sido concedida, caso contrário, terá de ser devolvida. Com as novas regras, as regiões e os Estados-Membros não perderão os fundos afectados em 2007 a projectos cuja execução tenha sofrido atrasos. A partir de agora, os projectos ambientais de valor total inferior a 50 milhões de euros não terão mais de ser objecto de um pedido específico dos Estados-Membros para serem aprovados pela Comissão Europeia. Para 2010, serão autorizados adiantamentos financeiros adicionais para os Estados-Membros mais afectados pela crise económica e financeira. A simplificação de algumas disposições também facilitará a análise dos Programas Operacionais em curso e permitir-nos-á responder melhor a situações de crise. Por exemplo, as regiões afectadas pela tempestade Xynthia poderão utilizar esta nova flexibilidade para ajudarem as vítimas daquela catástrofe natural.

**Robert Dušek (S&D)**, *por escrito*. – (CS) A Comissão apresentou uma proposta de alteração ao regulamento relativo aos Fundos Estruturais, com o objectivo de proporcionar aos Estados-Membros gravemente afectados pela crise financeira o necessário estímulo económico. A alteração deve conduzir à aplicação dos chamados limiares de apoio. Deve aplicar-se um limiar de 50 milhões de euros em vez dos actuais 25 milhões de euros. Os grandes projectos devem também ser protegidos da anulação automática. Alguns Estados deveriam também ser autorizados a candidatar-se ao reembolso de 100% dos custos das medidas no mercado de trabalho por parte do Fundo Social Europeu. Se, de uma perspectiva orçamental, é possível dar início ao financiamento sem necessidade de participação conjunta, do que eu duvido bastante, então a única maneira correcta e possível é comparar pela mesma bitola as regras e os regulamentos para tudo. É totalmente inaceitável que alguns Estados-Membros sejam identificados como "mais afectados pela crise" e fiquem isentos da aplicação das regras por estas razões. Se deve haver isenções, então que sejam aplicadas a todos da mesma maneira! A UE não é uma entidade tão grande assim que possamos deduzir diferentes consequências da crise financeira para os Estados-Membros. As economias estão inter-relacionadas e as consequências da gestão económica são uma faca de dois gumes. Seria igualmente errado recusarmos isenções com o intuito de penalizar Estados-Membros que estão a tentar estimular as suas próprias economias e que não estão à espera da ajuda da UE. Mesmo em tempos de crise, lutemos pela igualdade de condições em situações equivalentes! O relatório toma isso em consideração e, como tal, sou a favor da sua aprovação.

**Ioan Enciu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Congratulo-me com a aprovação do relatório Kirilov, que apoiei com o meu voto. Penso que a aprovação deste relatório tão pouco tempo depois da Comunicação da Comissão será benéfica, pois as medidas nele definidas acelerarão o processo de financiamento, ajudando a impulsionar a recuperação económica nas regiões, uma necessidade absoluta na actual crise. O relatório faz parte das orientações elaboradas pelo Conselho acerca das alterações relacionadas com as regras em matéria de gestão

financeira dos programas co-financiados pelo FSE, assim como as referentes à execução dos programas e destinadas a facilitar, simplificar e clarificar os regulamentos que regem a política de coesão. No caso da Roménia, isto implica um aumento do volume dos pagamentos antecipados para o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e mais tempo para utilizar os fundos europeus "anulando-os" para que os Estados-Membros possam reutilizar os fundos como parte do programa. Outras alterações incluem a simplificação e clarificação das medidas requeridas para implementar os Fundos Estruturais, tanto durante a fase de apresentação das candidaturas ao financiamento como na elaboração do relatório anual sobre a execução do programa. Existe também um acordo acerca de um limiar uniforme de 50 milhões de euros, que define um grande projecto susceptível de ser elegível para financiamento por vários programas europeus.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão no que respeita à simplificação de certos requisitos e algumas disposições referentes à gestão financeira. O impacto grave e sem precedentes da crise económica e financeira actual sobre os orçamentos dos Estados-Membros exige a simplificação da gestão da política de coesão e o aumento dos pagamentos antecipados. Apesar da conjuntura difícil, estas medidas permitirão manter um fluxo de tesouraria regular que garantam os pagamentos aos beneficiários durante a implementação destes programas.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Considero que a política de coesão comunitária é uma questão central para o desenvolvimento e a execução do princípio da solidariedade entre Estados-Membros preconizada pela União Europeia. Como tal, e em particular em tempos de crise - em que estes fundos podem contribuir para diminuir, em particular, o impacto sentido nas regiões mais necessitadas - é fundamental melhorar a actual estrutura da política de coesão, por forma a que os fundos possam ser concedidos de modo mais eficiente, com resultados mais eficazes e em tempo útil.

Por outro lado, é necessária uma maior flexibilização dos instrumentos, uma vez que instrumentos rígidos, incapazes de se adaptar a circunstâncias imprevisíveis, tais como uma crise, são prejudiciais para o desenvolvimento económico da UE. Também se deve assegurar que os fundos disponibilizados no âmbito da política de coesão sejam devidamente utilizados pelos Estados-Membros e que os recursos disponíveis sejam gastos de forma eficiente. Para isto, considero fundamental repensar não apenas a estrutura da política de coesão da União, mas também os mecanismos de controlo disponíveis e a existência de meios coercivos disponíveis em caso de incumprimento pelos Estados-Membros.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – O objectivo desta proposta é prestar um incentivo económico adicional a certos Estados-Membros que foram duramente atingidos pela crise económica. Foi apresentada na sequência do Plano de Relançamento da Economia Europeia, no contexto do qual as disposições de aplicação do regulamento de base, anteriormente referido, já haviam sido modificadas em 2009 para permitir mais flexibilidade em matéria de pagamentos por adiantamento. O principal elemento da proposta da Comissão destina-se a tratar as consequências da crise financeira, pelo que a solução proposta foi introduzir uma opção temporária para que os Estados-Membros que sofrem de dificuldades graves de tesouraria possam pedir um reembolso de 100% do financiamento de medidas no domínio do mercado de trabalho ao abrigo do FSE, i.e., uma derrogação ao princípio do co-financiamento. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa implicou uma alteração ao processo legislativo. Em vez do processo de parecer favorável, caso em que o Parlamento apenas poderia dizer sim ou não, o Parlamento adquiriu plenos poderes para se pronunciar sobre o conteúdo do texto no âmbito do processo legislativo ordinário. Votei por isso favoravelmente e espera-se agora que a Comissão apresente a proposta de orçamento rectificativo correspondente, para apreciação e aprovação pela autoridade orçamental.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A proposta da Comissão implica a introdução de uma opção temporária, a que poderiam recorrer os Estados-Membros com dificuldades de tesouraria graves para financiar as medidas necessárias de promoção do crescimento e do emprego destinadas a combater a crise e elegíveis a título do Fundo Social Europeu, que lhes permitiria solicitar reembolsos à Comissão em 100%, para 2009 e 2010, desta forma deixando de ser necessário o co-financiamento nacional durante este período.

Trata-se de uma medida que temos vindo a defender, de forma a possibilitar uma utilização plena dos fundos comunitários, numa altura em que estes fazem mais falta. Por outro lado, a posição do Conselho não é coincidente, apontando apenas para a necessidade de "uma fracção de pré-financiamento adicional para os Estados-Membros mais duramente atingidos pela crise".

O documento em votação no Parlamento Europeu coloca-se ao lado da posição do Conselho, o que nos parece uma posição mais ambígua e menos favorável aos Estados-Membros mais atingidos pela crise. No entanto, consideramos que "prolongar o prazo para o cálculo da anulação automática das autorizações orçamentais anuais relativas à contribuição total anual de 2007, a fim de melhorar a absorção dos fundos autorizados a certos programas operacionais" constitui um aspecto positivo.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Os principais desafios que a União Europeia tem enfrentado devido à crise económica e financeira levaram ao lançamento de certas acções prioritárias que ajudarão as economias nacionais a adaptarem-se à situação criada. Votei a favor do relatório dado que sou decididamente a favor da concessão de incentivos financeiros adicionais aos Estados-Membros duramente atingidos pela crise económica, bem como da simplificação dos aspectos relacionados com a gestão financeira. Todos os países poderiam beneficiar do adiamento das anulações, enquanto os países na situação mais difícil beneficiariam de pagamentos antecipados adicionais. Estes países são a Estónia, a Hungria, a Roménia, a Letónia e a Lituânia. Uma maior clarificação dos regulamentos relativos à política de coesão e uma simplificação dos procedimentos teriam uma influência positiva na taxa de implementação dos programas. Esta medida é especialmente importante dado que a política de coesão é o instrumento mais importante em termos da concessão de ajuda à economia real.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A simplificação no acesso ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão é primordial para o apoio aos Estados-Membros mais afectados pela crise económica que se vive. À medida que se vai apurando o real impacto da crise financeira na economia real e no mercado de trabalho é necessário tomar medidas para melhorar o acesso aos instrumentos de financiamento da União. É necessário que exista um fluxo de tesouraria regular que permita facilitar o pagamento aos beneficiários durante a execução dos programas.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Em tempos de crise, a UE mostra uma vez mais as suas verdadeiras cores. Quando os Estados-Membros da UE a leste tiveram de viver congelados durante o diferendo do gás da Rússia, houve poucos indícios de solidariedade. Agora, quando se trata da lengalenga económica do euro – a bandeira da União Europeia – de repente já é possível qualquer coisa. Os subsídios da UE foram ajustados em conformidade. Embora o possível reembolso de 100% para 2009 e 2010 para financiar medidas das políticas do mercado de trabalho não promovesse uma melhor educação e aprendizagem de elevada qualidade na medida em que nós gostaríamos, é certamente crucial na actual situação. Todos os Estados-Membros beneficiariam da anulação das autorizações do orçamento e os países com mais problemas receberiam pagamentos adiantados adicionais. Colocar dinheiro indiscriminadamente num poço sem fundo sem medidas de acompanhamento pode ser perigoso. Por isso, votei contra a proposta.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Face à crise económica e financeira, cumpre otimizar a utilização de medidas que simplifiquem certos procedimentos específicos para aceder aos fundos europeus. Entre elas incluem-se:

- a concessão de um pré-financiamento adicional para 2010 aos Estados-Membros afectados pela crise, garantindo desta forma um fluxo de tesouraria constante e facilitando os pagamentos aos beneficiários durante a fase de implementação dos programas;
- o prolongamento do prazo para calcular a anulação automática das autorizações do orçamento anual referentes à contribuição anual total de 2007, o que melhorará a absorção dos fundos autorizados para certos programas operacionais e assegurará um apoio adequado às iniciativas a favor da preservação e criação de postos de trabalho;
- os Estados-Membros que beneficiaram de apoio em 2009, em consonância com a legislação que estabelece um instrumento de assistência financeira a médio prazo para as balanças de pagamentos dos Estados-Membros, podem beneficiar em 2010, mediante determinadas condições, de 2% da contribuição do Fundo de Coesão e 4% da contribuição do FSE para o programa operacional.

Estas medidas contribuirão para o desenvolvimento de um mercado de trabalho inclusivo e flexível e para uma melhoria significativa do impacto positivo gerado pelo financiamento da UE na economia em geral, mas particularmente nas pequenas e médias empresas e ao mercado de trabalho.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei contra este relatório porque nós, o Grupo Verts/ALE, apresentámos seis alterações e todas elas foram rejeitadas.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente esta proposta por considerar que se trata de uma matéria de elevada importância para Portugal, e particularmente para as suas regiões ultraperiféricas, mais vulneráveis à crise que atravessamos, uma vez que sentem os seus efeitos de forma mais intensa e demoram mais tempo a ultrapassá-la.

Embora, em linha gerais, esteja de acordo com o seu conteúdo, não posso deixar de sublinhar as dificuldades enfrentadas pelo poder regional e local em desbloquear recursos que lhes permitam cumprir a sua quota-parte de financiamento dos projectos subsidiados por fundos comunitários. Foi com desânimo que vi bloqueada, no Conselho, a possibilidade da majoração da taxa de co-financiamento comunitária para 100%, mesmo que a título temporário e como adiantamento que seria compensado nos últimos anos de vigência dos programas.

A solução de compromisso, embora não seja óptima, vem permitir que, excepcionalmente, as verbas comunitárias relativas a 2007, e que não tenham sido absorvidas em projectos de arranque mais lento, beneficiem de um prazo alargado antes de serem anuladas.

Todos estamos cientes das escolhas difíceis que famílias e empresas têm de fazer hoje em dia e da importância que medidas como as que ora se prevêem podem ter numa recuperação da economia que se deseja rápida e sustentada.

**Viktor Uspaskich (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) A crise financeira global afectou todos os Estados-Membros. Sinto que os Estados bálticos sofreram o golpe mais doloroso. Foram tomadas medidas rigorosas por causa do furacão financeiro e perderam-se postos de trabalho. No entanto, temos uma oportunidade única para transformar a crise numa oportunidade. Gostaríamos de dar aos jovens lituanos um futuro muito promissor na Lituânia e evitar o crescimento da "fuga de cérebros". Esta é uma tarefa impossível sem os Fundos Estruturais e de Coesão da UE, em especial o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Os Fundos Estruturais constituem uma grande parte do financiamento da UE - 277 mil milhões de euros foram atribuídos ao orçamento para 2007-2013. O FEDER estimula o desenvolvimento económico e a recuperação em áreas menos prósperas da UE. Ajuda a financiar medidas como a regeneração de áreas industriais afectadas pela redução de cidades e aldeias. Inclui importantes programas regionais, tais como o Programa para a Região do Mar Báltico, a fim de fortalecer a identidade e o reconhecimento regionais. O Fundo de Coesão desempenha um papel importante na redução das disparidades entre os Estados-Membros da UE, em especial em termos de ambiente e das redes transeuropeias de transportes. Hoje em dia (2007-2013), o Fundo Social Europeu tem também um papel vital a desempenhar, ajudando empresas e trabalhadores a adaptarem-se às novas condições do mercado e apoiando as inovações no local de trabalho, a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade acrescida. O programa do FSE para a Lituânia está a resolver o problema da escassez de mão-de-obra através da mobilização de recursos humanos, da melhoria das competências e do aumento dos níveis de qualificação. Desde a sua adesão à UE, a Lituânia tem vindo a registar uma "fuga de cérebros" maciça. A melhor maneira de combater este facto será através do investimento dos Fundos Estruturais da UE nos jovens profissionais.

#### **Proposta de resolução: (B7-0221/2010)**

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor desta resolução apresentada pela Conferência dos Presidentes das Comissões, a qual solicita à Comissão que apresente novas propostas para os dossiês que estavam pendentes no Parlamento na altura da entrada em vigor do Tratado de Lisboa e cujo procedimento prescreveu entretanto.

Na qualidade de relatora do parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar para a "Proposta de recomendação do Conselho relativa a medidas de luta contra as doenças neurodegenerativas, em especial a doença de Alzheimer, mediante a programação conjunta das actividades de investigação", apoio o convite formulado pela Conferência dos Presidentes das Comissões à Comissão para que apresente uma nova proposta sobre estes dossiês, a fim de que o Parlamento seja consultado da maneira adequada ao seu papel institucional também atribuído pelas disposições do novo Tratado.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Com esta resolução, o Parlamento Europeu entra directamente em todas as políticas mais importantes da União Europeia. A resolução introduz as modificações jurídicas necessárias para que ele possa desempenhar cabalmente a sua função, quer a nível institucional, quer a nível internacional. O Parlamento Europeu pode finalmente garantir na íntegra a defesa dos interesses dos cidadãos da UE, e é por esse motivo que votei a favor desta resolução.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – O Tratado de Lisboa vem atribuir, claramente, novas responsabilidades e competências ao PE. Com a sua entrada em vigor a 1 de Dezembro de 2009, muitas propostas que tinham sido apresentadas pela Comissão com base nos Tratados, mas que se encontravam ainda pendentes nessa data (em diferentes fases do processo legislativo ou não legislativo), serão alvo de transformações. Nalguns casos, existirão diferenças a nível do processo decisório, devido ao alargamento significativo da aplicação do processo legislativo ordinário, ou à aplicação de um novo processo de aprovação no que diz respeito à celebração de acordos internacionais; noutros casos, existe apenas uma alteração da sua base jurídica, pretendendo a Comissão fazer a sua alteração formal através da sua proposta "omnibus". Porém, existem propostas (no âmbito do antigo 3.º pilar) cujo quadro jurídico foi profundamente alterado, tendo assim caducado, e que deverão ser substituídas por novas. Enquanto relator da iniciativa que cria um mecanismo de avaliação para controlar a aplicação do acervo de Schengen, solicito que uma nova proposta seja apresentada com a maior brevidade possível. Apoio, assim, a resolução do PE.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução sobre as consequências da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre os processos decisórios interinstitucionais. A entrada em vigor do novo Tratado exige uma redefinição das bases jurídicas de diversos dossiês pendentes. É urgente que a Comissão e o Conselho promovam as alterações necessárias tendo em conta o novo quadro normativo.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A entrada em vigor do Tratado de Lisboa obrigou não só a um novo arranjo institucional e a uma nova hierarquia de normas, mas também a uma especial cautela sobre os processos decisórios que se encontravam em curso naquela data. Estes viram alteradas as bases jurídicas, bem como os processos que lhes eram correspondentes, justificando plenamente a sua reapreciação.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – O Tratado de Lisboa atribui novas responsabilidades e competências ao PE. Com a sua entrada em vigor a 1 de Dezembro de 2009, muitas propostas que tinham sido apresentadas pela Comissão com base nos Tratados, mas que se encontravam ainda pendentes nessa data serão alvo de transformações. Nalguns casos, existirão diferenças ao nível do processo decisório, devido ao alargamento significativo da aplicação do processo legislativo ordinário, ou à aplicação de um novo processo de aprovação no que diz respeito à celebração de acordos internacionais; noutros casos, existe apenas uma alteração da sua base jurídica, pretendendo a Comissão fazer a sua alteração formal através da sua proposta "omnibus". Porém, existem propostas (no âmbito do antigo 3.º pilar) cujo quadro jurídico foi profundamente alterado, tendo assim caducado, e que deverão ser substituídas por novas. Voto por isso favoravelmente a resolução do PE.

**Eleni Theoharous (PPE)**, *por escrito*. – (EN) Voto contra a proposta de resolução sobre as consequências da entrada em vigor do Tratado de Lisboa sobre os processos decisórios interinstitucionais em curso, porque ela inclui o regulamento sobre o chamado "comércio directo" entre a UE e a parte ocupada da República de Chipre.

A base jurídica do regulamento está absolutamente errada, porque a Comissão Europeia escolheu o artigo 133.º do Tratado - agora, após o Tratado de Lisboa, n.º 2 do artigo 207.º - que aborda as questões com países terceiros. A utilização dessa base jurídica seria contra o Protocolo n.º 10 sobre Chipre, que prevê claramente que a República de Chipre aderiu à União Europeia como um território completo, com a suspensão do acervo da União na parte norte da ilha, devido à ocupação turca. A actual base jurídica do regulamento é um insulto à soberania e à integridade territorial de um Estado-Membro da UE, a República de Chipre, e é contra os princípios e os valores nos quais se funda a UE e que o Parlamento Europeu deve respeitar e promover enquanto farol da democracia europeia.

#### **Relatório: József Szájer (A7-0110/2010)**

**Alfredo Antoniazzi (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Votei a favor do relatório do deputado Szájer, a quem gostaria de agradecer pela excelente análise que fez à luz das alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa.

Face à amplitude e diversidade das implicações que os "actos delegados" vão ter no procedimento legislativo, considero que o desejo do Parlamento de aplicar condições específicas e claras a estes actos delegados, de modo a garantir a esta Câmara um verdadeiro controlo democrático sobre os mesmos, é particularmente louvável. Penso que necessitaremos também, em particular, de testar na prática a forma como este sistema novo vai funcionar, para que se proceda a eventuais alterações que se revelem necessárias.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – O Tratado de Lisboa combate o défice democrático, reforçando os poderes quer do Parlamento Europeu quer dos parlamentos nacionais. É nesta linha que se insere este novo instrumento que permite que o legislador possa delegar parte dos seus poderes na Comissão Europeia (artigo 290.º do



TFUE), desde que se trate de um acto de alcance geral que permita completar ou alterar partes de um acto legislativo que não se considerem essenciais. Permitirá, assim, que de uma forma mais rápida e simples se possam preencher lacunas ou regulamentar ou actualizar aspectos mais detalhados de um acto legislativo, evitando procedimentos legislativos demasiado complicados e longos, que acabavam por acarretar consequências negativas para os cidadãos. Está salvaguardada quer a possibilidade da delegação ser retirada a qualquer momento, quer a exigência de assentimento prévio do PE (e do Conselho) antes da entrada em vigor dos actos aprovados pela Comissão ao abrigo de uma delegação. Apoio esta inovação que deverá substituir o tão "famigerado" sistema de "comitologia", mas urge agora definir a forma como estas delegações podem ser feitas, o seu âmbito de aplicação, o seu objectivo, os métodos de trabalho a utilizar e as condições em que o controlo pode ser exercido pelo legislador.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A concretização do Tratado de Lisboa impõe a clarificação de algumas das suas normas, em particular aquelas de conteúdo jurídico-processual como as que versam sobre o processo legislativo, a hierarquias de normas e as competências das instituições. O n.º 1 do artigo 290.º do Tratado prevê que um acto legislativo pode delegar na Comissão o poder de adoptar actos não legislativos de alcance geral que completem ou alterem certos elementos não essenciais do acto legislativo. Fá-lo com especiais cautelas e impondo fortes restrições ao seu âmbito. Não obstante este facto, é importante a densificação do direito positivado no Tratado de modo a obviar a interpretações demasiado díspares que colocariam em risco a coerência do direito comunitário. Se estes actos são banais a nível dos Estados-membros, o mesmo não se poderá dizer dos actos em apreço. A legitimidade da Comissão e dos Governos não é a mesma, devendo, por isso, a delegação legislativa à primeira ser rodeada de maior cuidado e zelo e de parcimónia na sua utilização. Corroboro o entendimento de que o recurso à delegação legislativa deve permitir a adopção de legislação simples e acessível, contribuindo para a certeza do direito, a eficácia do delegado e o controlo do delegante.

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito*. – (DE) Nos termos do artigo 290.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o legislador pode delegar certas competências na Comissão, no uso das quais a Comissão poderá apenas complementar ou alterar um acto legislativo. O "actos delegados", adoptados pela Comissão em conformidade, são actos não legislativos de aplicação geral. O relator defende um acompanhamento mais rigoroso da Comissão no exercício das suas competências legislativas delegadas. Por esta razão, votei favoravelmente a aprovação do relatório.

**Raúl Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente o relatório Szájer sobre o poder de delegação legislativa e o relatório Speroni sobre o pedido de levantamento da imunidade de Miloslav Ransdorf. Ambos os relatórios foram aprovados por uma larga maioria.

**Eva-Britt Svensson (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (SV) Votei favoravelmente o relatório sobre o poder de delegação legislativa. O artigo 290.º do Tratado de Lisboa permite ao Parlamento levantar objecções ou revogar alterações e aditamentos da Comissão aos actos legislativos. No entanto, isso exige uma maioria absoluta, ou seja, uma maioria do número de deputados eleitos. Na ausência de deputados, isso significa normalmente 60% dos votantes. Anteriormente, só o Conselho conseguia fazer isso, desde que se obtivesse uma maioria qualificada de votos. Os grupos de peritos da Comissão, que são escolhidos a dedo entre os Estados-Membros, têm uma grande influência na delegação legislativa. Um exemplo disso é dado pelo facto de, através de um grupo de peritos, a Comissão ter permitido um novo tipo de milho geneticamente modificado, apesar da oposição do Parlamento e do Conselho. Outro exemplo é a Directiva "Serviços" original, onde o Conselho e o Parlamento eliminaram um parágrafo que dizia que deveria ser proibida a exigência de um representante permanente no caso do destacamento de trabalhadores, por outras palavras, um equivalente ao sindicato. A Comissão, porém, foi contra isso e elaborou orientações determinando que não era necessário ter um representante permanente. A Comissão pretende salvaguardar a sua independência e continuar a utilizar os seus grupos de peritos (COM(2009)0673). O relator, o senhor deputado Szájer, rejeita tanto os grupos de peritos nacionais como o envolvimento das autoridades nacionais. Eu não concordo com este último ponto.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – O Tratado de Lisboa veio alterar o antigo sistema de comitologia através da referência a novos instrumentos jurídicos, tais como os actos delegados e os actos de execução. Com o novo Tratado, o Parlamento Europeu assume a posição de co-legislador, a par do Conselho.

A consagração da possibilidade de delegar na Comissão o poder de adoptar actos não legislativos complementares dos actos legislativos é uma evolução no sentido de colocar as duas instituições em pé de igualdade. Este relatório pretende clarificar as condições em que o instituto da delegação de poderes do Parlamento e do Conselho na Comissão Europeia, previsto no artigo 290.º do TFUE, pode ter lugar. O

documento insiste na importância do princípio da liberdade do legislador em delegar as suas competências na Comissão, como sendo um instrumento para "legislar melhor".

O relatório salvaguarda a necessidade de evitar impor ao legislador outras obrigações, para além das que já estão inscritas no Tratado, devendo o legislador permitir à Comissão exercer eficazmente o poder delegado e controlar devidamente a sua utilização. Pelas razões acima referidas, e considerando que a primeira prioridade deve consistir na adaptação do acervo em domínios que, antes do Tratado de Lisboa, não estavam sujeitos ao processo da co-decisão, votei favoravelmente o documento.

**Relatório: Peter van Dalen (A7-0114/2010)**

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) A competitividade do transporte marítimo europeu deve continuar a ser um dos objectivos estratégicos da política comunitária de transporte marítimo. Para atingir este objectivo, temos de garantir o necessário apoio à inovação, à investigação científica e ao seu desenvolvimento, o que irá acelerar a modernização das infra-estruturas portuárias marítimas e assegurar a aplicação das mais recentes tecnologias na indústria de construção naval. A redução da carga administrativa e da burocracia levaria a um aumento dos investimentos públicos e privados nos sectores dos portos marítimos e da navegação. O desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes, a criação de auto-estradas marítimas e o desenvolvimento da intermodalidade dos meios de transporte levariam à criação de um sistema europeu de transporte marítimo competitivo e aberto à inovação. Temos também de abordar a questão da harmonização da tributação aplicável às tripulações que navegam sob o pavilhão da União Europeia.

**Mara Bizzotto (EFD)**, *por escrito*. – (IT) O território marítimo da União Europeia é o mais extenso do mundo. A economia marítima oferece trabalho a cinco milhões de pessoas, ao mesmo tempo que 5% do PIB da UE provém de indústrias e serviços com uma ligação directa a este sector. Os dados e os factos mostram inequivocamente que o mar constitui um recurso crucial para o emprego e crescimento nos Estados-Membros, especialmente tendo em consideração a sua dimensão internacional e, consequentemente, o grau de pressão a que está sujeito em termos da concorrência global.

Relativamente a este aspecto, o relatório contém muitos pontos positivos no que diz respeito à procura de incentivos para o sector marítimo a nível nacional, e de uma maior coordenação regulamentar a nível da UE. Isto poderia começar a reduzir a burocracia, o que ajudaria a aumentar a competitividade de todo o sector. Concorro com a abordagem do relatório, e é por este motivo que irei votar a seu favor.

**Marielle De Sarnez (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) A delegação do Movimento Democrático saúda a adopção das metas estratégicas para os transportes marítimos da UE até 2018. A resolução adoptada apela em especial ao melhoramento dos profissionais do mar através do reforço das qualificações profissionais e da harmonização da formação europeia. Com efeito, é essencial proporcionar formação ao longo da vida e requalificação profissional aos trabalhadores marítimos a todos os níveis, em terra e a bordo. Tendo isto em mente, os Estados-Membros têm de ratificar urgentemente a Convenção sobre o Trabalho Marítimo de 2006 da Organização Internacional do Trabalho. Para que o transporte marítimo continue a ser um dos meios de transporte menos poluentes, há ainda que conseguir progressos na redução de emissões de óxido de enxofre, óxido de azoto, partículas (PM10) e CO<sub>2</sub>. É por esse motivo que os deputados europeus do Movimento Democrático lamentam a recusa da Comissão em incluir o sector marítimo nos regimes de comércio de licenças de emissão. Temos de continuar a fazer progressos neste sentido e, para tal, a Organização Marítima Internacional (OMI) terá de definir metas de redução, aplicáveis a todos os Estados-Membros, que nos permitam evitar as distorções da concorrência com frotas de países terceiros.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A Comissão Europeia apresentou uma comunicação sobre os objectivos estratégicos e as recomendações para a política comunitária de transporte marítimo até 2018. A proposta da Comissão compreende uma vasta gama de assuntos relativos à política comunitária de transportes marítimos, permitindo às partes interessadas do sector uma grande margem de manobra e de iniciativa para concretizar os objectivos e as recomendações estratégicas agora definidas.

As principais questões abordadas pela proposta da Comissão são (i) o valor e a posição concorrencial da navegação marítima europeia num mercado global; (ii) as oportunidades de emprego no sector marítimo; (iii) a qualidade da navegação marítima europeia; (iv) a cooperação internacional; (v) o transporte marítimo europeu como elemento da economia europeia e como força motriz de integração económica; e (vi) a posição da Europa enquanto líder mundial em matéria de investigação e inovação marítimas.

Esta matéria, atenta a posição geográfica de Portugal e a importância estratégica do mar, é de interesse fundamental para o nosso país, sendo que todos os esforços para a construção de uma "economia do mar" merecem o nosso apoio e empenho.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – O sector marítimo europeu presta um contributo inequívoco e vital à economia interna da Comunidade e ao sistema de transportes europeu. Importa, por conseguinte, dar prioridade aos interesses do sector europeu dos transportes marítimos aquando da elaboração de uma política europeia geral de transportes. Cumpre perceber que o sector marítimo europeu funciona e compete principalmente num mercado global. O sector dos transportes marítimos enfrenta grandes desafios em matéria de ambiente. Fundamentalmente, importa melhorar substancialmente o desempenho ambiental dos navios de mar e as emissões de SO<sub>x</sub>, de NO<sub>x</sub>, de partículas finas e de CO<sub>2</sub>. A este respeito, sublinho a necessidade de alcançar acordos a nível mundial a fim de combater o risco de mudança de pavilhão para países que não tenham direito a participar. No domínio da segurança, destaco o facto de os Estados-Membros serem convidados a aplicar o pacote de segurança proposto rápida e correctamente, nomeadamente em relação ao Memorando de Paris (referente a inspecções definidas em função dos riscos). Tal impedirá inspecções desnecessárias, aumentará a eficácia da monitorização e reduzirá a burocracia para os que são objecto de inspecções.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) O apelo à redução da pegada de carbono dos navios e infra-estruturas portuárias, o melhoramento das instalações para os trabalhadores marítimos, o apelo à redução das emissões de óxidos de enxofre, óxidos de azoto, partículas (PM10) e CO<sub>2</sub> ou até à criação de zonas de controlo das emissões são algumas das medidas que poderão ter um resultado positivo consoante a forma como forem aplicadas. A importância permanente da questão da concorrência livre e sem distorções, contudo, e a subordinação dos direitos dos trabalhadores marítimos à competitividade significam que este relatório vai contra os interesses dos marítimos e o interesse geral. É por esse motivo que vou votar contra este texto.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Com a aprovação desta resolução definem-se os objectivos necessários para que exista uma política comunitária de transporte marítimo. Este meio de transporte tem vindo a ganhar protagonismo, até por se tratar de um meio de transporte amigo do ambiente e com potencialidade para se tornar ainda mais eficiente a esse propósito. O sector do transporte marítimo é essencial para a economia europeia, não só no aspecto do transporte de passageiros, de matérias-primas, de mercadorias e de produtos energéticos, mas também enquanto núcleo de um pólo alargado de actividades marítimas, como a indústria naval, a logística, a investigação, o turismo, a pesca e a aquicultura, só para referir alguns exemplos.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente o relatório Van Dalen sobre a estratégia para o transporte marítimo até 2018, embora a nossa alteração sobre a inclusão do transporte marítimo no ETS tenha sido rejeitada por uma vasta maioria (voto nominal).

**Vilja Savisaar (ALDE)**, *por escrito*. – (ET) O futuro do sector europeu de transporte marítimo desempenha um papel muito importante na União Europeia do ponto de vista económico e social e também ambiental. A votação que teve lugar hoje estabelece uma estratégia para a política comunitária de transporte marítimo até 2018 e talvez isso tenha um efeito directo nos 41% de frotas que pertencem à Europa e, indirectamente, no sector dos transportes marítimos de todo o mundo. O Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa apoiou este relatório, uma vez que ele corresponde, em grande medida, às nossas expectativas e as nossas propostas de melhoria foram acolhidas. Na nossa opinião, as seguintes palavras-chave devem desempenhar um papel fundamental no futuro do sector dos transportes marítimos: eficiência, respeito pelo ambiente e condições de mercado equitativas. Por consequência, é importante que o relatório que está hoje em vias de ser aprovado apele a todos os Estados-Membros para que ratifiquem a Convenção da Organização Marítima Internacional, a fim de garantir melhores condições para os armadores e marítimos, assim como para o ambiente. Finalmente, agradeço ao relator o seu elevado nível de cooperação e de abertura durante a elaboração do relatório.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – O transporte marítimo constitui, sem sombra de dúvidas, uma vantagem competitiva europeia, mas há ainda muito por fazer para a promoção da inter e da co-modalidade, o que passa também pelo reposicionamento da via marítima como uma alternativa verdadeiramente competitiva.

A indústria marítima enfrenta vários desafios, que se podem transformar em verdadeiras oportunidades se os soubermos aproveitar, apostando na formação de jovens técnicos que possam colmatar o défice de profissionais no sector. O desenvolvimento tecnológico e a redução das burocracias desnecessárias para atrair o investimento no sector portuário constituem igualmente prioridades.

Deve ser procurada uma navegação mais segura e limpa, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e dando uma resposta eficaz aos actos de pirataria. As pressões que ameaçam o posicionamento da frota marítima europeia, e que têm sobretudo origem nas ajudas estatais ao sector em países terceiros, devem ser geridas num enquadramento a ser desenvolvido no âmbito da OMC.

A infra-estrutura europeia e a capacidade portuária merecem continuar a ser desenvolvidas, bem como as auto-estradas marítimas, tão importantes para países do Sul e periféricos como Portugal e para regiões ultraperiféricas como a Madeira.

O relatório que hoje aprovámos abrange, em linhas gerais, estas orientações, tendo merecido assim o meu apoio.

**Viktor Uspaskich (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) Mais de 80% do comércio mundial ocorre no mar e o transporte marítimo continua a ser a espinha dorsal do comércio internacional. A UE é o maior exportador mundial e o segundo maior importador. Por consequência, os serviços de navegação e similares são essenciais, se queremos que as empresas europeias compitam à escala global. A cabotagem é uma parte importante da cadeia de transportes europeia, sendo responsável por 40% da carga que circula dentro da Europa. Anualmente, mais de 400 milhões de passageiros utilizam os portos europeus e, por conseguinte, os transportes marítimos afectam directamente a qualidade de vida dos cidadãos europeus. O Parlamento Europeu é um dos defensores da política marítima da UE. A política comunitária de transporte marítimo sustenta igualmente outras políticas, nomeadamente uma política marítima integrada. A crise financeira mundial afectou também o sector dos transportes marítimos. Assim, temos agora de libertar efectivamente o potencial económico deste sector, de modo a estimular o crescimento económico e a estabilidade social e ambiental. A competitividade a longo prazo do sector europeu de navegação é a pedra angular da política marítima da UE. Esta estratégia promove transportes marítimos seguros, limpos e eficazes e a criação de emprego na indústria marítima europeia. Uma visão estratégica que tenha em conta o desenvolvimento dos transportes marítimos, dos portos e sectores similares é importante para a simplificação da política marítima comunitária e para que ela possa enfrentar os desafios futuros, por exemplo, o combate à pirataria e a redução do impacto ambiental dos transportes marítimos. É essencial uma abordagem integrada e intersectorial, incluindo as políticas relativas à pesca, aos transportes, ao ambiente, à energia, à indústria e à investigação científica. Acabaram os tempos da concorrência entre vizinhos europeus. E isto aplica-se tanto à Lituânia como ao resto da Europa.

**Dominique Vlasto (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Saúdo a aprovação deste relatório que incorpora algumas das minhas propostas para o futuro da política de transportes marítimos e sectores afins, quer em termos de construção naval, do turismo ou das pescas. Para mim, foi importante reafirmar a necessidade da segurança como pré-requisito para o transporte marítimo e sublinhar, apesar da conjuntura económica difícil, a necessidade de observar padrões elevados de protecção do ambiente marinho e costeiro. O aumento esperado no volume de mercadorias e passageiros, as normas ambientais mais rígidas e a necessidade de promover a intermodalidade e alterações modais tornam necessária a modernização das infra-estruturas portuárias. Estas medidas estruturais exigem um investimento significativo juntamente com regras de financiamento transparentes e justas de modo a apoiar a inovação e a aumentar a competitividade dos portos europeus. Por último, saúdo o facto de a dimensão social figurar na nossa estratégia e de a mesma sublinhar, em especial, o emprego, a formação, o melhoramento dos profissionais marítimos e das respectivas condições de trabalho em terra e a bordo.

#### **Relatório: Helga Trüpel (A7-0028/2010)**

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A "Europeana", a biblioteca digital europeia, é um portal único, directo e multilingue concebido para divulgar o património cultural europeu. No futuro, irá permitir o acesso de um grande número de leitores a documentos raros ou antigos do património europeu, que são de difícil acesso devido à forma como estão armazenados.

Na proposta de resolução que hoje votámos, solicitei à Comissão Europeia que lançasse uma campanha especial nos meios de comunicação e na Internet, dirigida a estudantes e professores e centrada na utilização dos recursos digitais proporcionados por este portal para fins educativos, a fim dar maior visibilidade ao sítio da Europeana. O portal Europeana deve tornar-se um ponto de referência em termos de educação e investigação que aproxime os jovens europeus do seu património cultural e ajude a criar coesão transcultural na UE.

Na presente proposta de resolução, o Parlamento Europeu incentiva os Estados-Membros a darem contributos iguais para os conteúdos do projecto Europeana e a intensificarem os seus esforços na disponibilização de

obras para bibliotecas e instituições culturais nacionais, para que todos os europeus possam ter pleno acesso ao seu próprio património cultural.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) A Europeana, a biblioteca digital europeia, está a revelar uma grande ambição, designadamente a da digitalização de todas as obras europeias no intuito de as disponibilizar ao público em geral. Trata-se de uma tarefa a longo prazo que exige um acompanhamento estreito e progressos mensuráveis. O relatório de iniciativa propõe como meta a disponibilização de 15 milhões de obras até 2015, bem como o acesso ao sítio Web para todas as pessoas, em todas as línguas da União Europeia.

Este projecto europeu é essencial. Contribui para o fortalecimento do nosso património comum, para a sua influência no mundo, impedindo deste modo a monopolização destas obras por actores privados. Assim, votei com determinação a favor deste projecto ambicioso.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Apoiei o relatório, porque considero que o acesso à informação cultural e educativa deve ser uma prioridade, a fim de melhorar os níveis de educação e de vida na Europa. Tendo em conta os benefícios que todos os cidadãos da UE podem obter com o acesso à biblioteca "Europeana", a sua disponibilização em todas as línguas oficiais deve ser encarada com a maior brevidade possível. Da mesma forma, também as pessoas com deficiência devem poder beneficiar da tecnologia digital e de um acesso mais fácil à educação e à informação através de formatos acessíveis e de tecnologias adaptadas. A disponibilidade do sítio "Europeana" deve ser melhorada, garantindo o acesso gratuito a alunos e professores de escolas secundárias, universidades e de outras instituições educativas. Por consequência, é essencial garantir e simplificar o acesso universal ao património cultural europeu e assegurar a sua promoção e preservação para as gerações vindouras.

**Mara Bizzotto (EFD)**, *por escrito*. – (IT) A recolha e a preservação do património artístico e cultural dos Estados-Membros da União Europeia através do estabelecimento de uma plataforma multimédia que congregue imagens, sons e vídeos de modo a criar um recurso que seja, em simultâneo, uma biblioteca, um museu e um arquivo: é este o objectivo do projecto Europeana que, tendo sido lançado em 2008, está agora a colocar em linha o património artístico europeu graças ao contributo de mais de 1 000 instituições culturais.

Apesar de enfermar ainda uma série de fragilidades, inclusive a nível da publicitação e da sensibilização para o projecto propriamente dito, o problema de colocar em linha obras "órfãs" ou obras protegidas por direitos de autor e, sobretudo, o cariz algo fragmentado dos objectos e materiais disponibilizados, a Europeana está, ainda assim, a explorar novas formas de tecnologia para informatizar o património cultural europeu em grande escala, recorrendo não só a recursos comunitários, mas também a recursos nacionais e privados.

A preservação da memória artística e das representações e especificidades culturais de cada Estado-Membro é essencial para assegurar às gerações mais jovens um sentido forte da sua própria identidade. Por este motivo, sou a favor do projecto de relatório.

**Ioan Enciu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Em resultado da votação favorável do relatório "Europeana – próximas etapas", e na minha qualidade de relator do parecer da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, congratulo-me com o facto de este relatório ter sido concluído e espero que as suas recomendações sejam adoptadas pela Comissão. Na sequência dos debates sobre o relatório na Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, discutiu-se uma vasta gama de temas, tais como a estrutura de TI, a gestão do sítio Europeana.eu, o livre acesso à informação da biblioteca, a necessidade de harmonizar os procedimentos de digitalização e o problema da cobertura do sítio nos meios de comunicação. Alguns destes temas foram também incluídos no relatório da comissão principal, a Comissão da Cultura e da Educação, o que me dá alguma esperança de termos chegado com êxito a um relatório completo.

No entanto, considero que certas questões, que não foram aprovadas na sua totalidade, devem continuar a ser debatidas, tais como a gestão do sítio, os métodos de financiamento e, acima de tudo, a organização do sítio sob a forma de uma base de dados única e não de um portal. Espero que as recomendações por nós formuladas, juntamente com as reflexões da Comissão sobre as questões acima mencionadas, transformem este projecto num êxito. A Europeana pode tornar-se um projecto de sucesso para a União Europeia, desde que seja construído com base nos valores e nos ideais da UE e constitua o ponto focal da informação cultural europeia.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a "Europeana" – próximas etapas - que defende um maior envolvimento de todos os Estados-Membros da UE para que disponibilizem contributos das suas bibliotecas nacionais e instituições culturais, a fim de viabilizar o pleno acesso de todos os europeus ao seu próprio património cultural. O objectivo de armazenar no sítio, a breve prazo, mais de

15 milhões de obras, poderá contribuir para proteger o património cultural europeu, a fim de oferecer às gerações vindouras a possibilidade de constituírem uma memória colectiva europeia.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Mesmo nos períodos em que foi mais nítida a divisão e mesmo a hostilidade entre os Estados do continente, a cultura e a ciência europeias sempre tiveram o condão de ultrapassar esses limites e de se estender por todo o espaço que hoje integra a União e ainda mais além. Neste tocante, é de elementar justiça realçar o papel das universidades que, tendo origem religiosa, contribuíram decisivamente para religar as partes desavindas daquilo que chegou a ser a *respublica christiana* e lembrar todos aqueles que foram capazes de transpor as divisões e afirmar o seu pensamento em todo o continente e, daí, para o mundo. Como português, herdeiro de uma língua e cultura que se espalharam pelo mundo, não posso deixar de apoiar os esforços desenvolvidos no sentido de tornar a cultura e ciência europeias mais visíveis e acessíveis a todos os que delas quiserem usufruir. A Europeana é, a esse título, herdeira da melhor tradição europeia. Faço votos para que o projecto prossiga, de modo sustentado, e para que o meu país, no respeito pela sua vocação universalista, colabore nele com outro empenho.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – A Europeana abriu em Novembro de 2008 e tem como objectivo facultar o acesso universal via Internet ao património cultural e científico europeu. Oferece actualmente 6 milhões de obras digitalizadas, pretendendo alcançar os 10 milhões de objectos em Junho de 2010. A segunda fase do projecto será marcada pelo lançamento, em 2011, de uma Europeana.eu que terá um carácter mais multilingue e contará com mais páginas Web semânticas. Só 5% de todos os livros digitalizados se encontram disponíveis na Europeana e destes cerca de metade provém de França, seguindo-se a Alemanha (16%), os Países Baixos (8%) e o Reino Unido (8%). Os outros Estados têm um contributo igual ou inferior a 5%. É desejável um maior contributo por parte dos Estados-Membros. Subscrevo o apelo para que o espólio da Europeana atinja um mínimo de 15 milhões de diferentes objectos digitalizados até 2015. Concordo que se preste especial atenção às obras que corram riscos de desaparecer a breve prazo e, entre estas, o material audiovisual. É ainda necessário que se acordem formas de incluir material protegido pelos direitos de autor de modo a que se encontrem obras actuais e do passado recente.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A criação de uma biblioteca, museu e arquivo digital, abarcando o património cultural europeu, desde obras literárias a outros materiais de relevo cultural e científico, poderá trazer benefícios relevantes nas áreas da educação, da investigação e da cultura. Para concretizar o objectivo de beneficiar a população em geral - estando ao alcance de todos, não só na Europa, mas também no resto do mundo - é essencial que a Europeana garanta o acesso gratuito do público ao material disponibilizado, não esquecendo a importância de o fazer em formatos e suportes que garantam também a sua acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência.

A resolução aprovada contém, todavia, alguns aspectos menos claros e outros desenvolvidos de forma insuficiente. Não é claro como e quem irá definir os conteúdos culturais e científicos que integrarão a Europeana, como será feita a sua gestão - questões importantes para avaliar em que medida assegurará uma representatividade efectiva da diversidade do património cultural europeu.

Persistem dúvidas sobre como irão funcionar as parcerias público-privadas propostas no relatório, assim como sobre o financiamento em geral das instituições culturais associadas à Europeana. Consideramos que os bens culturais e científicos são bens universais, devendo ser de livre acesso para toda a população, e não devem ser tratados como bens transaccionáveis.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Temos de salvaguardar o acesso de todos os cidadãos europeus aos tesouros artísticos e culturais da Europa, que constituem o seu património. Foi com isto em mente que, apesar de algumas dificuldades iniciais, a Europeana, a extraordinária biblioteca digital que hoje contém cerca de 6 milhões de obras digitalizadas, foi lançada em 2008. Hoje, temos de melhorar os conteúdos da Europeana, garantindo simultaneamente o respeito pela propriedade intelectual. Finalmente, atribuo particular importância às melhorias que estão a ser feitas para facilitar o acesso das pessoas com deficiência a este instrumento. Por consequência, os Estados-Membros devem proporcionar a estas pessoas acesso pleno e gratuito ao conhecimento colectivo da Europa, através de formatos acessíveis e de tecnologias adequadas.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. – (RO) O projecto Europeana, a biblioteca digital da União Europeia, deve ser saudado como uma iniciativa que visa criar um fórum cultural da Europa, proporcionando aos seus cidadãos um amplo acesso ao património cultural europeu. Infelizmente, embora o projecto tenha sido lançado já em Novembro de 2008, não está a avançar, sobretudo devido a obstáculos relacionados com os direitos de autor, bem como ao reduzido financiamento. A versão final do relatório do Parlamento Europeu hoje aprovada apresenta recomendações úteis para a gestão deste projecto no futuro. Em primeiro lugar, o

tipo de financiamento deve ser revisto, com o olhar nas parcerias público-privadas e nas contribuições dos Estados-Membros, que, neste momento, são muito irregulares. Em segundo lugar, este relatório permite-nos destacar a possibilidade de obter resultados efectivos não só através da digitalização em grande escala de obras literárias, mas também encontrando soluções imediatas que permitam a utilização de obras protegidas por direitos de autor. Este relatório pode dar um contributo importante para o quadro existente, através da regulamentação proposta sobre a visualização das obras, que deve ser gratuita, enquanto o seu descarregamento (*download*) deve ser cobrado a um preço acessível.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A divulgação do património cultural europeu é benéfica para vários sectores, nomeadamente a educação, a ciência, a investigação, o turismo, entre outros. No entanto, há uma grande deficiência a nível da sua divulgação e grande discrepância entre os Estados-Membros, no que respeita à digitalização do seu património cultural para que este seja de acesso facilitado. É necessário um esforço comum que leve à rápida adopção de novas tecnologias que permitam uma rápida compilação de todo o património cultural europeu, em formato digital de alta qualidade, para que este seja divulgado mundialmente, ajudando assim a que outros povos tenham acesso à riqueza cultural da Europa.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Na biblioteca digital Europeia, é possível ter acesso a cerca de um milhão de livros, mapas e fotografias provenientes dos Estados-Membros. O facto de os operadores comerciais registarem muitos mais acessos através do Google Books e terem avançado mais no seu desenvolvimento é lógico e está associado ao maior nível de sensibilização para o Google Books. Se queremos obter um progresso mais rápido com a Europeia e tornar a biblioteca digital mais familiar, precisamos antes de mais de ter mais universidades e instituições envolvidas no projecto. Só então poderemos falar de mais recursos financeiros. Embora a Europeia seja importante para o património e o conhecimento cultural europeus, a compreensão relativamente a um aumento de fundos - com a agravante de esses fundos provirem de fundos de desenvolvimento económico - é limitada, especialmente numa altura de crise financeira e tendo em conta os milhares de milhões necessários para ajudar a Grécia. Por consequência, eu absteve-me de votar.

**Wojciech Michał Olejniczak (S&D)**, *por escrito*. – (LT) O lema da UE "Unidos na Diversidade" é muito apropriado para o projecto Europeia. Votei favoravelmente este relatório, uma vez que se trata da primeira tentativa séria de apresentar o património cultural de toda a Europa em formato digital. A Europa tem um dos maiores tesouros culturais do mundo, o qual, na minha opinião, deve estar acessível ao mais amplo espectro da sociedade. Não deixa de ser lamentável que nem todos os países da UE se mostrem igualmente activos na transferência do seu património cultural para o espaço virtual. Isso acontece sobretudo com os novos Estados-Membros. Devemos também mencionar outros problemas ainda por resolver: o financiamento de projectos, a cooperação entre os sectores público e privado e, acima de tudo, a questão da protecção dos direitos de autor. Estes problemas têm de ser abordados o mais rapidamente possível, para que os povos da Europa e do mundo inteiro possam ter acesso ao património cultural europeu. Espero que o relatório que aprovámos acelere ainda mais a execução do projecto Europeia.

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) A votação favorável do programa Europeia significa apoio aos esforços para digitalizar o património cultural dos Estados-Membros. No entanto, é muito importante notar que o objectivo é proteger o formato electrónico das obras, em si, sem permitir que os utilizadores as alterem. Em suma, o objectivo não é desenvolver mais um motor de busca na Internet, mas sim desenvolver um sítio Web que seja simultaneamente um museu, uma biblioteca e uma fonte de conhecimento científico. No entanto, a digitalização do património cultural não será viável sem a ajuda dos Estados-Membros e das agências nacionais. Infelizmente, 47% dos actuais conteúdos da Europeia provêm de França, enquanto países que deveriam ter uma presença forte dado o seu enorme património cultural, como a Grécia, representam apenas uma percentagem diminuta dos ficheiros digitalizados. Além disso, deve ser dada especial atenção à protecção dos direitos de propriedade intelectual. A digitalização significa o livre acesso dos cidadãos ao conhecimento e à ciência e não pode significar, em circunstância alguma, uma nova esfera de acção para a pirataria electrónica e a irresponsabilidade.

**Robert Rochefort (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) Foi em 2000 que a ideia de criar uma biblioteca virtual europeia foi lançada. O objectivo era colocar em linha o património cultural europeu, de modo a torná-lo mais acessível para todos. Quem pensa no projecto Europeia pensa em "cultura". Hoje em dia, a Europeia permite o acesso, com um clique do rato, a sete milhões de "objectos digitalizados" (nomeadamente, imagens, textos, sons e vídeos), tanto obras de renome mundial como pequenos tesouros escondidos. Mais de 1 000 instituições culturais fornecem conteúdos e estas instituições incluem galerias, centros de arquivo, bibliotecas e museus (incluindo nada menos que o Rijksmuseum, a British Library e o Museu do Louvre). O projecto está certamente longe de terminar. A nova versão da Europeia, que está actualmente em desenvolvimento, será lançada este ano com o objectivo de atingir um volume de mais de 10 milhões de objectos digitalizados antes de

Junho. Para alcançar este objectivo, vários desafios importantes terão ainda de ser superados. Esses desafios incluem a valorização dos conteúdos a longo prazo, a incorporação de mais material protegido por direitos de autor, a resolução do problema das obras esgotadas ou órfãs, a identificação de novos métodos de financiamento, a melhoria da acessibilidade para pessoas com deficiência, a oferta de um serviço totalmente multilingue, etc. Todas estas questões são sagazmente abordadas no texto que votámos e que eu, por consequência, apoiei.

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *por escrito*. – (PL) Na minha qualidade de membro da Comissão da Cultura e da Educação, apoio o relatório "Europeana - próximas etapas". A Europeana, ao combinar os recursos de diversas bibliotecas digitais nacionais da Europa, tornou-se um ponto de acesso digital ao património cultural e científico da humanidade. O projecto foi apoiado pela Associação de Bibliotecários polaca. Todavia, a efectiva realização do projecto requer recursos financeiros estáveis, que garantam a participação das bibliotecas nacionais e o acesso universal aos recursos da Europeana. Actualmente, apenas 5% do património cultural da Europa está disponível em forma digitalizada. Quase metade (47%) destes conteúdos provém de França, 6% da Alemanha e 5% cada dos Países Baixos e do Reino Unido. O projecto pressupõe que, a partir de Junho de 2010, 10 milhões de objectos digitalizados estarão disponíveis, e 15 milhões em 2011. Para tornar isso possível, é necessário aumentar o financiamento para a digitalização de produtos culturais, garantindo simultaneamente uma estreita cooperação entre os detentores dos direitos, as instituições culturais e os sectores público e privado. Para que o máximo número possível de pessoas consiga utilizar esta biblioteca, os materiais devem estar disponíveis em todas as línguas oficiais da União Europeia. É necessária uma campanha de informação para aumentar a sensibilização das pessoas em relação à Europeana. O portal deve também ter em consideração as necessidades das pessoas com deficiência, que devem poder obter pleno acesso ao conhecimento colectivo da Europa. Para este efeito, a Comissão Europeia e cada um dos editores devem garantir que estas pessoas disponham de versões digitais especiais das obras, tais como gravações de leituras.

**Róza Gräfin Von Thun Und Hohenstein (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Julgo que a abertura da biblioteca multimédia Europeana na Internet é um passo extremamente importante no processo de digitalização do património cultural da Europa e do mundo. Foi por esse motivo que apoiei o relatório da senhora deputada Trüpel.

O projecto disponibiliza mais de quatro milhões e meio de livros, filmes, mapas, revistas, fotografias e peças de música, e constitui um arquivo que armazena, para as gerações futuras, material registado pela primeira vez em papel, tela ou pergaminho. Isto é extremamente enriquecedor, tanto para os cidadãos comuns como para os investigadores, uma vez que facilita o acesso a obras raras e difíceis de obter.

Uma grande barreira ao desenvolvimento futuro da Europeana é a existência de diferentes legislações referentes aos direitos de autor nos diferentes Estados-Membros. Temos de fazer um esforço para harmonizar a legislação, a fim de disponibilizar aos cidadãos o maior número de obras possível e, simultaneamente, garantir um acordo justo para os autores. O êxito do projecto dependerá, em grande medida, do compromisso financeiro continuado dos Estados-Membros.

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Abstei-me na votação sobre a resolução alternativa "Europeana - próximas etapas", porque esta proposta de resolução foi apresentada pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), apesar da votação que teve lugar em sede de comissão.

A nova resolução reproduz uma grande parte da resolução inicial e, por conseguinte, incorpora as alterações que eu propus e que foram aprovadas, mas o novo texto visa, acima de tudo, negar aos cidadãos os meios de adicionarem conteúdos à Europeana através de um espaço especial e da perspectiva de desenvolvimento de ferramentas Web 2.0.

Assim, recusei-me a apoiar esta jogada, tanto na forma como no conteúdo.

#### **Relatório: Marit Paulsen (A7-0053/2010)**

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. – Votei a favor deste relatório, porque insta a Comissão Europeia a avaliar a aplicação do plano de acção sobre o bem-estar animal actualmente em vigor (2006-2010) e a elaborar um novo plano de acção para 2011-2015. Este relatório também prevê a instauração de um sistema de controlo mais apertado e sanções mais eficazes para os proprietários de animais que não respeitem os requisitos de bem-estar estabelecidos por lei, que os agricultores europeus sejam compensados pelos custos de produção suplementares associados a normas mais elevadas de bem-estar, e defende que o financiamento dessas medidas seja incorporado nos novos regimes de ajuda da PAC a partir de 2013. O próximo plano de



acção deverá centrar-se numa legislação europeia geral em matéria de protecção animal, um centro europeu para a protecção e o bem-estar dos animais, melhor controlo da legislação aplicável, relação entre saúde animal e saúde pública e novas tecnologias.

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Considero que a aplicação do Plano de Acção 2006-2010 permitiu progressos em matéria de bem-estar animal, já que a maioria das medidas apresentadas neste plano foram executadas de forma satisfatória.

Na minha qualidade de membro da comissão que monitoriza a saúde pública e a segurança alimentar, congratulei-me em particular com as medidas tomadas para reduzir os efeitos nocivos que o uso de antibióticos na alimentação animal tem para a saúde humana, na sequência da sua proibição em 2006. Estas são razões adicionais pelas quais votei favoravelmente este relatório.

No entanto, gostaria de sublinhar que o futuro plano de acção deverá incluir mais medidas destinadas a apoiar os agricultores da UE e a melhorar a aplicação da actual regulamentação sobre o transporte de animais nos Estados-Membros.

**Liam Aylward (ALDE)**, *por escrito*. – (GA) Votei favoravelmente o relatório sobre o Plano de Acção relativo ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010. A saúde dos animais e dos efectivos pecuários é importante para a população europeia, para o sector agrícola europeu e para a economia europeia.

Congratulo-me com a recomendação do relatório para que se dê maior ênfase no Plano de Acção à aplicação da legislação já em vigor. Não há dúvida de que a aplicação das normas europeias e dos regimes de sanções em relação ao bem-estar animal deve ser melhorada para garantir a existência de um nível mínimo satisfatório de bem-estar animal na União Europeia. Os produtores e agricultores europeus têm padrões elevados. Concordo com a afirmação do relatório de que devemos garantir que os produtos de origem animal, como a carne, que são importados para a União Europeia, respeitem as mesmas condições de bem-estar animal, para que haja uma concorrência leal e condições equitativas para todos os intervenientes no mercado.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Votei favoravelmente este relatório, uma vez que é particularmente importante aplicar a política e a legislação europeias em matéria de bem-estar animal para estabelecer normas comuns europeias neste domínio. A boa saúde animal e as boas condições de produção pecuária são importantes não só para o bem-estar animal, mas também para a saúde pública em geral. Dado que, nos termos da legislação da UE, todos os animais são considerados seres sencientes, temos de reforçar o controlo do bem-estar animal e aplicar normas de protecção animal. Infelizmente, a Comissão ainda não preparou uma estratégia concreta em matéria de normas de bem-estar animal, limitando-se a elaborar o relatório apresentado em Outubro de 2009. Concordo com o apelo do Parlamento Europeu a que a Comissão elabore um novo Plano de Acção 2011-2015, atribuindo-lhe os recursos financeiros necessários. O orçamento da União Europeia deve incluir dotações suficientes para permitir à Comissão desempenhar as suas funções de monitorização, apoiar os produtores sempre que necessário e combater a perda de competitividade que os produtores enfrentam, em consequência da adopção de normas de bem-estar animal novas e em evolução. Os Estados-Membros devem também garantir que quaisquer violações das normas de bem-estar animal da UE sejam objecto de sanções efectivas. Assim, só através do reforço da legislação relativa à protecção animal e da sua aplicação poderemos garantir a protecção dos animais e evitar a colocação no mercado interno de produtos de origem animal que não cumprem as condições estabelecidas pela lei geral.

**Louis Bontes (NI)**, *por escrito*. – (NL) Embora o Partido para a Liberdade neerlandês (PVV) defenda o bem-estar dos animais, esse é um assunto da competência dos Estados-Membros e não da UE.

**Robert Dušek (S&D)**, *por escrito*. – (CS) Na Europa, houve e continua a haver um desígnio activo e uma longa tradição em matéria de tratamento digno dos animais. A boa saúde animal e a elevada qualidade da produção pecuária são também de fundamental importância para a saúde pública humana. As rigorosas normas europeias em comparação com o resto do mundo fazem parte da imagem de marca dos agricultores europeus, e o mesmo sucede com a qualidade dos seus produtos agrícolas, por exemplo. Por estas razões, devemos envidar todos os esforços para criar um quadro jurídico que especifique as normas mínimas válidas em toda a UE para todas as formas de produção pecuária. Só assim será possível uma concorrência económica livre e justa no mercado interno. É também necessário exigir normas mínimas para o mercado global, a fim de evitar que os animais dos criadores europeus sejam deslocalizados para fora da UE, para regiões com normas menos exigentes. Congratulo-me com a sugestão da relatora de que os custos de produção mais elevados associados a normas mais rigorosas deverão ser compensados no âmbito do apoio previsto ao abrigo de futuras formas da PAC. No entanto, cumpre dizer que não foram feitos novos progressos em termos da monitorização por satélite do transporte de animais, e é também lamentável que alguns agricultores

europeus não estejam a seguir as normas aprovadas, em especial na suinicultura. Devemos ter em mente que normas mais elevadas implicam maiores despesas financeiras e, por consequência, os agricultores dignos e responsáveis estão em desvantagem no mercado, devido ao comportamento daqueles que são irresponsáveis. Por estas razões, é essencial introduzir a possibilidade de sanções adequadas em caso de violação dos regulamentos da UE.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a análise e avaliação do Plano de Acção Comunitário relativo ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010 que propõe que seja instaurado um sistema de controlo mais apertado e sanções mais eficazes para os proprietários de animais que não respeitem os requisitos de bem-estar estabelecidos por lei. É essencial garantir, nos novos regimes da PAC, que os agricultores europeus sejam compensados pelos custos de produção mais elevados associados a normas mais exigentes de bem-estar dos animais.

**Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson e Marita Ulvskog (S&D)**, *por escrito*. – (SV) Depois de alguma hesitação, nós, sociais-democratas suecos, decidimos votar a favor deste relatório sobre o bem-estar dos animais na Europa. Teríamos preferido uma abordagem mais ambiciosa para o bem-estar animal europeu e não queremos que esta protecção seja formulada de tal modo que impeça cada Estado-Membro de estabelecer normas mais elevadas do que as dos regulamentos da UE. No entanto, decidimos considerar o relatório como parte de um processo contínuo que irá gradualmente permitir que estas normas sejam cumpridas e, por consequência, votámos a seu favor.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Acompanho a relatora-sombra do PPE, Elisabeth Jeggle, quando diz que é necessária uma abordagem mais coerente em matéria de protecção do bem-estar animal, o que não significa, no entanto, que sejam necessárias mais leis e regulamentos. Além disso, não posso deixar de reconhecer, sem desmerecer a questão da protecção do bem-estar animal, que o excesso de regulamentação e de normativas a cumprir pode, em última análise, levar a efeitos perversos no mercado.

Não se deve esquecer que, quanto mais normas existirem, mais difícil se torna para os produtores cumprirem-nas e menos competitiva se torna a exploração pecuária europeia. Além disso, a excessiva protecção dos animais não pode levar a esquecer outros valores, igualmente importantes e que importa preservar, como sejam a competitividade económica, a sustentabilidade da agricultura e da exploração pecuária e, ainda, algumas tradições nacionais.

Por outro lado, porém, a saúde humana deve ser protegida contra doenças transmitidas pelos animais (sejam animais selvagens, de companhia ou usados na alimentação humana) e para tal é preciso que a investigação científica nos dê as indicações para uma melhor regulamentação e protecção da saúde pública.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – Um nível elevado de bem-estar dos animais, desde a criação até ao abate favorece a segurança e a qualidade dos produtos. Neste âmbito as normas europeias são das mais avançadas em termos mundiais. No entanto, os produtores europeus não podem ficar em desvantagem no mercado europeu por cumprirem estas normas. Na verdade, estas normas trazem custos de exploração e encargos financeiros e administrativos para os agricultores da UE. Para que haja concorrência leal é necessário que haja reciprocidade de normas perante os produtores extracomunitários. Assim, os agricultores europeus devem ser compensados pelos custos de produção inerentes a normas mais elevadas de bem-estar dos animais. O financiamento destas compensações deve constar dos novos regimes de ajuda da política agrícola comum a partir de 2013. Note-se que a política europeia de protecção dos animais tem de ser acompanhada por uma política comercial coerente. Repare-se que as questões relacionadas com o bem-estar dos animais não foram tratadas, nem no acordo-quadro de Julho de 2004, nem em quaisquer outros documentos chave da Ronda de Doha da OMC. Assim, não se devem introduzir mais normas de bem-estar dos animais que tenham efeitos negativos na competitividade dos produtores enquanto os parceiros comerciais da OMC não subscreverem essas normas.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – O relatório aprovado contém aspectos positivos importantes, como sejam: a necessidade de regulamentação das importações e a garantia de que todos os animais e carnes importados de países terceiros respondam às mesmas exigências de bem-estar que as aplicáveis na UE; a necessidade de cobertura adequada dos custos adicionais gerados pela promoção do bem-estar animal; o reconhecimento das capacidades de investimento limitadas de muitos pequenos e médios produtores, prejudicados por um injusto funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar; e a defesa de incentivos à criação, comercialização e abate de animais a nível regional, a fim de evitar o transporte a longa distância de animais, tanto de criação como para abate. Infelizmente, o relatório falha no reconhecimento de que a actual PAC promove e favorece modelos de produção intensivos, frequentemente incompatíveis com o

bem-estar e saúde animais. Poderia e deveria ter ido mais além, fazendo a crítica e recusando o produtivismo da actual PAC e defendendo uma outra política agrícola. Ademais, avança com propostas pouco realistas e dificilmente exequíveis, como o desenvolvimento de um sistema de satélite para a monitorização do transporte de animais.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Tenho dois comentários a fazer em relação a este relatório. Embora a relatora não leve a sua lógica até ao fim, é reconfortante ver que este Parlamento está finalmente a consciencializar-se de diversos problemas. A imposição de normas legítimas aos nossos próprios produtores e criadores penaliza-os num sistema de ultra comércio livre global, onde a OMC considera que as preocupações sociais, ambientais ou outras são barreiras não tarifárias ao comércio. Será preciso recordar a alguém que este mesmo Parlamento sempre deu prioridade ao comércio e que é, por consequência, co-responsável por esta situação? Estou igualmente surpreendido pelo facto de não ter sido feita qualquer menção às regressões legislativas impostas pela Comissão, nomeadamente no que diz respeito à produção biológica, as quais têm impacto não só na qualidade dos produtos, mas também no bem-estar animal e na saúde humana. Em segundo lugar, é tempo de reconhecer que o respeito pelos, e cito, "costumes dos Estados-Membros, nomeadamente em matéria de ritos religiosos [e] tradições culturais" pode ir contra as normas que os senhores dizem defender e contra tradições e práticas verdadeiramente europeias. É inaceitável que algumas comunidades estrangeiras possam insistir, nessa base, em métodos cruéis de abate e até mesmo recomendar que a regulamentação da UE seja violada neste domínio.

**Dan Jørgensen (S&D)**, *por escrito*. – (DA) Os sociais-democratas dinamarqueses votaram a favor do relatório sobre o bem-estar dos animais na UE. Apoiamos uma política ambiciosa em matéria de bem-estar dos animais que aumente o nível de consideração pelo seu bem-estar de acordo com o artigo 13.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, eventualmente sob a forma de um sistema de incentivos positivos. Não somos, porém, a favor da atribuição automática de novas verbas ao sector agrícola europeu em virtude de prejuízos financeiros associados à tomada em consideração do bem-estar dos animais.

**Jarosław Kalinowski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Acho que o bem-estar dos animais é uma prioridade que tem uma tremenda influência sobre a saúde pública e a economia europeia. É essencial pôr em prática de forma rápida e eficiente legislação coerente neste domínio e criar uma instituição que coordene o bem-estar dos animais. Actualmente, o Plano de Acção Comunitário já existente tem sido posto em prática de uma forma satisfatória, mas de futuro será necessário prestar mais atenção ao assunto do transporte e monitorização dos animais. Temos de procurar diminuir as diferenças entre os níveis das normas actualmente existentes relativas ao bem-estar dos animais em diferentes países da União Europeia, porque de momento existem grandes disparidades nas condições de vida dos animais e assiste-se a uma destabilização crescente nos mercados de animais vivos.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Congratulamo-nos por a Europa ter atingido um dos níveis mais elevados do mundo nesta matéria. A criação de um sistema de controlo mais apertado e sanções mais eficazes para os proprietários de animais que não respeitem os requisitos de bem-estar estabelecidos por lei é fundamental, mas como tais medidas implicam custos adicionais aos agricultores, somos favoráveis às ajudas compensatórias que estão contempladas neste plano e que farão parte dos novos regimes de ajuda da PAC a partir de 2013. Importa salientar que, a par deste plano, a UE deve impor regras rígidas e bem definidas relativamente a outros países que não respeitem estas normas, e que por tal venham a constituir uma concorrência desleal face aos agricultores da UE.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Há vários anos que a UE tem tentado criar directivas normalizadas em assuntos relacionados com a criação de animais e foram feitos especialmente progressos na área da pecuária intensiva, mas ainda há trabalho para ser feito. Em qualquer caso, faz sentido continuar com o Plano de Acção, sobretudo quando se trata de fazer cumprir as leis e as directivas existentes. Nesta matéria, é necessário mencionar claramente, e uma vez mais, o problema da importação de cães do Leste, relativamente aos quais nem todas as lacunas nos regulamentos existentes foram ainda sanadas. Animais doentes e negligenciados, a maioria afastada precocemente das mães, são transportados para o Ocidente nas condições mais deploráveis para aí serem vendidos por muito dinheiro. Este relatório deve ser visto como um passo positivo na direcção certa e foi por este motivo que votei a favor dele.

**Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (DA) Votei a favor do relatório de iniciativa do Parlamento Europeu sobre a avaliação e apreciação do Plano de Acção Comunitário relativo à Protecção e ao Bem-Estar dos Animais (relatório Paulsen) porque apoio totalmente o objectivo de reforçar o bem-estar dos animais na UE.

No entanto, o relatório não é claro sobre se a UE vai introduzir uma harmonização máxima nesta área. Não poderia, em circunstância alguma, apoiar uma futura proposta que impedisse os Estados-Membros de apresentarem melhores normas obrigatórias para o bem-estar dos animais do que aquelas que podemos acordar ao nível da UE.

Pelo contrário, acredito que é vital para continuar as melhorias no bem-estar dos animais que os Estados-Membros possam liderar os progressos nesta área.

**Eva-Britt Svensson (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (SV) Votei a favor do relatório da senhora deputada Paulsen sobre legislação em matéria de bem-estar dos animais. Gostaria, contudo, de salientar que é importante que esta legislação estabeleça normas mínimas. Os Estados-Membros e as regiões devem ter a oportunidade de pôr em prática legislação mais abrangente em matéria de bem-estar dos animais.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – O relatório hoje votado avalia, de modo objectivo e crítico, os resultados do Plano de Acção relativo à Protecção e ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010 e define prioridades realísticas e necessárias para um crescimento, no sentido do progresso, da produção e do consumo alimentar na União Europeia. Um ponto a salientar é o reconhecimento de que uma maior qualidade dos produtos implica um crescimento de custos para os produtores, em especial para os produtores primários, o que normalmente não se traduz num aumento da procura comercial, pois apenas uma minoria dos consumidores vai optar por produtos mais caros.

Assim, o relatório enfatiza a necessidade de compensar estes mesmos produtores pelos esforços despendidos. De notar é, também, a intenção de impor aos produtos de países terceiros a regulamentação que é aplicável aos produtos comunitários, garantindo uma competitividade comercial justa e equilibrada. Finalmente, parece-me importante defender a ideia de criar um centro de coordenação europeu e de adoptar legislação geral e comum, de forma a harmonizar as boas práticas e estabelecer mecanismos de controlo.

**Daniël van der Stoep (NI)**, *por escrito*. – (NL) Embora o Partido para a Liberdade (PVV) neerlandês defenda o bem-estar dos animais, esse é um assunto da competência dos Estados-Membros e não da UE.

**Artur Zasada (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Hoje aprovámos uma resolução importante que avalia o Plano de Acção Comunitário relativo à Protecção e ao Bem-Estar dos Animais 2006-2010 da Comissão Europeia. São necessárias normas elevadas em matéria de saúde animal, não só por questões de natureza ética mas também devido à preocupação com a segurança e a qualidade de produtos animais, pois tal conduz indubitavelmente a uma marca agrícola europeia positiva e fiável.

#### **Relatório: Stéphane Le Foll (A7-0060/2010)**

**Richard Ashworth (ECR)**, *por escrito*. – (EN) Embora apoiemos medidas para gerir e proteger as florestas europeias, não apoiamos a criação de uma nova política florestal europeia que transfira poderes nesta área para a União Europeia. O relatório remete também para a directiva relativa aos solos, legislação à qual a delegação dos conservadores britânicos se opõe, uma vez que os solos podem ser mais bem geridos pelos Estados-Membros. De facto, a aplicação de regras idênticas a todos os solos desde o Norte da Finlândia até ao Sul da Grécia não vai trazer quaisquer benefícios aos agricultores no Reino Unido. Os agricultores britânicos já cumprem voluntariamente normas muito exigentes de gestão dos solos e têm continuado a melhorar essas normas. A directiva relativa aos solos proposta pela Comissão Europeia apresentava falhas em muitos aspectos e só traria mais regulamentos, mais custos e menos flexibilidade para os agricultores britânicos, que em nossa opinião sabem melhor do que os burocratas europeus como gerir as suas próprias terras.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Na minha opinião, o relatório sobre a agricultura da UE e as alterações climáticas tem a qualidade essencial de combinar a protecção do ambiente com a promoção de um sector agrícola europeu mais forte. De facto, o sector agrícola deve avançar resolutamente para meios de produção mais respeitadores do ambiente e mais sustentáveis.

No entanto, estes objectivos não podem ser de todo um pretexto para enfraquecer a agricultura na União Europeia e, para assegurar que tal não acontece, temos de garantir uma melhor utilização dos recursos e a rastreabilidade dos produtos. Por conseguinte, votei favoravelmente este relatório porque respeita estes equilíbrios.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Dei o meu total apoio a este relatório. A futura reforma da PAC terá de ter em consideração muitas questões, incluindo as alterações climáticas, e já é claro que elas terão um impacto negativo na agricultura da UE, especialmente nas regiões do Sul e do Sudeste. A nova PAC

terá, assim, de responder à crescente procura do público por uma política agrícola mais sustentável. Por enquanto, a PAC não aborda as questões ambientais de uma forma coerente. Os novos desafios das alterações climáticas, a gestão de recursos hídricos, as energias renováveis e a biodiversidade não foram completamente integrados no momento do exame de saúde da PAC. Estou certo que a PAC deve ser transformada numa política agrícola, alimentar e ambiental com sistemas de apoio a agricultores mais justos e mais sustentáveis, ao mesmo tempo que assegura a preservação de zonas rurais, a conservação da biodiversidade, o sequestro de carbono e a segurança alimentar.

**Jean-Luc Bennahmias (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) A política agrícola comum é uma área fundamental na luta contra as alterações climáticas nos próximos anos e, como tal, o relatório apresentado pelo senhor deputado Le Foll coloca prudentemente a questão climática no cerne da PAC.

A agricultura sofreu um duplo golpe com as alterações climáticas e é a primeira a sofrer com o aumento das secas e dos desastres naturais. Contudo, está também na origem de 9% das emissões de gases com efeito de estufa na Europa e o Parlamento Europeu está a mostrar que temos ao nosso alcance soluções virtuosas.

Os fertilizantes azotados utilizados pelos agricultores são fontes significativas de emissões de CO<sub>2</sub>. Ao escolhermos como alvo a sua utilização, ao promovermos fertilizantes baseados em resíduos orgânicos e ao darmos maior ênfase à agricultura biológica, reduziremos drasticamente emissões de gases com efeito de estufa. O metano do estrume animal é também uma fonte de energia renovável e, além disso, as florestas e os solos europeus são ambos incríveis reservatórios de CO<sub>2</sub>.

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A União Europeia é o maior importador mundial de produtos agrícolas, mas congratulo-me também com o incentivo dado à produção interna, que tem impacto mínimo nas alterações climáticas. As conclusões do relatório debatido na quarta-feira no Parlamento Europeu chamam a nossa atenção para o facto de a importação de produtos agrícolas de países terceiros ter um impacto negativo muito maior sobre o ambiente do que a produção interna – que está sujeita a regulamentos mais rigorosos relativos à redução das emissões de dióxido de carbono –, contribuindo para as alterações climáticas.

A agricultura tem sido e continuará a ser a principal fonte de alimento global. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a produção agrícola necessita de crescer 70% nos próximos 40 anos para satisfazer as necessidades da população mundial. A União Europeia deve começar a definir políticas ou pôr urgentemente em práticas as políticas existentes a fim de evitar uma crise de longa duração. Estas políticas devem ser apoiadas por metas ambiciosas de redução das emissões de dióxido de carbono com um impacto ambiental negativo porque andamos às voltas num ciclo vicioso. De acordo com os peritos, a agricultura que é praticada sem consideração pelo seu impacto ambiental provocará um aquecimento global, que conduzirá a grandes problemas, mesmo em termos de prossecução da actividade agrícola a longo prazo.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – A agricultura europeia contribui para a consecução dos objectivos de redução das alterações climáticas fixados pela União até 2020. As emissões de GEE têm vindo a diminuir como resultado de uma maior eficiência da agricultura da UE, de constantes inovações e da utilização de novas técnicas, como o armazenamento de CO<sub>2</sub> nos solos e o desenvolvimento de produção de energias renováveis sustentáveis. A inovação tem, por isso, um papel importante a desempenhar na redução do impacto da agricultura nas alterações climáticas e na moderação das respectivas consequências ambientais. Apelo a que verbas europeias do sector da agricultura sejam aplicadas no desenvolvimento de tecnologias para a adaptação deste sector no combate às alterações climáticas. O papel da agricultura no processo de luta contra as alterações climáticas deve ter em consideração a posição concorrencial do sector dos produtos agro-alimentares da UE no mercado mundial, sendo por isso necessário encontrar soluções que permitam à agricultura convencional contribuir para uma gestão sustentável do ambiente, protegendo-a simultaneamente da especulação dos alimentos no mercado de "commodities" e do protecçãoismo do comércio internacional.

**Marielle De Sarnez (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) A delegação do movimento democrático no Parlamento Europeu concorda com a adopção do relatório sobre a agricultura da UE e as alterações climáticas. Aprova o facto de se estar a dar ênfase aos novos desafios que a política agrícola comum terá de enfrentar, tais como as alterações climáticas, a questão da água, as energias renováveis e a biodiversidade, assim como a gestão dos solos (sequestro do carbono, capacidade de retenção da água e de elementos minerais, vida biológica e assim por diante). Dentro do mesmo espírito, a delegação do movimento democrático quis a criação de uma política florestal europeia comum a fim de promover a gestão e produção florestal sustentáveis, e melhor

valorizar as contribuições da indústria madeireira e o seu desenvolvimento económico. Todas estas questões são essenciais e devem ter o seu lugar na futura política agrícola.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a agricultura na UE e as alterações climáticas porque apresenta medidas concretas que podem contribuir para uma agricultura mais sustentável. A agricultura é uma das actividades mais afectadas pelas alterações climáticas, mas também é das que mais contribuem para as emissões de CO<sub>2</sub>. No âmbito da futura reforma da PAC, deverá incentivar-se o desenvolvimento de práticas que permitam uma melhor adaptação da agricultura europeia às consequências das alterações climáticas e, por outro lado, que possam contribuir para o seu atenuamento.

**Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson e Marita Ulvskog (S&D)**, *por escrito*. – (SV) Nós, sociais-democratas suecos, votámos contra a parte do relatório que pede uma política florestal comum na UE. Consideramos que os Estados-Membros devem continuar a tomar as decisões nos assuntos relacionados com a política florestal.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A agricultura é responsável por 9,3% das emissões totais de CO<sub>2</sub> da União Europeia, sendo que em 1990 representava 11% dessas mesmas emissões. Tem-se verificado, assim, uma diminuição constante e progressiva das emissões com efeito estufa, contribuindo a agricultura, de forma positiva, para o cumprimento dos objectivos de diminuição de emissões fixados à União Europeia.

Além disso, não posso deixar de recordar que as preocupações ambientais, embora legítimas e necessárias, no que respeita ao sector agrícola têm de pesar, devidamente, o impacto das propostas em termos de sustentabilidade e de produtividade agrícola. No âmbito da reforma da PAC, deverá, por isso mesmo, ser cautelosamente abordada a relação da agricultura com a protecção ambiental, sem esquecer que, para além do impacto negativo no ambiente (através, nomeadamente, das emissões de CO<sub>2</sub>), a agricultura contribui, de forma decisiva, para a preservação e gestão dos recursos naturais, o crescimento verde e a gestão da paisagem e da biodiversidade. Estas são mais-valias criadas pela agricultura, que deverão ser devidamente tidas em conta quando se propõe estudar a relação entre a agricultura e o ambiente.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – A agricultura está directamente implicada na questão das alterações climáticas, uma vez que contribui em parte para a produção de gases com efeitos de estufa sendo ao mesmo tempo afectada por essas alterações. Os impactos negativos dessas alterações já se fazem sentir, sendo a seca e a erosão dos solos um dos grandes problemas sobretudo nos Estados-Membros do Sul. Porém, a agricultura pode contribuir também para combater as alterações climáticas e dispõe de um importante potencial para um desenvolvimento sustentável. A PAC deverá, portanto, incentivar as práticas agrícolas que permitam limitar emissões e/ou melhorar a fixação do carbono, já que a agricultura e a floresta são os principais sectores económicos aptos a captar o CO<sub>2</sub> resultante das actividades humanas, conservando e armazenando o carbono no solo. Temos de evoluir para uma agricultura mais sustentável, o que obriga a uma melhor eficiência, e teremos, segundo a FAO, de aumentar a produção alimentar mundial em 70% até 2050, para fazer face ao aumento da população mundial. Teremos de produzir mais mas de forma sustentável, o que obriga a mais eficiência, à adopção das melhores técnicas e práticas e a um aumento do investimento na investigação científica para esta área.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A consideração das implicações de alterações climáticas na agricultura constitui uma preocupação pertinente. Como pertinente, inteiramente justificada e necessária é também a compatibilização da actividade agrícola com a preservação de um conjunto de valores naturais e culturais, como os solos, a paisagem e a biodiversidade. Todavia, estas preocupações não nos devem fazer esquecer que a principal função da agricultura é a produção de alimentos, nem devem servir de pretexto para alterações da política agrícola comum que agravem a preocupante e inaceitável dependência alimentar de vários países da UE - como é o caso de Portugal - e não só, ameaçando a soberania e segurança alimentares dos povos, em nome de uma alegada intocável "posição concorrencial do sector dos produtos agro-alimentares da UE no mercado mundial". Seria importante que este relatório dedicasse algumas linhas, poucas que fossem, à necessidade de romper com o modelo produtivista que tem enformado as sucessivas reformas da PAC e às suas nefastas consequências sociais e ambientais. Infelizmente, sobre isto, nem uma palavra. Teria sido igualmente importante que evitasse alguma ambiguidade, numa altura em que nos confrontamos com tentativas de imposição dos interesses das multinacionais do agronegócio por parte da Comissão Europeia, relativamente à disseminação de OGM.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Apoiei o relatório do meu colega socialista francês, o senhor deputado Le Foll, porque defende a ideia de que a agricultura europeia deve continuar a adaptar-se, tal como já começou a fazer, às consequências das alterações climáticas que se estão a verificar e a preparar-se para o

impacto que estas alterações terão no futuro em muitas regiões da União Europeia. A agricultura tem, na verdade, um lugar fundamental e um papel a desempenhar na luta contra o aquecimento global e esta questão é essencial quando se trata de assegurar a segurança alimentar e de apostar na via da sustentabilidade. Neste contexto, a PAC pós-2013 deve inevitavelmente integrar esta dimensão "climática", providenciando soluções e assistência para reduzir as emissões dos gases com efeito de estufa, incentivando o sequestro de carbono nos solos, desenvolvendo a produção de energias renováveis sustentáveis e maximizando a função da fotossíntese.

**Dan Jørgensen (S&D)**, *por escrito*. – (DA) Os sociais-democratas dinamarqueses votaram a favor do relatório (A7-0060/2010) sobre a agricultura e as alterações climáticas. Apoiamos uma política agrícola comum que prepare o sector agrícola europeu para lidar com as alterações climáticas, mas não somos a favor da atribuição de novas verbas à política agrícola europeia.

**Jarosław Kalinowski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Na questão das alterações climáticas, a agricultura não deve ser tratada como um ramo nocivo da economia. Muito pelo contrário, deve ser tratada como um sector que dispõe não só das melhores possibilidades para se adaptar a mudanças no ecossistema mas também permite, de uma forma positiva, combater eficazmente os efeitos nocivos do aquecimento global. Em comparação com décadas anteriores estamos agora a assistir a uma redução significativa no nível de emissões de CO<sub>2</sub> na agricultura. O investimento no desenvolvimento rural, e como tal no segundo pilar da PAC, permitirá uma melhor educação dos agricultores, a modernização tecnológica de explorações agrícolas e também uma supervisão e controlo adequados do ambiente e da preservação da biodiversidade. A gestão adequada de explorações agrícolas resultará no sequestro de carbono e numa maior segurança alimentar. A investigação inovadora e um investimento apropriado ao abrigo da PAC ajudarão a agricultura a tornar-se uma ferramenta poderosa na luta contra as alterações climáticas e a poluição atmosférica.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Este relatório apoia o produtivismo e o liberalismo, contrariando o interesse geral, que depende do respeito pelos seres humanos e pelo nosso ecossistema. Ora o produtivismo e o capitalismo não permitem ambos. No entanto, a preferência dada a circuitos curtos (embora não descritos como tal), a prioridade dada a fontes de energias renováveis, a avaliação de sistemas de irrigação dispendiosos, ou mesmo a mitigação dos efeitos das alterações climáticas descrita como um "bem público", são demasiadas concessões aos nossos argumentos para serem ignoradas.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A adaptação às alterações climáticas tem vindo a tornar-se uma realidade que todos terão de encarar como prioritária na política da UE. O fenómeno das alterações climáticas prejudica a agricultura, o que segundo recentes relatórios publicados aponta para um cenário muito pouco animador para este sector. Aparentemente, serão sobretudo os países do Sul da Europa os mais atingidos pelas alterações climáticas. É fundamental que a PAC, mediante tais alterações, aja em conformidade, fomentando uma melhor gestão dos recursos. Optimização dos recursos hídricos, escolha de variedades seleccionadas pela sua resistência às alterações climáticas e às doenças, protecção dos solos da erosão, conservação das pastagens, incremento da reforestação, reabilitação das superfícies degradadas, melhor gestão florestal que limite os riscos de incêndio e novas medidas de vigilância e controlo de doenças são medidas importantíssimas de adaptação da agricultura europeia aos efeitos do aquecimento. Dado que cada vez mais a agricultura dependerá do estado do clima, aprovamos todas as medidas que atenuem este grave problema.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor deste relatório porque acredito que a agricultura é um sector produtivo afectado pelas consequências das alterações climáticas e está exposto à pressão exercida por estas. Contudo, e ao mesmo tempo, a agricultura está directamente associada aos objectivos de mitigação do impacto das alterações climáticas, quer ajudando a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a reter e a assegurar a gestão satisfatória de recursos hídricos ou impulsionando a produção e descentralizando fontes de energia renováveis e sustentáveis. A este respeito, os Estados da Europa Oriental com sectores agrícolas altamente desenvolvidos podem beneficiar plenamente do desenvolvimento do sector dos biocombustíveis, contribuindo assim para o crescimento dos rendimentos nas zonas rurais e a criação de empregos "verdes" (prevê-se, por exemplo, a criação de 750 000 empregos relacionados com fontes de energias renováveis no sector agrícola até 2020).

**Frédérique Ries (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) Todas as iniciativas que visam reduzir o aquecimento global são bem-vindas e digo isto vem na sequência daquilo que ocorreu ontem no Parlamento Europeu, onde 1 500 eleitos de importantes cidades europeias se comprometeram a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em mais de 20% até 2020. A aprovação hoje do relatório Le Foll relativo à adaptação da agricultura europeia às alterações climáticas insere-se nesta abordagem. Não nos podemos esquecer que o sector agrícola é responsável por quase 10% das emissões de CO<sub>2</sub> e a agricultura tem muito a ganhar com a antecipação dos

efeitos nocivos das alterações climáticas no que diz respeito a zonas inundadas, à diminuição das zonas de cultivo, à desflorestação e à imprevisibilidade dos rendimentos. Por conseguinte, é preciso desenvolver o aspecto sustentável da agricultura. A promoção de uma utilização razoável de fertilizantes e pesticidas, associada à diversificação da produção agrícola e pecuária, garantirá aos agricultores uma autonomia muito maior e uma base de capital melhorada. A agricultura europeia tem claramente de desempenhar um papel importante na luta contra as alterações climáticas e existem várias possibilidades: a utilização de sumidouros de carbono, uma fonte de energia renovável e novas técnicas de irrigação. Só resta transformar estas ideias em políticas concretas e incorporá-las na PAC revista de 2013.

**Eva-Britt Svensson (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (SV) Eu votei contra este relatório pelo facto de o senhor deputado Le Foll defender uma política florestal comum. A política florestal é um assunto nacional e há diferenças muito grandes entre os Estados-Membros da UE. Entendo também que, além das questões ambientais transfronteiriças, não é adequado que a política agrícola seja decidida a nível da União Europeia, particularmente depois do seu alargamento a 27 países. Mas, enquanto a política agrícola comum da União Europeia existir, quero que as decisões sejam as melhores possíveis com o objectivo claro de enfrentar as alterações climáticas. Tenho grande simpatia por muitas das propostas do senhor deputado Le Foll para fazer face à ameaça climática, que é a questão fulcral dos nossos tempos, mas recomendar uma política florestal comum é a forma errada de actuar.

**József Szájer (PPE)**, *por escrito*. – Para que fique registado: como um dos vice-presidentes do grupo do PPE declaro aqui que a intenção original do nosso grupo era votar contra o número 18/2 (votação nominal). O grupo cometeu um erro técnico.

**Marc Tarabella (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório do Senhor Deputado Le Foll e fi-lo porque estou convencido do papel significativo que a agricultura irá desempenhar nos problemas associados à luta contra o aquecimento global. A nossa agricultura irá ajudar a União Europeia a cumprir os seus objectivos de redução de emissões. Congratulo-me com a aprovação dos números 18 e 20 relativamente ao respeito e à melhoria da qualidade dos solos com sequestro do carbono e utilização da biomassa para aquecimento, que podem reduzir significativamente o impacto nocivo das alterações climáticas. Estou resolutamente confiante que a PAC se tornará mais sustentável ao longo do tempo e apoia uma política agrícola comum amiga do ambiente.

**Viktor Uspaskich (ALDE)**, *por escrito*. – (LT) As alterações climáticas podem afectar a agricultura: pode haver escassez de água, podem surgir novas doenças e ocorrer um aquecimento excessivo do gado. A agricultura pode ajudar a abrandar o ritmo das alterações climáticas, mas deve também estar preparada para se adaptar ao impacto do aquecimento global. A política agrícola comum (PAC) deve reconhecer o impacto do aquecimento global e tomar medidas para reduzir as alterações climáticas, o que pode ser conseguido promovendo energias limpas e renováveis, prevendo a possibilidade de armazenamento geológico do dióxido de carbono e limitando a quantidade de emissões de gases que provocam o efeito de estufa. Contudo, os custos associados à adaptação da PAC e a minorar as alterações climáticas ainda não são claros. É necessária uma análise minuciosa das vantagens económicas. As alterações climáticas são uma ameaça real, mas no curto prazo é necessária uma melhor gestão dos recursos. A expansão da UE teve um grande impacto na agricultura da União Europeia porque aos 6 milhões de agricultores já existentes vieram juntar-se outros 7 milhões. As zonas rurais correspondem a 90% do território da UE e mais de metade destas estão envolvidas na actividade agrícola. Este facto por si só sublinha a importância da actividade agrícola para o ambiente natural da União Europeia. Na Conferência de Varsóvia de Fevereiro de 2010 a Lituânia e outros oito Estados-Membros da UE assinaram uma declaração sobre a nova PAC, como uma nova manifestação de solidariedade e decência. Não podemos dividir a Europa em Estados-Membros "novos" e "velhos" e temos de mostrar solidariedade. Para se garantir um rendimento estável e justo aos agricultores europeus depois de 2013 e reduzir as alterações climáticas necessitamos de uma política agrícola europeia forte.

#### **Relatório: Herbert Dorfmann (A7-0056/2010)**

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor deste excelente relatório do Senhor Deputado italiano Dorfmann sobre o processo iniciado pela Comissão Europeia para rever os critérios para concessão do estatuto de "zona agrícola com desvantagens naturais" e, consequentemente, o pagamento compensatório por desvantagens naturais (ICHN). Devemos salientar, em especial, a importância do número 18 deste relatório, onde desde já se recusa o apoio aos critérios propostos pela Comissão Europeia: "Salienta que só será possível emitir um parecer definitivo sobre as unidades territoriais básicas, os critérios e os limiares propostos pela Comissão quando os mapas detalhados elaborados pelos Estados-Membros forem disponibilizados [...]".



**Liam Aylward (ALDE)**, *por escrito*. – (GA) Votei a favor do relatório Dorfmann sobre a agricultura em zonas com desvantagens naturais (áreas menos favorecidas).

Cerca de 75% do território da Irlanda foi designado como zona com desvantagens, e o actual regime presta ajuda a cerca de 100 000 famílias de agricultores. Este regime é necessário para a viabilidade e desenvolvimento rurais e para combater o abandono das terras, assim como para proteger a biodiversidade e o ambiente. Com o financiamento correcto, este regime pode ajudar o rendimento de agricultores que desenvolvem a sua actividade em condições muito difíceis.

Como a agricultura na Irlanda é limitada devido às condições atmosféricas de frio e humidade, fico satisfeito por ver que o relatório faz referência a dificuldades relacionadas com o cultivo em solos húmidos e impraticáveis. A referência aos "dias de capacidade dos solos" é também bem-vinda, ajudando a ter em consideração a interacção entre o tipo de solo e o clima.

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Acredito que a aplicação de critérios uniformes simplificará a implementação do regime de pagamentos para zonas com desvantagens naturais em toda a União Europeia, conferindo maior transparência e um tratamento uniforme aos beneficiários destes regimes de apoio.

É absolutamente fundamental centrar este apoio nas zonas mais afectadas pelo abandono de terras. Ao mesmo tempo, é preciso ter em consideração os critérios indicados a seguir como parte desta acção. Não é necessário incorrer em custos adicionais e é necessário ter em consideração o impacto da mudança na delimitação das zonas onde a agricultura desempenha um papel fundamental na economia local. A este respeito, considero que é apropriado instaurar medidas nas zonas afectadas por mudanças na delimitação, que visam estimular a competitividade do sector agrícola e promover a diversificação.

**Robert Dušek (S&D)**, *por escrito*. – (CS) O relatório sobre a agricultura em zonas com desvantagens tem como objectivo redefinir as zonas da UE com desvantagens e reformar a sua assistência financeira e estrutural. Os Estados-Membros identificaram previamente como zonas com desvantagens mais de metade de todos os solos agrícolas na UE, e como tal é essencial redefinir os conceitos e as condições que se aplicam a estes solos. O apoio ao desenvolvimento rural proveniente do Fundo Europeu Agrícola permite aos Estados-Membros, no quadro de melhorias do ambiente e do espaço rural, fazer pagamentos para desvantagens naturais em zonas de montanha, assim como pagamentos noutras zonas com desvantagens. Estes pagamentos devem, através da utilização permanente de solos agrícolas, contribuir para a preservação do espaço rural e apoiar sistemas sustentáveis de agricultura, e devem também compensar custos adicionais e lucros perdidos. A investigação realizada demonstrou que os Estados-Membros identificam temporariamente zonas com desvantagens com base numa gama de diferentes critérios, e estes podem levar a diferentes respostas e diferentes níveis de pagamento entre os diferentes Estados-Membros. Apoio, por conseguinte, a sugestão do relator de deixar algum espaço aos Estados-Membros para reverem os novos critérios antes de iniciarem os pagamentos. Contudo, deve estabelecer-se um prazo para tal, na medida em que todo o processo de reforma poderá ver-se muito atrasado devido à apatia de alguns Estados-Membros, o que teria não só um efeito negativo no pagamento destas verbas mas contribuiria também para um ambiente jurídico confuso nos diferentes Estados-Membros. Apoio o relatório na sua totalidade.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – O apoio às zonas rurais desfavorecidas constitui um elemento essencial do segundo pilar da política agrícola comum (política de desenvolvimento rural), sendo natural que os territórios com desvantagens naturais ou outras sejam objecto de instrumentos e políticas específicas.

A Comissão vem, através desta Comunicação, propor que, em conformidade com o n.º 3 do artigo 50.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, as "outras zonas desfavorecidas" sejam definidas de acordo com critérios objectivos, propondo, para isso, oito critérios relativos ao solo e ao clima que, a partir de um certo valor-limiar, indicam a existência de fortes limitações para a agricultura europeia: critérios climáticos (longos períodos de baixas temperaturas ou de calor), critérios biofísicos (solos com má drenagem, pedregosos, arenosos ou argilosos; pouca profundidade radical; solos salgados) e critérios geográficos (zonas com um balanço hídrico desfavorável ou forte inclinação do terreno). Esta definição de critérios objectivos é positiva, mas estes devem ser testados, no terreno, para verificar a sua fiabilidade e adaptabilidade aos casos concretos e às características específicas de cada espaço natural.

Deverá ser também ponderada a possibilidade de um período transitório, com um regime próprio, para as regiões que percam a sua classificação como zonas desfavorecidas.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – O apoio às zonas rurais desfavorecidas constitui um elemento essencial da política de desenvolvimento rural. Defendo a atribuição de pagamentos compensatórios

adequados, para as zonas desfavorecidas de modo a que os agricultores ajudem a preservar o espaço rural e assumam uma agricultura sustentável que forneça bens públicos, como as paisagens, a qualidade da água e do ar, assim como a preservação da biodiversidade. Este apoio permite a coesão social e territorial, preservando as zonas rurais e conferindo-lhe um estatuto de espaço económico e natural vital. Neste relatório, o que está em causa são os critérios relativos às "... outras zonas desfavorecidas afectadas por desvantagens naturais", nos termos da alínea a), do n.º 3 do artigo 50.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005. Um comité de peritos identificou oito critérios relativos ao solo e ao clima que, a partir de um certo valor-limiar, indicam a existência de fortes limitações para a agricultura europeia. Concorde que o critério geográfico, denominado "isolamento", também deve ser tido em conta, já que é uma desvantagem natural. Espero que os Estados-Membros possam fazer a aplicação de critérios biofísicos objectivos adaptados às condições do seu espaço natural de modo a que desinem as zonas com desvantagens naturais.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – É positivo que se considere que os "pagamentos ZD devem estar ligados à actividade agrícola" e que a "aplicação de critérios única e exclusivamente biofísicos pode não se revelar adequada". Valorizamos igualmente a inclusão do critério geográfico "isolamento" e "a utilização cumulativa dos critérios adoptados". Estes aspectos são, no entanto, contraditórios com outros incluídos no relatório, nomeadamente, a definição de um "período transitório" para a adaptação aos novos critérios, ou seja, a aceitação tácita dos novos critérios propostos pela Comissão. Estamos em profundo desacordo que os novos critérios sejam reflectidos na evolução futura da PAC, como aí também se defende, mantendo esta política no âmbito do desenvolvimento rural, com co-financiamento, ou seja, mantendo mais um factor de discriminação entre países. A proposta da Comissão, se levada a cabo, será altamente lesiva dos interesses dos países do Sul, particularmente de Portugal. Por isso, alertamos para a necessidade de corrigir essa proposta e de evidenciar e valorizar a utilização de critérios socioeconómicos em conjunto com o grupo de critérios biofísicos na definição da PAC, tais como: PIB/capita, rendimento por unidade de trabalho familiar e indicadores de desertificação.

**Lorenzo Fontana (EFD)**, *por escrito*. – (IT) Este relatório põe em evidência a importância que a nova política agrícola comum terá para todos os Estados-Membros. A salvaguarda das regiões naturalmente mais desfavorecidas constituirá um dos principais pontos desta política que a UE, em conjunto com as regiões dos Estados-Membros, irá implementar, pondo assim em prática uma subsidiariedade real. A Comissão da UE deve ter em conta essa subsidiariedade, sobretudo na definição dos parâmetros que irão delimitar essas regiões. A Comissão não deve descurar o facto de que a recuperação das zonas mais desfavorecidas irá ajudar de forma concreta as explorações agrícolas afectadas pela grande crise actual e irá também ajudar a manter o ambiente em boas condições. Devo recordar que tudo isso deve ser possível, não só em teoria, mas também em termos reais, através da atribuição de fundos adequados para a salvaguarda e requalificação dessas zonas. Fazendo isso, poderemos recuperar e incentivar o desenvolvimento económico da agricultura em todas as zonas com potencialidades para crescer e produzir efeitos colaterais no mercado, como a produção agrícola de géneros alimentícios típicos dessa zona, bem como a salvaguarda da paisagem e do ambiente. Agradeço ao senhor deputado Dorfmann e felicito-o pelo seu excelente relatório.

**Jarosław Kalinowski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Para conseguir condições justas e uniformes para todos os agricultores da União Europeia, algo que deve ser inquestionavelmente o principal objectivo da reforma da política agrícola comum, deverá ter-se também atenção às zonas com desvantagens naturais. A fim de harmonizar a legislação que classifica zonas como elegíveis para receber pagamentos é essencial, acima de tudo, harmonizar os critérios de classificação das referidas zonas. A concretização deste objectivo não será possível sem uma estreita colaboração com os Estados-Membros. O pragmatismo proposto pelo autor do relatório ao permitir a definição dos critérios biofísicos por países individuais pode constituir uma ameaça sob a forma de tentativas para impor interesses nacionais particulares. Contudo, desde que a Comissão tenha o cuidado de garantir o cumprimento das disposições do quadro legislativo europeu, esta solução deverá melhorar significativamente a identificação objectiva das zonas em discussão.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Considerando que mais de metade da superfície agrícola da UE (54%) tem estatuto de zona desfavorecida, quer pela sua orografia ou condições climatéricas, quer por terras menos férteis, e que tal medida é fundamental para o desenvolvimento rural, concluímos que o apoio às zonas desfavorecidas deve constituir uma prioridade para os Estados-Membros. Desta forma, a elaboração de uma estratégia global para as zonas desfavorecidas, adequada às necessidades locais das diferentes regiões, fará com que se reduzam as disparidades existentes entre os Estados-Membros quanto ao apoio que lhes é concedido. Assim, com a definição concreta das zonas com desvantagens naturais, será possível obter os fundos adequados para exploração das terras e melhorar os rendimentos da produção agrícola.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Não há dúvida de que as explorações agrícolas nas regiões ultraperiféricas são as que necessitam especialmente de apoio financeiro. As pequenas explorações agrícolas de montanha têm frequentemente de lutar para sobreviver, dadas as suas poucas possibilidades de reagirem rapidamente aos novos requisitos dos mercados. Aos pequenos agricultores em particular falta-lhes o pessoal para poderem permanecer competitivos e, conseqüentemente, apenas do ponto de vista do negócio, a sua situação é muito mais difícil do que as das grandes explorações agrícolas em locais expostos. A elevada taxa de explorações agrícolas que têm soçobrado nos últimos anos e o aumento de agricultores a tempo parcial mostram claramente que a política de subsídios da UE se foca muito mais intensamente na pecuária e noutras actividades semelhantes. Para os Estados-Membros da UE permanecerem ainda que remotamente auto-suficientes, é mais do que tempo de renacionalizarmos as nossas subvenções agrícolas. Com vista a uma distribuição mais justa de pagamentos compensatórios votei a favor deste relatório.

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor deste relatório, que aborda os problemas enfrentados pelos agricultores em muitos dos Estados-Membros da UE. Gostaria de realçar em especial a importância de uma alteração que propus em comissão e agradecer aos meus colegas que a apoiaram. O objectivo da alteração a que me refiro é assegurar que a forma como as zonas com desvantagens naturais são delimitadas é relevante, tendo por base áreas ecológicas homogêneas em vez da UAL 2, como é o caso no momento. Quero também salientar que acho apropriado incluir na proposta futura da Comissão regras flexíveis que permitam também a concessão de ajuda a agricultores em zonas com desvantagens naturais e com uma área pequena, situadas segundo uma perspectiva administrativa em unidades que não reúnam os critérios estabelecidos.

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito*. – (DE) O apoio a zonas rurais com desvantagens naturais desafiadoras é um dos componentes mais importantes do segundo pilar da política agrícola comum. Além disso, o relatório contempla subvenções para estas regiões não só para a produção alimentar mas também num contexto macroeconómico. Como tal, votei a favor deste relatório.

**Wojciech Michał Olejniczak (S&D)**, *por escrito*. – (PL) Votei a favor da proposta de resolução do Parlamento Europeu (A7-0056/2010), porque o segundo pilar da política agrícola comum, a política de desenvolvimento rural, designadamente, é da maior importância para melhorar a eficácia da própria PAC, assim como para facilitar a gestão de zonas com desvantagens naturais. O documento elaborado pelo relator é de grande utilidade, não apenas para nós, mas para o conjunto da União Europeia. Precisamos dispor de informações acerca de zonas rurais que, por motivos alheios aos seus proprietários, não possam ser eficazes ou devidamente utilizadas. Concorro com o relator na sua apreciação da revisão dos critérios de classificação das zonas com desvantagens, que teve início em 2005. Os critérios anteriores para apoio a estas zonas devem ser modificados de modo a reflectirem as desvantagens efectivamente existentes. Importa recordar também que existem zonas que preenchem determinados critérios mas cujas desvantagens foram eliminadas graças a soluções eficazes. Sou de opinião que deve incumbir aos Estados-Membros identificar as zonas desfavorecidas e desenvolver programas de apoio e programas de desenvolvimento. Todas as medidas tomadas devem, evidentemente, basear-se num quadro comunitário.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste relatório, juntamente com o meu grupo.

**Eva-Britt Svensson (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (SV) Abstive-me/votei contra o relatório Dorfmann. O que me levou a assumir esta posição resulta evidentemente do conteúdo do mesmo. A UE é um território demasiado vasto para gerir eficientemente o apoio à agricultura em zonas com desvantagens naturais. As zonas rurais da UE são extremamente diversificadas. Isto é particularmente verdade no que respeita aos tipos de cultura, aos níveis de humidade dos solos, à combinação dos tipos de solos e às condições climáticas. As alterações climáticas fazem com que seja particularmente difícil elaborar uma lista de critérios e de normas fixas para os apoios. A UE solicitou mapas detalhados aos Estados-Membros, mas apenas alguns países os forneceram. Um exemplo salientado no relatório do Tribunal de Contas é o facto de a Espanha pagar 16 euros por hectare enquanto Malta paga 250 por hectare em circunstâncias consideradas idênticas. A política agrícola comum foi criada quando a CE/UE era composta por seis Estados-Membros. Hoje em dia, a situação é completamente diferente e muito mais complexa. A gestão das ajudas à agricultura deve ser feita pelos Estados-Membros. São eles que melhor conhecem a situação no terreno. Estamos actualmente no meio de uma crise do euro. Uma moeda única constitui um obstáculo à adaptação das taxas de juro e das moedas a uma diversidade de circunstâncias no seio da zona euro. Considero igualmente incorrecto ter uma política agrícola única para todos os 27 Estados-Membros.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – A Comissão procurou, nesta comunicação, mais rigor e homogeneidade quanto aos critérios para a atribuição de ajudas aos agricultores das zonas com desvantagens naturais. Visou, assim, corrigir a aplicação heterogénea de indemnizações compensatórias entre Estados-Membros devido a diferenças de classificação sobretudo das denominadas “zonas desfavorecidas intermédias”.

Estas ajudas são cruciais para preservar o emprego e as comunidades rurais, a utilização continuada das terras agrícolas, bem como a biodiversidade e a paisagem cultural.

Estou globalmente satisfeito com o relatório e, sobretudo, com o parecer da Comissão do Desenvolvimento Regional, que tenta salvaguardar os interesses das regiões ultraperiféricas, já que as ilhas estão excluídas da comunicação da Comissão.

Em conformidade com o princípio da subsidiariedade, parece-me lógico que, na identificação das zonas intermédias desfavorecidas, os Estados-Membros pudessem ter em conta não só critérios biofísicos, mas também outros, como a insularidade e a ultraperifericidade.

Parece-me também importante que as regiões que percam o estatuto de “zona com desvantagens naturais” beneficiem de um período transitório que lhes permita amortecer o impacto da perda de ajudas.

Cabe-nos agora garantir que, na reforma global da PAC, os novos regimes de ajuda aos agricultores sejam concebidos de forma coerente e que haja uma melhor coordenação entre a política agrícola e a política de coesão.

#### **Relatório: Pilar del Castillo Vera (A7-0066/2010)**

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor deste relatório sobre uma nova agenda digital para a Europa: 2015.eu, porque considero que a Europa deve desempenhar um papel de liderança na promoção da inovação no sector das tecnologias da informação e da comunicação. Devemos, por isso, reforçar os investimentos neste sentido. Infelizmente, a Europa corre presentemente o risco de ficar para trás da Ásia, a julgar por alguns indicadores, como a taxa média de transferência de dados ou o facto de os serviços de comunicação por banda larga serem utilizados por apenas 50% dos agregados familiares da União Europeia, apesar de o seu acesso estar disponível para mais de 90% da população. A Comissão deve apresentar um programa claro e ambicioso neste domínio, que vá para além de uma simples visão ou de um documento de prospectiva. Existem soluções que importa apoiar, tais como a utilização de programas de código aberto, que podem contribuir para o desenvolvimento de inovações de *software*, através de contribuições abertas, e reduzir os custos das empresas que utilizam estes programas. Ao mesmo tempo, devemos adoptar medidas tendentes a reduzir a burocracia no âmbito do programa-quadro da UE e fomentar a nossa competitividade global.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) O relatório de iniciativa da deputada del Castillo Vera é ambicioso no que respeita à agenda digital para a Europa, ou seja o acesso à Internet para todos os cidadãos da UE. Neste contexto, o objectivo consiste em facultar acesso à banda larga para metade da população europeia até 2015, e para toda a população até 2020. A utilização generalizada da Internet é apoiada por propostas sobre a evolução desejável da legislação respeitante aos consumidores e à segurança, e a necessidade de acesso digital aos serviços públicos. Além disso, esta agenda permitir-nos-á apoiar a inovação no domínio da investigação e desenvolvimento, facilitando desse modo um rápido crescimento do conhecimento e acesso ao património. Por todos estes motivos, votei a favor deste relatório.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste relatório. Estou convencido de que a Europa só retirará vantagens da revolução digital se todos os cidadãos da UE tiverem interesse e capacidade de participar plenamente na nova sociedade digital. Tal implica muitos desafios, nomeadamente um compromisso com investimentos de longo prazo, o empenhamento dos governos no desenvolvimento da governação em linha (e-governo) e a confiança dos cidadãos na utilização dos serviços digitais. Para alcançar tais objectivos, vai ser necessário reduzir substancialmente as carências existentes nos domínios das competências e da literacia digitais até 2015. Congratulo-me particularmente com as propostas que visam garantir o acesso de todas as escolas primárias e secundárias a ligações de alta velocidade até 2015 e criar oportunidades de formação no domínio das TIC para todos os adultos no activo. Se queremos uma agenda digital competitiva, temos de começar por investir nas pessoas.

**Regina Bastos (PPE)**, *por escrito*. – Uma das áreas que mais se tem desenvolvido, nas últimas décadas, tem sido a das tecnologias da informação e da comunicação, que estão presentes em todos os domínios da vida humana. Num ambiente em permanente mudança e competitividade crescente, as TIC podem ser um

instrumento poderoso na ajuda ao desenvolvimento sustentável, assim como no combate à pobreza e às desigualdades sociais e económicas. Cada pessoa deve ser dotada das competências necessárias e de um acesso permanente e de alta velocidade, sendo também necessário um quadro jurídico claro que proteja os direitos e ofereça a confiança e a segurança necessárias. O relatório sobre "uma Nova Agenda Digital para a Europa:2015.eu", que votei favoravelmente, pretende cooperar com a Comissão, na elaboração da proposta estratégica e plano de acção globais para 2015. Nesse sentido, todos os agregados familiares da UE devem ter acesso à Internet de banda larga a preço competitivo até 2013; deve ser dedicada especial atenção às zonas rurais, às afectadas pela transição industrial, às que são vítimas de desvantagens naturais ou demográficas graves e permanentes, em particular, as regiões ultraperiféricas; e, por último, importa garantir aos utilizadores finais com deficiência um acesso de nível equivalente ao disponível para os outros utilizadores finais.

**Mara Bizzotto (EFD)**, *por escrito*. – (IT) Um dos objectivos mais ambiciosos mas fracassados da Estratégia de Lisboa consistia em fazer da Europa a sociedade do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo. A finalidade da adopção da agenda 2015.eu, que vem complementar, em termos de conteúdo, a estratégia UE 2020, é colocar os cidadãos consumidores no centro de uma iniciativa comunitária destinada a garantir que todos os cidadãos dos Estados-Membros possam adquirir uma bagagem adequada de competências informáticas que lhes garantam o acesso às principais tecnologias da informação e da comunicação actualmente disponíveis. O percurso de alfabetização digital das famílias, estudantes, empresas e governos europeus será apoiado por várias estratégias que irão fazer face à questão da definição dos direitos digitais, bem como à implementação de infra-estruturas visando melhorar e aumentar a banda larga, sobretudo nas zonas rurais.

Como acredito firmemente que o futuro da formação deve necessariamente acompanhar, passo a passo, a expansão da formação digital e da interoperabilidade das competências informáticas, sou a favor deste relatório.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – Apoio o excelente relatório da colega Pilar Del Castillo sobre a Nova Agenda Digital. Concorde que a Europa deve desempenhar um papel de liderança na criação e aplicação das TIC, gerando valor acrescentado para os seus cidadãos e as suas empresas, e que só colherá os frutos desta revolução digital se todos os cidadãos da UE forem mobilizados e dotados dos meios necessários para participar plenamente na nova sociedade digital. Saúdo o objectivo de dispor de banda larga de forma a cobrir todos os cidadãos da UE e todo o território, incluindo as regiões ultraperiféricas. Aplaudo a recomendação para que o conceito de literacia digital seja introduzido nos sistemas de ensino logo a partir do ensino pré-primário, em paralelo com as línguas estrangeiras, com o objectivo de produzir utilizadores experientes o mais cedo possível. Saliento o impacto que a digitalização dos serviços públicos (administração em linha) pode ter para os cidadãos e as empresas para permitir uma oferta mais eficaz e personalizada de serviços públicos; para além de que através de Sistemas de E-Procurement (concursos públicos) se podem obter ganhos significativos em transparência e concorrência, com mais oferta, mais qualidade e preços mais baixos.

**Lara Comi (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Votei a favor deste relatório, que aprovo tanto em termos de espírito como de conteúdo. Penso que, ao aprovar este relatório, o Parlamento Europeu emitiu um sinal claro de liderança política com a criação de uma agenda digital, um verdadeiro plano europeu coerente e exaustivo, que constitui um passo fundamental para a Europa do futuro.

Por um lado, o desenvolvimento digital representa uma maior oportunidade de crescimento mas, por outro lado, determina uma importante mudança social, com um impacto significativo no comportamento dos cidadãos. O que é importante é garantir que essa mudança possa conduzir a uma sociedade europeia mais democrática, aberta e inclusiva e a uma economia do futuro próspera, competitiva e baseada no conhecimento. E isso só pode acontecer se, como se salienta no relatório, "as pessoas forem colocadas no centro da acção política".

É importante apostar bastante na difusão da banda larga e na aplicação das tecnologias digitais em sectores-chave do mercado, como a energia, os transportes e a saúde. Contudo, essa acção política deve estabelecer garantias adequadas para evitar um alargamento do fosso existente entre as grandes e as pequenas e médias empresas; entre as autoridades públicas e o sector privado; entre as zonas densamente povoadas e as regiões rurais, insulares e montanhosas; e entre o comércio electrónico nacional e o transfronteiriço.

**Ioan Enciu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Agradeço o esforço investido pela senhora deputada del Castillo Vera na elaboração deste relatório, bem como a contribuição dos meus colegas. A Agenda Digital e o desenvolvimento de um mercado único no domínio das TIC figuram entre as nossas prioridades e as da

Presidência. Neste contexto, congratulo-me com a tónica posta na promoção da literacia digital entre os jovens, que são aqueles que mais utilizam as novas tecnologias e que devem, por isso, saber servir-se delas de forma eficiente.

Desejo agradecer aos meus colegas o apoio que prestaram à minha iniciativa de solicitar à Comissão a elaboração de um plano de incentivo material à criação de novas empresas em linha, especialmente as que se encontram em dificuldades. Interpreto os votos dos meus colegas como um passo importante em direcção a uma abordagem global e eficiente do futuro digital europeu. Espero que a Comissão nos ajude a estabelecer regras claras neste domínio, tanto a nível da UE como dos Estados-Membros.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Uma "agenda digital" é cada vez mais importante e mais incontornável na nossa sociedade. A evolução tecnológica, sobretudo em termos de disponibilização de informação, conteúdos e conhecimentos em rede, foi extremamente rápida e em pouco mais de uma década mudou, drasticamente, o panorama "digital" com a massificação da Internet e das comunicações móveis. É, portanto, importante olhar para o futuro e definir uma estratégia para a agenda digital, impondo objectivos concretos, com especial atenção para as questões relativas aos direitos dos consumidores, à privacidade e aos dados pessoais, bem como aos direitos de autor e à luta contra a pirataria na Internet.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) colaboram na obtenção de uma economia próspera e competitiva e ajudam a concretizar uma sociedade mais amiga do ambiente, democrática, aberta e inclusiva. Permitem eficiência ajudando a um crescimento sustentável. Desta forma, as TIC contribuem para os objectivos da estratégia 2020 da UE. Neste momento, há grandes disparidades entre Estados-Membros e dentro deles, em termos da possibilidade de acesso à banda larga por parte dos cidadãos. É urgente que se construa na UE um mercado único dos serviços digitais que evite a fragmentação normativa e contribua para a livre circulação dos serviços digitais e do comércio electrónico. Assim, deve adoptar-se uma agenda digital ambiciosa acompanhada de um plano de acção global que proporcione oportunidades económicas, sociais e culturais a todos os cidadãos europeus, prestando-se uma atenção especial às zonas rurais. Saliento a importância da oferta a todos os cidadãos de um acesso omnipresente e de alta velocidade à banda larga fixa e móvel. Todos os cidadãos da UE deveriam ter acesso à Internet de banda larga a um preço competitivo até 2013, usando-se fundos nacionais e europeus para o efeito.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Há bastantes aspectos positivos neste relatório, embora se desenvolva no quadro do mercado interno que a União Europeia defende. Reconhecemos benefícios subjacentes a uma agenda digital para a Europa, presentes no relatório, nomeadamente na garantia do "acesso de todos os cidadãos aos produtos culturais", no garantir "aos utilizadores finais com deficiência um acesso de nível equivalente", na disponibilidade para um "maior investimento na utilização de *software* de código aberto na UE" e na "atenção particular às zonas rurais, às afectadas pela transição industrial e às que são vítimas de desvantagens naturais ou demográficas graves e permanentes, em particular, as regiões ultraperiféricas". Demos contributos para estas propostas.

No entanto, consideramos que uma agenda digital de vanguarda rejeita qualquer mercantilização do conhecimento, da educação e da investigação. Por isso, não aceitamos que os objectivos positivos sejam descaracterizados pelas ambiguidades e variações do mercado único europeu.

O "reforço", a "promoção" e o "bom funcionamento" do "mercado interno" não é mais "adequado ao consumidor", nem "resulta na descida dos preços", como se tenta fazer crer. Em vários momentos já ficou comprovado o contrário, nos mais diversos sectores de actividade da União Europeia. Daí a nossa abstenção.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. – (RO) É necessário aprofundar a definição da nova agenda digital, 2015.eu, que se pretende mais competitiva e inovadora do que a estratégia i2010 lançada recentemente, em particular no que respeita aos aspectos cultural e educativo. Por este motivo, enquanto relatora do parecer da Comissão da Cultura e da Educação, apoiei este relatório, especialmente as recomendações que contém sobre o papel das tecnologias da informação e da comunicação na formação dos jovens e na sua preparação para o mercado de trabalho. No texto que foi apresentado e aprovado, salientei a importância de as crianças adquirirem conhecimentos básicos das TIC desde a escola primária, assim como a mais-valia que pode trazer à nossa sociedade a aprendizagem por meios electrónicos, em constante evolução. Na mesma perspectiva, congratulo-me com o facto de os jovens serem o segmento da população mais interessado nas TIC. Com efeito, devem concentrar-se nesta área, pois ela pode contribuir fortemente para reduzir os níveis de desemprego na UE, de acordo com os objectivos estratégicos da UE 2020. Por fim, mas não menos importante, reafirmei a necessidade de desenvolver o projecto Europeana como parte da agenda 2015.eu,

implementando-o de modo a conferir-lhe uma elevada visibilidade, em paralelo com a realização das suas metas culturais.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Felicito-me com a aprovação deste relatório, que será de grande utilidade para a elaboração de uma proposta estratégica abrangente para 2015 no sector das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Estou convencido de que a nossa saída da crise económica dependerá em grande medida da capacidade deste projecto para facilitar uma vasta e eficiente aplicação das TIC no sector empresarial. As PME podem ser um agente catalisador da recuperação económica na Europa. Com efeito, a Comissão Europeia deve reforçar no futuro as medidas de apoio às PME para que utilizem as ferramentas das TIC a fim de melhorarem a sua produtividade. Utilizo hoje o meu voto para apoiar a proposta contida neste relatório respeitante à elaboração de um plano no domínio digital, destinado a promover as oportunidades de negócio em linha. O principal objectivo deve ser oferecer alternativas às pessoas que ficaram recentemente desempregadas devido à crise financeira. A iniciativa deve centrar-se na disponibilização de ligação à Internet e consultoria gratuitas.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Uma nova agenda digital para a Europa é essencial para que haja uma revolução digital da qual beneficiem todos os cidadãos europeus. No entanto, para que tal seja possível, é necessário o envolvimento de todos os cidadãos nesse processo, para que estes se tornem actores da nova sociedade digital. Mas para que tal realidade seja possível, é necessário um grande esforço de investimento que permita a redução do fosso digital actualmente existente na UE. Não nos podemos esquecer que cidadãos informados e esclarecidos contribuem para aumentar o potencial da Europa.

**Miroslav Mikolášik (PPE)**, *por escrito*. – (SK) Aproveitar ao máximo as tecnologias da informação e da comunicação é um dos requisitos essenciais de uma Europa mais competitiva e de um crescimento sustentado.

A UE deve assegurar o desenvolvimento e a aplicação destas tecnologias e facultar a todos os seus cidadãos o acesso à nova sociedade digital, através de ligações de alta velocidade à Internet, fiáveis e de qualidade, a um preço acessível. Infelizmente, em muitos Estados-Membros, os mercados de telecomunicações ainda não atingiram níveis suficientes de abertura à concorrência, e os consumidores e agregados familiares são desencorajados pelos elevados preços cobrados e não adquirem competências digitais suficientes.

Considero, assim, indispensável alargar a integração e a liberalização global do mercado único e eliminar as barreiras à prestação transfronteiras de serviços de telecomunicações.

Simultaneamente, sou a favor do estabelecimento de um quadro jurídico melhorado para o novo espaço digital, que garanta a defesa dos direitos cívicos fundamentais e dos direitos de propriedade intelectual, e que contribua para a prevenção da criminalidade informática, da difusão de pornografia infantil e de outros tipos de crime através da Internet.

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito*. – (DE) Pretende-se que cada agregado familiar no seio da UE disponha de uma ligação à Internet de banda larga a preços competitivos até 2013. Além disso, a intenção é tornar o continente europeu líder mundial das comunicações móveis em termos de acesso à Internet até 2015. Apoio as medidas nesse sentido e por isso votei a favor deste relatório.

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) A nova Agenda Digital para a Europa é um programa ambicioso destinado a disseminar novas tecnologias e ligações rápidas nos Estados-Membros, motivo pelo qual votei a favor. No entanto, independentemente das suas declarações de princípio, como aumentar a velocidade das ligações móveis e familiarizar os cidadãos com as novas tecnologias, julgo que determinados objectivos serão muito difíceis de alcançar. Penso, por exemplo, que o objectivo de todas as escolas da União Europeia disporem de Internet de alta velocidade até 2015, apesar de altamente desejável, será difícil de alcançar por razões objectivas (por exemplo, em regiões montanhosas e insulares, é difícil conseguir a alta velocidade no imediato). Por conseguinte, a nova Agenda Digital para a Europa devia ser sustentada por uma série de iniciativas e acções coordenadas, tais como um financiamento comunitário mais generoso que garanta um melhor acesso à Internet, inclusive para os alunos em desvantagem geográfica.

**Aldo Patriciello (PPE)**, *por escrito*. – (IT) A Europa continua a ser líder global no domínio das tecnologias avançadas da informação e da comunicação (TIC). A *World Wide Web*, o sistema GSM para comunicações móveis, a norma MPEG para conteúdos digitais e a tecnologia ADSL são invenções europeias. Manter essa liderança e convertê-la numa vantagem competitiva constitui um objectivo político vital.

Nos últimos quatro anos, as políticas em matéria de TIC confirmaram o papel dessas tecnologias enquanto motor da modernização económica e social da Europa e vieram aumentar a resiliência da Europa em tempos

de crise. Todos os Estados-Membros da União elaboraram políticas em matéria de TIC e consideram que o contributo dessas tecnologias é essencial para o crescimento e o emprego a nível nacional, no contexto da Estratégia de Lisboa renovada.

Apesar disso, na primeira década do século XXI, a UE está a ficar atrasada em termos de investigação e inovação no domínio das TIC. Por esse motivo, a União lançou ambiciosos programas de investigação destinados a recuperar esse atraso e a apoiar actividades de investigação e desenvolvimento de longo alcance. Gostaria, portanto, de reiterar o meu firme apoio a essas acções, convicto de que a Europa pode, uma vez mais, vir a ocupar uma posição de líder e motor neste sector de extrema importância.

**Teresa Riera Madurell (S&D)**, *por escrito* – (ES) Votei favoravelmente este relatório de iniciativa do Parlamento devido à importância da agenda digital para reforçar a liderança tecnológica europeia. As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) constituem um factor determinante para o crescimento neste momento de recuperação económica, mas são também essenciais para o crescimento sustentável e para a luta contra a exclusão social. O relatório apoia os principais pontos identificados pela Declaração Ministerial sobre a Agenda Digital Europeia aprovada na reunião informal do Conselho de Ministros das Telecomunicações realizada nos dias 18 e 19 de Abril. O Parlamento reitera a necessidade de a UE dispor de infra-estruturas sólidas, rápidas e eficientes e encorajar a adopção de medidas conducentes à plena cobertura de banda larga para todos os cidadãos. Para que a revolução digital seja um êxito, é preciso que todos os cidadãos participem nela. No entanto, para que esse êxito se torne realidade, não se podem deixar de lado aspectos como a segurança na Internet. Por conseguinte, o relatório aprovado aposta não apenas em dotar todos os cidadãos de competências informáticas, mas realça simultaneamente a necessidade de reforçar a segurança da Internet e o respeito dos direitos dos cidadãos.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta resolução em virtude de não terem sido incluídas alterações prejudiciais.

#### **Relatório: Bogusław Liberadzki (A7-0099/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Como recomenda o excelente relatório do meu colega polaco, Bogusław Liberadzki, votei a favor da concessão de quitação à Comissão Europeia pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2008. Fiquei satisfeito com a inclusão no texto de determinadas ideias que me são muito caras: a organização de uma conferência interinstitucional envolvendo todas as partes interessadas, em particular os parlamentos nacionais e as instituições de controlo nacionais, com vista a reformar o procedimento de quitação, a redução dos prazos a fim de permitir que a votação em plenário se faça no ano seguinte ao exercício em análise, e a defesa do Tribunal de Contas Europeu de um parecer único (a aplicação da regra de "auditoria única") sobre a fiabilidade e a regularidade das operações subjacentes previstas pelo Tratado. Importa também simplificar as regras de atribuição de fundos europeus, já que muitos erros resultam da complexidade dos procedimentos, a que se acrescentam muitas vezes complexidades nacionais. Por fim, no que respeita a auditorias de organismos de investigação na Europa, congratulo-me pelo facto de o Parlamento Europeu ter reforçado a mensagem que enviámos à Comissão, para que não ponha em causa, de forma severa e muitas vezes infundada, o financiamento em relação às normas internacionais de auditoria.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Registaram-se progressos na execução do orçamento geral para o exercício de 2008, mas continuam a registar-se muitas irregularidades nos domínios dos Fundos Estrutural e de Coesão, desenvolvimento rural, investigação científica, energia e transportes. Os fundos comunitários indevidamente pagos ascendem a 11%. Esta situação resulta de disposições e normas legais excessivamente complexas que os Estados-Membros são obrigados a respeitar. Deste modo, na execução do orçamento para o próximo ano, importa ter em especial atenção a necessidade de simplificar tais disposições e normas, melhorar os procedimentos de recuperação dos fundos indevidamente pagos e estabelecer sistemas mais eficazes de supervisão e de controlo. Tais medidas permitirão melhorar a execução do orçamento da UE e reforçar o controlo das verbas atribuídas, contribuindo para que os projectos implementados pelos Estados-Membros tragam mais valor acrescentado ao desenvolvimento de diversas áreas económicas e outras.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – O artigo 317.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia dispõe que a responsabilidade pela execução do orçamento comunitário incumbe à Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, e que o Tribunal de Contas envia ao Parlamento Europeu e ao Conselho uma declaração sobre a fiabilidade das contas e a regularidade e legalidade das operações subjacentes. Considero fundamental, em nome da transparência, que o Parlamento Europeu tenha esta capacidade de verificação das contas e possa analisar, em detalhe, a execução do Orçamento Comunitário. Acompanho o relator e as resoluções



relativas à quitação, quando este chama a atenção para a urgência de introduzir uma declaração nacional, a um nível político adequado, que cubra o conjunto dos fundos comunitários sujeitos a gestão partilhada, de modo a que cada Estado-Membro assuma a responsabilidade pela gestão dos fundos comunitários recebidos. Isto é tão mais importante, quanto sabemos que 80% das despesas comunitárias são geridas pelos Estados-Membros. Por fim, registo a apreciação positiva feita às contas pelo Tribunal de Contas, o que assegura aos cidadãos europeus que é feita uma gestão adequada e rigorosa do Orçamento Comunitário, apesar de alguns problemas que persistem e que são detalhadamente analisados no presente relatório.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) A conclusão geral que resulta dos cerca de quarenta relatórios dedicados à execução do orçamento geral para o exercício de 2008 pelos diversos órgãos da UE é dolorosa. Pelo décimo quinto ano consecutivo, o Tribunal de Contas Europeu não pôde dar a sua aprovação à execução do orçamento da Comissão Europeia, tais são os erros e as despesas indevidas que a mesma apresenta. Apesar disso, o Parlamento Europeu concede-lhe a quitação pela sua gestão. A Comissão escuda-se na responsabilidade dos Estados-Membros, que gerem supostamente 80% das despesas, em particular as despesas agrícolas e regionais. No entanto, nestas duas áreas, os problemas têm diminuído, enquanto aumentam vertiginosamente no que respeita aos subsídios geridos directamente por Bruxelas. No tocante à ajuda de pré-adesão à Turquia, a situação é especialmente grave e preocupante, para não falar na multiplicação de agências descentralizadas e nas irregularidades cometidas nos concursos públicos que as acompanham, na gestão arbitrária do pessoal e no recrutamento, nas autorizações orçamentais que antecedem as autorizações legais correspondentes, e nos excessivos conselhos de supervisão que sobrecarregam os custos de gestão e que, no fim de contas, são incapazes de planificar correctamente o trabalho ocasional e pouco definido que realizam, e por conseguinte o seu próprio orçamento. Tanto assim é que, num dos seus relatórios, a senhora deputada Mathieu recomenda que seja feita uma avaliação geral da sua utilidade. São estes os motivos por que votámos contra a maioria dos textos relativos à quitação orçamental.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votar a favor da concessão de quitação não significa que a situação seja totalmente perfeita. Considero que a situação tem evoluído no bom sentido mas com demasiada lentidão. Os erros diminuíram, mas ainda não alcançamos o "limiar de erro tolerável". Gostaria de sublinhar a necessidade de tornar obrigatória para todos os Estados-Membros a apresentação de declarações de gestão nacionais, medida que o Parlamento tem defendido repetidamente. Sou contra o sistema de semáforo (luz verde, laranja e vermelha) só para a Roménia e a Bulgária, pois seria uma medida discriminatória. Existem falhas em muitos outros Estados-Membros, e devem ser aplicadas regras de controlo comuns.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Comissão e agências de execução.

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) O relatório Liberadzki sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2008, Secção III – Comissão e agências de execução, adopta um tom muito negativo em relação à Grécia sobre uma série de questões que vão desde a falsificação de estatísticas financeiras até vagas acusações de corrupção generalizada no país. O nosso grupo parlamentar pediu para votar em separado determinadas referências que são insultuosas para a Grécia, ao abrigo do procedimento de votação em separado. No entanto, como tal não foi possível, votei contra o relatório Liberadzki na sua totalidade.

**Alf Svensson (PPE)**, *por escrito*. – (SV) No dia 5 de Maio, votei a favor deste relatório do senhor deputado Liberadzki sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2008, Secção III – Comissão e agências de execução. Votei, no entanto, pela supressão do número 376, que recomenda a redução da ajuda de pré-adesão à Turquia para o seu nível de 2006, e do número 378, no qual o Parlamento Europeu solicita à Comissão que altere os objectivos do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão, por exemplo, por intermédio de instrumentos especiais de vizinhança. Com efeito, não considero correcto o facto de um relatório que diz respeito à quitação da Comissão questionar o processo de adesão e as perspectivas de adesão de países candidatos. Acredito firmemente que, uma vez iniciadas as negociações de adesão, independentemente do país candidato em causa, as mesmas devem ser prosseguidas num espírito positivo sem complicar mais o processo de adesão à UE nem colocar obstáculos no seu caminho.

**Relatório: Inès Ayala Sender (A7-0063/2010)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Seguindo a recomendação do excelente relatório da minha distinta colega e vizinha espanhola, senhora deputada Ayala Sender, votei a favor da concessão da quitação pela execução do orçamento dos Sétimo, Oitavo, Nono e Décimo Fundos Europeus de Desenvolvimento (FED) para o exercício de 2008. Sou um firme defensor da inclusão do FED no orçamento e, oportunamente, a União terá de criar um instrumento próprio para agir no domínio do desenvolvimento. No tocante à facilidade de investimento gerida pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), que é um instrumento de cobertura dos riscos financiado pelo FED para incentivar o investimento privado no difícil contexto económico e político dos países ACP, tenho muitas dúvidas quanto à ideia de o BEI dever apresentar um relatório no âmbito do processo de quitação, mas esta será uma questão a debater, em particular no caso de a União se tornar accionista do BEI, como espera o Parlamento.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos, de forma objectiva e rigorosa. Embora o Tribunal de Contas considere que as receitas e as autorizações não contêm erros significativos, manifesta-se, porém, preocupado com o nível elevado de erros não quantificáveis que afectaram as autorizações relativas ao apoio orçamental e com o nível significativo do erro estimado no que diz respeito aos pagamentos. Tal como a relatora, também considero lamentável que o Tribunal de Contas não tenha podido obter todas as informações e toda a documentação necessárias sobre dez pagamentos efectuados a favor de organizações internacionais e que, consequentemente, não tenha podido emitir parecer sobre a regularidade de despesas no montante de 190 milhões de euros, ou seja, 6,7% das despesas anuais. Exorto, por isso, o FED a regularizar todas estas questões no próximo exercício (2009).

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório dos Sétimo, oitavo, nono e décimo Fundos Europeus de Desenvolvimento.

**Relatório: Bart Staes (A7-0095/2010)**

**Liam Aylward e Pat the Cope Gallagher (ALDE)**, *por escrito*. – (GA) Os deputados Pat "the Cope" Gallagher e Liam Aylward votaram a favor do relatório sobre a quitação do Parlamento Europeu pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2008, e ambos se congratulam com as recomendações do relatório no que respeita ao reforço da transparência e da responsabilidade. Mais transparência e responsabilidade são efectivamente necessárias para garantir o bom funcionamento do Parlamento Europeu e para incentivar a boa governação na União Europeia.

Os deputados Gallagher e Aylward apoiam em particular as alterações destinadas a reforçar a transparência e que recomendam a publicação dos relatórios do Serviço de Auditoria Interna. Também apoiaram as recomendações relativas à informação a prestar aos contribuintes europeus sobre a forma como o Parlamento utiliza o dinheiro público.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes políticos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O presente relatório faz uma análise exaustiva da situação orçamental do Parlamento, chamando a atenção para algumas questões importantes que urge rever. Noto que o relator manifesta a sua preocupação com a continuação da ocorrência de pequenos delitos nas instalações do Parlamento, solicitando, em conformidade, que o Secretário-Geral preste especial atenção a este assunto, tendo em vista a diminuição da pequena criminalidade. Este ponto, embora possa parecer trivial, reveste-se, naturalmente, de grande importância para todos nós que usamos, diariamente, as instalações do Parlamento Europeu. Registo, por fim, a apreciação positiva feita pelo Tribunal de Contas às contas apresentadas, o que assegura aos cidadãos europeus que é feita uma gestão adequada e rigorosa do Orçamento Comunitário.

**Dan Jørgensen e Christel Schaldemose (S&D)**, *por escrito*. – (DA) O Parlamento Europeu votou a quitação pela sua própria gestão orçamental e financeira para exercício de 2008. Nunca antes o fizera com tanto rigor

e espírito crítico. Trata-se de uma vitória clara em termos de transparência e controlo e está em consonância com aquilo que os dinamarqueses consideram há muito serem boas práticas. O relatório sobre a quitação inclui diversas críticas que exigem o reforço de determinadas medidas e procedimentos. Salientam-se a necessidade de maior clareza e abertura no que respeita à utilização de fundos adicionais e à responsabilidade dos agentes financeiros no Parlamento. Somos, naturalmente, a favor deste maior rigor, e votámos por conseguinte a favor da quitação e da resolução no seu conjunto. Todos os anos o Parlamento Europeu tem de conceder a quitação a si próprio e é precisamente por este motivo que se impõe uma revisão crítica. O relatório resulta, evidentemente, de muitos compromissos, mas assume no essencial uma posição particularmente crítica, ao mesmo tempo que formula recomendações correctas no que respeita a futuros processos de quitação. Além disso, este relatório crítico foi objecto de amplo apoio por parte de muitos dos grupos parlamentares.

**Astrid Lulling (PPE)**, *por escrito*. – (FR) O meu cepticismo, ou melhor a minha oposição a algumas das afirmações contidas na proposta de resolução do relatório Staes, não deve ser ocultado pelo facto de ter votado a favor da concessão de quitação ao Parlamento Europeu pela execução do seu orçamento para o exercício de 2008. Não basta dizer que os custos das obras de renovação em Estrasburgo, na sequência do acidente ocorrido em Agosto de 2008, não devem ser suportados pelos contribuintes europeus.

De facto, o Parlamento Europeu tem obrigação legal de cuidar dos edifícios que lhe pertencem, de forma responsável e atenta.

Além disso, foi instaurado um processo judicial com vista à obtenção de um reembolso dos custos da obra realizada após o acidente.

Por fim, gostaria que fosse feita uma revisão rigorosa e objectiva da situação respeitante aos fundos de pensão dos deputados europeus e que este tema não resvasse para uma certa demagogia.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório pela execução orçamental da União Europeia, Secção I - Parlamento Europeu.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Seguimos o relator, senhor deputado Staes, nesta votação, embora tenhamos perdido uma alteração essencial, a alteração 22, sobre a transparência na utilização dos fundos públicos, defendida pelo mesmo relator.

#### **Relatório: Ryszard Czarnecki (A7-0080/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. O Tribunal de Contas, no seu relatório anual, revela que a auditoria não suscitou quaisquer observações significativas relativamente ao CESE. O Tribunal de Contas alerta, porém, para algumas situações que carecem de uma melhoria, como seja o caso do reembolso das despesas de viagem dos membros do CESE, o qual deve basear-se apenas nos custos reais; ou ainda o facto de o CESE conceder ao seu pessoal uma vantagem financeira que não é concedida pelas outras instituições, o que dá origem a despesas mais elevadas. Registo com apreço o facto de o CESE ter adoptado a prática de incluir no seu relatório de actividades um capítulo em que descreve o seguimento dado durante o ano às anteriores decisões de quitação do Parlamento e aos relatórios do Tribunal de Contas.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório de execução do orçamento geral da União Europeia, Secção VI – Comité Económico e Social Europeu.

**Relatório: Ryszard Czarnecki (A7-0082/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Entendo que a responsabilização dos agentes públicos perante os cidadãos é fundamental, razão pela qual devem estes dar conta do modo como foram utilizados os fundos públicos postos à sua disposição, de forma objectiva e rigorosa. É neste contexto que se enquadra a avaliação do Parlamento às contas apresentadas e a sua respectiva quitação. É com satisfação que noto que o relatório do Tribunal de Contas refere que a auditoria não suscitou quaisquer observações significativas relativamente ao CdR. Junto-me ao relator na avaliação positiva que este faz às melhorias registadas no ambiente de controlo interno do CdR, em particular com o inventário dos seus principais procedimentos administrativos, operacionais e financeiros. Por fim, é com agrado que constato a qualidade do relatório anual de actividade do CdR, muito em especial a inclusão explícita do seguimento dado as anteriores decisões de quitação do Parlamento, realçando a importância e pertinência destas decisões.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório pela execução do orçamento geral da União Europeia, Secção VII – Comité das Regiões do Tribunal de Justiça.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0074/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – O aumento do número de agências externas tem desempenhado um papel importante na concentração de capacidades técnicas e administrativas de apoio à tomada de decisão da Comissão. Para além disso, a dispersão destas pelo território da União permite uma real aproximação das instituições aos cidadãos, aumentado a sua visibilidade e legitimidade. Não obstante o aumento do número de agências ser, em geral, positivo, a verdade é que cria desafios quanto ao controlo e avaliação do seu desempenho. Por isso mesmo, na sequência da adopção da Comunicação da Comissão "Agências europeias – perspectivas futuras", de 11 de Março de 2008, o Parlamento, o Conselho e a Comissão relançaram o projecto de definição de um quadro comum para as agências e estabeleceram, em 2009, um grupo de trabalho interinstitucional. Penso que este grupo terá um papel fundamental na eliminação dos problemas que vêm sendo identificados pelo Tribunal de Contas nas várias agências, muitos deles comuns, e na definição de um quadro comum que permita uma melhor gestão orçamental e financeira no futuro.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral, salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório do desempenho, gestão financeira e controlo de agências.

**Relatório: Véronique Mathieu (A7-0075/2010)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – O Tribunal de Contas, no seu relatório sobre as contas anuais da Academia relativas ao exercício de 2008, fundamentou o seu parecer sem, todavia, emitir reservas em relação à fiabilidade das contas, e elaborou um parecer com reservas sobre a legalidade e regularidade das operações subjacentes. Para além disso, regra geral, as respostas da Academia às observações do Tribunal de Contas são, mais uma vez, insuficientes e as suas resoluções demasiado genéricas e aleatórias, fazendo com que o Parlamento não esteja em condições de bem avaliar se a Academia é efectivamente capaz de efectuar melhorias no futuro. Subsistem ainda inúmeros problemas estruturais e irregularidades relativos à Academia, enunciados no relatório. Por isso mesmo, acompanho a relatora na decisão de adiar a sua decisão de concessão de quitação ao Director da Academia Europeia de Polícia pela execução do orçamento da Academia para o exercício de 2008.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Todas as instituições europeias que dependem do orçamento da União Europeia têm de ser fiscalizadas, de forma rigorosa, pelo Tribunal de Contas e por todas as entidades com essa função. É necessário aferir se os fundos comunitários estão a ser bem utilizados, se essas instituições estão a cumprir com os objectivos delineados e se não existe desperdício de recursos. De um modo geral,

salvo raras excepções, a avaliar pelas fiscalizações conhecidas, podemos afirmar que as instituições em causa estão a utilizar de forma correcta os fundos disponibilizados e a cumprir com os objectivos propostos. Por esse motivo, votei a favor do relatório da Academia Europeia de Polícia.

**Relatório: José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra(A7-0111/2010)**

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A consolidação da parceria estratégica birregional entre a União Europeia e os países da América Latina e Caraíbas, assinada em 1999, deve constituir uma prioridade da política externa da União Europeia. Embora se tenham registado progressos significativos no desenvolvimento das relações bilaterais UE-América Latina nos últimos dez anos, é necessário dar mais passos ainda. O objectivo derradeiro da parceria consiste em criar em 2015 uma zona euro-latino-americana de cooperação global inter-regional nos domínios político, económico, comercial, social e cultural e, por essa via, assegurar o desenvolvimento sustentável de ambas as regiões.

A votação de hoje significa que o Parlamento Europeu apoia a adopção, no futuro, de uma Carta Euro-Latino-Americana para a Paz e a Segurança, baseada na Carta das Nações Unidas e na legislação internacional conexa, que integre estratégias e directrizes em matéria de acção política e segurança comum.

Considero também que o combate às alterações climáticas, que afectam mais severamente as populações mais pobres do mundo, deve tornar-se um elemento essencial da estratégia euro-latino-americana. Ambas as partes têm de empreender esforços significativos no sentido de chegarem a uma posição negocial comum como parte das discussões preparatórias da Conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, que tem lugar no fim do ano no México.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) O relatório de iniciativa sobre a estratégia da UE para as relações com a América Latina incorpora a abordagem que a UE promove no âmbito das relações internacionais. Com efeito, este texto concilia as dimensões económica, social, política e institucional com o objectivo de assegurar que as trocas comerciais entre as duas áreas geográficas beneficiem também as populações mais desfavorecidas e contribuam para o desenvolvimento sustentável do subcontinente. O relatório recomenda ainda uma harmonização dos regulamentos financeiros no sentido de introduzir maior responsabilidade na matéria a nível mundial. Por essa razão, votei inequivocamente a favor deste relatório.

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A resolução hoje aprovada na sessão plenária do Parlamento Europeu constitui um importante sinal de que a UE está bem ciente do papel global que lhe cabe. A América Latina é o destino turístico predilecto de muitos europeus, mas é muito mais do que isso para a Europa. A América Latina poderá estar aquém do exigível em matéria de democracia, de acordo com os padrões e princípios europeus.

O Parlamento Europeu debateu recentemente uma resolução sobre as flagrantes violações dos direitos humanos que são praticadas em Cuba. A situação culminou na morte de duas pessoas, que se limitaram a exercer o seu direito à liberdade de expressão. Trata-se de episódios trágicos que jamais se devem repetir. Contudo, a experiência da União Europeia mostra que as relações que são construídas ao longo do tempo, com base na amizade e na diplomacia, tendem a dar os seus maiores frutos a longo prazo.

A adopção de uma abordagem construtiva permitirá à União Europeia tornar-se numa exportadora de princípios democráticos, como é seu desejo. A América Latina é um enorme continente, que não pode ser ignorado numa perspectiva económica ou social. Na realidade, o Banco Europeu de Investimento já opera há muito no continente sul-americano, promovendo o investimento a longo prazo, o que é por si só um indicador digno de nota. A resolução hoje aprovada inscreve-se no âmbito de um mandato claro dado à Alta Representante da UE, relativo à abordagem a seguir nas relações com a América Latina.

**Corina Crețu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Apoio a mensagem veiculada na resolução, relativamente à melhoria da coordenação das posições dos países dos dois continentes no que toca aos métodos para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), sobretudo tendo em conta que a Cimeira dos ODM tem lugar em Setembro próximo. Precisamos de chegar a um acordo, tanto mais que estamos atrasados na consecução das metas propostas para 2015, particularmente a do combate à pobreza. Especialmente em tempo de recessão global, o esforço de investimento tem de ser concentrado nos países mais pobres e nos grupos populacionais mais vulneráveis, para que eles possam beneficiar de novos empregos e de condições de integração social.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a Estratégia da UE para as relações com a América Latina que defende a plena realização de uma Associação Estratégica Birregional. Gostaria

de sublinhar a importância da recomendação para a concertação de posições dos dois blocos regionais no âmbito das negociações sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre o ambiente e as alterações climáticas.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Comparto da opinião do relator quanto à necessidade de aprofundar e estreitar os laços de cooperação birregional entre a União Europeia e a América Latina. Não obstante, creio que a União não pode deixar de dedicar uma especial atenção a um dos países latino-americanos cuja dimensão populacional, potencial económico e função de líder regional já reclamam. Falo obviamente do maior país lusófono do mundo: o Brasil. A Comunicação da Comissão Europeia COM(2007)281, de 30 de Maio, reconheceu expressamente que o "diálogo UE-Brasil não foi suficientemente explorado, processando-se sobretudo no âmbito do diálogo UE-Mercosul. O Brasil será o último dos países "BRIC" a reunir-se com a UE numa Cimeira. Chegou o momento de olhar para o Brasil como um parceiro estratégico, um actor económico de primeiro plano na América Latina e um líder regional". Enquanto as demais instituições europeias fazem o que lhes compete, o Parlamento Europeu resiste a deixar de se relacionar com este grande país apenas por via do Mercosul, sendo o Brasil o único dos países BRIC com o qual o Parlamento Europeu não mantém uma delegação parlamentar autónoma. Circunstância anacrónica e lamentável que urge corrigir.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – A Associação Estratégica Birregional contribui para reforçar ainda mais a coordenação entre a UE e a América Latina no âmbito dos fóruns e instituições internacionais. Para além do estabelecimento de uma agenda comum proposto, deve prosseguir-se com a coordenação de posições sobre questões de importância mundial, tendo em conta os interesses e preocupações de ambas as partes. Votei, por isso, favoravelmente a Comunicação da Comissão "A União Europeia e a América Latina: uma parceria entre protagonistas globais", que visa identificar e formular propostas operacionais orientadas para a plena realização da Associação Estratégica Birregional.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Este relatório que não tem em conta os verdadeiros problemas que se vivem na América Latina e não estabelece os pontos essenciais que deveriam estar contidos na estratégia da UE para as relações com a América Latina.

Por exemplo, passa por cima de todos os problemas económicos e sociais que resultarão da assinatura dos Tratados de Livre Comércio, aceita como um facto incontestável a normalização das relações com as Honduras, ignorando o golpe de Estado e os assassinatos ainda recentes de membros da Frente de Resistência contra o golpe. Ignora a situação na Colômbia, os crimes dos paramilitares, as perseguições a sindicalistas e políticos, os quais não constituem problema digno de qualquer referência. Por outro lado, critica, embora nunca refira explicitamente esses países, a Bolívia e a Venezuela.

Mas, entretanto, não diz nada quer sobre a reactivação da IV Frota dos EUA para a região, quer relativamente ao plano de uso de sete bases militares colombianas pelos EUA, ou sobre operações de ingerência que são desenvolvidas a partir de bases militares em territórios de países da UE e da NATO.

Lamentavelmente, rejeitaram a generalidade das propostas que fizemos sobre os temas acima referidos pelo que, no final, votámos contra a resolução.

**Erminia Mazzoni (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Votei a favor deste relatório com uma reserva, que é ao mesmo tempo uma esperança: que possamos encontrar uma solução para a situação que já vem de longe dos "tango bonds", que ensombra as nossas relações com a Argentina.

A determinação de promover as relações com os países da América Latina poderá aplanar o caminho e permitir resolver, de maneira adequada, toda a questão dos direitos dos investidores europeus.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Este texto arrogante e imperial é inaceitável. Defende a reabertura das negociações de acordos de comércio livre com a América Central, a Colômbia, e o Peru. Estas negociações são nefastas, tanto do ponto de vista económico e social como do ponto de vista democrático. Como podemos negociar com o Governo "putshista" de Porfirio Lobo nas Honduras e afirmarmos depois que somos garantes do Estado de direito e dos direitos humanos? Como podemos negociar bilateralmente com os governos repressivos de Álvaro Uribe e Alan García e desprezar o parecer dos outros Estados soberanos da Comunidade Andina, Bolívia e Equador? Voto contra este texto, que é contrário os princípios da democracia e do humanismo.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Sendo a UE o principal investidor e segundo parceiro comercial na América Latina, fornecendo também a maior ajuda ao desenvolvimento, pensamos que tais dados são suficientes para que haja uma estratégia clara e bem definida para as relações entre a UE e a América Latina. Defendemos a

definição de directrizes claras sobre a melhor forma de colaborar para promover a estabilidade política, combater as alterações climáticas, gerir os fluxos migratórios e prevenir catástrofes naturais. Como testemunhámos na tragédia do Haiti, a UE foi claramente posta em segundo plano relativamente a outros intervenientes. Por isso, defendemos que a UE deve corrigir a sua actuação no plano internacional. Assim sendo, deverá intervir de forma mais consistente e eficaz na política internacional. Tal correcção deverá já acontecer na próxima cimeira que se realiza a 18 de Maio em Madrid, na qual a Comissária Catherine Ashton deverá participar activamente.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (ES) Não pude votar a favor deste texto porque um dos objectivos da parceria estratégica consiste em estabelecer acordos de associação sub-regionais com a América Central, o Peru e a Colômbia, e o Mercosul, a despeito do golpe de Estado nas Honduras e do governo ilegítimo que Porfirio Lobo formou na sequência do mesmo. A UE não pode tratar governos que estiveram envolvidos num golpe de Estado da mesma maneira que trata os governos eleitos. De igual modo, o objectivo de criar uma Zona Euro-Latino-Americana de Associação Global Inter-regional não tem em conta as assimetrias entre as regiões. Os actuais termos do Acordo de Associação entre a UE e o Peru e a Colômbia são semelhantes aos de um acordo de livre comércio e não reverterão em benefício dos povos europeus nem latino-americanos. Não concordo também com a possibilidade de encetar um diálogo político de âmbito triangular (como UE-ALC-EUA). Para este tipo de diálogo já existem organismos multilaterais, como as Nações Unidas. Além disso, inclui a criação da Fundação Europa-América Latina e Caraíbas. Não me oporia a essa figura se o relator não propusesse que ela fosse financiada com capital público e privado, o que constitui uma clara porta de entrada para as multinacionais.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) O relatório abrangente sobre a América Latina segue uma linha sensata ao prever a constituição de uma parceria estratégica como via de desenvolvimento das relações entre a UE e os Estados sul-americanos. A solução de criação de uma zona euro-latino-americana tem potencial, não só para propiciar resultados económicos positivos mas também, acima de tudo, para reforçar o papel da UE enquanto actor no plano da política internacional, particularmente face aos Estados Unidos. Infelizmente, o relatório contém também alguns parágrafos e formulações que denunciam um zelo quase missionário da parte de alguns deputados desta Câmara e que poderão ser entendidos como ingerências excessivas nos assuntos internos dos Estados sul-americanos. Não é necessário nem pertinente estar a prescrever em pormenor como devem esses países organizar a sua economia ou as suas políticas de educação ou científica, ou a forma como regem a sua política externa. É absurdo, por exemplo, instar os países da América Latina a introduzirem a educação sexual no ensino. Assim, abstive-me na votação final.

**Justas Vincas Paleckis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) A União Europeia é parceira da América Latina. Juntos, temos de enfrentar os desafios e os problemas globais do presente. Problemas como a crise económico-financeira, as alterações climáticas, as ameaças à segurança, o combate ao terrorismo, ao tráfico de droga e à criminalidade organizada. Juntos, temos de preservar o ambiente, poupar os recursos naturais e ainda combater a pobreza, a desigualdade e a migração. Votei a favor deste relatório, porque ele propõe medidas adequadas para combater a pobreza na região: educação e redução das disparidades entre os países mais ricos e mais pobres que a compõem. A UE tem o Fundo de Solidariedade e também promove projectos de integração, enquanto a América Latina não dispõe de tais oportunidades. Concordo com a opinião do relator de que, seguindo o modelo de integração da UE, a América Latina se tornará mais forte. Além disso, ele proporcionará um acréscimo de segurança e de prosperidade aos seus habitantes.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Abstive-me na votação final deste relatório. Ainda que o relatório não constitua de modo algum um bom contributo para a próxima Cimeira UE-América Latina de Madrid, lográmos manter ou introduzir no texto alguns elementos importantes. Os pontos positivos que merecem destaque num relatório decepcionante são: o facto de o número relativo à decisão do Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos sobre os feminicídios (no caso do Campo Algodonero no México) ter sido mantido no texto, com 359 votos a favor, 235 contra e 17 abstenções; o termos conseguido inserir no texto a indicação de que a Facilidade de Investimento para a América Latina deve ser utilizada em particular em projectos que contribuam para o combate às alterações climáticas, como os de transportes públicos locais, veículos eléctricos e o projecto Yasuni-ITT no Equador ("Keep the oil underground"/Deixar o petróleo no subsolo). No cômputo geral, foram aprovadas 10 das 16 alterações propostas pelos Verdes/ALE. Infelizmente, perdemos a votação de todas as propostas de alteração que exprimiam cepticismo em relação aos acordos de comércio livre recentemente concluídos e aos acordos de associação que se encontram em fase de negociação, e que alertavam contra os riscos de enfraquecimento dos débeis esforços de integração regional em curso. Finalmente, a nossa alteração em que se reclamava o encerramento progressivo dos megacomplexos de produção de energia, que afectam gravemente o ambiente, foi também rejeitada.

**José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, (PPE).** – (ES) Uma vez que algumas das expressões incluídas no n.º 34, introduzidas pelo parecer da Comissão do Desenvolvimento, são de tal modo ambíguas que poderiam sugerir que existe alguma complacência face a uma prática tão repulsiva como a do aborto, a delegação espanhola do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) solicitou ao grupo uma votação por partes desse número, no sentido de deixar absolutamente claro que se opõe a qualquer iniciativa tendente a infringir os direitos inalienáveis dos mais vulneráveis.

**Nuno Teixeira (PPE), por escrito.** – A União Europeia e a América Latina têm vindo a desenvolver uma parceria estratégica forte ao longo dos anos. A União é o principal investidor na América Latina, o seu segundo parceiro comercial e o seu maior fornecedor de ajuda ao desenvolvimento. O objectivo último é a criação de uma zona euro-latino-americana de parceria global inter-regional até 2015 a nível político, económico, comercial, social e cultural, com vista a garantir o desenvolvimento sustentável em ambas as regiões.

Destaco, neste contexto, a importância de, numa primeira fase, se retomar as negociações do acordo de associação entre a UE e o Mercosul, que deverá ser o acordo birregional mais ambicioso de sempre. Saúdo também as iniciativas de parceria comercial entre a União Europeia e a América Central e com a Comunidade Andina, bem como o aprofundamento dos acordos de associação já existentes com o México e o Chile.

Lamento, todavia, que tais acordos comerciais possam afectar a produção comunitária interna nesses mesmos sectores, sobretudo nas regiões ultraperiféricas, que conhecem dificuldades permanentes, e que não tenham sido encontradas compensações adequadas a nível comunitário tendo em vista estas regiões. Por considerar fundamental uma parceria entre as duas regiões do globo, que trará vantagens mútuas no âmbito político, económico e social, votei a favor do presente documento.

#### **Proposta de resolução comum RC-B7-0233/2010**

**Elena Oana Antonescu (PPE), por escrito.** – (RO) A resolução hoje votada exprime a preocupação do Parlamento Europeu ante a decisão das autoridades canadianas de manterem a obrigação de visto para os cidadãos romenos, búlgaros e checos, e apela ao seu levantamento no mais curto espaço de tempo possível.

A manutenção da exigência de visto para os cidadãos desses Estados-Membros viola o princípio da liberdade de circulação, gerando discrepâncias e desigualdades injustificadas. Todos os cidadãos da União Europeia devem beneficiar de um tratamento justo e igual.

Apesar de na Cimeira UE-Canadá realizada em Praga em 2009 ter sido reafirmado o objectivo comum dos parceiros de assegurar a liberdade de circulação das pessoas em completa segurança entre a UE e o Canadá, em 2010 nada mudou.

Tenho a firme convicção de que, num futuro próximo, as autoridades canadianas tudo farão para suprimir tal exigência. Com os meus colegas deputados ao Parlamento Europeu, prosseguirei as acções já iniciadas com o objectivo de permitir aos romenos, búlgaros e checos viajar livremente logo que possível.

**Zigmantas Balčytis (S&D), por escrito.** – (EN) Votei a favor desta resolução, por considerar que as negociações em curso com vista à celebração de um acordo económico e comercial global podem reforçar as relações UE-Canadá. Espera-se que a próxima Cimeira UE-Canadá se centre na consolidação da relação política entre os dois parceiros, abordando em particular reptos comuns como as negociações de um acordo económico e comercial global, os desafios em matéria de política externa e de segurança, a coordenação da resposta à crise económica e financeira e também as alterações climáticas e a energia. A UE e o Canadá estão determinados a criar uma economia mundial com baixas emissões de carbono que seja segura e sustentável e em investir em tecnologias energéticas limpas e tornar-se líderes na criação de empregos ecológicos para que a capacidade de adaptação aos impactos das alterações climáticas saia robustecida.

**Corina Crețu (S&D), por escrito.** – (RO) Os cidadãos de três Estados-Membros da UE continuam a precisar de visto para entrarem no Canadá. Aos romenos e búlgaros juntaram-se os checos, para quem foi reintroduzida a obrigatoriedade de visto, em virtude do grande afluxo de pessoas de etnia cigana. Nesta situação, é necessária uma cooperação mais estreita, por um lado, entre os Estados-Membros da UE para resolver os problemas da comunidade cigana e, por outro lado, entre os Estados-Membros e o Canadá para estabelecer um sistema de informação sobre as condições de concessão de vistos o mais eficaz e transparente possível, para reduzir a taxa de recusas. Ao mesmo tempo, o sistema de asilo do Canadá carece de revisão. Na realidade, nesse ponto, o mérito da resolução reside em solicitar directamente à parte canadiana que tome medidas no sentido de eliminar a exigência de visto.



**Ioan Enciu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) O Canadá é um dos parceiros mais antigos da União Europeia e a cimeira deste ano é importante para o prosseguimento e consolidação dessa cooperação bilateral estreita em todas as áreas. Votei a favor da resolução comum porque ela espelha com concisão e objectividade as perspectivas positivas que se abrem à nossa cooperação futura.

A reciprocidade nas relações bilaterais é um dos princípios basilares da União Europeia. Espero que o Canadá suprima em breve a exigência de visto aos cidadãos romenos, checos e búlgaros, assegurando assim um tratamento justo e igual para todos os cidadãos da União Europeia. Ao mesmo tempo, quero saudar as medidas que foram tomadas até à data com vista à celebração de um acordo comercial UE-Canadá e espero que a reunião deste ano imprima ao processo o impulso necessário para a sua conclusão.

Tendo em conta a actual situação económica e o estado do clima, não posso deixar de salientar a necessidade de uma estreita cooperação no campo da identificação de alternativas às formas tradicionais de produção de energia, que respeite as especificidades de cada Estado, visto que a UE e o Canadá estão ambos envolvidos no esforço de desenvolvimento e utilização de tecnologias de baixo teor de carbono. Ao mesmo tempo, urge promover também a cooperação nos domínios energético, climático e marítimo na região do Ártico.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Por motivos históricos e culturais, pelas afinidades étnicas e políticas e pela partilha de valores e referências civilizacionais comuns, o Canadá constitui um parceiro fiável e importante da União Europeia. Um acordo económico e comercial global com o Canadá pode contribuir positivamente para o aprofundamento das já excelentes relações entre a UE e este país. Se surgem obstáculos neste relacionamento, nomeadamente no que respeita às pescas, à segurança e à imigração, a verdade é que, comparativamente com outros países, o relacionamento UE-Canadá é estável e frutuoso para ambos os parceiros. Faço votos para que esta relação de confiança perdure e o Atlântico Norte continue a ser pacífico e próspero nas suas duas margens.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – Noto que a parceria que une o Canadá à União Europeia é das mais antigas e estreitas, remontando a 1959, e que as actuais negociações com vista a um acordo económico e comercial global pretendem intensificar as relações entre a UE e o Canadá. Destaco que em 2010 o Canadá detém a presidência do grupo de países que fazem parte do G-8 e acolherá a próxima Cimeira do G20. Acolho, por isso, com satisfação a declaração da Comissão segundo a qual o avanço das negociações com vista a um acordo económico e comercial global constitui um factor chave das relações económicas entre a UE e o Canadá. Considero, neste contexto, que a Cimeira UE-Canadá de 5 de Maio de 2010, em Bruxelas, cria uma boa oportunidade para avançar com estas negociações. Congratulo-me particularmente com a intenção de efectuar uma importante reforma do sistema de gestão das pescas do Canadá, que contará igualmente com a participação da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico (NAFO).

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Este texto apoia vivamente as negociações encetadas pela Comissão com vista a um acordo económico e comercial global entre a UE e o Canadá. Este acordo será negociado nas costas dos cidadãos europeus, não obstante o impacto significativo que irá ter na vida diária dos mesmos nas seguintes áreas: desmantelamento de serviços públicos, primazia do direito dos investidores de protegerem os seus lucros sobre o direito dos Estados de protegerem o interesse geral, degradação dos direitos dos trabalhadores e restrição do acesso aos serviços de saúde, à água, à educação e à cultura. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), o Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa, o Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus e o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu propõem que se apoie, e se acelere mesmo, esta gritante negação da democracia. Oponho-me totalmente a isso.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O Canadá é um histórico parceiro da UE. É portanto natural que ao longo dos anos se tenha vindo a aprofundar e a melhorar essa relação. Nesta cimeira, vai ser abordado de forma muito especial o acordo comercial e económico global, esperando que essas negociações tenham sucesso, pois trata-se de um acordo essencial para as relações económicas entre a UE e o Canadá. Há ainda outros aspectos relevantes que unem a UE e o Canadá, como sejam a ajuda comunitária, nomeadamente ao Haiti, as questões das pescas, e preocupações ambientais. Não podemos esquecer que o Tratado de Lisboa trouxe novas responsabilidades ao Parlamento Europeu no que respeita às negociações de acordos internacionais, devendo ser envolvido em todas as fases das negociações.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Votei a favor da proposta de resolução comum sobre a Cimeira UE-Canadá, que tem lugar hoje, porque considero que é importante não apenas manter relações a um nível elevado, como também aprofundá-las e melhorá-las mais. Neste contexto, são também de realçar em particular

os projectos de acção comum para a introdução de uma taxa sobre os bancos ou de um imposto sobre as transacções financeiras à escala mundial.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) A resolução foi aprovada por uma larga maioria. Eu absteve-me, devido à redacção do n.º 6, que aponta a comunidade cigana como motivo da adopção pelo Canadá de uma política restritiva em matéria de vistos em relação à Bulgária, Roménia e República Checa. Porém, o Grupo Verts/ALE foi bem-sucedido na tentativa de introduzir na resolução a seguinte passagem, referente ao atum rabilho e à CITES: "manifesta-se desiludido com a posição adoptada pelo Governo canadiano na última conferência das partes na CITES no que se refere à inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES".

**Alf Svensson (PPE)**, *por escrito*. – (SV) Quando o Parlamento Europeu votou a resolução que definia prioridades para a próxima cimeira euro-canadiana, fiz parte da minoria que votou contra a proposta. O texto é em grande medida aceitável, mas contém dois números que eu simplesmente não posso apoiar. No n.º 2 afirma-se que uma das matérias prioritárias a discutir na cimeira deve ser "a questão da introdução de uma taxa sobre os bancos ou de um imposto sobre as transacções à escala mundial". Oponho-me energicamente à criação de uma taxa ou imposto desse tipo sobre as transacções internacionais. Em minha opinião, há muitas outras questões económicas mais merecedoras de tratamento prioritário na cimeira.

Além disso, estou preocupado com a formulação do n.º 6, em que se diz que o Parlamento "constata que o Governo canadiano introduziu a exigência de visto para os cidadãos checos em resposta à afluência em massa da comunidade cigana ao Canadá". Poderá ter sido por isso que o Canadá tomou essa medida, mas, a meu ver, não há qualquer razão para nós, europeus, a apoiarmos ou mencionarmos sequer num texto da UE. Uma vez que estas duas passagens foram inseridas na resolução e que a proposta tendente à sua supressão, infelizmente, não obteve a aprovação da maioria, votei contra a resolução na sua globalidade.

#### **Proposta de resolução (B7-0243/2010)**

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Na votação de hoje, o Parlamento Europeu demonstrou que está receptivo a assinar um novo acordo sobre o tratamento e transferência de dados relativos a mensagens de pagamento para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo. Reiterou igualmente que qualquer novo acordo nesta área deve ser conforme ao novo quadro jurídico introduzido pelo Tratado de Lisboa.

O combate ao terrorismo continua a ser uma prioridade para a UE, e uma cooperação produtiva com os EUA, que abarque actividades como o intercâmbio de dados e de informação, constitui uma importante condição para a prevenção de atentados terroristas no futuro.

Considero que é vital que o âmbito do referido intercâmbio de dados seja estritamente limitado à informação solicitada para fins de combate ao terrorismo, e que toda a transferência indiscriminada de dados implica um desvio aos princípios subjacentes à legislação e às práticas europeias. Foi por isso que aproveitei a resolução de hoje para pedir à Comissão e ao Conselho que suscitassem essa questão explicitamente e de um modo adequado nas negociações com os EUA que terão lugar proximamente, e estudassem com os nossos parceiros americanos uma forma de criar um procedimento de autorização e da transferência e extracção dos dados pertinentes que seja juridicamente transparente e viável.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução comum sobre o SWIFT, que se prende com a transferência de dados bancários de cidadãos europeus para os Estados Unidos no quadro da luta contra o terrorismo. Na sequência das advertências emitidas pelo Parlamento Europeu há algumas semanas, o processo de negociação está agora no bom caminho. O Parlamento Europeu vai agora participar no mesmo, de acordo com os procedimentos estipulados pelo Tratado de Lisboa. O objectivo é alcançar um bom equilíbrio entre, por um lado, a protecção eficaz dos nossos cidadãos contra os riscos do terrorismo, e, por outro, o respeito dos direitos individuais. O mandato de negociação que o Parlamento apresentou hoje ao Conselho vai, em minha opinião, nesse sentido.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Apoiei esta resolução por ser importante dispormos de um acordo que ajude a Europa e os Estados Unidos a intensificarem a luta contra o terrorismo, a bem da segurança dos cidadãos e sem pôr em causa o Estado de direito. A UE tem ainda de definir os princípios genéricos fundamentais que deverão reger a cooperação com os EUA no combate ao terrorismo. Por conseguinte, incumbe à Comissão e ao Conselho explorar maneiras de estabelecer procedimentos transparentes e juridicamente equilibrados de autorização da transferência e extracção de dados pertinentes, e de condução e supervisão do intercâmbio de dados. Devem fazê-lo observando estritamente os princípios da necessidade

e da proporcionalidade e o disposto na legislação da UE em matéria de direitos fundamentais, o que assegurará a plena aplicabilidade da legislação europeia relevante.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito.** – (LT) Temos de nos empenhar em reforçar a cooperação transatlântica nos domínios da justiça, da liberdade e da segurança, num contexto de respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades cívicas. Urge implantar um sistema de protecção dos dados pessoais em moldes transparentes e inequívocos. O cumprimento dos requisitos legais em vigor na Europa para um tratamento correcto, proporcionado e legítimo da informação pessoal reveste-se da máxima importância e deve ser assegurado em todas as circunstâncias. Actualmente, é impossível um intercâmbio selectivo de dados. Entre as soluções para este problema, devem figurar a restrição do âmbito dos dados transferidos e a enumeração dos tipos de dados que os prestadores designados estão habilitados a filtrar e a extrair, bem como das categorias de tipos dados susceptíveis de serem incluídos numa transferência. Como tal, é particularmente importante instar o Conselho e a Comissão a explorarem formas de estabelecer um procedimento transparente e juridicamente equilibrado de autorização da transferência e extracção de dados relevantes, bem como de execução e monitorização das operações de intercâmbio de dados. Qualquer acordo entre a UE e os EUA deve comportar garantias rigorosas em matéria de aplicação e supervisão da extracção, acesso e utilização correntes pelas autoridades dos EUA de todos os dados transferidos nos termos do acordo. A fiscalização da aplicação dessas medidas deve ficar a cargo de uma autoridade idónea para o efeito designada pela UE.

**Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito.** – (RO) A Roménia, enquanto Estado nacional, apoiou a adopção do acordo SWIFT. Todavia, o Parlamento Europeu considerou que a primeira versão do acordo negociado pelos representantes da Comissão e da Administração americana violava os direitos dos cidadãos europeus, cujos dados eram objecto de um tratamento indiscriminado, e não apenas especificamente em caso de suspeita. É importante que o novo acordo, negociado recentemente em Washington entre representantes da UE e do Congresso dos EUA, dê resposta às preocupações do Parlamento Europeu. Há sempre o risco de a nova versão do acordo ser igualmente rejeitada, se persistir em infringir a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

O Parlamento Europeu está ciente de que este acordo é importante mesmo para a segurança dos cidadãos europeus. Consequentemente, está a tornar-se claro que as objecções dos deputados ao PE se prendem mais com o seu conteúdo do que com a sua forma. O Parlamento Europeu adquiriu poderes de decisão mais alargados com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Esta instituição tem por norma exercer as suas prerrogativas e velar pelos interesses dos cidadãos da União Europeia. Contudo, a nova versão do acordo será aprovada, contanto que preserve o espírito das disposições da legislação europeia. A luta contra o terrorismo e a rápida detecção das transferências bancárias suspeitas continuam a ser tão prioritárias como sempre para a UE.

**Françoise Castex (S&D), por escrito.** – (FR) Após a rejeição do "Acordo SWIFT" pelo Parlamento Europeu, em Fevereiro de 2010, haverá que negociar um novo acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos para a transferência de dados bancários no quadro da luta contra o terrorismo. Com a rejeição do acordo, os deputados ao Parlamento Europeu recusaram-se a permitir a continuação da transferência maciça e incontrolada desses dados para o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Hoje, votei favoravelmente esta resolução com o objectivo de influenciar o novo mandato que será conferido à Comissão Europeia para negociar um novo acordo com os Estados Unidos. Basicamente, solicitamos que a transferência "a granel" de dados pessoais seja reconsiderada no sentido de que seja efectuada de forma mais selectiva, que se preveja a possibilidade de recurso judicial, que os dados sejam armazenados durante um período tão curto quanto possível e que a troca de dados seja recíproca. A questão da protecção de dados é importante para o Parlamento Europeu. Por consequência, temos de estar particularmente vigilantes no que se refere à transferência de dados dos passageiros aéreos. Protegeremos os direitos fundamentais dos nossos concidadãos europeus até ao fim.

**Proinsias De Rossa (S&D), por escrito.** – (EN) Apoiei a resolução sobre a nova recomendação da Comissão ao Conselho tendo em vista autorizar a abertura de negociações com os Estados Unidos referentes à transferência de dados relativos a mensagens de pagamentos destinada a combater o terrorismo. Nos termos das novas disposições do Tratado de Lisboa, o acordo provisório entre a União Europeia e os EUA, assinado em Novembro de 2009, carecia da aprovação do Parlamento Europeu. Votei contra esse acordo, que foi inviabilizado pelo Parlamento por razões ligadas ao direito ao respeito da esfera privada de cidadãos e companhias europeias, posto em causa por um regime de partilha indiscriminada e não regulada de dados. O terrorismo tem de ser combatido com determinação, mas por meios que não sejam passíveis de gerar uma situação de insegurança no que toca aos direitos dos cidadãos, que é precisamente o que os atentados terroristas pretendem instaurar. Qualquer novo acordo tem de se subordinar a princípios fundamentais

como o da limitação estrita do intercâmbio a objectivos antiterroristas necessários e a respectiva aplicação, e o respeito nessa sede pela legislação de direitos fundamentais da UE tem de ser objecto de supervisão judicial por uma autoridade europeia. O acordo deve ser válido por um período limitado e susceptível de denúncia imediata na eventualidade de incumprimento de alguma obrigação.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) Votei contra esta proposta concreta de resolução, porque não rejeita o intercâmbio maciço de dados com os EUA e outros países no contexto do chamado combate ao terrorismo. Além disso, não advoga a necessidade de um acordo internacional vinculativo entre a UE e os EUA que preveja um quadro de intercâmbio de informação para fins de aplicação da lei. Por último, tendo o projecto de acordo de ser aprovado pelo Parlamento Europeu, é inaceitável que se iniciem negociações, mesmo informais, sem a sua participação plena e equitativa.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – Votei contra o Acordo Provisório, celebrado ente a UE e os EUA, relativo à transferência de dados financeiros dos cidadãos europeus, não só porque era manifestamente mau, pondo em causa o respeito pelos princípios da necessidade e da proporcionalidade, bem como a integridade e segurança dos dados financeiros europeus, mas também porque foi negada ao PE a possibilidade de exercer as suas prerrogativas de forma adequada. Acredito na necessidade de se proceder ao reforço da cooperação transatlântica em todas as áreas relevantes, nomeadamente na área da Liberdade, da Segurança e da Justiça. Porém, isso só poderá acontecer se existir um respeito absoluto por princípios fundamentais, como o da proporcionalidade, da necessidade e da reciprocidade. Neste virar de página, não posso deixar de cumprimentar quer a Comissão, quer o Conselho pela sua nova postura no que diz respeito à cooperação com o PE. Faço votos para que, conjuntamente, consigamos estabelecer os princípios básicos que deverão nortear e facilitar a futura cooperação entre a UE e os EUA no que diz respeito ao combate ao terrorismo. Aguardo, com expectativa, as conclusões da visita da delegação do PE a Washington, esperando que também aqui possamos constatar a existência de um "virar de página".

**Ioan Enciu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor desta resolução e devo reiterar que a cooperação UE-EUA na luta contra o terrorismo, tal como a celebração de um acordo específico entre a UE e os EUA nesta área, se reveste de crucial importância. O Parlamento não pode perder este acordo de vista. O Conselho e a Comissão têm de manter o órgão legislativo da Europa a par de todo o processo de negociação e celebração deste acordo. O Parlamento Europeu manifestou a sua posição sobre esta matéria numa série de ocasiões.

Outro ponto fulcral da resolução é a estipulação de que todas as transferências de dados devem ser autorizadas por uma autoridade judiciária europeia. A transferência tem de ser justificada e tem de se processar de modo transparente. Os direitos dos cidadãos, por exemplo em matéria de acesso, rectificação e eliminação de dados e o de serem indemnizados dos danos sofridos em caso de violação da sua esfera privada, devem ser salvaguardados.

Quero realçar a necessidade de se encontrar uma solução que permita restringir as transferências de dados a situações em que estejam envolvidas pessoas suspeitas de terrorismo. É importante que os princípios da reciprocidade e da proporcionalidade sejam respeitados no acordo e que este seja denunciado de imediato na eventualidade de as obrigações que dele derivam não serem cumpridas. Estou firmemente convencido de que o Conselho JAI tomará em consideração as recomendações que constam da presente resolução.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente esta resolução por considerar que qualquer acordo entre a UE e os EUA neste domínio deverá também comportar garantias rigorosas em matéria de aplicação e supervisão, a cargo de uma autoridade competente para o efeito designada pela UE. Só desta forma se poderá assegurar que estas transferências de dados não constituam um desvio em relação aos princípios que norteiam a legislação e a prática da UE.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – No domínio da luta contra o terrorismo, é fundamental a cooperação judiciária internacional e a cooperação transatlântica. Por isso, é de saudar a existência de um acordo de longo prazo em matéria de prevenção do financiamento do terrorismo firmado entre a União Europeia e os Estados Unidos da América. Tal acordo, porém, não poderá pôr em causa a privacidade das transacções de pessoas singulares e colectivas. Por isso mesmo, os requisitos jurídicos europeus aplicáveis ao tratamento justo, necessário, proporcional e legal de dados pessoais assumem importância primordial, devendo, por isso, continuar a aplicar-se em todas as circunstâncias.

A UE deverá estabelecer os princípios fundamentais que regem as modalidades de cooperação geral com os EUA, tendo em vista lutar contra o terrorismo e os mecanismos de notificação de informações sobre transacções consideradas suspeitas ou irregulares por parte dos seus cidadãos. Deverá ser firmado um acordo de cooperação judicial UE-EUA em matéria de prevenção do financiamento do terrorismo, acautelando que

a transferência de dados pessoais respeite os direitos e as liberdades dos cidadãos e das empresas europeias e proteja a sua segurança, sem pôr em causa, desnecessariamente, a privacidade das suas transacções.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – Nos termos do Acordo Provisório celebrado entre a UE e os EUA, subscrevi a necessidade da cooperação transatlântica no combate ao crime internacional e ao terrorismo. Sublinhei que essa cooperação deve ser estabelecida na base da lealdade mútua e do respeito pelos princípios da reciprocidade, da proporcionalidade e no respeito pelos direitos dos cidadãos. A segurança não pode, porém, sobrepor-se, mas sim compatibilizar-se com os outros direitos, liberdade e garantias. Não é aceitável que a polícia em Portugal só possa aceder aos dados bancários de uma pessoa com mandato judicial enquanto milhões de dados podem ser enviados para serem conhecidos e analisados pelas polícias americanas sem controlo judicial. Votei, por isso, contra o Acordo Provisório. Contudo, a nova proposta de resolução em apreço demonstra uma nova postura da Comissão e do Conselho em termos de colaboração com o PE. Faço votos para que a futura cooperação entre a UE e os EUA no combate ao terrorismo se gize no respeito pelos princípios da proporcionalidade, da necessidade e da reciprocidade.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Depois da derrota importante do projecto de acordo SWIFT da UE com os EUA, volta uma resolução que nos merece as maiores críticas, pois aceita a lógica de uma maior troca de dados no âmbito da dita "luta contra o terrorismo". Muitos especialistas têm afirmado que a protecção dos direitos, das liberdades e das garantias não está assegurada no âmbito de um tal acordo. O chamado "Acordo SWIFT" e o Acordo-Quadro sobre a protecção e a partilha de dados, em vez de constituírem uma garantia de segurança, constituem uma ameaça.

No âmbito das relações UE-EUA existe um entendimento diferente sobre a protecção de dados, competências, legislações e privacidade. É preciso esclarecer estes aspectos antes de se dar um novo mandato à Comissão.

Apesar disso, a maioria do PE passou um verdadeiro cheque em branco à Comissão, através de limitações ambíguas, como a "proporcionalidade" ou a "reciprocidade", abrindo uma verdadeira caixa de Pandora contra a liberdade e promovendo a subtracção de funções dos Estados, como a decisão sobre a transferência dos dados dos seus cidadãos, que é atribuída a uma "autoridade pública judicial" europeia.

Não há "proporcionalidade" ou "reciprocidade" possível sobre o armazenamento e a transferência massiva de dados, visto que a mesma implica um conjunto de perigos incontroláveis, nomeadamente sobre quem acede, o uso e a finalidade.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Pronunciei-me a favor de que a Comissão Europeia obtenha um mandato reforçado para negociar com as autoridades dos Estados Unidos o dossiê SWIFT. Com efeito, precisamos de obter garantias de que duas importantes reservas – a questão da transferência de dados a granel e a possibilidade de recursos judiciais europeus nos Estados Unidos – serão levantadas. Essa é a razão pela qual considero que este mandato deveria ser significativamente alterado antes de ser aprovado, sob pena de, no final das negociações, eu me ver de novo obrigado a rejeitar este acordo, tal como fiz no passado.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Voto contra este texto que avaliza a possibilidade de um acordo entre a Europa e os Estados Unidos sobre a transferência de dados SWIFT. Nas condições actuais, não é possível seleccionar os dados que serão transmitidos às autoridades dos Estados Unidos. Estas terão, portanto, acesso a uma grande quantidade de dados privados que são enviados como uma medida urgente face a uma ameaça terrorista que, embora real, continua a ser instrumentalizada para fins imperiais. Além disso, este texto não exige reciprocidade da parte dos Estados Unidos, ousando apenas "observar" submissamente que essa reciprocidade seria normal. Fazer da Europa um vassalo dos Estados Unidos é totalmente inadmissível. Hoje, mais do que nunca, a Europa deve afirmar a sua independência face aos Estados Unidos.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A luta contra o terrorismo é uma preocupação da UE, bem como de todo o mundo democrático. Todos os mecanismos que ajudem na descoberta de possíveis atentados são primordiais para o êxito desta luta. O acordo SWIFT é um instrumento muito poderoso na luta contra o terrorismo, pois permite aceder a informação financeira privilegiada, no que respeita a valores transferidos entre países. A renegociação deste acordo com os EUA é uma oportunidade única para que a UE contribua de forma eficaz para a descoberta de novos terroristas e de potenciais atentados. Há neste momento um grande desejo de cooperação por parte dos EUA, o que potencia um acordo que proteja de forma eficaz os dados transmitidos e que garanta o máximo de reciprocidade possível.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (ES) Votei contra esta resolução comum apresentada pelo Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas

no Parlamento Europeu, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e o Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, uma vez que o seu texto defende a possibilidade de se chegar a um acordo entre os 27 Estados-Membros e os Estados Unidos sobre a transferência de dados bancários a pretexto do combate ao terrorismo. Nas condições actuais, as autoridades dos Estados Unidos teriam acesso a uma enorme quantidade de dados privados de milhões de cidadãos europeus. Considero que o pedido dos Estados Unidos é inaceitável e que constitui uma ameaça às liberdades e direitos dos cidadãos europeus. Com a sua proposta, as forças mais conservadoras pretendem atar-nos de pés e mãos aos interesses dos Estados Unidos, sem se importarem com a segurança nem com a privacidade dos cidadãos. O Parlamento Europeu não pode permitir que os direitos cívicos e as liberdades dos cidadãos europeus sejam violados em nome da luta contra o terrorismo.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução sobre as negociações com vista à celebração de um novo acordo SWIFT contém muitas sugestões detalhadas de modos de melhorar futuramente a protecção dos dados no âmbito da disponibilização aos Estados Unidos de dados relativos a mensagens de pagamentos. Isto é amplamente de saudar. Contudo, com isso ilude-se a questão da necessidade fundamental de uma intromissão tão maciça na esfera privada dos cidadãos. Ela é, pura e simplesmente, dada por adquirida. Contudo, não é certo que possamos contrariar eficazmente o fenómeno do terrorismo por essa via. Como não é certa a concretização prática que será dada aos apelos ao reforço da protecção dos dados. A experiência passada e a prática comum dizem-nos que os dados são objecto de uma utilização o mais alargada possível e muitas vezes também com fins lucrativos. Consequentemente, rejeito por princípio a transferência de dados eminentemente pessoais e, assim, votei contra a proposta de resolução.

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) Hoje votei a favor da resolução do Parlamento, que teve também o apoio da maioria dos grupos políticos e que contém as condições do Parlamento para a ratificação do novo acordo SWIFT e o arranque de uma nova ronda de negociações com os EUA. O objectivo do Parlamento é estabelecer normas flexíveis para promover uma cooperação transatlântica que ajude a combater ao terrorismo e a criar um sistema de transmissão em que os cidadãos da União possam confiar. Um dos pontos mais sensíveis da negociação, que deve merecer particular atenção, é o da redução do volume de dados transmitidos. Para esse efeito, o novo acordo terá de incluir uma série de garantias destinadas a assegurar a observância da legislação europeia em matéria de protecção dos dados pessoais dos cidadãos europeus. Além disso, como se afirma na resolução, é importante que se faculte aos cidadãos da UE um mecanismo de recurso mais capaz, para que eles possam defender os seus direitos de forma mais eficaz.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Abstive-me na votação da resolução sobre o acordo Swift (TFTP). Ela foi, porém, aprovada por uma maioria muito ampla (não houve votação nominal). O nosso grupo absteve-se pelo facto de as alterações essenciais que apresentámos terem sido rejeitadas, designadamente a alteração 8, em que se reclamava que a transferência de dados ficasse sujeita a autorização judicial, e a alteração 9, em que se pedia que o Acordo sobre o Auxílio Judiciário Mútuo fosse usado para os fins do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP). Foram ainda rejeitadas outras alterações importantes dos Verdes/ALE: a utilização da definição comunitária de terrorismo em detrimento da dos EUA, a proibição da transferência para outros países ou organismos dos dados transmitidos e o estabelecimento de um período máximo de armazenamento dos dados. A resolução pode, ainda assim, ser encarada como uma mensagem bastante vigorosa à luz das negociações UE-EUA para a celebração de um novo acordo TFTP, na sequência da rejeição (processo de parecer favorável), em Fevereiro último, do anterior acordo, embora, a nosso ver, o texto hoje aprovado constitua um passo atrás relativamente à resolução que o Parlamento aprovou em Setembro passado.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – A luta contra o terrorismo e o seu financiamento são uma realidade incontornável e merecedora da nossa maior atenção, daí que seja imperativa uma cooperação transatlântica. À anterior tentativa de acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento e a transferência de dados faltava proporcionalidade, reciprocidade e transparência.

Nesta proposta de resolução solicita-se a adopção de uma definição comum de "actividade terrorista" e uma clarificação do conceito de "dados não extraídos", ao mesmo tempo que é reiterada a necessidade de limitar a troca de informações ao princípio da necessidade, circunscrevendo-se a sua utilização ao período de tempo estritamente necessário para o efeito.

Propõe-se agora um conjunto de garantias que se sustentam na prática legislativa europeia e que, portanto, oferecem aos cidadãos uma maior protecção em matéria de direitos fundamentais. Não só se tenta salvaguardar o princípio da não discriminação ao longo do processo de tratamento dos dados, como se tenciona designar uma autoridade europeia capaz de receber e supervisionar os pedidos dos Estados Unidos. O meu voto é

favorável a esta proposta de resolução por entender que agora estão lançadas as bases que permitirão o encetamento de negociações propícias a alcançar um acordo equilibrado entre a União Europeia e os Estados Unidos.

**Proposta de resolução: (B7-0244/2010)**

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Apoiei esta resolução. Considerando que, nesta era digital, a protecção dos dados, o direito à livre escolha em matéria de informação, os direitos pessoais e o direito à privacidade se converteram em valores que desempenham um papel cada vez mais importante e têm, por isso, de ser objecto de uma protecção especial. Para que esses direitos sejam protegidos de modo apropriado, importa garantir que todas as transferências de dados pessoais da UE e dos respectivos Estados-Membros para países terceiros por razões de segurança sejam feitas ao abrigo de acordos internacionais com o estatuto de actos legislativos. Mais: a utilização de dados PNR deve assentar num conjunto único de princípios que sirva de base à celebração de acordos com países terceiros e deve ser conforme às normas europeias em matéria de protecção de dados.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Concorde com as propostas apresentadas nesta resolução do Parlamento Europeu que apontam no sentido de, antes de adoptarmos uma nova medida jurídica, devermos proceder a uma avaliação do seu impacto sobre a privacidade assente na proporcionalidade, visto que é essencial certificarmo-nos de que as medidas legais em vigor são insuficientes. A tecnologia e a mobilidade são características essenciais do mundo de hoje e, assim, os direitos pessoais e o direito ao respeito da esfera privada tornaram-se valores que têm de ser tutelados e defendidos com grande zelo. Concorde com os apelos do Parlamento a que se analisem as medidas em matéria de informações antecipadas sobre os passageiros (API) e registos de identificação de passageiros (PNR); o combate ao crime tem de ser travado assegurando ao mesmo tempo que as medidas vigentes são proporcionadas e não violam os direitos fundamentais dos indivíduos. Deste modo, a transferência de dados de passageiros deve cumprir as normas comunitárias de protecção de dados, e estes só devem poder ser utilizados em conexão com crimes ou ameaças específicas. Uma vez que os dados contidos nos registos de identificação de passageiros são usados para fins de segurança, as condições aplicáveis à sua transferência devem ser estipuladas em acordos internacionais com a UE, para garantir certeza jurídica aos cidadãos e transportadoras aéreas da UE. Nos novos acordos da UE, temos também de prever medidas de supervisão e controlo apropriadas que nos ajudem a coordenar a transferência e a utilização dos dados dos registos de identificação de passageiros.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – Tem sido uma preocupação constante, nos últimos anos, a necessidade de se alcançar um acordo equilibrado com os EUA, relativo à transferência de dados PNR. O estado actual das negociações ainda não reflecte a existência de uma verdadeira protecção jurídica de dados nos EUA, pois esses dados podem ser retidos durante anos depois de as verificações de segurança terem sido efectuadas e não existe protecção jurídica para quem não seja cidadão americano. Os acordos celebrados quer com a Austrália, quer com o Canadá são mais aceitáveis, uma vez que o princípio da proporcionalidade é mais respeitado, existindo um acesso limitado no âmbito, tempo e número de dados, tudo isto sujeito a controlo judicial. Só com uma abordagem coerente, bem como com o estabelecimento de princípios e regras gerais relativamente ao uso de dados PNR é que podemos pôr fim a este impasse e prosseguir a conclusão de quaisquer acordos internacionais nesta área, seja com estes 3 países, seja com a avalanche de pedidos similares que se avizinha. Apoio a proposta conjunta de adiar o voto relativo ao consentimento do Parlamento, esperando que com um pouco mais de tempo as negociações possam ir de encontro às preocupações que o PE sempre manifestou.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – O debate acerca da transmissão dos dados pessoais dos passageiros pelas companhias aéreas nos voos transatlânticos tem constituído um constrangimento importante nas relações da União Europeia com os Estados Unidos da América, a Austrália e o Canadá e encerra um dos dilemas do tempo em que vivemos.

Por um lado, ninguém duvida da particular necessidade de protecção da privacidade, da intimidade e dos dados de cada um dos cidadãos. Por outro, poucos negarão que vivemos numa época em que as ameaças à segurança das pessoas requerem não só uma melhor troca de informações entre as autoridades policiais no combate ao crime, como um tratamento adequado dessas informações, de modo a torná-las mais aptas a combater o crime organizado e, muito em particular, o terrorismo. Faço votos para que a pausa no processo imposta pelo Parlamento Europeu permita alcançar um equilíbrio justo entre estes valores.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – O estado actual das negociações relativas à transferência de dados ainda não assegura uma efectiva protecção jurídica dos dados nos EUA, pois esses dados podem ser

retidos durante anos depois de as verificações de segurança terem sido efectuadas e não existe protecção jurídica para quem não seja cidadão americano. Apoio, por isso, a proposta conjunta de adiar o voto relativo ao consentimento do Parlamento, esperando que com um pouco mais de tempo as negociações possam ir ao encontro das preocupações que o PE tem manifestado neste domínio.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Apoiei a presente resolução no sentido de manifestar as minhas preocupações no que se refere à utilização dos dados PNR (que são, basicamente, estritamente comerciais) no contexto da negociação de acordos com os Estados Unidos e a Austrália (para efeitos de combate à criminalidade). Com efeito, penso que antes de assinar qualquer acordo em matéria de transferência de dados seria mais avisado trabalhar primeiro no desenvolvimento de um quadro geral para este tipo de acordos, definindo condições mínimas, como uma limitação legal, uma base jurídica sólida, normas em matéria de protecção de dados e um período de armazenamento restrito. Temos também de defender o direito dos cidadãos europeus de requerem a supressão de dados incorrectos e de obter reciprocidade no acesso europeu aos dados dos nossos parceiros. Essa a razão por que espero que as discussões prossigam

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Vou votar a favor este texto, que propõe a rejeição dos actuais acordos com os Estados Unidos e a Austrália sobre a transmissão dos chamados dados PNR dos passageiros aéreos europeus. A transmissão desses dados atenta contra a liberdade de circulação dos cidadãos. O grupo a que pertencem tem alguma experiência nesta matéria: um dos membros do seu pessoal, um activista dos direitos humanos, foi terminantemente proibido de visitar ou sobrevoar o território Estados Unidos, após ter sido incluído numa lista negra de potenciais terroristas. É a este tipo de restrições arbitrárias que acordos como estes nos expõem. Os actos terroristas são uma realidade. Têm de ser combatidos. No entanto, não devem em circunstância alguma ser utilizados como pretexto para reprimir os direitos fundamentais.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O registo de identificação dos passageiros (PNR) é mais um instrumento na luta contra o terrorismo. O PE no âmbito do Tratado de Lisboa é uma vez mais chamado a participar nas negociações de um novo acordo PNR, entre a UE, os EUA, a Austrália e o Canadá. A UE como grande defensora do combate ao terrorismo e à criminalidade transnacional e organizada está disposta a negociar acordos que sejam eficazes nesse combate, sem no entanto deixar de salvaguardar e proteger as liberdades cívicas e os direitos fundamentais.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Pelas razões já expostas a propósito do acordo SWIFT, oponho-me à transferência de dados, em particular quando não seja possível demonstrar que os mesmos são usados de forma construtiva ou excluir a possibilidade de utilização abusiva. A proposta de resolução alude de forma circunstanciada aos perigos potenciais desta prática e recomenda que se adie a votação do pedido de aprovação dos acordos com os EUA e a Austrália para a utilização dos dados PNR. Por essa razão, votei a favor da proposta.

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) A criação de um modelo único para os registos de passageiros, a aplicar nos acordos PNR com todos os países interessados, e o adiamento da votação do pedido de aprovação dos acordos com os EUA e a Austrália constituem, aparentemente, a melhor solução. A adopção de uma atitude precipitada é susceptível de levar à rejeição dos acordos PNR com os EUA e a Austrália e, com ela, à suspensão das transferências de dados e ao cancelamento de direitos de voo, com consequências desastrosas para as companhias de transporte aéreo. Na proposta de resolução comum hoje apresentada por todos os grupos políticos do Parlamento, a que eu dei também o meu voto favorável, afirma-se acertadamente que os acordos PNR têm de satisfazer requisitos mínimos que são inegociáveis. O objectivo primordial é a segurança dos passageiros, mas esta não pode ser salvaguardada à custa do respeito pela esfera privada e da protecção dos dados pessoais. A restrição da recolha de dados, que deve ser sempre conforme aos princípios da proporcionalidade e da necessidade, reveste-se de uma importância crucial na transmissão de dados de passageiros.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta resolução. A resolução sobre os acordos PNR foi aprovada por larga maioria e com o nosso apoio. Exorta a um adiamento da votação sobre o pedido de aprovação dos acordos sobre os registos nominais dos passageiros aéreos (PNR) celebrados com os EUA, o Canadá e a Austrália, até serem obtidas garantias mais sólidas em matéria de protecção de dados, período de armazenamento, limitação da finalidade, controlo parlamentar, controlo judicial e direitos de acesso e de recurso.



**Proposta de resolução comum (RC-B7-0238/2010)**

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Apoiei esta resolução, que suscitou muitas preocupações dentro e fora do Parlamento Europeu. O cianeto é tido como uma substância química altamente tóxica utilizada na exploração mineira do ouro, tratando-se de um dos principais poluentes, passível de provocar um impacto catastrófico e irreversível no ambiente e na saúde humana. Esta substância química provocou o maior desastre ecológico da história da Europa Central. É lamentável a ausência de normas claras estabelecidas a nível da UE e que o cianeto continue a ser utilizado na exploração mineira do ouro, colocando tanto os trabalhadores como o ambiente sob grande risco. Penso que só a proibição geral do recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto permite proteger os nossos recursos hídricos e ecossistemas contra a poluição causada por esta substância.

**Elena Băsescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Não sou deputada ao Parlamento Europeu pela Hungria, defendendo os interesses deste país e, com isso, apoiando o senhor deputado Ader, nem trabalho por conta de nenhuma ONG. Sou deputada ao Parlamento Europeu pela Roménia, pelo que defendo os interesses do meu país.

Como tal, sinto a obrigação de solicitar a realização de um estudo sobre o impacto da utilização desta tecnologia antes de apelar à proibição do recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto.

Era dever de quem apresentou a resolução oferecer uma alternativa que fosse economicamente viável e menos tóxica, em vez de optar por pedir uma proibição geral.

Na sequência da declaração proferida pela representante da Comissão Europeia, Cecilia Malmström, há duas semanas, e da reunião com os representantes das comunidades locais (incluindo os presidentes dos municípios da zona de Roşia Montană), concluí que será necessário realizar um estudo aprofundado e analisar todas as opções existentes antes de impor uma proibição geral desta tecnologia.

Antes de tomarmos uma decisão, importa considerar os seguintes aspectos: protecção ambiental, criação de emprego, atracção de investimento, bem como a inexistência de actividades alternativas à exploração mineira para a população de toda a região.

Por fim, votei contra e apresentei duas alterações a esta resolução, que reflecte o ponto de vista e os interesses de um único partido.

**George Becali (NI)**, *por escrito*. – (RO) Apoio a alteração que visa a supressão do n.º 4 da proposta de resolução hoje votada, pelo que votei a favor desta alteração. No entanto, votei contra a proposta de resolução por várias razões. Não podemos pedir à Comissão Europeia que proíba a utilização de tecnologias de exploração mineira de ouro que utilizem cianeto em certos Estados-Membros, como a Roménia, que possui grandes recursos inexplorados. O projecto de Roşia Montană merece ser apoiado pelo seu impacto económico e social e pela sua plena conformidade com as restrições destinadas a proteger o ambiente e os sítios arqueológicos. Enquanto deputado ao Parlamento Europeu, apoio a oportunidade que está a ser oferecida a esta zona, com todos os seus problemas. Acredito vivamente que as autoridades governamentais nacionais responsáveis negociarão um nível de direitos de licença passível de revitalizar e proteger a zona de Roşia Montană, com as suas jazidas de ouro. Na sua qualidade de Estado-Membro, a Roménia tem o direito de efectuar a exploração mineira das suas jazidas em condições de segurança e que garantam a protecção do ambiente, bem como de colher os benefícios económicos e sociais proporcionados pelos seus recursos naturais.

**Jean-Luc Bennahmias (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) O cianeto é uma substância química extremamente perigosa que é utilizada na indústria mineira, não obstante os riscos que comporta para o ambiente e a saúde humana. Há dez anos, na Roménia, 100 000 metros cúbicos de água contaminada com cianeto foram acidentalmente libertados de um depósito de uma mina de ouro para a rede hidrográfica. Este derrame provocou o maior desastre ecológico da história da Europa Central. Durante vários anos, substâncias tóxicas puseram aí em perigo o equilíbrio ecológico, a cadeia alimentar e as necessidades humanas fundamentais de abastecimento de água desses rios. Nada garante que um acidente desse tipo não volte a acontecer. Na Europa existem vários projectos mineiros que utilizam cianeto. Uma nova catástrofe pode ocorrer a qualquer momento. É apenas uma questão de tempo e de negligência humana. A mineração com utilização de cianeto utiliza pouca mão-de-obra, mas pode provocar verdadeiras catástrofes ambientais. A legislação ambiental europeia consagra o princípio da precaução e obriga à prevenção e ao controlo da poluição das águas. Por essa razão, votei a favor da resolução do Parlamento que apela à proibição do uso do cianeto nas minas de ouro da UE.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) Subscrevo e votei a favor desta proposta de resolução específica. A questão do recurso às tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto é extremamente séria e exige uma acção imediata e decisiva, sem subterfúgios. Até à data, a Comissão adoptou uma abordagem muito passiva em relação à questão, atitude que tem de mudar e já. Esta questão toca a muitos países, à saúde dos cidadãos e à protecção do ambiente. Os casos dela resultantes e as consequências da utilização de cianeto na exploração mineira, tanto na Roménia como noutros países, estão bem documentados e são extremamente preocupantes. Quando inquiri a Comissão sobre a recente decisão de criar, na Bulgária, minas de ouro baseadas em tecnologias de exploração que utilizam o cianeto, a resposta da Comissão agravou os meus receios. Infelizmente, parece que, actualmente, o cianeto poderá ser usado no Norte da Grécia em três programas de investimento de empresas estrangeiras. Finalmente, a Comissão deve propor a proibição geral da utilização de cianeto na UE nos próximos seis meses, de modo a que seja possível aplicá-la o mais tardar até ao fim de 2012. Além disso, todos os Estados-Membros devem, seguindo o exemplo recente da Hungria, comprometer-se a proibir a utilização do cianeto.

**Marielle De Sarnez (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) o Parlamento Europeu aprovou uma resolução a favor da introdução de uma proibição geral do recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto, até ao final de 2011. As consequências ambientais da poluição por cianeto são transnacionais, pelo que esta proibição deve vigorar à escala da UE. Por exemplo, em Janeiro de 2000, mais de 100 000 metros cúbicos de água contaminada com cianeto escaparam de uma mina de ouro na Roménia e poluíram a rede hidrográfica da Roménia, Hungria, Sérvia e Bulgária. Esperamos que os Estados-Membros parem de apoiar projectos mineiros que utilizam tecnologias à base de cianeto. Ao mesmo tempo, a Comissão deverá incentivar a reconversão industrial dessas zonas, disponibilizando apoio financeiro à criação de indústrias verdes alternativas, às energias renováveis e ao turismo.

**Lena Ek, Marit Paulsen, Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE)**, *por escrito*. – (SV) Na indústria sueca de exploração mineira do ouro, o cianeto é utilizado em sistemas fechados e de uma forma ambientalmente sustentável. O cianeto é degradado antes de a água ser evacuada do sistema e a melhor tecnologia disponível (MTD) assegura valores-limite muito abaixo dos níveis de segurança internacionalmente acordados. As exigentes normas de segurança impedem o cianeto de ter qualquer impacto ambiental. Estas minas ajudam a criar emprego em zonas pouco povoadas e, até aqui, não foi possível desenvolver uma tecnologia alternativa. Importa também promover a investigação & desenvolvimento neste domínio mas, na conjuntura actual, impor uma proibição teria consequências desastrosas, tanto a nível social como económico.

**Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson e Marita Ulvskog (S&D)**, *por escrito*. – (SV) Nós, social-democratas, estamos a trabalhar em larga escala no sentido de eliminar gradualmente as substâncias perigosas dos alimentos, do ambiente, dos processos de transformação e fabricação, etc. O cianeto é uma dessas substâncias perigosas, sendo o seu manuseamento regulamentado por razões óbvias. Na Suécia, todo o cianeto utilizado na exploração mineira é tratado em processos fechados e de uma forma considerada segura. Noutras partes da UE, o manuseamento desta substância não é alvo de um controlo tão rigoroso.

Optámos por nos abster na votação final, porque não podemos apoiar uma proibição cega e precipitada que penalizaria também a exploração mineira dos países que fazem um manuseamento seguro do cianeto. No entanto, gostaríamos que a Comissão agisse imediatamente no sentido de se garantir a segurança dos processos que envolvam a utilização de cianeto, de se assegurar a existência de processos de tratamento fechados em todos os Estados-Membros e, a longo prazo, de eliminar gradualmente a utilização do cianeto na fase de produção, através da proibição.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A especial toxicidade do cianeto e os efeitos do seu uso na exploração mineira, quer para os que recorrem àquele, quer para a fauna e flora circundantes das minas, reclamam que se caminhe no sentido de uma proibição do uso de cianeto na exploração mineira, sob pena de se avolumarem os casos de contaminação, com consequências desastrosas para as pessoas e para o ambiente. No entanto, e tendo em conta as actuais necessidades da indústria de extracção mineira, esta proibição não pode ser imediata, pelo que devem ser estudadas e introduzidas medidas que minimizem o impacto ambiental do uso de cianeto.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – Votei a favor desta resolução que propõe uma proibição geral do recurso a tecnologias de exploração mineira na UE que utilizam cianeto, até ao final de 2011, por entender que a proibição proposta constitui, neste momento, a única forma fiável de proteger os nossos recursos hídricos e ecossistemas da poluição causada pelo cianeto utilizado em explorações mineiras. Realço a necessidade de obrigar as empresas que operam as instalações de mineração a fazer um seguro que cubra a compensação de eventuais danos e os custos incorridos na reparação e reconstituição do estado ecológico e químico original em caso de acidente ou mau funcionamento.

**Françoise Grossetête (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor deste texto e estou satisfeita com o resultado da votação, porquanto o cianeto é uma substância química altamente tóxica cujos efeitos sobre o ambiente e a saúde humana são potencialmente catastróficos e irreversíveis. O cianeto também faz parte da lista de substâncias altamente poluentes definidas na Directiva-Quadro "Água".

Precisarei de lembrar a alguém que, em Janeiro de 2000, mais de 100 000 metros cúbicos de água contaminada com cianeto escapou de uma mina de ouro em Baie Mare, na Roménia, poluindo a bacia hidrográfica dos rios Someş, Tisza e Danúbio, matando os peixes e os organismos vivos e contaminando, de forma permanente, a água na Roménia, Hungria, Sérvia e Bulgária.

Precisarei de lembrar a alguém que este incidente é conhecido como sendo um "segundo Chernobyl", devido ao impacto devastador que teve no ambiente?

Se não adoptarmos uma postura firme a favor da proibição geral da utilização de tecnologias com recurso a cianeto na indústria mineira da União Europeia numa simples proposta de resolução comum, a mensagem que enviamos à Comissão Europeia perderá o seu sentido em termos de futuro.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Há momentos em que o bem-estar ambiental, a protecção do património natural e o bem-estar das pessoas em geral conseguem prevalecer mesmo sobre os interesses económicos e partidários. Isso está bem patente nesta resolução.

O Parlamento Europeu conseguiu mostrar hoje que defende, acima de tudo, o interesse geral e o bem-estar das pessoas. O recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto representa um risco que não nos podemos dar ao luxo de correr, pois os efeitos são irreversíveis.

No entanto, apoio a ideia de incentivar a reconversão industrial das zonas afectadas pela proibição do recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto, concedendo um apoio financeiro suficiente a sectores industriais "limpos", bem como às energias renováveis e ao turismo.

**Tunne Kelam (PPE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta resolução porque penso que a utilização de cianeto na exploração mineira deve ser proibida na Europa. O cianeto é uma substância química altamente tóxica utilizada na exploração mineira do ouro, constituindo uma séria ameaça para o ambiente e a saúde humana. Os graves acidentes ocorridos no passado demonstraram que a contaminação pelo cianeto pode ter um impacto irreversível tanto no ambiente como na saúde humana. Neste sentido, apoio energicamente a proibição, com a maior brevidade possível, deste tipo de exploração mineira, a fim de garantir que ninguém, hoje ou no futuro, seja exposto ao impacto devastador do cianeto utilizado na mineração.

**Marian-Jean Marinescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei contra a resolução sobre a proibição do recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto até ao fim de 2011, e isto por várias razões. Travar os actuais projectos de exploração mineira que recorrem a tecnologias que utilizam cianeto seria um duro golpe para os Estados-Membros que utilizam esta tecnologia (Finlândia, Suécia, Espanha, Roménia, Bulgária e Grécia) e para os Estados-Membros que produzem cianeto (Bélgica, Reino Unido, República Checa e Alemanha). A Europa passaria a ser 100% dependente da importação de ouro, um metal utilizado na indústria europeia de metais preciosos e no sector da electrónica. Cerca de 87% da produção de cianeto são utilizados noutros sectores industriais que não a exploração mineira, tais como a produção de vitaminas, joalharia, colas, componentes electrónicos para computadores, materiais de isolamento ignífugos, cosméticos, nylon, tintas, medicamentos, etc. Existem várias tecnologias na actividade económica que constituem um perigo para a saúde humana e o ambiente. A tecnologia que utiliza o cianeto é apenas uma delas. Há regulamentos e normas em vigor destinados a garantir que tais actividades sejam exercidas em condições de segurança, a fim de evitar quaisquer impactos negativos. Este princípio aplica-se igualmente às tecnologias da exploração mineira. Existe legislação em vigor cujo cumprimento é obrigatório. Não temos o direito de proibir, mas temos o direito de proteger.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Com a aprovação da Directiva-Quadro "Água", a UE foi bem explícita nos objectivos definidos no que respeita à qualidade dos recursos hídricos, que deverão estar libertos de todo o tipo de agentes químicos. Para que esses objectivos sejam cumpridos, é imprescindível a proibição da utilização de tecnologias com recurso ao cianeto na exploração mineira. Temos de substituir esta técnica por alternativas amigas do ambiente, dado que as tecnologias com recurso ao cianeto são as responsáveis por mais de trinta acidentes graves nos últimos 25 anos.

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei contra esta resolução porque a directiva de 2006 em vigor prevê a máxima protecção do ambiente e da saúde humana no que respeita ao recurso às tecnologias

de exploração mineira que utilizam cianeto. Atendendo às disposições bastante rigorosas da directiva em matéria de resíduos de exploração mineira e à falta de alternativas viáveis, não há necessidade de impor uma proibição geral do recurso a tecnologias de exploração mineira de ouro que utilizam cianeto.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor do texto final. A proposta de resolução comum foi aprovada com apenas um pequeno e positivo aditamento (promover a reconversão industrial nas zonas em que a exploração mineira com utilização de cianeto seja proibida). As tentativas de transformar o apelo ao "início de uma proibição geral" numa mera avaliação de impacto foram rejeitadas por votação nominal (161 votos a favor e 416 votos contra), o mesmo tendo acontecido com a alteração que propunha apenas "considerar" uma proibição (votação nominal: 246 votos a favor e 337 votos contra). A nossa alteração conjunta com os Grupos S&D e GUE/NGL, no sentido de "propor uma proibição" com uma data de entrada em vigor, foi rejeitada (votação nominal: 274 votos a favor e 309 votos contra). A resolução final foi aprovada com 524 votos a favor, 54 votos contra e 13 abstenções (o Grupo ALDE absteve-se, pois a alteração visando uma avaliação de impacto não foi aprovada).

**Alf Svensson (PPE)**, *por escrito*. – (SV) À semelhança de muitos outros deputados suecos ao Parlamento Europeu, na votação de ontem no Parlamento sobre a proibição geral do recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto na União Europeia, votei contra a proposta de resolução. Os cianetos são substâncias tóxicas, sendo fundamental que a sua utilização esteja em conformidade com as directrizes ambientais estabelecidas e que a lixiviação se efectue em processos fechados. Esta é uma prática comum na Europa e minimiza o risco de emissões perigosas. Uma proibição total da utilização do cianeto na exploração mineira acarretaria o encerramento das minas de ouro na Europa, incluindo na Suécia. A meu ver, seria desaconselhável impor a proibição pura e simples das tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto antes de termos uma alternativa à lixiviação com cianeto, que é técnica, económica e ambientalmente viável. Assim sendo, votei contra a proposta de resolução.

## 15. Correções e intenções de voto: ver Acta

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

## 16. Declarações da Presidência.

**Presidente.** – Chegou até nós a triste notícia do assassinato, no México, do finlandês Jyri Antero Jaakola, observador internacional dos direitos humanos. Ele e o activista mexicano Betty Cariño Trujillo, que o acompanhava na altura, foram assassinados durante uma missão de acompanhamento do respeito pelos direitos humanos no México. Em nome do Parlamento Europeu, envio as nossas sentidas condolências às famílias das vítimas. Como nos é dado ver, o mundo em que vivemos ainda reclama sacrifícios como estes.

Como decerto saberão, realizei na semana passada uma visita oficial aos EUA, onde procedi à inauguração oficial do novo gabinete de ligação do Parlamento com o Congresso dos Estados Unidos, em Washington. Mantive igualmente muitas conversações importantes, que deverão contribuir para uma cooperação mais estreita, nomeadamente no domínio económico, entre a União Europeia e os Estados Unidos. Discutimos também a parceria estratégica e as mudanças ocorridas na União Europeia após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Esperamos que a cooperação com os Estados Unidos seja pautada pela igualdade de condições.

No próximo domingo, dia 9 de Maio, comemora-se o 60.º aniversário da Declaração Schuman. Para assinalar a efeméride, o Parlamento Europeu abrirá as suas portas a todos os interessados no sábado, dia 8 de Maio, em Bruxelas, e no domingo, em Estrasburgo. No Luxemburgo, este acontecimento será também celebrado com várias cerimónias. Em Estrasburgo, entre outros visitantes, contaremos com a presença de um dos Vice-Presidentes da Comissão e dos ministros dos Assuntos Europeus da França e da Alemanha. Também lá estarei presente e gostaria de vos convidar a todos a irem a Estrasburgo, no próximo domingo, ou seja, daqui a quatro dias.

## 17. Revisão dos Tratados - Medidas transitórias relativas à composição do Parlamento Europeu - Decisão de não convocar uma convenção para a revisão dos Tratados no

## que se refere às medidas transitórias relativas à composição do Parlamento Europeu (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

– do relatório do deputado Méndez de Vigo, em nome da Comissão dos Assuntos Constitucionais, sobre o projecto de protocolo que altera o Protocolo n.º 36 relativo às disposições transitórias respeitantes à composição do Parlamento Europeu até ao termo da legislatura de 2009–2014: parecer do Parlamento Europeu (n.º 3 do artigo 48.º do Tratado UE) [17196/2009 - C7-0001/2010 – 2009/0813(NLE)] (A7-0115/2010), e

– do relatório do deputado Méndez de Vigo, em nome da Comissão dos Assuntos Constitucionais, relativo à recomendação sobre a proposta do Conselho Europeu de não convocar uma Convenção para a revisão dos tratados no que respeita às medidas transitórias respeitantes à composição do Parlamento Europeu [17196/2009 - C7-0002/2010 – 2009/0814(NLE)] (A7-0116/2010).

**Íñigo Méndez de Vigo, relator.** - (ES) Senhor Presidente, permita-me começar a minha intervenção com um verso de Rilke: *"Herr, es ist Zeit. Der Sommer war sehr groß..."* Rilke era o poeta favorito do nosso colega Dimitris Tsatsos, recentemente falecido. Há algum tempo, em 19 de Novembro de 1997, nesta mesma Câmara, Dimitris Tsatsos e eu tivemos a honra de apresentar a esta Assembleia o relatório sobre o Tratado de Amesterdão.

Foi precisamente nesse relatório sobre o Tratado de Amesterdão que propusemos que qualquer revisão dos Tratados fosse previamente preparada por uma Convenção.

Chamámos a isso o método comunitário. Com efeito, foi esse método da Convenção que foi utilizado para preparar a Carta dos Direitos Fundamentais e, acima de tudo, o Tratado Constitucional.

Hoje, precisamente, quero recordar aqui Dimitris Tsatsos, pois estamos prestes a levar a cabo a primeira alteração do Tratado de Lisboa, que, em última análise, Senhor Presidente, é o Tratado Constitucional pelo qual tanto nos batemos.

Essa primeira reforma, que consistirá na alteração do Protocolo (n.º 36) ao Tratado de Lisboa, é motivada por uma anomalia, uma vez que, quando as eleições para este Parlamento foram realizadas, em Junho do ano transacto, o Tratado de Lisboa não tinha entrado em vigor devido às vicissitudes que todos conhecemos.

Por conseguinte, as últimas eleições parlamentares foram realizadas ao abrigo do Tratado de Nice, que estava em vigor nessa altura e que prevê a existência de 736 deputados, em vez dos 751 previstos no Tratado de Lisboa.

Para complicar ainda mais as coisas, Senhor Presidente, o Acto de 1976 estabelece que o mandato de um deputado tem a duração de cinco anos. Quer isto dizer que agora não podemos simplesmente aplicar o número estabelecido no Tratado de Lisboa, ou seja, 751 eurodeputados, visto que nos termos do Tratado de Lisboa um determinado país perde três deputados que foram eleitos e que, portanto, não podem abandonar o Parlamento durante esta legislatura.

É por isso, Senhor Presidente, que é necessário alterar o Protocolo (n.º 36) por forma a permitir que os acordos de Lisboa entrem em vigor, e que, durante esta legislatura, durante este período 2009-2014, quando a alteração do Protocolo (n.º 36) entrar em vigor, esta Câmara tenha, excepcionalmente, 754 deputados.

Foi essa a razão, Senhor Presidente, pela qual o Conselho Europeu lhe enviou uma carta a solicitar que, nos termos do n.º 2 do artigo 48.º do Tratado, este Parlamento se pronuncie sobre duas questões.

A primeira é a de saber se é ou não necessária uma Convenção para preparar a alteração do Protocolo (n.º 36). A segunda é se os Chefes de Estado ou de Governo podem ou não convocar a Conferência Intergovernamental para alterar o Protocolo (n.º 36).

Ambas as questões estão ligadas, apesar de serem tratadas em dois relatórios diferentes. Começarei pela convocação da Conferência Intergovernamental. Como referi anteriormente, estamos a tratar do resultado político da aplicação do Tratado de Lisboa, e estamos a tratar também de uma solução transitória e excepcional que só vigorará durante esta legislatura. Por conseguinte, essa Conferência Intergovernamental irá confinar-se a algo que foi previamente acordado: como distribuir esses 18 eurodeputados entre 12 países.

Por isso mesmo, Senhor Presidente, não há debate. Creio que a Conferência Intergovernamental pode ser convocada muito rapidamente, podendo mesmo resolver a questão numa só manhã, uma vez que a decisão política já foi tomada.

Por essa razão, vou pedir um "sim" à realização da Conferência Intergovernamental e dizer que, em meu entendimento, não é necessário convocar uma Convenção para resolver uma questão que já está resolvida. Somos a favor da realização da Conferência Intergovernamental; somos contra a convocação de uma Convenção.

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhor Presidente, quero exprimir a minha satisfação pelo facto de o Parlamento Europeu, através do meu caro colega e amigo Íñigo Méndez de Vigo, partilhar a opinião do Conselho no sentido de que, para a realização da proposta alteração do Protocolo (n.º 36) ao Tratado de Lisboa, não é necessário convocar uma Convenção, na medida em que se trata de uma pequena mudança, que é contudo imprescindível para permitir a presença nesta Câmara, antes da realização das próximas eleições, do número de deputados que deveríamos ter aqui se o Tratado Lisboa já tivesse entrado em vigor.

Este caso particular é verdadeiramente paradoxal, pois tanto o senhor deputado Méndez de Vigo como eu fizemos parte da Convenção que elaborou uma Constituição para a Europa. No caso vertente, o objectivo é procurar evitar esse procedimento, visto que estamos a falar de uma alteração muito pequena – uma alteração meramente formal, na realidade, – do Tratado de Lisboa.

Alegra-me que, deste modo, se o Parlamento Europeu aprovar esta proposta do senhor deputado Méndez de Vigo, depois de a Conferência Intergovernamental ter sido realizada e de terem sido concluídos os correspondentes processos de ratificação nos 27 Parlamentos dos Estados-Membros da União Europeia, mais dezoito deputados de doze países – Reino Unido, Eslovénia, Polónia, Países Baixos, Malta, Letónia, Itália, Bulgária, Suécia, França, Áustria e Espanha – possam vir ocupar os seus lugares com a maior rapidez possível.

Assim, os cidadãos destes países estarão ainda melhor representados no Parlamento Europeu. É por isso que me alegra o facto de este relatório ter sido elaborado pelo senhor deputado Méndez de Vigo e ter sido aprovado pela Comissão dos Assuntos Constitucionais sob a forma por ele proposta. Espero que o relatório mereça também uma ampla aprovação por parte deste Plenário e que possamos ver aqui, o mais depressa possível, esses dezoito deputados que faltam e que correspondem às disposições do Tratado de Lisboa.

**Maroš Šefčovič**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao deputado Méndez de Vigo a elaboração do seu excelente relatório. De igual modo, apraz-me poder informar o Parlamento Europeu de que a Comissão adoptou um parecer positivo sobre a abertura da CIG que vai analisar as alterações necessárias ao Tratado para autorizar a entrada em funções de mais 18 deputados ao Parlamento Europeu.

O Conselho Europeu solicitara o parecer da Comissão com base na proposta do Governo de Espanha e, uma vez que essa proposta reflecte o acordo político de longa data para permitir a entrada em funções, sem demora, de mais 18 deputados ao Parlamento Europeu, a Comissão recomendou a abertura, o mais brevemente possível, de uma Conferência Intergovernamental.

Em sintonia com a proposta do Governo espanhol, a Comissão salientou igualmente, no seu parecer, que a CIG devia limitar-se estritamente à discussão da questão do aumento do número de deputados. Foi com muito agrado que vi o relatório do deputado Méndez de Vigo contar com o apoio de uma larga maioria na Comissão dos Assuntos Constitucionais. Faço votos para que o mesmo aconteça na sessão de amanhã do Parlamento.

Gostaria ainda de, em nome da Comissão, fazer votos para que as alterações limitadas aos Tratados a discutir na referida CIG sejam acordadas rapidamente e ratificadas pelos Estados-Membros, de modo a permitir que os novos 18 deputados iniciem o seu mandato com a maior brevidade possível.

**Carlo Casini**, *em nome do Grupo PPE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou ser muito breve, uma vez que a comissão a que presido conseguiu um acordo muito abrangente e em sintonia com aquilo que já foi dito, pelo que não há necessidade de prolongar demasiado o debate.

O problema que se colocava e que foi discutido em comissão tinha a ver sobretudo com o seguinte: tanto o Acto de 1976 relativo às eleições como o Tratado de Lisboa prevêm que os membros deste Parlamento sejam directamente eleitos pelos povos das diferentes nações. Isso constitui um problema para os casos em que o sistema eleitoral usado para eleger os deputados para esta legislatura não permite a entrada para este

Parlamento de candidatos que não obtiveram o número de votos suficiente para garantir um assento parlamentar, mas conseguiram votos suficientes para permitir a sua entrada posteriormente.

Alguns sistemas eleitorais permitem que isso aconteça, mas parece que outros não. Portanto, se não queremos demorar consideravelmente a integração dos deputados no Parlamento, há que recorrer a sistemas de nomeação de carácter excepcional e transitório, tal como previsto pelo Conselho.

Depois de longas discussões, a minha comissão concluiu que esta posição é justa. Por conseguinte, apoiamos aquilo que já foi dito. Na verdade, devo dizer que apresentei pessoalmente uma alteração que previa a nomeação de observadores por um período intermédio antes da eleição dos novos membros deste Parlamento. Muito embora essa alteração ainda esteja em discussão, vamos ter de votar contra ela – mesmo tratando-se de uma alteração minha -, uma vez que a alteração de compromisso prevê a rápida e pronta integração dos deputados neste Parlamento.

**Ramón Jáuregui Atondo**, *em nome do Grupo S&D*. – (ES) Senhor Presidente, gostaria de começar por dizer que a decisão que estamos a tomar não é de somenos importância. Em primeiro lugar, estamos a rever o Tratado. Pouco tempo depois de entrar em vigor, estamos, pela primeira vez, a propor uma revisão do Tratado. Não é, de facto, uma questão de somenos.

Em segundo lugar, porém, queremos com esta revisão restaurar, confirmar e dar a possibilidade a 18 deputados ao Parlamento Europeu, que teriam tido o direito de ocupar o seu lugar se o Tratado tivesse sido aprovado antes das eleições, de exercerem esse seu direito. Além disso, estamos a permitir que 12 países aos quais assiste o direito de recompor a sua representação neste Parlamento, após terem acordado com a União Europeia que deveriam ter uma representação superior à actual, exerçam esse seu direito. É apenas disso que se trata, mas é uma questão importante.

Não obstante, o próprio Tratado exige a realização de uma Convenção para rever o Tratado. O Conselho, muito razoavelmente, consulta-nos quanto à necessidade de convocar uma Convenção para ratificar um acordo alcançado com todos os Estados-Membros. O Parlamento responde que tal não é necessário. Não neste caso.

Por conseguinte, o Parlamento mandata o Conselho para convocar uma Conferência Intergovernamental e rever o Tratado, criando assim a possibilidade de os 27 países ratificarem a revisão e de, com isso, os 18 deputados ao Parlamento Europeu ocuparem o seu lugar e os 12 países em causa obterem o nível de representação parlamentar que lhes é devido.

É isso que está aqui em causa, mas há um problema. Para começar, gostaria de assinalar que tivemos alguma dificuldade em determinar se os novos deputados têm, necessariamente, de ser directamente eleitos para ocupar os seus lugares ou podem ser eleitos de alguma outra forma.

Julgo que este problema entretanto surgido, que tem de ser analisado e apresentado de forma realista, foi satisfatoriamente resolvido. Gostaria de agradecer não apenas ao relator do relatório, o senhor deputado Méndez de Vigo, mas também ao senhor deputado Andrew Duff, o facto de termos alcançado aquilo que, na minha opinião, constitui um acordo muito importante entre os três grupos.

Deste modo, dizemos que o Tratado deve ser revisto, mas sem uma Convenção, para que se crie um precedente quanto ao direito a essa confirmação. Porém, ao mesmo tempo, este Hemiciclo lembraria aos parlamentos nacionais que lhes cabe designar deputados que tenham sido directamente eleitos para o Parlamento Europeu e que o Parlamento pretende levar a cabo uma revisão do sistema eleitoral europeu, a fim de dotar o modelo eleitoral europeu de um sistema unificado e supranacional para a eleição dos seus deputados.

Congratulo-me por estas duas interpretações terem permitido a obtenção de uma solução equilibrada, de modo a que esta questão possa ser reaberta.

**Andrew Duff**, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, a proposta que temos perante nós antecede, naturalmente, a entrada em vigor do Tratado. Se o Tratado tivesse entrado em vigor antes da apresentação desta proposta, não a teríamos aceite.

O Parlamento não podia aceitar a tentativa da França de nomear dois deputados da Assembleia Nacional para se sentarem no Parlamento Europeu. Se tivéssemos anuído nesta pretensão após a entrada em vigor do Tratado - se esta proposta não tivesse sido apresentada antes de o Tratado entrar em vigor -, estaríamos também a violar o disposto no Tratado, pois esta proposta não respeita o princípio da proporcionalidade degressiva.

Estamos a aceitar uma solução transitória, mas a controvérsia entretanto gerada logrou expor os problemas relativos à composição e ao processo eleitoral do Parlamento. Fico contente por todos os nossos grupos estarem agora de acordo quanto à necessidade de encetar uma reforma substancial do processo eleitoral. Nesse sentido, o Parlamento apresentará em breve propostas que vão exigir a realização de uma CIG, que será plena e devidamente preparada por uma Convenção inclusiva dos parlamentos nacionais, amplamente consultiva e que reúna os partidos políticos nacionais, com o fito de firmar um acordo substancial nesta matéria a tempo das eleições de 2014.

Estou extremamente grato aos meus colegas e aos coordenadores dos restantes grupos pelas negociações construtivas que foi possível manter e concluir com a firme intenção de reformar o processo eleitoral do Parlamento.

**Gerald Häfner**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos um amplo consenso nesta matéria. Queremos o alargamento do Parlamento e queremos acolher 18 novos deputados. Queremos criar as condições para que esses deputados possam sentar-se e trabalhar connosco.

Existe apenas uma pequena divergência de opinião, que, na verdade, é muito grande, porquanto respeita à base do nosso trabalho, bem como à nossa interpretação do princípio da democracia e ao respeito que temos por esta Câmara. Trata-se da questão de saber quem decide quais serão os novos deputados. Para nós, esta não é uma questão secundária, mas sim uma questão fundamental. De acordo com o Tratado, os membros do Parlamento Europeu "são eleitos, por sufrágio universal directo, livre e secreto, por um mandato de cinco anos". São os cidadãos que elegem. Em 11 dos 12 países em causa, foi isso que aconteceu.

Um desses 12 países diz agora que isso não é possível e que vai designar para o Parlamento Europeu deputados que foram eleitos pelos seus cidadãos para exercer funções completamente diferentes. Consideramos que esta não é uma forma satisfatória de tratar nem o Parlamento nem o direito de voto dos cidadãos e o princípio da democracia.

Podemos prescindir de uma Convenção, se esta resultar de uma mera questão técnica, ou seja, se seguirmos o princípio da conformidade com os Tratados. No entanto, neste momento, o Tratado corre o risco de se tornar letra morta. Vamos, pois, insistir na convocação de uma Convenção, que é um excelente método de obter um consenso fora do âmbito governamental na Europa, e precisamente neste tipo de matérias.

**Ashley Fox**, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, saúdo este relatório e a sua conclusão de que não há necessidade de convocar uma Convenção constitucional. Tal Convenção serviria unicamente para desperdiçar tempo e dinheiro dos contribuintes. Efectivamente, os meus eleitores não anseiam propriamente por uma Convenção que, indubitavelmente, iria discutir uma maior integração política. Na verdade, na Grã-Bretanha, reina a opinião de que a união política já avançou mais do que devia.

Ao mesmo tempo que saúdo as medidas que permitirão aos novos 18 deputados tomar assento no Parlamento Europeu, não creio que eles devam gozar do estatuto de observadores até que as disposições transitórias entrem em vigor. Tal solução dar-lhes-ia o direito de reivindicar salários e despesas antes mesmo de terem direito a voto. Por uma questão de princípio, penso que isso não seria correcto.

Numa altura em que se antevêm grandes cortes nas despesas públicas em quase todos os Estados-Membros, o Parlamento deve dar o exemplo. Devemos ser prudentes no uso dos dinheiros públicos em todas as situações. Assim, o meu grupo vai votar contra o relatório em apreço por ele ignorar este princípio importante.

**Søren Bo Søndergaard**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DA) Senhor Presidente, discordamos em muitos aspectos no que à UE diz respeito. Discordamos também, claramente, em muitos dos assuntos que envolvem o Parlamento Europeu. No entanto, creio existir um vasto consenso quanto à legitimidade do Parlamento Europeu decorrer do facto de este ser democrática e directamente eleito pelos cidadãos. Não obstante, eis-nos hoje aqui perante uma proposta que nos obriga a encarar o facto de que isso pode mudar. A proposta que está em cima da mesa pode colocar-nos na situação de, nos próximos quatro anos, haver matérias aprovadas neste Parlamento por pessoas que não foram eleitas democraticamente, mas sim nomeadas. Considero este desenvolvimento bastante prejudicial e muito infeliz.

Tal desenvolvimento é, obviamente, contrário ao Tratado. Haveria, portanto, que rever o Tratado. Contudo, também é contrário àquilo que é a nossa prática. Quando, em 2007, a Roménia e a Bulgária aderiram à União Europeia, dissemos-lhes que não precisavam de realizar eleições? Dissemos que os deputados destes países podiam ter assento neste Hemiciclo durante dois anos e meio sem que fossem realizadas eleições? Não,



ordenámo-lhes que realizassem eleições, e é isso que deve ser feito para escolher novos deputados. Deve ser sempre assim, mesmo que seja necessário realizar eleições num único país, por exemplo, em França.

**Morten Messerschmidt**, em nome do Grupo EFD. – (DA) Senhor Presidente, há algo de muito estranho na presente situação. Durante anos, ouvimos dizer que o Tratado de Lisboa seria o instrumento capaz de garantir a democracia, a transparência e a influência dos cidadãos na legislação aprovada pela UE. Depois, após ter dito isto aos cidadãos durante anos, uma das primeiras coisas que o Parlamento Europeu opta por fazer é dizer não às eleições directas, não à convocação de uma Convenção e não a todos os instrumentos que utilizámos no passado para convencer os cidadãos da necessidade deste Tratado. Há algo de muito estranho em tudo isto.

O natural seria, obviamente, levarmos a sério as promessas que fizemos ao eleitorado, o facto de este Hemiciclo dever ser composto por pessoas com um mandato popular directo e o facto de não serem os governos, mas sim os representantes eleitos, a alterar os Tratados. Estes dois elementos fundamentais - e, já agora, promessas fundamentais - serão destruídos caso os dois relatórios sejam aprovados. A ideia, ou melhor, o argumento que justifica a existência do Tratado de Lisboa - que representa tudo o que foi dito para convencer os cidadãos dos motivos pelos quais deviam dar ainda mais poderes à UE - é, precisamente, aquilo a que agora estamos a voltar as costas, depois de termos obtido o que queríamos. Posto isto, tal como o orador anterior, tenho a comunicar que o meu grupo não pode apoiar estes relatórios.

**Bruno Gollnisch (NI)**. – (FR) Senhor Presidente, irei direito ao assunto. O n.º 2 do relatório do deputado Méndez de Vigo sublinha, com razão, o facto de uma das propostas do Conselho colidir frontalmente com o espírito do Acto de 1976. Está em causa a nomeação, por parte dos parlamentos nacionais, de deputados que, nos termos do Acto de 1976, têm de ser eleitos por sufrágio universal directo.

Com todo o respeito que é devido ao relator, lamento que ele não tenha tido em maior consideração este aspecto, nem abordado o mesmo de uma forma mais rigorosa, clara e descomprometida no n.º 5. Não é de todo impossível continuarmos a reger-nos pelo princípio da legitimidade eleitoral. Se os Estados-Membros não quiserem realizar eleições parciais, devem simplesmente considerar o resultado das eleições realizadas em 2009 e aplicá-lo, proporcionalmente, ao novo número de deputados ao Parlamento Europeu que lhes acaba de ser atribuído.

Qualquer outra solução é antidemocrática, em especial no meu país, a França, onde o parlamento nacional é escolhido segundo um sistema não proporcional, sem regra proporcional. Esta seria, na verdade, uma forma de nomeação governamental que vai contra o espírito dos Tratados.

**Mario Mauro (PPE)**. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, continua a ser um mistério a maneira como o Conselho pôde tratar com tal ligeireza uma questão como esta. Espero que este desagradável incidente não deixe um rasto de problemas e que a credibilidade das nossas instituições e do nosso projecto não corra riscos. Dou-vos um exemplo muito concreto: a Itália é chamada a eleger um deputado europeu numa eventual eleição suplementar, mas o que será que é mais grave: a possibilidade de virmos a ter uma eleição com uma provável afluência de não mais de 5% dos eleitores ou a hipótese de se reconsiderarem os resultados das últimas eleições de 2009 para confirmar a eleição de um deputado que, em todo o caso, foi eleito por sufrágio directo e universal?

De qualquer forma, não devemos piorar ainda mais a situação: nunca como agora foi tão importante para a Europa evitar obstáculos institucionais e demoras no processo de integração. Gostaria também de chamar a atenção para a importância de os 18 deputados chegarem ao mesmo tempo ao Parlamento Europeu, a fim de evitar que seja falseado o delicado equilíbrio entre as nacionalidades representadas nesta Assembleia. Esta é uma questão – repito – que deve ser resolvida de imediato: considero impensável que os novos deputados não possam ser eleitos para o Parlamento para a parte restante do mandato 2009-2014.

Devemos, portanto, adoptar urgentemente a recomendação e o relatório em questão, para que possa ser dada luz verde à alteração do Protocolo n.º 36 do Tratado de Lisboa, sem convocar uma Convenção, mas convocando directamente uma Conferência Intergovernamental, como propõe o relator. Na verdade, devemos seguir o caminho mais curto, porque, neste ponto, pouco há a discutir. Em vez disso, há que virar a página e começar de novo a partir de um episódio, infelizmente, muito negativo.

**PRESIDÊNCIA: ANGELILLI***Vice-presidente*

**Matthias Groote (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao relator, deputado Méndez de Vigo. Não vejo a necessidade de convocar uma Convenção. É só uma questão de acertar pormenores. Desde 1979 que o Parlamento Europeu tem sido eleito por escrutínio directo e secreto e é desse modo que deve continuar a sê-lo também no futuro. Nós e o Conselho faríamos bem em resolver este problema o mais rapidamente possível numa Conferência Intergovernamental, pois dos 18 deputados, 16 estão numa situação de suspense, o que é bastante intolerável. A decisão pertence, por isso, de novo ao Conselho. Solicitaria ao Conselho para não ceder neste ponto, só porque um Estado-Membro descurou regras claras, por pensar que o Tratado de Lisboa entraria mais cedo em vigor. Estou satisfeito por termos finalmente este Tratado em vigor, mas agora temos de fazer o nosso trabalho de casa.

O relatório Méndez de Vigo é uma boa base para o fortalecimento deste processo. No entanto, o Conselho faria bem em não sucumbir à tentação de aceitar deputados enviados para cá por parlamentos nacionais. Seria abrir um precedente e não me agradaria aceitar isso. Por isso, o relator tem o meu total apoio, desde que nenhum deputado seja enviado para cá por parlamentos nacionais.

**Sandrine Bélier (Verts/ALE).** – (FR) Senhora Presidente, a França é o único Estado-Membro que não antecipou a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e que se recusa a observar o resultado das eleições europeias de Junho de 2009. Ao aceitarmos a terceira opção – a excepção francesa – de nomear dois novos deputados ao Parlamento Europeu, estão a pedir-nos que legitimemos uma violação grave do direito primário da União: a eleição de deputados ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo, onde assentamos a nossa legitimidade há 31 anos.

Vamos submeter-nos à decisão do Conselho, sob a pressão de um Estado-Membro, que revela uma certa falta de consideração pela União e pelos cidadãos europeus? O nosso Parlamento não deve sancionar esta violação séria do princípio da democracia europeia. Temos de recusar comprometer a nossa legitimidade e a nossa credibilidade como representantes eleitos do povo europeu. São os cidadãos europeus que escolhem quem querem que os represente no Parlamento Europeu, não os governos dos Estados-Membros.

Esta excepção francesa justifica que exijamos ao Parlamento para ser interveniente, no caso de uma Convenção para a revisão dos Tratados, e para rejeitar uma Conferência Intergovernamental.

**Trevor Colman (EFD).** – (EN) Senhora Presidente, o atraso na ratificação do Tratado de Lisboa fez com que fossem nomeados 736 deputados ao Parlamento Europeu, em vez dos 751 agora propostos. Chega-se a este número mais alto através da distribuição de 18 lugares entre 12 Estados-Membros e da retirada de 3 lugares à Alemanha, o que não pode acontecer, por ser ilegal interromper prematuramente o mandato dos três deputados alemães ao Parlamento Europeu.

Uma outra complicação é que o Tratado estipula que o número total dos deputados ao Parlamento Europeu não deve exceder os 751 lugares. Incluir os 18 eurodeputados suplementares sem perder os três lugares alemães vai exigir uma revisão do Protocolo n.º 36 do Tratado de Lisboa. Esta deve ser realizada através de uma Convenção que apresente propostas com vista a um acordo dos Estados-Membros que deverá incorporado no Tratado por meio de uma alteração. O não fazer isso tornará ilegal qualquer acto que este Parlamento venha a aprovar com base numa Câmara composta por 754 deputados – três deputados acima do limite de 751.

A proposta colocada perante esta Assembleia é que este problema seja resolvido através de uma Conferência Intergovernamental, mas trata-se aqui de uma revisão e alteração significativas ao Tratado de Lisboa que exige uma ratificação por todos os Estados-Membros e oferece a oportunidade de referendos nacionais individuais. Exorto esta Assembleia a opor-se a esta proposta.

**Rafał Trzaskowski (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, discordo totalmente do orador anterior. Esta Assembleia tinha de responder à questão de saber se deveríamos ou não convocar uma Convenção para decidir sobre este problema e nós tomámos a decisão de não a convocar, mas fizemo-lo por respeito a este instrumento – este novo instrumento que na realidade aumenta a legitimidade de todas as decisões que tomamos. Obviamente que isso não abre um precedente para o futuro, porque todas as questões realmente importantes relacionadas com alterações ao Tratado, tais como, por exemplo, o processo eleitoral, exigiriam a convocação de uma Convenção.

Permita-me agradecer ao relator Íñigo Méndez de Vigo e aos coordenadores por terem tomado essa decisão. Não foi fácil. Tínhamos um problema com a nomeação de mais 18 deputados a este Parlamento, porque alguns Estados-Membros não previram de facto um procedimento para o efeito, mas decidimos que a representatividade é a questão mais importante, que é o princípio pelo qual nos devemos guiar e que este Parlamento deveria ter uma representação equilibrada o mais rapidamente possível. Foi, por isso, que optámos por uma solução pragmática, solicitando aos Estados-Membros que terminassem os seus processos eleitorais com a maior brevidade possível, desde que, obviamente, todos os parlamentares que se venham juntar a nós, sejam eleitos por sufrágio directo.

**Sylvie Guillaume (S&D).** – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a questão da nomeação de deputados suplementares ao Parlamento Europeu não é novidade; lembremo-nos de que os nossos colegas Severin e Lamassoure já trabalharam nesta questão durante a legislatura anterior. Mas como é que alguém pode não ficar surpreendido com a ausência total de preparação de um país – neste caso o meu, a França – em relação à nomeação dos seus dois novos deputados ao Parlamento Europeu? Não era de prever que o Tratado de Lisboa um dia entraria em vigor e que a questão dos novos deputados ao Parlamento Europeu se colocaria? O que explica, então, uma tal falta de visão, uma tal despreocupação?

O facto é que, ao oferecer à França a possibilidade, ao abrigo do projecto de Protocolo n.º 36, de proceder à nomeação de deputados ao Parlamento Europeu no seio do parlamento nacional – permitindo-lhe assim salvar a face por um custo mínimo – corremos efectivamente o risco de infringir a regra fundamental que estipula que os deputados ao Parlamento Europeu têm de ser eleitos por sufrágio universal directo. Isto vai contra o espírito do Acto relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo de 20 de Setembro de 1976 e poria em causa a própria legitimidade e credibilidade do Parlamento Europeu.

Por outro lado, por sua vez, os representantes dos outros 11 Estados-Membros que foram eleitos correctamente, não têm de pagar o preço deste tipo de amadorismo. A situação simplesmente já se arrasta há muito tempo, para eles próprios e para os seus países, e é justo que estes representantes eleitos se possam juntar a nós o mais rapidamente possível e comecem a trabalhar. Entendemos, por isso, que esta questão deve ser resolvida por meio de uma Conferência Intergovernamental que possa aprovar rapidamente a nomeação destes deputados.

Temos, contudo, de insistir para que a França cumpra as suas obrigações, tal como os seus parceiros europeus o fazem. Arranjos deste tipo são inaceitáveis dentro da Câmara que reúne os representantes do povo europeu. Apesar de tudo, este debate terá tido o mérito de demonstrar implicitamente a necessidade de prever no futuro um método uniforme de eleição dos deputados ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo. Essa reforma, pelo seu lado, terá de ser realizada através de uma Convenção. Mais uma vez, é a voz do povo que deve ter o seu peso aqui, nesta Câmara, não a dos governos.

**Zita Gurmai (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao relator Íñigo Méndez de Vigo pelo seu excelente trabalho e a todos os colegas que nele participaram pela sua cooperação. Após muitos anos de trabalho e problemas bastante sérios de ratificação, o Tratado de Lisboa entrou finalmente em vigor. Dá um reforço muito necessário ao papel do Parlamento Europeu.

Temos de aproveitar seriamente esta oportunidade e basear as nossas acções nestas reformas institucionais adquiridas. Necessitamos de nos concentrar em tomadas de decisões progressistas em benefício de todos os cidadãos europeus. Não devemos gastar tanto tempo com questões administrativas. Sou o tipo de pessoa que é rápida, eficiente mas uma boa decisora. Os cidadãos europeus esperam naturalmente que façamos o nosso trabalho com eficiência e transparência.

Respeito totalmente o equilíbrio e a boa cooperação entre as instituições europeias, embora esteja convencida de que o compromisso proposto reflecta uma solução viável. Deste modo, podemos fazer o nosso trabalho mais eficientemente. Estaremos, por isso, a reforçar o Parlamento Europeu e a prestar um grande serviço aos cidadãos europeus.

Em último lugar, mas não menos importante, conheço pessoalmente alguns dos futuros colegas já eleitos e, quanto mais cedo puderem começar a trabalhar, melhor. Acredito plenamente que a sua experiência irá dar um valor acrescentado às nossas instituições.

**Constance Le Grip (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, também eu gostaria de seguir os outros oradores nos agradecimentos dirigidos ao nosso colega Méndez de Vigo. Ele fez um trabalho admirável em circunstâncias que foram, por vezes, muito intensas mas sempre empolgantes. Os debates na Comissão dos Assuntos

Constitucionais prolongaram-se por muito tempo; foram iguais ao desafio e ao carácter intenso e importante que os deputados associam, justamente e com razão, a uma grande questão que tem implicações imediatas para eles, nomeadamente, a composição do nosso Parlamento e os métodos de nomeação dos seus deputados.

Mais uma vez, o relator conseguiu compilar opiniões e contribuições por vezes divergentes e resumi-las – diria mesmo – num texto extremamente equilibrado. Gostaria de lhe agradecer por isso. Penso que as recomendações feitas nestes dois relatórios, tanto no que convoca uma Conferência Intergovernamental, como naquele que se refere às medidas transitórias relativas à composição do nosso Parlamento, se caracterizam pelo realismo, pragmatismo e eficácia. Penso que, sobre esta e também outras matérias, isto é, em grande medida, o que os nossos concidadãos esperam da Europa.

**Karin Kadenbach (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, também eu gostaria de apresentar os meus sinceros agradecimentos ao relator e aos relatores-sombra. Como Parlamento, hoje devemos enviar um sinal claro de que aguardamos com muita expectativa a chegada dos novos deputados aqui ao Parlamento, e de que o Conselho é, de facto, negligente. Cumpro salientar, mais uma vez, aqui, que temos a missão muito clara de encontrar uma solução tão rapidamente quanto possível para que os deputados livremente eleitos – 18 deles de facto – possam iniciar o seu trabalho quanto antes.

Como Parlamento, não só temos a tarefa muito geral de representar o povo da melhor maneira possível, mas também a obrigação de trabalhar o mais eficiente e eficazmente possível nas comissões, contando para tal com a competência e conhecimentos dos colegas deputados que já foram livremente e devidamente eleitos. Como austríaco, anseio muito ver aqui Joe Weidenholzer e espero que possamos dar-lhe as boas vindas aqui, na qualidade de deputado deste Parlamento, o mais brevemente possível. B

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhora Presidente, a tinta ainda mal secou no fracassado Tratado de Lisboa e já se apresentaram as próximas alterações, e o caos à volta dos novos deputados – fala-se em deputados fantasmas – está instalado. Isto foi, sem dúvida, causado, entre outras coisas, pelos nossos diferentes sistemas eleitorais, que suscitam problemas relacionados com a democracia. Em França, por exemplo, em que os candidatos se apresentam a nível regional e não são disponibilizadas listas, não é muito difícil permitir que os deputados avancem. Deveremos pronunciar-nos claramente a favor de uma eleição e não de uma selecção por parte de um parlamento.

Em segundo lugar, faria também todo o sentido – e é isso o que os cidadãos esperam – que fornecêssemos uma informação específica sobre as actividades e os vencimentos dos deputados durante o período de observação. Esta situação “fantasma” não vai de certeza contribuir para a confiança dos cidadãos na União Europeia. Necessitamos também de esclarecer com a maior brevidade possível quando é que os novos deputados deveriam chegar e que estatuto deveriam ter. Além disso, ainda não está claro se o Tratado de Lisboa vai ser reexaminado – o que seria desejável – e qual é a situação em relação à adesão da Croácia. Os cidadãos esperam do Conselho uma rápida resolução desta questão.

**Czesław Adam Siekierski (PPE).** – (PL) Ao abrigo das disposições do Tratado de Lisboa, a composição do Parlamento Europeu foi alterada. Apesar de o Tratado ter entrado em vigor há seis meses, ainda não foi convocada uma Conferência Intergovernamental para implementar estas alterações. Os Estados-Membros têm de ratificar um protocolo especial relativo ao número suplementar de deputados ao Parlamento Europeu. Trata-se de uma grande operação, mas não altera o facto de o Tratado ter de ser implementado na íntegra e sem demora. Concordo com a posição apresentada pelo relator em relação a esta matéria.

Cumpro recordar que é do interesse dos Estados-Membros, cuja delegação nacional é aumentada por força do Tratado, que os seus novos deputados possam representar o respectivo eleitorado deles o mais rapidamente possível. Isto está de acordo com os princípios democráticos fundamentais em que assenta a União. É importante que todos os deputados suplementares entrem no Parlamento ao mesmo tempo, de modo a evitar que a nossa instituição seja acusada de funcionamento inadequado.

**Milan Zver (PPE).** – (SL) Também eu gostaria de me juntar aos que desejam salientar a necessidade de o Parlamento Europeu ser plenamente representativo e trabalhar com todos os deputados o mais rapidamente possível. Creio que, mesmo assim, ainda não estamos totalmente representados, tendo em conta a alteração do Tratado de Lisboa que é a nossa constituição. Penso igualmente que a Conferência Intergovernamental seria o caminho certo a seguir e a via mais rápida para podermos consolidar a nossa base jurídica e para que o Parlamento possa alcançar a plena representação. Gostaria de felicitar o relator Méndez de Vigo, que tem andado a explorar bases jurídicas, e penso que a resolução de hoje as expressa perfeitamente. Além disso, junto-me àqueles que anseiam dar as boas-vindas aos novos deputados do Parlamento Europeu, por considerar que necessitamos deles. Àqueles que não previram nas suas eleições, nas últimas eleições europeias, que seria

necessário nomear, ou melhor, eleger, mais deputados, tenho a dizer que esta Assembleia não perde qualquer legitimidade só porque dois deputados virão de parlamentos nacionais.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, tal como outros colegas, penso que as pessoas que são para o Parlamento Europeu têm o direito de tomar os seus lugares, tal como os 736 deputados tomaram os seus lugares nos últimos 12 meses. É um problema de curto prazo que exige uma solução a curto prazo, porque dentro de quatro anos tudo estará resolvido e a funcionar normalmente.

Considero igualmente que não é correcto culpar Estados-Membros por não terem tomado medidas antecipadamente há 12 meses, porque há 12 meses existia a forte possibilidade de o Tratado de Lisboa não vir a ser ratificado e, certamente, esse era um sentimento partilhado por muita gente no meu país e não só. Porém, agora que tudo foi ratificado, é importante que as pessoas eleitas sejam autorizadas a tomar os seus lugares, a fim de que possam contribuir para o Parlamento e para que possamos chegar até às próximas eleições daqui a quatro anos, quando tudo será, como se costuma dizer, "um mar de rosas".

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhora Presidente, gostaria apenas de acrescentar que concordo com os discursos proferidos pelos ilustres deputados que ressaltaram a importância de resolver esta questão pendente relacionada com o Tratado de Lisboa, nomeadamente, o caso dos 18 eurodeputados que ainda têm de tomar assento no Parlamento, devido ao facto de as últimas eleições se terem realizado um pouco antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Por isso, vale a pena fazer esta revisão do Protocolo n.º 36. Também concordo plenamente com quem pensa que esta deve ser feita logo que possível e que a ausência neste Parlamento dos 18 deputados que representam os cidadãos de 12 Estados-Membros deve ser colmatada o mais rapidamente possível. É por essa razão que, em última análise, concordo com o relator Méndez de Vigo, que entende não haver necessidade de uma convenção, e propõe que se convoque uma Conferência Intergovernamental o mais rapidamente possível, que os parlamentos dos 27 Estados-Membros ratifiquem a decisão na primeira oportunidade e que, em resultado disso, os 18 deputados em questão possam ser vistos neste Parlamento, uma vez que deveriam ter estado aqui desde o início desta legislatura.

**Maroš Šefčovič, Vice-Presidente da Comissão.** – (EN) Senhora Presidente, penso que este debate demonstrou claramente que estamos a tentar resolver uma situação excepcional, que ansiamos por uma solução prática e que esta é a solução para a transição. Por isso, acolho com muita satisfação a abordagem pragmática do relator Méndez de Vigo e o relatório que ele preparou e que, como posso depreender deste debate, está também a obter um forte apoio aqui no plenário. Penso que está muito claro que o nosso objectivo comum é ter os 18 novos deputados aqui o mais depressa possível.

Voltando à posição da Comissão, penso que temos feito perguntas muito directas sobre a maneira como esta mudança deve ser administrada e através de que instrumento. A Comissão concordou muito claramente com a Conferência Intergovernamental, atendendo ao âmbito e natureza da alteração que vai ser discutida.

Quanto aos métodos para escolher os deputados suplementares, tenho a certeza de que isto seria discutido no contexto de uma Conferência Intergovernamental, mas permitam-me acrescentar: quando o Conselho Europeu estava a considerar este assunto, penso que ficou muito claro que estava a tentar encontrar um equilíbrio, um equilíbrio entre a conveniência natural de que os deputados suplementares fossem escolhidos segundo um método tão próximo quanto possível do das eleições para o Parlamento Europeu, e a necessidade de respeitar as disposições constitucionais nacionais; essa é a origem das três opções para cobrir as realidades da situação actual que, naturalmente, será regularizada nas próximas eleições.

Para concluir, permitam-me igualmente congratular-me com as reflexões internas no seio do Parlamento Europeu sobre as eventuais alterações futuras às eleições europeias, mas penso que temos de salientar que se trata, e assim devem permanecer, de assuntos diferentes. Hoje estamos a discutir a maneira de trazer os 18 deputados suplementares para o Parlamento Europeu. Da próxima vez, iremos discutir as eventuais alterações ao voto eleitoral.

**Íñigo Méndez de Vigo, relator.** – (ES) Senhora Presidente, quando pessoas que parte de posições tão diferentes e distantes como as dos senhores deputados Mauro, Gollnisch e Colman chegam à conclusão de que existem problemas com o processo eleitoral e os sistemas para a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu, isso significa que necessitamos de um processo eleitoral uniforme.

Foi um mandato que já existia nos Tratados de Roma. Por isso, nós, coordenadores – e eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos eles, especialmente aos senhores deputados Jáuregui e Duff –

aprovámos a alteração 2, que será votada amanhã. Espero que esta alteração seja apoiada por esta Assembleia, especialmente de modo a que possamos resolver em breve esta questão de um processo eleitoral uniforme para as eleições para o Parlamento Europeu. Através desse processo, conseguiremos, parece-me a mim, eliminar este tipo de interrogação.

No seu discurso, o senhor deputado Trzaskowski falou sobre a representatividade necessária deste Parlamento, algo que a maioria dos oradores e o Senhor Vice-Presidente Šefčovič, entre outros, também salientaram.

Concordo. De facto, afirmamos isso mesmo no n.º 1 do relatório, na medida em que os 18 eurodeputados deveriam entrar em bloco, caso contrário, perderemos representatividade.

Para eles entrarem bloco, para dar cumprimento a este acto de justiça política que é o Tratado de Lisboa, temos de ser práticos, porque uma situação transitória e excepcional, Senhoras e Senhores Deputados, também requer situações e soluções transitórias e excepcionais.

É por esta razão que estou bastante receptivo a ela, não gosto da possibilidade de se juntarem a este Parlamento deputados que não foram eleitos em 2009, como aliás afirmo claramente no n.º 2 do relatório. Contudo, se tiver de escolher entre essa solução e a possibilidade de os 18 deputados não tomarem os seus lugares, ou chegar a uma solução prática e os 18 se juntarem a nós, significando, por isso, que cumprimos o Tratado de Lisboa, peço a esta Assembleia, como já o fiz no relatório, que escolham essa solução, uma solução transitória e pragmática, mas, acima de tudo, Senhora Presidente, justa.

Gostaria de agradecer a todos pela colaboração prestada e pelas contribuições interessantes que foram dadas para este relatório.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar quinta-feira, 6 de Maio de 2010, às 11H00.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**John Attard-Montalto (S&D)**, *por escrito.* – (EN) Não creio que seja justo que os países a quem foram atribuídos lugares adicionais no PE ainda não estejam representados. Não estou apenas a falar em nome de Malta, país ao qual foi atribuído o 6.º lugar, mas também em relação a todos os outros países que se encontram na mesma situação. É um facto que há obrigações jurídicas e de ordem constitucional a ultrapassar para que os novos deputados ao Parlamento Europeu possam tomar os lugares que por direito lhes pertencem. Por outro lado, o tempo que decorreu desde as eleições do PE em Junho de 2009 ilustra como a UE se tornou uma estrutura pesada que leva meses, se não anos, para levar a efeito partes do Tratado de Lisboa que, finalmente, foi aprovado há menos de seis meses. À parte as falhas na representação dos países em questão, existe um outro elemento que, na minha opinião, exige atenção imediata. Refiro-me ao elemento humano. Dezoito futuros deputados estarão, seguramente, a atravessar um período muito difícil das suas vidas, especialmente do ponto de vista psicológico. Tenho a certeza de que não há um único deputado presente neste hemiciclo que não compreenda a situação difícil destes dezoito políticos.

**Krzysztof Lisek (PPE)**, *por escrito.* – (PL) Na minha opinião, o Parlamento Europeu tem a obrigação de decidir tão depressa quanto possível sobre esta questão, por forma a permitir que os nossos futuros colegas, que foram democraticamente eleitos, tomem os seus lugares. Este é um ponto extremamente importante, não só por eles, mas principalmente por uma questão de respeito pelas decisões tomadas pelos seus eleitores. Não os podemos obrigar a esperar mais.

Todos os nossos novos colegas devem ser escolhidos em eleições democráticas. Estou ciente de que, actualmente, existem diferenças significativas entre as regras eleitorais dos vários Estados-Membros. Assim sendo, devo dizer que espero que esta situação nos motive para dar início a um diálogo sobre harmonização dos processos eleitorais nos Estados-Membros da UE.

**Indrek Tarand (Verts/ALE)**, *por escrito.* – (EN) Gostaríamos de agradecer ao relator o seu excelente trabalho. Lamentamos, no entanto, a decisão francesa de alterar a vontade original do eleitorado europeu ao nomear novos deputados ao Parlamento Europeu de entre os deputados à Assembleia Nacional. *Ceterum censeo* – a França decidiu vender um navio de guerra de classe Mistral à Rússia; estamos em crer que lamentará sinceramente a sua acção.

**PRESIDÊNCIA: BUZEK***Presidente***18. Preparação da Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo da zona Euro de 7 de Maio 2010 (debate)**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a declaração do Conselho e da Comissão sobre a preparação da Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo da zona Euro de 7 de Maio 2010.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhor Presidente, esta semana, no dia 7 de Maio, terá lugar uma reunião de Chefes de Estado ou de Governo da zona euro, e este é o debate, no Parlamento Europeu, que se debruça sobre tão importante reunião. O objectivo da reunião será a formalização do acordo alcançado sobre os empréstimos à Grécia, o pacote de apoio financeiro à Grécia para fazer face à grave situação financeira deste país da zona euro, e também fazer uma reflexão sobre as lições que podem ser retiradas desta situação e destes acordos em relação ao futuro da zona euro e de toda a União Europeia.

O que os Chefes de Estado ou de Governo vão fazer na sexta-feira é confirmar a solução financeira que a União Europeia encontrou para a Grécia. Por outras palavras, vai formalizar o compromisso – que nesta fase é um compromisso político – assumido na reunião de Chefes de Estado ou de Governo em 11 de Fevereiro, o compromisso de apoiar a Grécia na resolução desta difícil situação financeira.

Por conseguinte, o que os Chefes de Estado ou de Governo vão fazer na sexta-feira é apresentar, expor e acordar a disponibilidade dos 15 outros Estados-Membros da zona euro para que a Grécia receba esta ajuda, estes empréstimos, uma vez que o seu Governo aprovou um duro programa de ajustamentos económicos e financeiros. Estes empréstimos visam garantir a estabilidade financeira da Grécia e a estabilidade financeira da zona euro no seu conjunto, algo que foi acordado politicamente, não só para o caso da Grécia, mas acordado politicamente, em 11 de Fevereiro, numa resolução dos Chefes de Estado ou de Governo da União Europeia.

Esta é uma importante decisão, política e historicamente falando, na medida em que é essencial para a credibilidade da zona euro e para a credibilidade externa, do ponto de vista financeiro, de toda a União. É importante para a consolidação fiscal exigida pelos Tratados da União Europeia - consolidação fiscal na zona euro e em toda a União – e é extremamente importante para consolidar uma efectiva e duradoura recuperação económica na União Europeia.

Hoje, o Comissário Rehn, aqui presente, publicou as previsões da Comissão para 2010-2011, enviando uma mensagem de recuperação económica gradual para a União Europeia. As previsões da Comissão confirmam que a recuperação económica é uma realidade na União Europeia e que, após ter experimentado uma das maiores recessões na sua história, se prevê que a União Europeia, no seu conjunto, tenha um crescimento de 1% em 2010 – este ano – e de 1,75% em 2011.

Por conseguinte, a recessão económica terminou na União Europeia e a retoma económica teve início no terceiro trimestre do ano passado. O Plano Europeu de Recuperação Económica e as decisões tomadas pelos Estados-Membros contribuíram claramente para que assim fosse, injectando montantes elevados nas economias dos vários países, dinheiro esse que proveio dos orçamentos dos Estados-Membros e da União Europeia, através do referido Plano Europeu de Recuperação Económica. Esta é uma das razões por que – volto a dizê-lo – depois de passar por uma das maiores recessões da sua história, começamos já a ver sinais de recuperação económica na União.

São estas as previsões da Comissão Europeia, e não há dúvida de que a decisão de conceder empréstimos à Grécia deu um contributo decisivo no sentido de assegurar que a recuperação económica na zona euro e em toda a União Europeia seja tão efectiva quanto duradoura.

Entendemos que a União Europeia reagiu bem à actual situação económica, à crise económica, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para dar uma resposta à altura. Concretamente, pensamos que respondeu bem à situação financeira por demais grave da Grécia, pois, definitivamente, o que a União Europeia fez nestes meses foi avançar claramente na direcção do que começámos a chamar de governança económica ou governo económico da União. Foram dados passos claros, que num determinado momento poderão ter parecido lentos, demasiado lentos, mas a verdade é que foram dados de forma segura e determinada e que culminarão na sexta-feira na reunião de Chefes de Estado ou de Governo.

Consideramos que a governança económica, o governo económico da União carece de fundações sólidas. A primeira destas tem a ver com as responsabilidades decorrentes dos compromissos assumidos, por exemplo, quando se assina e ratifica um Tratado sobre a União Europeia. A segunda prende-se com a solidariedade, um princípio que está no cerne da União Europeia e de todas as suas políticas. A terceira tem a ver com a coordenação da consolidação fiscal, a coordenação da representação externa da União Europeia – por exemplo, tendo em vista as reuniões do G20 – e a coordenação em matéria de crescimento e de soluções para a crise. Estou convencido de que este será o sentido do documento que o Senhor Comissário Rehn está a preparar sobre o assunto e que irá apresentar à Comissão no dia 12 de Maio.

Por último, gostaria de dizer que a governança económica da União que está a ser preparada e desenvolvida, e para a qual estão a ser lançadas as fundações na União Europeia, exige instrumentos eficazes, bem como um elemento de supervisão. Estou certo de que o documento que a Comissão Europeia está a preparar remeterá para isto mesmo. Precisamos de qualidade nas finanças públicas. Precisamos de supervisão do sistema financeiro, uma supervisão europeia do sistema financeiro, e a este respeito gostaria de exortar o Parlamento Europeu a aprovar um pacote de supervisão financeira logo que possível. Este pacote deverá compreender regulamentos e directivas que estão a ser objecto de debate neste Parlamento, e que serão debatidos na comissão competente nos próximos dias e depois na respectiva sessão plenária.

Impõem-se também mecanismos passíveis de impedir eventuais crises e precisamos ainda – como disse antes – da capacidade para falar a uma só voz na representação externa da União Europeia – refiro-me neste caso claramente às reuniões do G20. Creio que estes são passos que estão a ser dados rumo ao governo ou governança económica da União; a ajuda e os empréstimos à Grécia fazem parte disso, razão por que considero que a União Europeia não só vai no bom caminho, como avança com firmeza.

Estou certo de que os Chefes de Estado ou de Governo aprovarão este pacote de ajuda financeira à Grécia, que é, em suma, como diziam na sua declaração de 11 de Fevereiro, uma aposta na estabilidade financeira, na estabilidade económica da zona euro e de toda a União Europeia.

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, foi-me pedido que fizesse uma declaração perante esta Assembleia antes da reunião de sexta-feira dos Chefes de Estado ou de Governo da zona euro.

Permitam-me que, em primeiro lugar, expresse as minhas condolências às famílias das vítimas da violência ocorrida hoje em Atenas. Discordar e protestar é um direito dos cidadãos nas nossas sociedades democráticas, mas nada pode justificar o recurso à violência.

Permitam-me que fale do pacote de apoio financeiro à Grécia aprovado no domingo passado. A seguir, exporei algumas das minhas opiniões sobre o que há a fazer para impedir a repetição de uma crise deste tipo.

No que se refere à Grécia, foi aprovado pelas autoridades gregas um programa plurianual de consolidação fiscal e reformas estruturais. Este foi preparado em conjunto com a Comissão, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

O Governo grego apresentou um pacote sólido e credível que orientará a sua economia num caminho sustentável e ajudará na recuperação da confiança. É importante que reconheçamos a coragem que o Primeiro-Ministro Papandreou e o seu Governo demonstraram.

A Grécia terá de envidar duros esforços, mas todos nós sabemos que não há alternativas para tais esforços.

Em contrapartida, na sequência da recomendação da Comissão e do Banco Central Europeu, foi activado, numa acção coordenada, o mecanismo europeu de ajuda à Grécia. Este é um acto de solidariedade sem precedentes, sem igual em todo o mundo.

Esta ajuda será decisiva para que a Grécia possa reconduzir a sua economia ao bom caminho e preservará a estabilidade financeira da zona euro no seu todo.

Permitam-me salientar que a Comissão garantiu que este mecanismo, embora tendo por base empréstimos bilaterais, fosse de carácter europeu. A Comissão contribuiu para a sua criação e terá um papel importante na sua gestão e implementação.

A Comissão é, e continuará a ser, fundamental na avaliação do cumprimento por parte da Grécia das condições inerentes ao pacote de ajuda. A Comissão também irá gerir os empréstimos bilaterais provenientes dos Estados-Membros.



No final da semana, já teremos uma massa crítica de Estados-Membros que completaram o processo de concessão de empréstimos bilaterais à Grécia. Estou firmemente convicto de que o apoio financeiro sem precedentes prestado à Grécia – 110 mil milhões de euros – e o programa de ajustamento são uma resposta adequada à crise que se vive nesse país. Não temos razão para duvidar de que será solidamente implementado quer pela Grécia quer pelos Estados-Membros da zona euro.

Esta visão é partilhada por outros que têm peso nesta matéria. Reparei, por exemplo, na declaração favorável dos presidentes anteriores, actuais e futuros dos Ministros das Finanças dos G20, emitida mesmo agora. Lamentavelmente, nem todos os actores do mercado parecem estar já convencidos. Temos de dizer alto e bom som que os cépticos estão errados. Voltarei a esta questão daqui a pouco.

Na reunião dos Chefes de Estado ou de Governo de sexta-feira, olharemos um pouco para além deste caso em particular e procuraremos retirar as lições certas desta situação. O debate constituirá com certeza um ponto de partida, pois as decisões precisam de ser debatidas de forma mais aprofundada e, numa fase final, tomadas com todos os 27 Estados-Membros – os Estados-Membros da zona euro mas também todos os outros Estados-Membros da União Europeia. Permitam-me dizer isto muito claramente: discutir e tomar decisões a 27 é uma fonte de força.

Muito embora tenhamos de acelerar os nossos processos, o facto é que a acção conjunta dos 27 – sem paralelo em qualquer parte do mundo – oferece a melhor fundação possível para o nosso futuro conjunto num mundo cada vez mais interligado.

Pessoalmente, considero dois vectores principais de reflexão e acção: em primeiro lugar, uma reavaliação das regras de governança económica, incluindo o Pacto de Estabilidade e Crescimento e, em segundo lugar, a reforma dos mercados financeiros.

A Comissão tem trabalhado intensamente no domínio da governança económica e está disposta a apresentar as suas propostas relativas à introdução de melhorias nesta área, na próxima quarta-feira. Há três grandes elementos constitutivos a considerar. Em primeiro lugar, responsabilidade: precisamos de reforçar o Pacto de Estabilidade e Crescimento e, sobretudo, o seu cumprimento por parte dos Estados-Membros. A questão do reforço da vertente tanto preventiva como correctiva do Pacto é óbvia. Regozijo-me com o facto de a maioria daqueles que anteriormente questionaram o Pacto – ou inclusive sugeriram o seu enfraquecimento – aceitarem agora a necessidade de regras mais fortes e – sobretudo – da sua rigorosa implementação.

Em segundo lugar, interdependência: estamos todos no mesmo barco. Creio que a crise nos mostrou claramente que precisamos de fazer face aos desequilíbrios existentes entre os nossos Estados-Membros, nomeadamente na zona euro. Isto inclui divergências na sua competitividade, uma vez que este é um elemento crucial que causa outros tipos de desequilíbrios.

Isto não quer dizer, como é evidente, que alguns se tornem menos competitivos para que outros pareçam relativamente mais competitivos. Todos nós competimos em mercados mundiais. O que precisamos é de fortalecer a nossa competitividade global de uma forma equilibrada e mutuamente revitalizante. Pessoalmente, também considero que se impõe atentar noutras causas de desequilíbrios. Para que possamos fazer progressos, proporemos uma maior supervisão e uma maior coordenação em matéria de política económica. Registo também com prazer a maior abertura visível nos Estados-Membros face a estes aspectos.

Em terceiro lugar, coerência: temos de nos perguntar a nós próprios se os nossos sistemas fiscais são satisfatórios. Vejo com bons olhos a criação de um mecanismo permanente para lidar com situações irregulares. Afinal de contas, mais vale prevenir do que remediar.

Espero que possamos aproveitar o momento – e conto convosco para nos ajudarem a executar estas reformas. Penso que, numa perspectiva política, em termos de integração europeia, nos encontramos num daqueles momentos em que, se não erguermos a Europa, ficaremos para trás. Não podemos parar! Este é um momento muito especial, o momento que hoje vivemos na Europa, em que a nossa solidariedade, a nossa responsabilidade, está a ser testada todos os dias. Espero que os dirigentes dos nossos Estados-Membros possam estar à altura da situação, não apenas para ajudar os outros mas para mostrar o seu sentido de responsabilidade diante do nosso projecto comum europeu.

Estas reformas serão introduzidas num contexto de esforços sem precedentes já em curso. Os níveis de défice e de endividamento nalguns Estados-Membros precisam de ser corrigidos com determinação e, sem sombra de dúvida, mais rapidamente do que o previsto antes da crise.

Todavia, cabe também dizer que não podemos ignorar que a deterioração orçamental de 2009 se ficou a dever largamente ao funcionamento dos estabilizadores automáticos perante um declínio sem precedentes na actividade económica causado por uma crise financeira que não teve origem na Europa. Por outras palavras, a situação global na zona euro foi em grande medida o resultado de políticas anti-recessão defendidas em todo o mundo.

Sempre esteve claro que a situação seria posteriormente corrigida, e a verdade é que a maioria dos países da zona euro já procedeu a grandes reformas, por exemplo, nos seus sistemas de pensões. O sentido de responsabilidade demonstrado pelos governos precisa de ser correspondido por parte dos actores dos mercados financeiros. Por essa razão, não é menos urgente continuar a desenvolver um sistema financeiro sustentável e responsável, ao serviço da economia e dos seus cidadãos.

Há que ter em mente que os actores dos mercados financeiros são actores-chave na condução do sentimento dos mercados. A psicologia também é importante nos mercados. A crise financeira teve origem na lógica do curto prazo (*short-termism*), na pró-ciclicidade e numa falta de sentido de responsabilidade. Estes elementos terão de ser urgentemente corrigidos.

Precisamos de mercados de serviços financeiros europeus fortes e estáveis para gerar os investimentos necessários ao futuro crescimento, em consonância com a visão Europa 2020. Impõe-se um comportamento responsável por parte dos nossos actores de mercado. Muito já se tem feito no que respeita à reforma dos mercados financeiros. Conto com esta Assembleia para deixar isso claro junto de todos.

As instituições financeiras estão a desenvolver uma acção, e devem desenvolvê-la claramente em conjunto: Parlamento, Conselho e Comissão. Demos prioridade ao trabalho relacionado com a gestão responsável do risco, mercados de derivados mais seguros, melhor supervisão financeira e garantia de que os bancos dispõem do capital adequado para cobrir os seus verdadeiros riscos. Este trabalho tem de ser acelerado.

Nas próximas semanas, precisaremos de completar as reformas já em curso. Como disse a esta Assembleia há apenas duas semanas, espero ver em breve um grande avanço na nossa proposta relativa aos fundos de investimento especulativo e capital de risco.

Gostaria também de um acordo inicial sobre regimes efectivos de supervisão. O Comité Europeu do Risco Sistémico e as três autoridades de supervisão deverão começar a trabalhar no início de 2011.

Mas não devem ser meros tigres de papel: temos a responsabilidade comum de assegurar que dispõem dos instrumentos de que necessitam para fazer o seu trabalho. Isto inclui poderes de decisão vinculativos para fazer face a verdadeiras emergências, para fazer aplicar normas europeias – e insisto em normas europeias e não apenas normas nacionais – e resolver quaisquer diferendos no seio dos colégios de entidades supervisoras nacionais. É bem tempo de tomar estas decisões e garantir que são ambiciosas.

Ainda este ano serão apresentadas mais propostas com vista a melhorar a protecção do depositante e investidor, a reforçar as medidas contra os abusos de mercados, a melhorar mais a qualidade e a quantidade de capital bancário e a desencorajar a alavancagem excessiva.

Ao longo dos últimos três meses, e paradoxalmente, ainda esta semana, a situação dos mercados de dívida soberana trouxe a lume novas preocupações. A Comissão já está a trabalhar numa revisão de base dos mercados de derivados a fim de aumentar a sua transparência e segurança. Numa primeira fase, apresentaremos legislação para normalizar os contratos elegíveis de derivados, submetendo-os à compensação de uma contraparte central que seja devidamente regulada e supervisionada. Estamos também a considerar se serão precisas mais medidas para os mercados de derivados relativos à dívida soberana.

A crise também trouxe, mais uma vez, para a linha da frente o papel das agências de notação. Estas agências desempenham um papel fundamental no funcionamento dos mercados financeiros, mas as notações parecem ser demasiado cíclicas, demasiado dependentes do sentimento geral do mercado e não dos princípios fundamentais – independentemente de o sentimento do mercado ser demasiado optimista ou demasiado pessimista. Atendendo a que as agências de notação de crédito têm uma influência e um papel tão determinante nos mercados, também têm uma responsabilidade especial em garantir que as suas avaliações sejam sólidas e abrangentes. Daí que a Comissão, em 2008, tenha rapidamente apresentado nova legislação para estas agências, que entrará em vigor nos próximos meses.

Estas regras vão garantir que as agências de notação actuem de forma mais transparente, publiquem as suas metodologias e evitem conflitos de interesses, mas a verdade é que temos de ir mais longe. Para reforçar a supervisão destes actores que operam à escala europeia, a Comissão considera que devem ser subordinados

à supervisão directa da futura Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, e é exactamente isso que proporemos.

Lançámos também uma reflexão sobre a necessidade, ou não, de outras medidas tendentes a assegurar a notação adequada da dívida soberana em particular. Temos de pôr a nossa casa em ordem enquanto incentivamos os outros a fazerem o mesmo.

A Comissão fará tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar que os mercados financeiros não são um recreio de especulação. Os mercados livres constituem a base para o funcionamento de economias de sucesso, mas os mercados livre precisam de regras e conformidade, e as regras e a conformidade têm de ser exigentes no caso de comportamentos irresponsáveis porem em risco o que não pode nem deve estar em risco.

O comportamento do mercado deve assentar em análises sólidas e objectivas, e os serviços financeiros têm de compreender que são exactamente isso: um serviço, não um fim em si. Não podem desligar-se da sua função económica e societal. Na realidade, os actores dos mercados financeiros ainda estão a trabalhar, porque as autoridades reguladoras e as instituições democráticas – em última análise os contribuintes – estabilizaram os mercados na crise financeira.

Nós actuámos com rapidez, na altura, e precisamente por essa razão, actuaremos também com rapidez no futuro. Logo, a mensagem da reunião de sexta-feira dos Chefes de Estado ou de Governo do Eurogrupo deve ser clara, e será clara: faremos o que for necessário – em todas as frentes.

**Presidente.** – Gostaríamos de nos associar às condolências expressas pelo Presidente José Manuel Barroso na sua intervenção Os acontecimentos a que o Presidente Barroso se referia tiveram lugar, hoje, na Grécia. Acalentamos uma forte esperança de que o impasse na Grécia seja superado. Os recentes problemas neste país suscitaram a preocupação e interesse de todos os deputados do Parlamento Europeu.

**Joseph Daul,** *em nome do Grupo PPE.* – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos a atravessar na Europa um período particularmente difícil com a grave crise na Grécia, as suas consequências sobre os cidadãos e, como foi dito, consequências trágicas e dramáticas, com os défices que se acumulam na maior parte dos nossos Estados-Membros, com uma resposta europeia que nem sempre está à altura das nossas esperanças, mas que tem o mérito de, pelo menos, existir.

Hoje chegou o momento de os europeus retirarem as lições destes acontecimentos e apelarem a reformas profundas da governação europeia. Reformas para que os nossos países parem de decidir sozinhos, sem concertação com os seus parceiros – com os quais, no entanto, partilham uma moeda, valores e, por conseguinte, um destino comum – sobre as suas prioridades orçamentais, as suas prioridades fiscais e as suas prioridades sociais. Reformas nas mentalidades das pessoas para que os nossos partidos, os nossos ministros, os nossos colegas nacionais parem de denegrir sistematicamente o que é decidido na Europa, quando eles próprios participaram nessas decisões.

Será possível que continuemos durante muito mais tempo a apelar à solidariedade dos nossos parceiros quando experimentamos dificuldades e a ignorá-los quando a situação regressa à normalidade? Será possível que continuemos ainda a pedir ajudas substanciais aos nossos parceiros sem sermos capazes de garantir total transparência na apresentação das contas públicas? Por último, será possível que continuemos ainda a ficar surpreendidos diante das questões que se colocam repetidamente quando se apela à solidariedade entre os povos, entre os quais há uns que trabalham 35 horas e se reformam antes dos 60 anos de idade, e outros que trabalham 48 horas e se reformam aos 67? Não creio. Pelo contrário, penso que chegou a hora de colocar as verdadeiras questões e de lhes dar as verdadeiras respostas.

Essas respostas não são, na sua maior parte, nacionais, mas sim europeias no mundo em que vivemos. Estas respostas não resultam da demagogia, mas da responsabilidade e do bom senso. Estas respostas são da nossa responsabilidade; cumpre-nos dá-las sem hesitar, pois se não o fizermos, elas impor-se-ão mais depressa do que imaginamos. Não só os nossos povos poderão acusar-nos – e justamente – de não termos cumprido o nosso dever, de não lhes termos dito a verdade, como terão de suportar decisões ainda mais dolorosas do que as que têm de ser tomadas actualmente. Cabe-nos, muito explicitamente, apelar a uma Europa económica, uma Europa social e uma Europa fiscal, o que requer medidas muito concretas da parte dos governos tanto de direita como de esquerda.

Será que o Conselho ouve este discurso? Seremos capazes de o tornar bem audível? Ponho a questão ao senhor deputado Verhofstadt, que tem alguma experiência deste Conselho. Pensa que é possível ter no Conselho um bom interlocutor? Será este discurso retomado pela Comissão? Espero que sim, e insto-o

fortemente, Senhor Presidente José Manuel Barroso, a fazê-lo: peço-lhe, enquanto guardião dos Tratados, que garanta que as decisões que tomamos sejam realmente bem aplicadas pelos Estados-Membros. Constatamos, por exemplo, em relação à Directiva "Serviços", que está longe de ser esse o caso. Trata-se de uma oportunidade perdida, em termos de crescimento, que não poderemos continuar a permitir.

Senhoras e Senhores Deputados, não sou um idealista. Não me tenho na conta de um ingénuo, mas creio que, em relação à Europa, chegou o momento da verdade, e proponho que enfrentemos estes desafios com coragem, com sentido de responsabilidade, como o fizeram os pais da Europa, esses pais fundadores da Europa que não hesitaram em tomar decisões corajosas e visionárias – Schuman, De Gasperi, Adenauer e outros – há 60 anos atrás. Devemos seguir-lhes o exemplo: eles não esperaram; eles não realizaram um referendo. Eles agarraram na sua coragem política, com as duas mãos, para responder às questões fundamentais que se levantaram.

Senhoras e Senhores Deputados, a crise que nós vivemos pode ser salutar se tivermos a coragem de tomar boas medidas, mas pode ser extremamente grave se passarmos ao lado das reformas que se impõem. Precisamos urgentemente de uma governança económica e social; precisamos urgentemente de uma adaptação das regras fiscais. E, por último, precisamos de ter cuidado para não criar um fosso artificial entre os Estados-Membros da Europa e os outros. A solidariedade europeia aplica-se ao conjunto dos 27 países. Exorto os Senhores, Membros do Conselho, a ver a Europa como ela realmente é. Exorto-os a realizar estudos sobre o que nos acontecerá se, amanhã, a França e outros países se depararem com as mesmas dificuldades que a Grécia. O que será do nosso euro? O que poderemos fazer pelos nossos cidadãos europeus?

Muito obrigado pela vossa atenção. Partilhamos esta responsabilidade e o tempo não vai parar para esperar por nós.

**Presidente.** – Reparei que o senhor deputado Madlener pediu a palavra ao abrigo do procedimento "cartão azul". Contudo, já figura na lista de oradores. Tenho aqui registado o senhor deputado Barry Madlener como orador. Dar-lhe-ei a palavra dentro de alguns minutos. Prometo-lhe que terá oportunidade de intervir.

**Maria Badia i Cutchet**, em nome do Grupo S&D. – (ES) Senhor Presidente, antes de mais permita-me que expresse, em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, a nossa total solidariedade para com o povo grego, na sequência das mortes que hoje ocorreram. Gostaria também de exortar a um regresso à calma e de dizer ao povo grego que estamos ao seu lado e que terá o nosso apoio nos esforços que está a envidar nesta longa e difícil prova por que está a passar.

Gostaria de me dirigir especialmente ao Senhor Primeiro-Ministro, Georgios Papandreou, e de o encorajar na sua firmeza e coragem política e no duro trabalho que está a desenvolver para salvar o futuro do seu país.

Nos próximos meses e anos, esperamos que a União Europeia faça tudo o que estiver ao seu alcance para apoiar os processos de reformas que são necessários. Não podemos continuar, simplesmente, a desempenhar um papel de monitorização. A União Europeia deverá desempenhar um papel nas reformas e apoiá-las. O êxito do processo de transformação deverá constituir um êxito conjunto para todos, numa Europa unida, invocando um destino comum. Para o conseguir, é preciso que os instrumentos europeus e orçamentais sejam devidamente mobilizados, proporcionando a todos a ajuda e a assistência possíveis neste período difícil.

Para além disso, para além da crise grega, penso que podemos concluir que as últimas semanas foram muito esclarecedoras. Temos de usar tudo o que aprendemos para reforçar a governação económica e construir uma União Europeia que não seja apenas monetária, mas seja também verdadeiramente económica. Algo que era inconcebível no tempo de Jacques Delors tornou-se agora inevitável, e deveremos estar à altura das exigências do nosso tempo.

A fim de alcançar todos estes ambiciosos objectivos, é preciso que, primeiro, aprendamos a trabalhar em conjunto. O Pacto de Estabilidade e Crescimento foi um dos elementos que mais pôs a nu a necessidade de coordenarmos as nossas políticas económicas. A coordenação das nossas políticas económicas deverá ser activa e eficaz e centrar-se em processos de crescimento sustentável e firme, que sejam partilhados por todos e que garantam o emprego. Esperamos que a Comissão Europeia apresente em breve propostas a este respeito que vão para além da mera lógica repressiva. É preciso que aprendamos a construir e a crescer em conjunto.

Senhor Presidente José Manuel Barroso, espero que compreenda a necessidade urgente de fazer o máximo uso do papel que a Comissão pode desempenhar nesta fase.

Em segundo lugar, é preciso que nos dotemos dos mecanismos necessários para fazer face à crise. É mais do que tempo de o Conselho aprovar a criação de um mecanismo europeu de estabilização financeira, cuja proposta foi aprovada em Março pelos Primeiros-Ministros e líderes do Partido Socialista Europeu. É preciso que condenemos a atitude agressiva e especulativa de alguns agentes financeiros, mas é igualmente necessário que compreendamos que concebemos um sistema monetário que é insuficiente em tempos de crise.

Em terceiro lugar, cumpre desenvolver um novo conceito de solidariedade europeia. Ou rumamos a um destino comum, ou será preciso que nos resignemos a sucumbir diante da dinâmica negativa do egoísmo nacional e da concorrência destrutiva entre nós. Não podemos afirmar querer viver em conjunto, quando, ao mesmo tempo, defendemos, na prática, que devemos actuar de forma independente. A actual crise constitui um verdadeiro teste, e é preciso que compreendamos bem todo o seu significado.

Em quarto lugar, urge que atribuamos a devida importância à esfera financeira. Nas próximas semanas e meses, teremos a oportunidade, no Parlamento, de tomar posição a respeito de uma série de propostas legislativas de enorme importância, como as relativas aos fundos especulativos (*hedge funds*) e à supervisão financeira.

Exorto todas as instituições a apoiar-nos nesta abordagem responsável, a fim de garantir que a Europa crie rapidamente um sistema sólido de regulação e de fiscalização. Esperamos que, trabalhando em conjunto, possamos criar igualmente um imposto sobre as transacções financeiras, de modo a que as entidades financeiras dêem um contributo justo para o esforço económico que todos nós tivemos de suportar.

O futuro da Grécia dependerá, em grande medida, do crescimento dos seus vizinhos – nós -, que são os seus principais parceiros económicos. Se não formos capazes de enfrentar os desafios já identificados na Estratégia UE 2020, se não formos capazes de dar substância a uma agenda política comum e se as nossas economias ficarem condenadas a um crescimento lento, com poucas oportunidades de emprego, não teremos possibilidade de evitar futuros ataques, que poderão ser ainda mais graves e difíceis de combater.

Está em causa o futuro do nosso continente. O futuro da Europa depende da nossa inteligência, da nossa solidariedade e da nossa firmeza.

**Guy Verhofstadt**, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, permita-me que comece por dizer que espero - como penso que acontece com os meus colegas e com o Presidente da Comissão - que o sistema que concebemos funcione. Tive as minhas dúvidas desde o início e critiquei o sistema de empréstimos bilaterais, mas isso não significa que não espere que o sistema funcione e trave a especulação contra o euro.

Isso porque, paulatinamente – Senhoras e Senhores Deputados – foi-se gerando especulação contra o euro e um ataque à nossa moeda, e não se tratou apenas de um ataque à Grécia, ou de um ataque relacionado com o estado das finanças públicas na Grécia. Por conseguinte, o que está em causa é muito mais grave e muito mais generalizado. Pela parte que me toca, espero que este sistema, uma vez formalizado em 7 de Maio, possa cumprir o seu objectivo, pela simples razão de que não dispomos de qualquer outro instrumento. Não dispomos de outro instrumento. Assim, este sistema tem de funcionar, e terá de ser apoiado.

No entanto, é igualmente importante – e esse é o meu segundo comentário – ter bem claro que, num futuro próximo, não será possível recorrer ao mesmo a cada instante. Será necessário dispor, o mais rapidamente possível, de um mecanismo estrutural; talvez não para os próximos meses, mas certamente para os próximos anos, visto que voltaremos a encontrar, de futuro, situações como esta. Para além disso, se amanhã quisermos ter acesso a um mecanismo estrutural, será preciso ter presente o seguinte: é forçoso retirar as devidas lições dos acontecimentos dos últimos cinco meses. Precisámos de cinco meses para criar um mecanismo: três meses para tomar uma decisão sobre o princípio subjacente ao mesmo e, depois, outros dois meses para decidir sobre as suas condições. Porquê? Porque usamos um sistema intergovernamental!

Uma vez mais, acredito que a primeira lição a retirar para o futuro é a da necessidade de acompanharmos a Comissão na sua abordagem comunitária. Isso, porque a Comissão havia proposto um empréstimo europeu: este poderia ter sido aprovado imediatamente, em Dezembro ou Janeiro, e poderia estar a produzir efeitos já hoje e a travar a especulação contra o euro.

Assim, espero que no dia 7 de Maio a primeira lição a retirar de tudo o que aconteceu ao logo dos últimos cinco meses se traduza – na esperança de que tudo funcione bem – em pedir à Comissão que proponha um empréstimo europeu, que permita travar de imediato a especulação contra o euro, pois toda a credibilidade e liquidez da União Europeia assentam nessa proposta, o que não acontece num sistema intergovernamental, no qual 16 países devem dizer "sim", 16 parlamentos, talvez, devem dizer "sim", e assim por diante.

Espero igualmente que – embora o Senhor Comissário Olli Rehn já tenha começado a apresentar propostas – a segunda lição a retirar de tudo o que aconteceu se traduza na introdução de um certo número de reformas estruturais, a saber: um capítulo preventivo no Pacto de Estabilidade e Crescimento – que o Senhor Comissário Olli Rehn propôs –; um fundo monetário europeu; um mecanismo estrutural que possa ser utilizado de imediato; e, em terceiro lugar, uma Estratégia UE 2020 que seja muito mais robusta do que a colocada hoje no papel.

São igualmente necessárias reformas no que se respeita às agências de notação de risco, ainda que estas funcionem como os serviços de previsão meteorológica: ou são demasiado flexíveis e pretendemos que sejam ligeiramente mais inflexíveis, ou são demasiado inflexíveis e desejamos que sejam um pouco mais flexíveis. No entanto, uma iniciativa a nível europeu é decididamente uma boa ideia que deverá ser criteriosamente estudada.

Por último – e este é o meu derradeiro comentário, Senhor Presidente –, exorto a Presidência espanhola a aprovar muito rapidamente a supervisão financeira. Lamento, Senhor Deputado López Garrido, mas a culpa não é nossa, é do Conselho! Não estarei eu certo ao pensar que foi o Conselho que alterou as propostas da Comissão? Algumas propostas apresentadas pela Comissão foram criticadas, mas ainda assim eram mais ambiciosas do que as do Conselho. Temos sido nós, por enquanto, quem tem vindo a refazer o trabalho da Comissão, e tenho uma proposta válida a apresentar.

Se quiserem que a supervisão financeira e as propostas sejam aplicadas no prazo de um mês, então aprovem rapidamente, juntamente com o Conselho e o Ecofin, as alterações que o Parlamento vos vai apresentar nos próximos dias. A sua aprovação não tomará tempo algum, e a supervisão financeira será aplicada. Espero que possam veicular esta informação aos vossos colegas do Ecofin, que, muito simplesmente, delinearam, na sua proposta, um sistema destinado a evitar a supervisão financeira estabelecida pela Comissão.

**Daniel Cohn-Bendit**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, prosseguirei na linha da intervenção do senhor deputado Guy Verhofstadt. É evidente que temos andado à deriva nos últimos quatro meses. É evidente que cometemos erros. É evidente que, ao andar à deriva, instigámos os mercados e a especulação. Os membros do Conselho que são responsáveis deveriam pelo menos admiti-lo! Deveriam dizer: "Somos nós os culpados! Fomos nós! A culpa é nossa!" Não me interessa como são conhecidos ou o que fazem na vida Angela Merkel e Nicolas Sarkozy, mas como todos puderam ler nos jornais: é necessário agir de imediato. Este é o primeiro aspecto que pretendo abordar.

Em segundo lugar, é preciso que se compreenda pelo menos o seguinte: a tarefa que o Governo de Georgios Papandreou tem pela frente raia o impossível. Exorto o Ecofin e os Chefes de Estado e de Governo a tomarem consciência de que os seus próprios países são incapazes de levar a cabo reformas. De quanto tempo precisa a França para reformar o seu sistema de pensões? De quanto tempo precisa a Alemanha para gerar pensões? E agora pede-se ao Primeiro-Ministro Georgios Papandreou que mude tudo em três meses. Estão todos completamente loucos!

Os acontecimentos que presentemente se vivem na Grécia provam que assim é. Não se está a dar à Grécia – ou melhor ao Primeiro-Ministro Georgios Papandreou – tempo suficiente para gerar consensos no seu país. Ninguém na Grécia se identifica com o Estado. A política seguida traduz-se na expressão "cada um por si", o que é lamentável, e as décadas de corrupção no país são também responsáveis pela actual situação. No entanto, é forçoso gerar coesão. É preciso criar coesão e não diminuí-la!

Verão, em Espanha, o que acontecerá se tiverem problemas. Verão também em Portugal o que acontecerá se tiverem problemas. O Presidente José Manuel Barroso sabe bem disso, uma vez que perdeu as eleições dessa forma. Por conseguinte – não, nunca perdeu uma eleição –, o que pretendo dizer é que temos de ter sentido de responsabilidade e não devemos exigir o impossível. Tenho a impressão de que alturas houve em que as pessoas diziam, e se ouvia: "quero o meu dinheiro de volta". Hoje, tenho a impressão de que, a nível governamental, o que está em causa é: "quero fazer dinheiro à custa da Grécia". Porque o problema também é esse: pedindo emprestado a 1,5% ou 3% e emprestando à Grécia a 3%, 5% ou 6%, há quem esteja a ganhar dinheiro à custa da Grécia. É inaceitável!

Para além disso, a Europa pode tomar iniciativas. Guy Verhofstadt tem razão quando fala de um fundo monetário europeu, de um fundo de investimento e solidariedade para a constituição de um empréstimo europeu. É preciso alterar os Tratados. Pois bem, Senhoras e Senhores Deputados, nós, nesta Assembleia temos a possibilidade de tomar a iniciativa de alterar os Tratados. Impõe-se que não esperemos pelo Conselho; este é incapaz de chegar a uma decisão. Tomemos nós a iniciativa, uma iniciativa comum desta Assembleia

com vista à alteração dos Tratados, para que, finalmente, exista um fundo monetário europeu, que possa efectivamente combater a especulação. Conseguimos fazê-lo; sim, conseguimos. Mãos à obra!

Gostaria agora de dizer algumas palavras sobre a forma como os acontecimentos na Grécia estão a ser geridos. Exorto a Comissão a envolver a Direcção-Geral do Emprego na gestão dos esforços, de molde a que possamos também aferir o que se passa na Grécia. Exorto o Conselho a dizer ao FML que envolva a Organização Internacional do Trabalho na gestão dos acontecimentos na Grécia, pois estão em causa seres humanos. Existem problemas de emprego, existem trabalhadores. Penso que não deverá ser apenas a finança a dar as cartas, mas também a OIT e a Direcção Geral do Emprego e Assuntos Sociais, pois há igualmente que ter em conta a segurança. Estas entidades deverão contrariar a loucura que, por vezes, caracteriza aqueles que tomam decisões meramente com base em considerações financeiras.

Um último aspecto. Há uma forma de apoiar o orçamento grego, e é simples: a União Europeia deverá tomar uma iniciativa com vista ao desarmamento da região. Por outras palavras, uma iniciativa política entre a Grécia e a Turquia que vise o desarmamento. Melhor ainda, uma iniciativa política para que as tropas russas ... as tropas gregas ... as tropas turcas – perdão – retirem do Norte de Chipre. É preciso que haja desarmamento. Uma coisa é certa: seja como for, as pessoas são hipócritas. Nos últimos meses, a França vendeu seis fragatas à Grécia por 2,5 mil milhões de euros, helicópteros no valor de mais de 400 milhões e alguns caças Rafale (um caça Rafale custa 100 milhões de euros). Infelizmente, os meus esforços de espionagem não me permitem afirmar se foram 10, 20 ou 30 caças Rafale, o que ascende a praticamente 3 mil milhões de euros. Depois, temos a Alemanha, que vendeu seis submarinos à Grécia nos últimos meses, com entrega prevista para os próximos anos, no valor de mil milhões de euros.

Trata-se de uma hipocrisia completa. Estamos a dar-lhes dinheiro para comprarem as nossas armas. Insto a Comissão a dar conta, aqui no Parlamento Europeu e no Conselho, de todas as vendas de armamento efectuadas por países europeus à Grécia e à Turquia ao longo dos últimos anos. É preciso que haja, pelo menos, alguma transparência. Ponham-nos a par! Pois bem, considero que, se quisermos agir com responsabilidade, é preciso que garantamos à Grécia a sua integridade territorial: a Grécia possui 100 000 soldados, mais de 100 000! A Alemanha dispõe de 200 000. É totalmente absurdo: um país com 11 milhões de habitantes possui 100 000 soldados! Apresentemos a questão à Grécia. Poderá ser muito mais eficaz do que cortar o salário de quem ganha 1 000 euros. Este é o meu pedido à Comissão: seja um pouco mais justa.

(Aplausos)

**Derk Jan Eppink**, em nome do Grupo ECR. – (NL) Senhor Presidente, na qualidade de anti-revolucionário confesso, intervirei de forma bastante menos acalorada do que o senhor deputado Cohn-Bendit, mas compreendo bem, agora, por que razão o ano de 1968 foi, para ele, um êxito; só me foi possível seguir os acontecimentos pela televisão, ainda criança.

Senhoras e Senhores Deputados, partilho das preocupações das populações europeias face aos actuais acontecimentos. Os aforradores e os pensionistas, por exemplo, perguntam-se para onde caminhamos. Essa pergunta e essas preocupações são legítimas. Um pacote de 110 mil milhões de euros é uma soma muito considerável.

Falámos inicialmente de 35 mil milhões de euros, depois de 60 mil milhões e agora de 110 mil milhões. Trata-se de uma soma muito elevada, e o pacote de austeridade na Grécia é igualmente considerável; no entanto, é preciso que não esqueçamos que a Grécia vive do crédito há demasiado tempo, com uma idade de reforma de 53 anos. Quem não gostaria disso? A questão é a de saber se a Grécia consegue ou não sair desta situação. Assistimos agora a greves, rebelião, tumultos, etc. Isso faz do problema grego um problema europeu, um problema nosso.

O problema em Atenas, Senhor Deputado Cohn-Bendit, afecta neerlandeses, flamengos, alemães – todos nós –, e os riscos de contaminação subsistem. Considero que a Grécia deveria ter sido expulsa da zona euro assim que foi descoberta a irregularidade nos valores orçamentais. Deveríamos ter estabelecido um limite, mas não o fizemos, e agora é preciso continuar a acalantar esperanças contra todas as expectativas de virmos a ser bem-sucedidos.

É igualmente necessário que rescrevamos a regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Este não proporciona nem estabilidade, nem, actualmente, crescimento económico. A meu ver, é imperioso reforçar a supervisão, a Comissão Europeia deve mostrar mais coragem, e deve existir uma fiscalização maior do cumprimento das regras, o que não tem acontecido nos últimos anos.

No entanto, a meu ver, é igualmente forçoso dispor de um processo de saída do euro para os países que não consigam manter-se na zona euro. Existe um procedimento de saída da União Europeia, mas não da zona euro, e considero que ser necessária essa opção, para que um país possa introduzir a sua própria divisa e desvalorizá-la, a fim de regressar à tona. Por que razão existe um procedimento explícito para sair da própria União Europeia, previsto no Tratado de Lisboa, mas não para sair da zona euro?

O Senhor Comissário Olli Rehn disse-me, da última vez, que a saída de um país da zona euro seria contrária a uma União cada vez mais estreita, porém, a Grécia está actualmente a mostrar onde se situam os limites desta União cada vez mais estreita. De súbito, temos um euro mais fraco e uma taxa de crescimento baixa. Senhoras e Senhores Deputados, ficámos reféns da teoria de uma União cada vez mais estreita. Mantemos reféns os contribuintes europeus, e estes sentem-se cada mais desconfortáveis a cada dia que passa; é preciso não o esquecer.

**Lothar Bisky**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é, evidentemente, necessário prestar assistência à Grécia. No entanto, a chamada operação de resgate enferma também de alguns absurdos. Com a Alemanha e a França a agirem como grandes potências, o processo de tomada de decisão quanto ao pacote de assistência ficou extremamente dispendioso e foi moroso.

Durante anos, os mercados financeiros foram sendo cada vez mais liberalizados, e hoje todos se surpreendem por a factura a pagar ser demasiado onerosa. Quem pagará agora o preço dos erros políticos? Os trabalhadores, o cidadão comum? Os bancos não estão sujeitos a qualquer obrigação. Não, uma vez mais são os contribuintes que terão de pagar a factura e de esgravatar no fundo dos seus bolsos para pagarem os lucros excessivos realizados pelos bancos. Uma vez mais, os trabalhadores por conta de outrem terão de aceitar cortes salariais. Com os ditames do Fundo Monetário Internacional, qualquer semelhança com um processo decisório democrático foi eliminada.

No caso do derrame de petróleo no Golfo do México, exortou-se à aplicação do princípio do poluidor-pagador. Considero-o correcto. Aqueles que escavam para obter dinheiro ou ouro deverão ser responsáveis pelos danos em casos de dúvida. De momento – pelo menos na Alemanha –, os bancos nem sequer têm de reembolsar as dívidas que contraíram e graças às quais continuam alegremente a especular contra o euro – sim, contra o euro. Mais, continuam a especular, apesar de irmos alertando há muito para a necessidade de fazer alguma coisa a este respeito.

As propostas relativas ao que pode ser feito estão sobre a mesa. Uma proibição da transacção de derivados de crédito e das vendas a descoberto, a introdução de um imposto sobre as transacções no mercado financeiro, impostos especiais sobre os prémios no sector financeiro, um imposto vinculativo sobre a banca e os seguros – todas estas propostas estão em cima da mesma. Evidentemente, a Grécia também terá de fazer o seu trabalho de casa. Tal como os outros países da União Europeia, também a Grécia deverá tributar riqueza, combater a corrupção e reduzir as suas despesas com o armamento. O senhor deputado Cohn-Bendit já se referiu, de forma muito convincente, a esta questão. Por conseguinte, abster-me-ei de referir os factos e endossarei o que afirmou na sua intervenção.

Consigo compreender que as pessoas, em Atenas, venham para a rua e protestem. O que não consigo compreender é a violência. Concordo com todos os que manifestaram a sua solidariedade para com as vítimas, cujo sofrimento muito lamentamos. A violência apenas conseguirá o oposto daquilo por que se bate quem protesta e quem se manifesta honestamente. Temos de exigir que se acabe com a violência.

**Nikolaos Salavrakos**, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhor Presidente, muito obrigado. Estamos a tentar que os números sejam os correctos e é bem sabido que quando os números são os correctos, as pessoas ficam insatisfeitas. É preciso que encontremos um equilíbrio; precisamos de equilibrar os números e de manter as pessoas felizes

Como resultado deste comportamento pouco ortodoxo, a Grécia chora hoje três vítimas, a morte de três trabalhadores em resultado das manifestações violentas por parte de outros trabalhadores. Hoje, em toda a Europa, a crise económica, que nos chegou vinda do outro lado do Atlântico e que tende a ser pior deste lado, está a votar ao descrédito a política e os políticos.

Na Grécia, as bases da sociedade estão verdadeiramente agastadas com os políticos: existem 300 deputados no Parlamento da Grécia, e escuto a toada dos tambores da sociedade grega ressoando: "enforcem-nos a todos". São tempos perigosos. Leio acerca desses mesmos sentimentos e desse mesmo desdém pela política noutros Estados-Membros da União Europeia; todos estamos cientes disso, assim como todos sabemos que temos de manter a democracia.



Assim sendo e com estes pensamentos em mente, porque não tenho tempo para me alongar muito, o que gostaria de salientar é que os líderes de amanhã precisarão de agir com maior celeridade e no sentido de encontrar uma solução mais permanente para mais Estados. A Grécia é um deles; é a ponta do *iceberg*. No entanto, há outros Estados-Membros – quer dentro, quer fora da zona euro – que enfrentam problemas económicos que se agravarão nos próximos meses.

**Presidente.** – Senhor Deputado Salavrakos, não o interrompi porque o senhor deputado é grego e as suas palavras são muito importantes para todos nós.

**Barry Madlener (NI).** – (NL) Senhor Presidente, gostaria de me dirigir em particular a Guy Verhofstadt, Joseph Daul e Martin Schulz – que não está aqui neste momento, mas dirijo-me então ao seu grupo, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu –, uma vez que são parcialmente responsáveis pelos problemas. Afirmam ser necessária solidariedade. Permitam-me que recorde que a Grécia foi o maior beneficiário líquido dos fundos europeus durante anos. Essa situação resultou numa manipulação do jogo por parte deste país, e os senhores deputados mostraram-se demasiado dispostos a serem usados, pois são tão eurófilos e tão ansiosos pelos alargamentos europeus, que deixaram de ter qualquer sentido crítico, e agora ficamos com o bebé nos braços.

Não sei se se recordam que a Espanha – o país que se segue – legalizou dois milhões de imigrantes ilegais nos últimos 15 anos. Os senhores aplaudiram, mas, hoje, este país regista uma taxa de desemprego de 20% e, tal como Portugal, está em grandes dificuldades. Estes são países que possuem, todos eles, governos socialistas, que os senhores apoiaram com fundos europeus durante anos, e que deitaram tudo a perder, vivendo acima das suas possibilidades. Ano após ano, os senhores permaneceram impassíveis, ano após ano deram o seu apoio, e agora, nós, os cidadãos, temos de pagar a factura. Deveriam sentir uma imensa vergonha.

A única solução – que ainda não ouvi referida aqui por ninguém – é sermos agora duros para com a Grécia. O país terá de reintroduzir a dracma, uma vez que a sua permanência na zona euro é insustentável. Se a Espanha se seguir, muito simplesmente, reintroduzirá a peseta, e o mesmo se passará em Portugal com o escudo, e então poderão voltar a competir. Esta Europa tem falhas, e os cidadãos do Norte da Europa recusar-se-ão, em breve, a continuar a pagar pelos vossos erros e pelo laxismo dos governos socialistas nestes países. Bem vistas as coisas, e para reiterar, a Grécia, a Espanha e Portugal – países socialistas – receberam todos eles fundos da União Europeia. A imigração alastrou, e os senhores ficaram impávidos, sem nada fazer.

**Stavros Lambrinidis (S&D).** – (EL) Senhor Presidente, obrigado. Gostaria de comentar uma afirmação do senhor deputado Nikolaos Salavrakos, há pouco, sobre as três pessoas, os três trabalhadores, que forma mortas em Atenas por outros três trabalhadores. Nada pode justificar o sucedido. Estas pessoas foram mortas por assassinos, por criminosos. Os trabalhadores organizaram hoje uma enorme manifestação pacífica em Atenas. Não mataram ninguém. Os verdadeiros criminosos foram condenados há pouco pelo Primeiro-Ministro Georgios Papandreou e por todos os partidos políticos com assento parlamentar. É um enorme erro e é perigoso que se confundam manifestações pacíficas com actos criminosos como os cometidos em Atenas. Estes criminosos foram condenados por todos, não falam pelos trabalhadores gregos e não expressam a convicção de ninguém, e se nos unirmos como nação, conseguiremos fazer sair o nosso país da crise.

**Presidente.** – Não gostaria de me envolver numa discussão a este respeito. No entanto, permitam-me, por favor, que diga que todos nós nesta Câmara – todos os deputados ao Parlamento Europeu, e estou certo de que aqui posso incluir também o Presidente da Comissão e o Senhor Secretário de Estado López Garrido em nome do Conselho – gostaríamos, uma vez mais, de expressar uma enorme solidariedade para com a nação grega. São nossos amigos e sabemos bem qual é a grande responsabilidade que existe de ambos os lados em conflito na Grécia. É uma enorme responsabilidade.

Gostaria de dizer a todos que também eu tenho experimentado essa responsabilidade, e experimentei-a nas duas qualidades. Fui membro de um sindicato e um activista, muito activo durante muitos anos. Fui igualmente Chefe de Governo, e compreendo bem a situação difícil no terreno, hoje, na Grécia. Todos queremos demonstrar a nossa solidariedade e sentimentos profundos, acima de tudo, às famílias e amigos das vítimas. É natural que queiramos fazê-lo, e consideramos ser nosso dever neste Parlamento fazê-lo. Agradeço o debate responsável que hoje realizámos nesta Assembleia.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – É grave a situação que se vive. É notória a falta de solidariedade dos líderes da União Europeia, com destaque para a Alemanha, no acordo relativamente à situação na Grécia.

Trata-se sobretudo de um controlo político do país, acompanhado da imposição de um retrocesso social de décadas, pondo em causa todos os princípios, que sempre proclamaram, de coesão económica e social, de convergência, de solidariedade e do chamado modelo social europeu.

Como a luta dos trabalhadores e das camadas populares na Grécia bem demonstra, é inadmissível exigir do Governo da Grécia que ponha em causa os direitos fundamentais. Esta imposição surge como a contrapartida para um empréstimo a uma taxa de juro que é mais elevada do que a do próprio FMI. Parece que para os líderes da zona euro não há limites. Ganharam com a fragilidade da Grécia e, agora, impõem a sua posição imperial de domínio absoluto da sua política interna, em troca de um empréstimo onde ainda ganharão com os juros.

É preciso que alterem esta decisão na próxima Cimeira. Devem optar por um apoio a fundo perdido, vindo do orçamento comunitário, a título excepcional, ou por conta de financiamentos de futuros orçamentos comunitários. Impõe-se que os países mais ricos da zona euro assumam, por uma vez, o princípio da coesão económica e social.

### **PRESIDÊNCIA: DURANT**

*Vice-presidente*

## **19. Europa 2020 - nova estratégia europeia para o crescimento e o emprego (debate)**

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a Europa 2020 – nova estratégia europeia para o crescimento e o emprego.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhora Presidente, tenho o prazer de abordar um assunto da maior importância para o Conselho e para a Presidência espanhola, como é caso da Europa 2020, uma estratégia europeia para o crescimento e o emprego de qualidade.

Como já foi dito, estamos a emergir da pior crise económica desde a década de 1930, e temos de fazer tudo o que pudermos para garantir a recuperação que estamos a começar a ver na União Europeia, de acordo com as previsões apresentadas hoje pela Comissão, e, ao mesmo tempo, para atenuar as consequências sociais da crise.

No entanto, além deste trabalho a curto prazo que está a ser feito pelos Estados-Membros e pelas instituições europeias, há que garantir a sustentabilidade do nosso modelo social, o modelo social europeu, para além desta década. É este o duplo desafio contido na estratégia Europa 2020.

Trata-se de não regressar a uma crise que ainda não chegou completamente ao fim e trata-se, acima de tudo, de o fazer através da criação de uma estratégia de crescimento, de um modelo de crescimento adaptado aos novos tempos. Também precisa de ser uma estratégia de crescimento que seja viável e exequível e que represente o grande compromisso político-económico da União Europeia para os próximos anos.

Como os senhores deputados bem sabem, a estratégia Europa 2020 começou a ser discutida a nível dos Chefes de Estado ou de Governo, numa base informal, em 11 de Fevereiro. Seguidamente, a estratégia foi tratada no Conselho Europeu de Março, e também foi discutida em muitas das formações do Conselho presidido pelo Governo espanhol durante este período de seis meses.

Em Março, o Conselho Europeu deu o seu aval para o lançamento da estratégia Europa 2020, que definitivamente terá lugar no Conselho Europeu de Junho, tendo estabelecido os elementos, a estrutura e até mesmo o roteiro para o desenvolvimento futuro desta estratégia.

A estratégia irá centrar-se em questões fundamentais para a Europa: o conhecimento e a inovação, a economia sustentável, solicitada pelo Parlamento Europeu, uma elevada taxa de emprego e integração social.

Destas cinco metas essenciais, aquelas que foram quantificadas são: a taxa de emprego, com 75% para homens e mulheres, o investimento de 3% do PIB em investigação e desenvolvimento e os chamados "objectivos 20/20/20" para combater as alterações climáticas. A diminuição da taxa de abandono escolar e o aumento da proporção da população com grau de ensino superior são objectivos que ainda não foram quantificados, bem como o objectivo de promover a integração social e, em particular, a redução da pobreza.

Todos estes aspectos estão na base da comunicação adoptada pela Comissão, algo que foi determinante na decisão subsequente e nas conclusões aprovadas no Conselho Europeu de Março.

Em primeiro lugar, a estrutura da estratégia Europa 2020 tem algumas orientações integradas. A Comissão acaba de apresentar a sua proposta sobre as orientações dessas directrizes integradas - a Presidência espanhola comprometeu-se a trabalhar em todas as áreas de actuação relevantes do Conselho, de modo a que o Conselho "Assuntos Económicos e Financeiros" e o Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Protecção dos Consumidores" possam informar o Conselho Europeu de Junho - e também orientações para o emprego que requerem um parecer do Parlamento Europeu.

Em segundo lugar, temos estes objectivos principais, a que me referi anteriormente.

Em terceiro lugar, há algo de novo na nova estratégia: os objectivos nacionais. Cada Estado-Membro terá de definir os seus objectivos nacionais, mas estes, naturalmente, devem ser integrados nos objectivos europeus e apoiados pela Comissão e pelo Conselho.

Em quarto lugar, também se falou dos chamados "estrangulamentos" que modelam o crescimento a nível nacional. Há também algo de novo em relação à Estratégia de Lisboa: a Presidência espanhola vai concentrar-se sobretudo naqueles que afectam o mercado interno.

Em quinto lugar, há as "iniciativas emblemáticas" que estão a ser desenvolvidas pela Comissão. Queremos que a primeira destas seja já realizada durante a Presidência espanhola: a Agenda Digital, que surgirá no Conselho "Transportes, Telecomunicações e Energia", em Maio, a seguir a uma comunicação que a Comissão se comprometeu a publicar em 18 de Maio.

Para concluir, Senhora Presidente, gostaria também de referir que vai haver debates específicos sobre a nova estratégia em algumas das formações do Conselho, e que, na medida do possível, queremos que esses debates sejam públicos, como, por exemplo, o próximo no Conselho "Educação, Juventude e Cultura" na semana que vem.

Gostaria de sublinhar que o trabalho não estará, naturalmente, concluído em Junho. Nessa altura, será lançada a estratégia Europa 2020, mas o trabalho não termina aí. Terá de ser desenvolvido, terá de ser aplicado através dos programas nacionais de reforma.

Finalmente, gostaria de dizer que, sob o ponto de vista da chamada "governança" da estratégia, o Conselho Europeu desempenhará um papel importante. (Tem tido um importante papel desde o início, e é uma ideia que tem sido repetidamente apoiada, tanto pela Presidência espanhola como pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, que desempenhou um papel muito especial.) O Conselho Europeu vai ter um papel de grande relevo e realizar uma tarefa muito importante no desenvolvimento e orientação desta estratégia, juntamente com a Comissão Europeia. Estas serão as duas instituições fundamentais para a execução dessa estratégia, a qual já dispõe de instrumentos específicos que todos nós pretendemos usar.

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, a Europa foi colocada perante uma difícil e dura escolha. Poderíamos abordar a crise económica e financeira, adoptando políticas proteccionistas e cambiais com intuítos de enfraquecimento económico dos outros países (*beggar-thy-neighbour*), enveredando por uma atitude *saue qui peut* que colocaria em risco tudo o que conseguimos alcançar ao longo dos últimos 60 anos. Ou poderíamos aumentar a cooperação europeia de uma forma eficaz, utilizando todas as ferramentas à nossa disposição.

Os acontecimentos ao longo dos últimos meses - a contínua volatilidade do mercado, a necessidade de novas reformas dos mercados financeiros e a necessidade de uma resoluta consolidação das finanças públicas - apenas aumentaram a clareza desta escolha. Mais do que nunca, precisamos de chamar a atenção para a importância da dimensão europeia e temos uma oportunidade de fazer exactamente isso, com os objectivos da Europa 2020.

Fui convidado para falar hoje com os senhores deputados sobre a Europa 2020, mas não faz muito sentido olhar de forma isolada para este pacote de medidas para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, pois uma das principais conclusões que podemos retirar da crise que estamos agora viver é que temos de trabalhar juntos, a todos os níveis e em todas as áreas, para preencher as lacunas do quadro de regulação e supervisão dos mercados financeiros, para restaurar a estabilidade macroeconómica e obter sólidas finanças públicas, para lançar as reformas estruturais que podem orientar a Europa para uma via de crescimento sustentável e de emprego.

Estas três vertentes possuem todas igual importância - é preciso acertar em todas, se quisermos atingir os nossos objectivos. Portanto, toda esta situação requer uma abordagem holística, reformas dos mercados financeiros, reforço da governação económica, a Europa 2020 para um crescimento sustentável, inclusivo

e inteligente e reformas prioritárias à escala global através do G20, pois muitas destas questões possuem dimensões externas. Temos de usar todos os instrumentos à nossa disposição, de uma forma inteligente, reconhecendo que cada um tem um impacto sobre todos os outros. Permitam-me abordar por uns momentos uma boa parte deles. Não vou retomar as questões financeiras que acabei de mencionar na minha anterior declaração, mas permitam-me falar do G20 para começar.

O G20 tem sido fundamental para enfrentar a crise financeira e económica, melhorando a governança a um nível mais global. A União Europeia tem uma grande parte do mérito por ter impulsionado o G20 e lhe ter inculcido ideias. A Comissão deu uma particular contribuição neste sentido, garantindo que os interesses dos 27 Estados-Membros na sua totalidade estejam correctamente reflectidos no nosso trabalho. Vamos trabalhar arduamente para garantir que a União Europeia mantém a sua liderança na Cimeira de Toronto, em Junho, e na Cimeira de Seul, em Novembro.

Um dos principais objectivos será a obtenção de uma mensagem clara do G20 sobre uma estratégia de saída para apoiar a recuperação – na qual todas as principais economias desempenham o seu papel. Temos de abordar globalmente alguns dos desequilíbrios que estiveram na origem desta crise. Devemos também assegurar que o encargo de reequilibrar o crescimento mundial seja partilhado por todos os membros do G20. Será importante, neste contexto, a sensibilização para a nossa estratégia Europa 2020 e uma coordenação económica reforçada na UE, em geral, e na zona euro, em particular. É importante que a Europa apresente uma abordagem coordenada ao G20.

Outro objectivo será prosseguir a condução da reforma dos mercados financeiros. Precisamos de manter a pressão sobre os nossos parceiros internacionais para podermos cumprir a aplicação atempada e coerente dos compromissos existentes do G20 em condições de igualdade.

Mas, sobretudo, acredito que esse é o momento certo para o G20 enviar um sinal forte de como o sector financeiro pode contribuir para o financiamento da ajuda à banca. Devemos esforçar-nos no sentido de uma abordagem coordenada e forte. Um acordo à escala global em matéria de encargos da estabilidade bancária, associado a medidas concretas de resolução, poderia emitir um sinal forte. Como o FMI sugeriu recentemente, estes encargos poderiam ser complementados por um imposto sobre operações financeiras ou sobre lucros. Vai ser um debate extremamente complexo. Tenho de dizer, desde já, que, pelo trabalho preparatório em curso com os nossos parceiros do G20, há muitos que se opõem a essa ideia, mas penso que devemos prosseguir. A mensagem da União Europeia será, certamente, mais forte se falarmos a uma só voz e se pudemos dizer que a União Europeia já fez o seu próprio trabalho de casa.

É por isso que, antes de Toronto, devemos ter como objectivo um acordo sobre a regulamentação dos principais dossiês dos serviços financeiros, por mim mencionados anteriormente durante esta tarde. Essa abordagem vai exigir flexibilidade e pragmatismo criativo, quer desta Assembleia quer do Conselho.

Este ponto leva-me ao âmago da Europa 2020 - agora colocado no seu devido contexto, enquanto parte da abordagem holística de falei no início. Como sabem, os principais elementos da estratégia Europa 2020 foram aprovados, em Março, pelos Chefes de Estado ou de Governo. Tivemos várias ocasiões para os debater nesta Câmara. Mesmo antes de fazermos uma proposta, a Comissão consultou esta Assembleia sobre este ponto. Temos agora de concretizar a estratégia em pormenor, pois a necessidade urgente de acção é algo que é claro para todos. Mais do que nunca, tal como foi destacado em algumas das intervenções do debate anterior, uma das conclusões desta crise financeira e dos problemas da zona euro é a necessidade de avançar com reformas estruturais de maneira coordenada e determinada.

O elemento central da Europa 2020 é uma melhor coordenação das nossas políticas económicas. Mesmo antes da crise grega, já tínhamos sugerido e proposto uma maior coordenação das políticas económicas. Esta é claramente necessária para evitar crises futuras. É essencial, se quisermos sair da crise com êxito, restabelecer o crescimento, traduzir esse crescimento em mais e melhores empregos, e, finalmente, assegurar um futuro sustentável e inclusivo para a Europa.

As cinco metas propostas pela Comissão são agora amplamente consensuais; já foram fixadas taxas numéricas relativamente aos objectivos em matéria de emprego, I & D e combate às alterações climáticas.

O objectivo numérico para a meta da educação - redução das taxas de abandono escolar e aumento da proporção da população com ensino superior ou equivalente - será acordado pelo Conselho Europeu, em Junho de 2010, tendo em conta a proposta da Comissão.

Também estou fortemente empenhado em conseguir um objectivo numérico para a luta contra a pobreza e a exclusão social. Não podemos simplesmente aceitar o escândalo continuado de 80 milhões de pessoas

em risco de pobreza na União Europeia. Prossegue o trabalho no Conselho sobre esta questão, e tudo farei para convencer os Estados-Membros da importância deste objectivo, sabendo que esta Câmara partilha a nossa determinação.

A Europa 2020 deve ser um programa equilibrado. Claro que não podemos ter justiça social sem um mercado competitivo, mas também não estamos dispostos a aceitar uma Europa com eficiência económica e sem justiça.

Os objectivos nacionais permitirão um melhor e mais eficaz acompanhamento dos progressos dos Estados-Membros, de modo a garantir que alcançamos os objectivos definidos a nível da UE. Os Estados-Membros estão em processo de definição dessas metas nacionais, em cooperação com a Comissão. As metas, espero, serão aprovadas no Conselho Europeu de Junho, de modo a que a aplicação possa começar imediatamente a seguir.

Na semana passada, a Comissão apresentou uma proposta sobre as orientações integradas. Estas reflectem as prioridades da Estratégia Europa 2020. O número de orientações é mais limitado do que da última vez - agora temos 10 em vez de 24 - o que vai incentivar a apropriação do instrumento por todos os diferentes actores. Acho que se trata de um progresso.

O Conselho Europeu de Junho deverá dar apoio político aos princípios subjacentes a estas orientações integradas, mas, claro, estas só podem ser adoptadas depois de as termos discutido convosco - o Parlamento Europeu - o que espero possa ocorrer o mais brevemente possível.

A estratégia Europa 2020 não é apenas uma inspiração, uma lista de objectivos, não é apenas uma visão - é um programa de reformas. Serão tomadas medidas a nível europeu, mas igualmente importante é o facto de as reformas terem de ser efectuadas em cada um dos 27 Estados-Membros, no pleno respeito pelo princípio da subsidiariedade. Vamos deixar claro o que tem de ser feito a nível europeu e o que tem de ser feito a nível nacional. A execução será fundamental, tal como foi referido pelo ilustre representante do Conselho, o Secretario de Estado López Garrido, há agora uma consciência muito forte a nível nacional, a necessidade de reforçar a governação europeia. Espero que os Estados-Membros tenham aprendido com algumas das falhas da Estratégia de Lisboa, onde, na verdade, muitos, senão todos, os objectivos eram excelentes e apontavam na direcção certa, mas não havia, sejamos francos, suficiente sentido de pertença, nem energia suficiente na execução dos programas. É por isso que precisamos de colmatar esta lacuna de concretização que prevaleceu no âmbito da Estratégia de Lisboa. Para tal, os senhores deputados têm um papel essencial a desempenhar no sentido de garantir a execução bem-sucedida da estratégia Europa 2020.

Vossas Excelências, enquanto Parlamento Europeu, além do papel como co-legisladores, podem também mobilizar de forma muito eficaz os cidadãos e também - por que não? - os parlamentos nacionais. O que é extremamente importante é o tipo de relações, se é que me permitem dizê-lo, que o Parlamento Europeu estabelece com os parlamentos nacionais. Assim, podemos ter a certeza de que estas reformas não são vistas apenas como as reformas que "eles" fazem, em Bruxelas, ou, por vezes, em Estrasburgo, mas sim que nós fazemos, a todos os níveis, na sociedade europeia. O sentido de urgência e a necessidade de reformas devem ser partilhados por todos os principais intervenientes a nível socioeconómico e político, em todos os níveis de governo, mas também pelos parceiros sociais. Creio que é algo muito importante, e saúdo todos os anúncios feitos pelo Primeiro-Ministro Zapatero sobre a necessidade de envolver estes parceiros sociais. Temos então de garantir uma governação mais forte, mais coesa, encadeando todos os nossos instrumentos de coordenação entre si: informação e avaliação sobre a Europa 2020 e sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento, realizadas simultaneamente, de modo a congregar meios e objectivos; contributo do Conselho Europeu do Risco Sistémico para assegurar estabilidade financeira alargada; reformas estruturais; medidas para aumentar a competitividade, desenvolvimentos macroeconómicos - todos reunidos para nos tirar da crise e colocar resolutamente no caminho do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Se quisermos abordar seriamente a governação económica, esta é a única maneira de o fazer. Não podemos falar de governação económica séria à escala europeia e, ao mesmo tempo, separar a componente macroeconómica da microeconómica, separar o interno do externo.

Portanto, precisamos que os Estados-Membros e as instituições europeias analisem estas questões numa abordagem holística e congreguem todos estes instrumentos - é esta a única forma de incutir também alguma confiança na nossa estratégia.

Falei de uma escolha difícil, no início deste discurso, e de como a Comissão sabe os caminhos que pretende trilhar. Estou confiante em que esta Câmara partilha tal escolha - uma escolha da determinação, uma escolha pela Europa - e conto com o vosso contributo à medida que prosseguimos o nosso trabalho.

**Corien Wortmann-Kool**, *em nome do Grupo PPE*. – (NL) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Secretário de Estado López Garrido, este debate sobre a estratégia da UE para 2020 foi justamente precedido por um debate sobre a crise na zona euro, sendo a questão essencial em cada um destes debates a forma de reforçar a governação europeia. Falou-se na coordenação da política económica, mas o grande problema é que tudo isto tem sido interpretado de forma demasiado livre e os Estados-Membros não prestaram atenção aos acordos. Esta situação não pode, realmente, continuar, o que também se aplica ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, e é também a principal lição a aprender com a Estratégia de Lisboa. Assim sendo, há que proceder de forma diferente com a estratégia UE 2020.

O nosso grupo, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), espera que haja um ambicioso compromisso da Comissão para com a governação económica europeia antes desta estratégia 2020. Em Junho, esperamos que o Conselho tome decisões firmes e que também se comprometa com objectivos ambiciosos para os Estados-Membros e com a boa governação europeia. Se for necessário, o Parlamento vai lançar o repto para isso ser feito. Os planos orçamentais para o próximo ano devem estar em consonância com esta estratégia 2020, e também em outros pontos esta Câmara irá desempenhar o seu papel institucional, no interesse de um crescimento económico sustentável e de empregos para os nossos cidadãos.

Senhora Presidente, a turbulência na zona euro é mais um testemunho da importância da solidez das finanças públicas em termos de estabilidade do euro, da estabilidade financeira e económica e de nos impedir de passar os encargos às gerações futuras, aos nossos filhos. A reforma das finanças públicas é uma condição importante para o êxito da estratégia UE 2020 e, portanto, para a recuperação da nossa competitividade. É por isso que é tão importante, Senhor Comissário Rehn, que nos apresente propostas na próxima semana para reforçar o Pacto de Estabilidade e Crescimento. É fundamental reforçar o seu efeito preventivo e colocar a sustentabilidade das finanças públicas numa base mais sólida nos Estados-Membros. Portanto, em nome do nosso grupo, gostaria de encorajá-lo a assumir a responsabilidade que lhe incumbe enquanto Comissão e a avançar com planos ambiciosos. Pode contar com nosso apoio.

Nós, Parlamento, temos de encontrar uma maneira - juntamente com Vossa Excelência - de lançarmos o repto ao Conselho no sentido de este concordar realmente com o reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É de saudar que o Conselho tenha criado um grupo de trabalho nesse sentido, mas espero que o Conselho venha a dar a sua aprovação às propostas da Comissão Europeia até ao final do ano.

Temos de fazer pleno uso das possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa, para fortalecer a governação europeia a curto prazo. Não há tempo a perder.

**Pervenche Berès**, *em nome do Grupo S&D*. – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhor Presidente em exercício do Conselho, a ligação entre os dois debates que acabámos de ter é intelectualmente coerente. Quererá esta ligação dizer realmente alguma coisa na prática? No seio do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, temos algumas dúvidas, pois não vemos qualquer coerência entre o texto, tal como este nos foi apresentado pela Comissão, e uma parceria estratégica que pretende estabelecer em Julho, sem que o Parlamento tenha tido a oportunidade de dar uma opinião explícita sobre as orientações para o "emprego".

Como pode alguém pensar que nos iríamos comprometer para os próximos 10 anos? Em primeiro lugar, sem fazer um balanço de como a estratégia de Lisboa se revelou, Vossa Excelência diz-nos: "Tudo mudou: já não temos 27 orientações, agora temos 10!" Mas é isso que é a mudança, Senhor Presidente Barroso?

Coerência é pensar que, se queremos garantir o êxito da estratégia 2020, temos de começar por ver onde estamos, antes de olharmos para onde vamos. Temos também de olhar para onde queremos ir. O facto é que nos encontramos hoje na pior crise que a União Europeia, como um todo, conheceu desde o seu início; não houve nada mais grave do que esta situação. Não podemos ignorar o facto. Não podemos embarcar numa estratégia para sair da crise, pois isso significaria pedir aos poderes públicos que abdicuem das suas responsabilidades económicas, a fim de dar rédea solta ao mercado.

Não podemos considerar essa estratégia sem usarmos as ferramentas à nossa disposição. Como bem sabe, Senhor Presidente Barroso, não somos tão ricos quanto isso. Temos uma ferramenta, chamada Pacto de Estabilidade e Crescimento, temos uma outra ferramenta, a que chamamos Perspectivas Financeiras. Se estas não estiverem claramente ligadas, não iremos a lugar nenhum.

Além disso, quando olhamos para o ponto de partida, temos algumas preocupações. Em primeiro lugar, nós, no Grupo S&D, exigimos, com carácter de urgência, que os Estados-Membros deixem de estar sujeitos a especulação nos mercados. Não estamos a falar sobre a Grécia, ou sobre qualquer outro Estado-Membro. Estamos a falar sobre um efeito dominó e sobre a falta de restrições à especulação.

É por isso que estamos a propor a introdução de um mecanismo de estabilidade financeira para proteger os Estados-Membros de tais especulações, de modo a que estes possam fazer o que têm de fazer, que é retomar a via da recuperação e, assim, salvaguardar o modelo social. É que toda a gente sabe, toda a gente já disse durante esta crise que o nosso modelo social é o nosso maior património quando está em causa a globalização.

Se a estratégia 2020, por si apresentada, resultar em consolidação orçamental que destrua totalmente este modelo social, a Europa sairá a perder na concorrência internacional, no futuro. Irá, portanto, perder a sua capacidade de declarar firmemente este modelo que nós encarnamos, e ter-nos-emos rendido e cedido o nosso lugar a outros continentes, a menos que nos rendamos apenas às forças de mercado. Esta não é a nossa visão do futuro.

**Lena Ek**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, sabemos, há muitos meses, que a Grécia está numa posição extremamente difícil. Sabemos que, diante dos nossos olhos, o euro se está a desvalorizar a um ritmo rápido e que os *spreads* das obrigações do tesouro estão a subir. Já ninguém pode duvidar de que a Europa ainda está numa grave crise, justamente quando pensávamos que nos estávamos a erguer de novo.

Precisamos seriamente de solucionar os problemas da competitividade, da produtividade e do crescimento económico sustentável, mas os líderes da Europa andam em quezílias sobre as medidas a tomar. Mas esta não é a altura para isso. Precisamos de actuação real, e precisamos dela agora. Uma vez que é evidente que a "pressão dos parceiros" no Conselho não funciona, é preciso fixar metas vinculativas e novos meios transparentes para examinar os relatórios sobre cada Estado-Membro. Precisamos de um respeito fundamental pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento e precisamos de números fiáveis e verdadeiros nos quais possamos basear as nossas decisões.

Para colocar uma pressão adicional sobre os governos, os fundos estruturais e outros apoios europeus devem ter implícita a capacidade dos governos para nos fornecerem dados correctos. Permita-me uma comparação. Quando um pequeno agricultor comete erros em meio hectare, perde apoio em tudo o que faça durante uma série de anos. Esta é a comparação que temos de fazer. É por isso que somos tão duros com a governação nas nossas resoluções parlamentares.

Também é extremamente embaraçoso que a Comissão não esteja a apresentar propostas que temos vindo a discutir há anos. Para criar uma plataforma com vista ao crescimento futuro, a agenda política estratégica deve ser incluída na estratégia UE 2020. Permitam-me dar alguns exemplos. Negociámos o plano de recuperação económica e a maior parte deste não está executada. O Parlamento pediu para ter um plano B, o que foi incluído nos resultados, mas o plano B ainda não foi colocado em acção. Decidimo-nos por um chamado "SET-plan" (baixo carbono), envolvendo novas tecnologias energéticas. Neste momento, ainda não temos 50% do financiamento para o "SET-plan", uma verdadeira ferramenta estratégica. O meio com a melhor relação custo-benefício para reduzir os gases com efeito de estufa é avançar com uma estratégia de eficiência energética. Por conseguinte, exorto a Comissão e os Estados-Membros a colocarem a eficiência energética no topo das suas agendas.

A legislação existente deve ser intensificada, pois não é suficiente. Precisamos do prometido Plano de Acção para a Eficiência Energética, prometido há muito tempo. Precisamos de energia nas infra-estruturas, o equivalente energético dos comboios rápidos, são necessárias super-redes de distribuição e redes eléctricas inteligentes de alta tecnologia, e temos o dinheiro para o fazer.

Precisamos de garantir a inovação técnica e também precisamos de incentivar e fazer avançar uma estratégia para combater a exclusão social e promover a inclusão de género. À luz da actual crise, a Comissão terá de estar à altura da sua responsabilidade e terminar aquilo que começámos juntos. O Conselho tem de ser mais ousado e parar com as quezílias. Vamos apresentar uma resolução corajosa na segunda etapa da estratégia 2020.

**Rebecca Harms**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, toca as raias da provocação política quando este programa Europa 2020 nos é apresentado como uma óptima estratégia para nos ajudar a sair da crise. Basta-nos olhar para a política anterior no que se refere à regulação dos mercados financeiros, para podermos ver - se formos razoavelmente honestos - que há meses - anos, na realidade - que nós vimos fazendo promessas no sentido de regular esses mercados que entraram

em desorientação, mas, até agora, apenas conseguimos fazer uns progressos mínimos. Quanto à Grécia, estamos agora a ser forçados a olhar-nos ao espelho.

Com a crise na Grécia, podemos ver que o que tem acontecido até agora é totalmente inadequado. Os nossos cidadãos ouviram-nos declarar que estamos a salvar os bancos. Cerraram os dentes e aceitaram a situação. Agora estão a pagar o preço. As finanças públicas já estão sobrecarregadas com estas medidas. Agora, estamos a resgatar a Grécia, e precisamos de o fazer, quanto a isso não há absolutamente dúvida nenhuma. Será mais um desafio para as finanças públicas em muitos países da União Europeia.

Os bancos estão solventes e ainda são aplaudidos quando se sabe que estão voluntariamente a disponibilizar um pequeno contributo para a Grécia. Senhor Presidente Barroso, na União Europeia, um mercado de que fazem parte 27 Estados, não temos outra alternativa senão a de realmente criarmos um imposto sobre transacções financeiras ou outro instrumento que consiga reduzir a avidez dos especuladores para realizar lucros nesta área. Precisamos, realmente, de um instrumento com o qual, de uma forma verdadeiramente justa, possamos fazer com que aqueles que estão a lucrar com a crise e a especular contra o euro contribuam para o que nós, agora, precisamos de financiar. No que diz respeito às finanças públicas, não podemos continuar na mesma via em que começámos.

No documento apresentado por Vossa Excelência, eu ainda não consigo vislumbrar o que vai acontecer agora. A referência à necessidade de regulamentar a nível global tornou-se familiar a partir do debate sobre o clima. A este respeito, não fizemos qualquer progresso em muitos anos.

Para mim, o clima é a segunda grande questão. Também não estamos, de modo algum fora dessa crise, estamos inclusive a afundar-nos cada vez mais, pois não conseguimos tomar as medidas adequadas. Acho realmente lamentável que hoje, pouco antes deste debate, tenha ficado claro que Connie Hedegaard está a trabalhar arduamente na Comissão para tentar que o objectivo mínimo para a União Europeia seja aplicado. Se atentarmos na situação actual, verificaremos que é mais do que tempo de elevarmos as nossas metas para 30%. Se não cumprirmos este objectivo, então podemos esquecer o nosso famoso comércio europeu de emissões, por exemplo. Se o CO<sub>2</sub> não tem o preço adequado é porque os nossos objectivos são demasiado fracos, pois tivemos debates acalorados durante anos, mas ainda estamos longe de atingir o objectivo que nos propusemos. No que diz respeito à transformação da economia europeia, numa perspectiva de a tornar mais sustentável – tal como indicado nos títulos do programa da Comissão - todos nós diríamos que queremos ser envolvidos neste processo. No entanto, Senhor Presidente Barroso, no que diz respeito a este programa, a sua Comissão ainda não disse como as metas devem ser alcançados na economia europeia. Que instrumentos e programas de incentivo vão ser utilizados para tal?

A senhora deputada Ek mencionou algumas áreas específicas. Há muito trabalho para fazer neste programa. Com base no que temos actualmente em mãos, o Parlamento Europeu não pode ainda, na minha opinião, dizer que, depois de Lisboa, temos agora uma estratégia bem-sucedida. Esta Europa 2020 foi, por assim dizer, formulada de maneira a levar-nos do fracasso da estratégia de Lisboa para o fracasso seguinte.

**Michał Tomasz Kamiński**, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhora Presidente, penso que, neste momento, o Senhor Presidente Barroso tem efectivamente um papel muito difícil. Tem de se desincumbir de uma das tarefas mais complexas da União Europeia. Tem de dividir o seu tempo entre argumentar com a esquerda e com a direita - com pessoas que têm as melhores respostas para os problemas mais difíceis. Durão Barroso tem de manobrar habilmente entre estas proposições. Creio que a melhor delas é a Estratégia 2020, que foi proposta pela Comissão. Estou surpreso com as propostas que foram apresentadas nesta Assembleia, segundo as quais a forma de reparar a actual e muito difícil situação é repetirmos os nossos erros.

Gostaria de referir que passei 18 anos da minha vida num país que se chamava República Popular da Polónia, onde havia um Ministério do Comércio Interno e onde as prateleiras das lojas estavam vazias. Havia um Ministério do Comércio Interno, mas não havia comércio interno. Hoje em dia, e desde há 20 anos, graças a Deus, não temos um Ministério do Comércio Interno na Polónia e temos efectivamente comércio interno.

Gostaria de dizer que o remédio para a crise actual não é, certamente, uma maior regulamentação, nem impostos mais altos ou mais intervenção. Não sou, evidentemente, um fanático do mercado livre. Entendo que o papel do Estado é corrigir os mecanismos do mercado, mas isso é algo que deve ser feito com enorme cuidado. Se queremos falar honestamente sobre o desenvolvimento da Europa, lembremo-nos de como votámos a Directiva "Serviços" na última legislatura. Lembremo-nos do que aconteceu à Directiva "Serviços" nesta Câmara. Não podemos esquecer que, sem a livre circulação de pessoas, serviços e capitais, a Europa não conseguirá competir eficazmente com os restantes continentes do mundo.



Ouvimos dizer, aqui e agora, que não podemos competir com outras regiões de integração política e económica, mas, sem dúvida, somos nós mesmos que estamos a obrigar os empresários do nosso continente a ir para outros lugares, devido a uma excessiva regulamentação, e a colocar encargos excessivos às empresas. Vamos, portanto, perguntar-nos o que mais podemos fazer para apoiar a estratégia 2020, pois não há outra forma, e é claro que temos de sair da crise.

Também não há dúvida de que temos de ajudar a Grécia. Para nós, polacos, que aqui represento, a palavra "solidariedade" tem um grande significado. Devemos, portanto, mostrar a nossa solidariedade para com a Grécia, neste momento. Quero novamente sublinhar que temos de fazer todos os possíveis para que a Europa recupere da crise económica, pois não se trata apenas de um problema enfrentado por milhões de famílias, é também um problema de fé no nosso futuro. Eu tenho fé no futuro da Europa, acredito no nosso êxito.

**Gabriele Zimmer**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhora Presidente, se eu comparar o debate sobre o ponto anterior da ordem do dia com o debate que estamos a ter, deduzo que estamos claramente a falar de dois mundos paralelos. De um lado, temos uma União Europeia em que Estados como a Grécia, a Itália, a Espanha e Portugal se encontram numa crise profunda, e em que outros Estados como a Alemanha e a França estão a tomar medidas de bloqueio, enquanto, do outro lado, temos uma União Europeia para a qual foi desenvolvida uma estratégia que de forma alguma responde a estes desafios.

Com esta estratégia, nem definimos um novo rumo para o desenvolvimento da União Europeia, nem demos respostas às questões relacionadas com os instrumentos que não funcionam. Da mesma forma, não fizemos qualquer tentativa para clarificar a repartição de competências entre os Estados-Membros e a União Europeia ou para clarificar a relação entre a zona euro e os países da União Europeia que não fazem parte da zona euro. Não incluímos nenhum dos problemas que surgiram ao longo destes últimos anos no âmbito da Estratégia de Lisboa e não demos quaisquer respostas progressistas. Não demos qualquer esclarecimento com relação ao desenvolvimento futuro da União Europeia. Este deu, naturalmente, origem a grande parte da discórdia que podemos sentir agora.

Também no que diz respeito ao debate sobre a governação económica europeia e o fundo monetário europeu, não podemos simplesmente agir como se fosse possível continuar com esta estratégia deste modo. Antes de falarmos sobre a aplicação da Europa 2020, precisamos urgentemente de colocar a estratégia em espera e conceder-nos mais tempo para o processo de tomada de decisões, além de precisarmos de realizar uma análise dos reais desafios que enfrentamos. Ao fazê-lo, precisamos de envolver a sociedade civil e, sobretudo, o Parlamento de uma forma significativamente maior do que tem sido o caso no passado. Caso contrário, rumamos ao desastre com os olhos bem abertos!

**Godfrey Bloom**, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhora Presidente, é uma pena que Durão Barroso tenha fugido desta Assembleia. Tenho a sensação de que ele iria aprender muito comigo esta noite!

O conselho que dou a todos é para não se preocuparem muito com a UE em 2020, pois tenho a impressão de que, nessa altura, ela não estará aqui! Seguirá o mesmo caminho da União Soviética, a que tanto se assemelha, e pelas mesmas razões: é centralizada, é corrupta, é antidemocrática e é incompetente. É impulsionada por uma nada santa aliança de grandes empresas e de burocratas ricos, é patrocinada por uma agenda ecofascista a partir de uma plataforma da chamada "ciência da treta", autêntica ciência pervertida, a que chamam "alterações climáticas".

Sempre que os povos da Europa têm a oportunidade de um referendo, rejeitam-na. Aos britânicos, obviamente, não foi dada a oportunidade de ter uma palavra a dizer, graças à desonestidade dos únicos três partidos com acesso a debates televisivos no meu país, com a cumplicidade de uma emissora de serviço público corrompida pela UE e conhecida como BBC.

A UE já está a desintegrar-se. As cenas a que assistimos na Grécia, hoje, propagar-se-ão aos outros países do Mediterrâneo mais cedo do que podemos imaginar, e acabarão por chegar aos países do Norte da Europa, que são os que estão a pagar as contas. Os nossos filhos e netos irão amaldiçoar-nos por lhes termos deixado em herança os cacos para apanhar deste caos totalmente evitável!

**Franz Obermayr** (NI). – (DE) Senhora Presidente, um crescimento inteligente e sustentável, o "accionismo" (por oposição à continuidade), reformas, governação económica - muitas palavras belas e objectivos elevados. No entanto, tenho algumas perguntas a este respeito que me dão motivo para preocupação. Será que a proclamada nova estratégia vai sofrer um destino semelhante à sua antecessora? Como podemos envolver as regiões e as autoridades locais para que esta estratégia seja realmente bem sucedida e, em particular, como podemos melhor acompanhar e incentivar a reorganização dos orçamentos nacionais? No entanto, com as

nossas soluções baseadas em modelos, devemos ser muito cautelosos para assegurar que uma forma centralista de governação económica europeia não vá entrar pela porta das traseiras e corroer os últimos resquícios de soberania nacional.

Soberania significa também assumir responsabilidades e, consequentemente, assumir a responsabilidade pela incorrecta política financeira. É inaceitável que alguns Estados-Membros estejam a viver acima dos seus meios e o façam à custa de outros Estados-Membros. É claro que temos de mostrar solidariedade, mas esta não deve ser uma via de sentido único. Uma governação económica centralista a partir de Bruxelas, ditando o padrão europeu, seria certamente o caminho errado para seguirmos.

**Gunnar Hökmark (PPE).** - (EN) Senhora Presidente, penso que é importante falarmos sobre a boa governação, no sentido de que é, obviamente, importante exercer pressão sobre todos nós para fazer avançar as reformas que são necessárias, mas não esqueçamos que a principal boa governação que temos nas nossas mãos é garantir que a União Europeia faça aquilo que a União Europeia deve fazer.

Tivemos algumas falhas neste ponto; o modo como fizemos cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento é uma dessas falhas. Não esqueçamos que, antes de construir novas regras, precisamos de seguir as regras mais fundamentais, mas permitam-me apontar também alguns outros aspectos. Sobre os mercados financeiros: vamos falar sobre os mercados financeiros, enquanto parte da economia, não como um sector separado, pois nunca vamos conseguir investimentos e novos empregos se pensarmos que esta é uma questão à parte.

Fiquei um pouco perturbado quando me apercebi de que o Presidente do Comité de Basileia II calculou que a nova norma de imposição de requisitos em matéria de capital irá reduzir o crescimento económico em 1%. Trata-se de um nível bastante baixo da parte dele. O aumento dos requisitos em matéria de capital pode levar a menor investimento e não é realmente disso que precisamos quando pretendemos criar uma nova confiança na economia europeia, ao mesmo tempo que estamos a sair do défice orçamental que temos.

Permitam-me apontar para uma das coisas que podemos fazer em conjunto, e que é criar uma economia do conhecimento. É um paradoxo que, quanto mais as nossas sociedades e economias se transformam em economias do conhecimento, menos mercado interno temos, pois o mercado interno foi legislado para a indústria e para a economia dos velhos tempos, e menos para o sector de serviços, no qual precisamos de avançar mais relativamente à Directiva "Serviços". Permitam-me referir igualmente que devemos pôr em prática uma reforma que torne as universidades europeias mais independentes e mais europeias, abertas a estudantes e a investigadores e criando uma dinâmica de desenvolvimento na sociedade do conhecimento.

Vamos ater-nos a todas as coisas que podemos fazer em conjunto, a nível europeu. Essa é a melhor "boa governação" europeia que podemos ter.

**Marita Ulvskog (S&D).** - (SV) Senhora Presidente, venho do mesmo Estado-Membro que o orador anterior, mas situo-me politicamente à esquerda. Esse facto também é evidente nas propostas pelas quais os sociais-democratas são responsáveis.

Vemos a situação no mundo. Vemos a situação na Grécia: lutas nas ruas, greve geral a todo o momento, desespero, raiva, raiva contra os jogos de mercado com todos os países. Esta situação também tem, naturalmente, sido exacerbada pelo facto de os países do núcleo da zona euro terem falhado a ajuda a outro Estado-Membro, a Grécia. Mas as crises são contagiosas, e este é um momento perigoso para todos os países. Poucos países podem estar seguros de que ficam a salvo. Por esta razão, todos precisamos de nos concentrar na superação da crise e apresentar boas propostas. No entanto, precisamos de optar por uma via que não envolva apenas a concretização de soluções e êxitos a curto prazo. Caso contrário, é como apagar um incêndio para, em seguida, virem as chamas novamente e queimarem tudo à volta.

Em primeiro lugar, precisamos, então, de investir em algo que mantenha a procura alta. O que me preocupa, tão próximo da Cimeira de Junho, é que estamos a escolher a via de que falou o orador que me antecedeu. É importante para a cimeira estabelecer compromissos claros de não colocar a Europa em modo de baixa energia. É importante manter a procura elevada e estimular o investimento. Precisamos de conseguir baixar a taxa de desemprego para mulheres, homens, jovens e pessoas com mais idade. Pessoalmente, estou muito decepcionada com a farsa da igualdade, apresentada pelo último Conselho após a sua reunião.

Em segundo lugar, precisamos de começar a mudança para sociedades "ambientalmente inteligentes". Manifestamente, em cada crise, há também uma oportunidade de desenvolvimento: caminhos para mudar, inversões para fazer. É extremamente importante que a Comissão dê espaço à Senhora Comissária Hedegaard

para que esta seja realmente uma política da acção climática que pode contribuir para fazer a diferença relativamente à Europa, na reunião de Cancún.

O meu terceiro comentário diz respeito aos mercados financeiros. Há algumas semanas, na Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social, tivemos a visita de um professor americano que se expressou da seguinte forma: nós, nos Estados Unidos, dizemos que não podemos regulamentar o mercado financeiro porque, na Europa, não fazem isso. Precisamos, sim, mas não temos coragem. E então o que diz a Europa? Bem, diz que não pode regulamentar o mercado financeiro porque, nos Estados Unidos, não fazem isso. E é assim que vamos andando, jogamos a bola para o campo um do outro desta forma. Há vencedores neste tipo de política, mas também existem muitos perdedores. Estamos perante algo que precisamos de ter a coragem de mudar nesta nossa Europa.

### **PRESIDÊNCIA: ROUČEK**

*Vice-Presidente*

**Wolf Klinz (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a minha experiência económica diz-me que as estratégias são tão boas quanto o forem as suas medidas específicas de execução e os meios de proceder ao seu acompanhamento. A Comissão ainda está para dar uma resposta a este respeito. Escutamos os objectivos, com os quais nos podemos identificar perfeitamente, ouvimos as intenções nobres, mas não ouvimos quase nada sobre o modo como estes objectivos vão ser alcançados em termos concretos.

Na verdade, eu tinha calculado que a crise financeira e económica - a maior por que passámos desde a Segunda Guerra Mundial, e que agora se aprofundou devido ao problema adicional da crise da dívida nacional - estaria no topo da lista de reflexões da Comissão. Na minha opinião, esse deveria ter sido o ponto de partida lógico, dado que ambas as crises mudaram significativamente a situação.

Se não nos ficarmos apenas pelas intenções nobres, mas, na verdade, quisermos alcançar algo nos próximos dez anos, então teremos de abordar uma série de pontos em termos muito concretos:

Em primeiro lugar, precisamos de examinar rigorosamente as nossas finanças - não só na UE, mas em cada Estado-Membro, de acordo com critérios uniformes - para que possamos saber em que pé nos encontramos realmente, qual é a nossa margem de manobra financeira e que tipo de despesas podemos efectivamente permitir-nos fazer.

Em segundo lugar, precisamos de desenvolver um mecanismo de resolução de crises que nos impeça de saltar fora dos eixos novamente no futuro, no caso de haver novas turbulências nos mercados.

Em terceiro lugar, é necessário concluir o mercado interno em áreas em que este ainda não se encontra completo – depósito grandes esperanças no relatório Monti - inclusive nos serviços.

Em quarto lugar, há que definir de forma convincente a maneira como vamos complementar a política monetária comum com uma política económica e financeira comum e estreitamente interligada e, inclusive, uma política fiscal.

Em quinto lugar, temos de definir muito claramente como é que podemos substituir a divergência, que temos observado entre os Estados-Membros, por uma maior convergência, concentrando-nos, para tal, em projectos económicos que tenham uma natureza verdadeiramente europeia. Há muitos deste tipo: a política energética, as interconexões de energia, o transporte ferroviário de alta velocidade e as redes viárias, os sistemas de navegação e muitos projectos similares.

**Emilie Turunen (Verts/ALE).** - (DA) Senhor Presidente, gostaria de começar por dizer que o trabalho nesta estratégia UE 2020 é muito importante, pois temos de pensar seriamente na forma como vamos sustentar-nos na Europa, no futuro. Precisamos de pensar seriamente no que os 23 milhões de cidadãos europeus desempregados vão fazer no futuro. No entanto, de um modo geral, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia sente que faltam objectivos específicos à estratégia numa série de importantes domínios destinados a transformar o projecto de uma Europa social numa prioridade dos próximos 10 anos.

Em primeiro lugar, não vislumbramos nenhum objectivo claro para a redução do desemprego juvenil, que é extremamente elevado em todos os Estados-Membros. Os primeiros passos, neste ponto, poderiam ser a introdução de uma "garantia para a juventude europeia", algo que permitiria aos jovens um ponto de apoio no mercado de trabalho. Em segundo lugar, devemos assegurar que temos metas específicas para o combate à pobreza. É uma vergonha que os Estados-Membros da Europa, na região mais rica do mundo, não consigam

concordar no estabelecimento de metas específicas para reduzir a pobreza. Algumas pessoas dizem que não gostam da definição. A essas pessoas eu diria que não devem permitir que pormenores técnicos se interponham no caminho. Outros dizem que não temos uma base jurídica nos Tratados. A essas pessoas, eu diria que temos o novo Tratado de Lisboa.

Em terceiro lugar, temos de trabalhar de uma forma coerente num plano vinculativo para o emprego. Precisamos de ligar investimentos "verdes" à criação de novos empregos. Precisamos de requalificar e formar a nossa força de trabalho para que possa assumir essas tarefas. Por último, os Chefes de Estado ou de Governo da UE têm de garantir um objectivo distinto para o desenvolvimento de uma Europa social, onde o mesmo nível de ambição é aplicado ao emprego e à segurança social, e onde o foco não incide apenas na quantidade, mas também na qualidade dos empregos que são criados. A UE 2020 ainda não cumpre esses parâmetros; ainda temos, portanto, trabalho para fazer.

**Malcolm Harbour (ECR).** - (EN) Senhor Presidente, pretendo falar sobre a falta de ambição que encontro nesta estratégia da UE 2020, relativamente à forma como podemos usar os instrumentos que temos agora - o mercado único - para a pôr a trabalhar de forma muito eficaz e para criar os tais novos empregos e oportunidades: aquilo de que a senhora deputada Turunen estava a falar. Não é suficientemente bom - e digo-o ao Presidente e ao Conselho, se o Comissário estiver a ouvir - colocar o mercado único e a sua realização sob este título: "Elementos em falta e estrangulamentos". É muitíssimo mais importante do que isso, colegas. E, simplesmente, não é suficientemente bom dizer que a Comissão irá propor acção; estamos a falar de um risco partilhado entre a Comissão e os Estados-Membros.

A comissão de que sou presidente, a Comissão do Mercado Interno, aprovou esta semana, por larguíssima maioria, um relatório que lança algumas ideias realmente ambiciosas sobre acções conjuntas para a realização do mercado único. Vão recebê-lo na próxima semana, juntamente com o relatório do Professor Monti. Vejamos algumas mudanças fundamentais aqui, ambas as partes. O que queremos é uma Lei do Mercado Único, um conjunto de objectivos políticos claros para completar o mercado interno, e queremos também ver os contratos públicos, uma ferramenta maciçamente subutilizada, a alcançar esses objectivos de inovação e tecnologia verde. É algo que quase não é mencionado neste documento. Pelo amor de Deus, por que estamos a falar sobre esses outros objectivos, quando efectivamente não estamos a fazer avançar o que já temos?

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, esta estratégia não dá resposta aos graves problemas que enfrentamos e ainda menos ao autêntico desastre económico e social que as imposições das políticas de livre concorrência estão a provocar nalguns Estados-Membros de economias mais frágeis. É um erro insistir em políticas idênticas à liberal Estratégia de Lisboa que deixou cair pelo caminho os objectivos anunciados há dez anos de pleno emprego e de erradicação da pobreza, dando antes prioridade aos interesses dos grupos económicos e financeiros, aos seus ganhos, à custa do agravamento da situação social e laboral.

Basta ver as consequências da aplicação dos critérios cegos do Pacto de Estabilidade e das liberalizações e privatizações de sectores estratégicos e de serviços públicos incluindo nos serviços financeiros, na energia, nos transportes e correios. Basta ver o que se passa na área do trabalho, com o crescimento da precariedade e do desemprego, que atinge actualmente mais de 23 milhões de desempregados, a que se juntam 85 milhões de pessoas em situação de pobreza.

Ao contrário do que se pretende fazer crer o que todos os indicadores demonstram é que, a manterem-se as estratégias seguidas até agora, as taxas de crescimento económico serão muito baixas e inferiores à de outras zonas do mundo, o que significa agravamento do desemprego, do trabalho precário e mal pago, da pobreza e da exclusão social. Lamentavelmente, o orçamento comunitário não dá resposta à necessária coesão económica e social, como a situação na Grécia bem demonstra.

Assim, é tempo de avaliar e assumir as consequências das políticas seguidas. É tempo de dar prioridade à sustentabilidade social. É tempo de acabar com a especulação financeira e a financeirização da economia. É tempo de acabar com o Pacto de Estabilidade e dar outras funções ao BCE, controlar eficazmente o sector financeiro e dar prioridade a um verdadeiro pacto de progresso e desenvolvimento social.

**Mario Borghezio (EFD).** - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o facto de estarmos aqui a discutir e a analisar o conteúdo desta Estratégia Europa 2020 enquanto em Atenas morrem trabalhadores e um país, uma nação está à beira do precipício, dá-nos uma imagem bastante significativa e, ousaria mesmo dizer, grotesca da política europeia.

É absolutamente espantoso que, numa situação como esta, a Comissão não sinta o dever de fazer uma profunda reflexão autocrítica, pois é impossível que não veja que esta crise que, em certos aspectos, assume

já proporções dramáticas, é consequência de muitos erros graves, como demonstra o malogro da estratégia de Lisboa. Muitos erros e um acusado: o euro.

Vêm aqui dizer-nos, em todas as vossas declarações, que a Grécia é um caso isolado, mas será que vão dizer o mesmo quando – esperemos que não – surgir outra situação idêntica, por exemplo, em Espanha: será mais um caso isolado? Aqui já estamos um pouco cansados de ouvir como justificação que são casos isolados: a crise do *subprime* também era um caso isolado. É difícil de acreditar e muito difícil de aceitar aquilo que a Comissão diz quando a União Europeia ainda não se resolveu a fazer uma limpeza nos bancos europeus e a dizer aos aforradores, aos produtores e à economia real a quantidade de porcarias que ainda existe nos bancos europeus, para poder desenvolver uma estratégia.

Há que ter estes pontos bem presentes e lembrar que uma estratégia séria deve ter como base a economia real, o sistema das pequenas e médias empresas e, naturalmente, deve também atribuir um papel de responsabilidade aos trabalhadores, através da sua participação.

**Csanád Szegedi (NI).** – (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o maior problema na União Europeia é, sem dúvida, o desemprego. No entanto, não podemos culpar os trabalhadores, os pequenos agricultores ou os empresários por esta situação. A única culpada é a filosofia política e económica que se aliou a empresas multinacionais contra os trabalhadores, os pequenos agricultores e os pequenos empresários locais. As multinacionais sem raízes num lugar, orientadas exclusivamente em função do lucro, pretendem conseguir a maior parte desse lucro contribuindo o mínimo possível para a despesa pública.

Qualquer decisão estratégica que favoreça os interesses locais é benéfica para os Estados-Membros da União Europeia, e qualquer decisão que mantenha a hegemonia das multinacionais é prejudicial. O Jobbik gostaria de colocar um ponto final ao monopólio económico das multinacionais e devolver a Europa aos pequenos agricultores e às empresas familiares, de forma a que, com a sua ajuda, possamos eliminar o desemprego dentro da Comunidade Europeia.

**Herbert Reul (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho e Senhor Presidente da Comissão, o Presidente da Comissão acabou de afirmar que, em tempos como este, não podemos seguir a abordagem da pedinçice aos vizinhos; antes de mais, necessitamos de uma boa cooperação e de uma acção decisiva. É um facto. Por esta razão, necessitamos igualmente de uma estratégia de acção. No entanto, fiquei com a impressão de que este projecto 2020, particularmente na forma como devemos negociá-lo e finalizá-lo aqui, não inclui qualquer estratégia genuína. Mais parece uma reflexão passada ao papel que agora está a ser levada para a frente a todo o vapor num procedimento rápido. Se é esta a forma de evitar os problemas tão acertadamente descrita por José Manuel Barroso, é duvidoso. Por exemplo, ele afirmou que o maior problema com a Estratégia de Lisboa era o facto de as partes afectadas não estarem envolvidas, não sentirem a posse da mesma e, por conseguinte, não se envolveram na sua execução. Foi precisamente isso que aconteceu.

No entanto, se for esse o caso, para uma nova estratégia necessitamos então de ter tempo para trabalhar calmamente na obtenção do envolvimento genuíno das partes e, em seguida, para poder discuti-la tranquilamente. Compreendo que, neste momento em que a crise financeira e o problema da Grécia nos colocam todos os dias novos problemas, não podemos ter essa calma. Isto também não é uma crítica. A crítica que eu faço tem a ver com o facto de nós, no Parlamento, permitirmos que nos seja ditada a forma como lidamos com o programa.

Na Conferência dos Presidentes das comissões expressámos por diversas vezes o desejo de estruturar o calendário com um pouco mais de cuidado, de forma a conseguirmos prosseguir mais exaustivamente. Em vez disso, o procedimento está a ser despachado; hoje estamos a realizar um debate e realizaremos outro no período de sessões de Maio, depois em Junho a proposta irá ao Conselho e termina por aí. Por favor não fiquem surpresos se, no final de tudo, não existir nenhuma alteração visível no que respeita à acção tomada. Isso não me surpreenderia, porque não conseguimos alcançar uma mudança desta forma. Necessitamos de uma análise minuciosa e não do tipo de conclusões superficiais que a Comissão para a Acção Climática retirou recentemente – deduzidas da situação de crise e do facto de ser agora emitido menos CO<sub>2</sub> –, segundo as quais podemos agora tentar atingir os 30% ou 40%.

O padrão não pode ser a crise! O padrão tem de ser uma perspectiva virada para o futuro. Necessitamos de observar cuidadosamente a situação e de analisar minuciosamente as conclusões que poderemos retirar das inovações, do desenvolvimento económico, da inovação e da pesquisa. No entanto, é óbvio que não o faremos.

**Alejandro Cercas (S&D).** – (ES) Obrigado, Senhor Secretário de Estado Lopez Garrido, os meus agradecimentos a alguém que poderá passar a mensagem ao Presidente do Colégio dos Comissários.

Espero que as suas palavras sejam seguidas de acções e que, em Junho, vejamos um Conselho muito diferente daquele que vimos na Primavera. Isto porque as suas palavras, que eu apoio integralmente, não me reconfortam nem me retiram os medos de ver um Conselho cheio de apatia e dúvidas, que por vezes até levanta questões que nos encham de verdadeiro pavor, por exemplo que os alvos, os nossos grandes alvos políticos e calculados, não são aconselháveis e nem sequer são possíveis.

Obrigado, Senhor Secretário de Estado. Espero que a Presidência Espanhola ajude a resolver todas estas incertezas, porque estou convencido de que estes tempos serão vistos, quando chegar a altura, como passageiros na história da Europa. São tempos muito confusos, em que estão a ser colocados em cima da mesa os maiores desafios no que respeita a querermos mais Europa ou menos Europa.

Este é o objectivo da estratégia da Europa 2020. Daqui a 10 anos seremos mais ou menos unidos? A vitória será ganha por aqueles que acreditam que devemos trabalhar em conjunto para resolver problemas económicos e sociais ou por aqueles que voltam para trás e se satisfazem com o nacionalismo e até destroem os elementos fundamentais construídos ao longo dos últimos 40 anos? Iremos dar mais apoio? Estaremos preparados para adoptar objectivos de solidariedade uns para com os outros, de partilhar com maior igualdade, de acumular mais riqueza e partilhá-la com maior igualdade, ou vamos deixar tudo nas mãos dos mercados?

Tal como alguns dos meus colegas afirmaram, eu não acredito que tudo isto tenha acontecido por ter havido muita Europa, muita regulamentação ou muita justiça social. Pelo contrário, foi a falta de Europa, a falta de regulamentação que trouxe a crise.

Assim, gostaria de fazer dois pedidos, Senhor Secretário de Estado Lopez Garrido: mantenha os objectivos de luta contra a pobreza e os objectivos de promoção de uma educação melhor, que se encontram no texto da Comissão mas não no texto do Conselho, e associe o Parlamento à voz do povo, para que a ordem de trabalhos do povo possa ser a ordem de trabalhos da Europa, ao invés de ser a ordem de trabalhos dos tecnocratas ou dos chamados “mercados”, que é muitas vezes a ordem de trabalhos dos especuladores.

**Olle Schmidt (ALDE).** – (SV) Senhor Presidente, o que afecta a Grécia afecta-nos a todos, incluindo os países fora da zona euro. O que a Europa precisa actualmente é de estar unida e de tomar acções convincentes, não de mais divisões. Por conseguinte, Senhor Comissário, é muito decepcionante o facto de 11 países não estarem presentes na Sexta-feira. Já foi dito que temos um destino comum na Europa, mas neste momento, infelizmente, não é esse o caso.

É óbvio que se deve incrementar a supervisão dos mercados financeiros e é óbvio que necessitamos de uma legislação mais dura. Isso é algo que eu, como Liberal, também consigo entender e aceitar, mas que deverá ser feito de uma forma equilibrada e coordenada a nível global.

Deixem-nos tomar acções convincentes e agressivas, caso seja necessário; mas não devemos agir levados pelo pânico. Precisamos de manter a cabeça o mais fria possível para não fazermos mais danos à recuperação económica, que, apesar de tudo e apesar da situação na Grécia, é discernível.

(EN) Quando ouvi o senhor deputado Bloom, fiquei muito aborrecido. Ele não está aqui agora, mas comparar a União Europeia com a União Soviética é um insulto para todos aqueles que sofreram sob a tirania soviética e para todos aqueles milhões que morreram. Penso que o senhor deputado Bloom deveria pedir desculpa a todos aqueles que insultou.

**Lajos Bokros (ECR).** – Senhor Presidente, quando o Primeiro-Ministro espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, inaugurou a Presidência espanhola em Estrasburgo, fez um discurso sobre a Europa 2020 sem mencionar uma única vez qual a razão principal por que a Estratégia de Lisboa falhou. Então fiz-lhe a pergunta: como é que alguém pode alguma vez elaborar uma estratégia nova sem analisar as falhas da anterior?

Neste momento não tenho outra opção senão a de repetir a minha pergunta, porque o novo documento não diz nada sobre a razão desta falha ter ocorrido. Por favor, Senhor Secretário de Estado Lopez Garrido, pode responder à minha pergunta: como é que é possível estabelecer um novo conjunto de objectivos muito ambiciosos sem primeiro analisar as razões da falha da Estratégia de Lisboa?

**Cornelis de Jong (GUE/NGL).** – (NL) Senhor Presidente, desafio a Comissão e o Conselho a tomarem decisões claras. Em primeiro lugar: optem pela democracia. Como é que o Conselho pretende tomar decisões que estabelecerão políticas socioeconómicas a nível dos Estados-Membros por um período de dez anos sem

que os eleitores possam manifestar a sua opinião sobre elas durante esse período, durante esses dez anos? Isso significaria, por exemplo, que um Primeiro-Ministro holandês demissionário poderia tomar decisões para os dez anos seguintes, e isso é simplesmente inaceitável.

Em segundo lugar: o trabalho tem de ser pago. O objectivo de 75% de emprego soa lindamente, mas a Europa não necessita de mais trabalhadores pobres. Como é que o Conselho define verdadeiramente o emprego?

Em terceiro lugar: optem por despesas públicas saudáveis. Como é que a Comissão apresenta um orçamento para 2011 prometendo um crescimento não inferior a 5,8%, quando a Europa 2020 realça fortemente as medidas de austeridade.

Em quarto lugar: optem por um mercado interno social. Concordam a Comissão e o Conselho com a Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores quando esta propõe que o mercado interno possua um *ethos* mais social e que os procedimentos dos concursos se concentrem mais na qualidade e na justiça social?

Em quinto lugar: optem pela redução da pobreza. No que diz respeito à redução da pobreza, o Conselho aponta apenas para o crescimento económico. Nos últimos anos, o crescimento económico conduziu principalmente a que os gestores recebessem altos salários, mas os pobres estão a ficar cada vez mais pobres. Que medidas vão tomar para garantir, por exemplo, que bancos e altos assalariados paguem o preço da crise e não os pobres?

**Mara Bizzotto (EFD).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para fazer face ao problema do emprego de uma forma construtiva, a acção da UE deve nortear-se por três palavras de ordem: reagir, evoluir, proteger.

Reagir: ou seja, pôr de lado os tons celebrativos da euro-propaganda para fazer face, em termos concretos, aos problemas que afectam os cidadãos da UE, garantindo uma ligação directa entre o mundo da formação e as exigências do mercado e do território e requalificando a percepção dos jovens relativamente às profissões manuais.

Evoluir: ou seja, fazer da Estratégia Europa 2020 uma síntese positiva das exigências das empresas e dos trabalhadores, em apoio de um mercado do trabalho em que seja a flexigurança dos contratos de trabalho a responder à instabilidade da procura do mercado.

Proteger: ou seja, dar trabalho a quem o perdeu, em primeiro lugar aos nossos cidadãos: os Estados-Membros devem, portanto, avaliar as políticas de imigração de acordo com as necessidades reais de imigração e, com 23 milhões de desempregados, será de ponderar bloquear, durante alguns anos, a imigração extra-comunitária. Não vejo outra maneira de proteger os nossos empregos e o nosso sistema social. Precisamos de pragmatismo, coragem e descentralização.

**Marian-Jean Marinescu (PPE).** – (RO) O crescimento económico sustentável requer um investimento enorme e estável, também no sector de transportes. O sector dos transportes representa cerca de 10% do PIB na União Europeia e é responsável por mais de 10 milhões de postos de trabalho.

Aproveito esta oportunidade para convidar a Comissão e o Conselho Europeu, quando estiverem a finalizar a Estratégia UE 2020, a terem igualmente em consideração os seguintes factores extremamente relevantes relativos ao sector dos transportes: promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação, com vista a conseguir transportes verdes; consolidação do objectivo da UE de descarbonização dos transportes através da utilização de recursos alternativos, carros eléctricos, SIT, gestão inteligente do tráfego, cobrindo também o sector da aviação; reforço da coordenação entre infra-estruturas, por forma a aumentar a protecção ambiental, as condições sociais dos trabalhadores e a segurança e protecção dos passageiros.

Gostaria de destacar os seguintes aspectos absolutamente essenciais em áreas específicas: a necessidade urgente de implementar um céu único europeu no sector da aviação, a necessidade urgente de implementar a inter-operacionalidade no sector ferroviário, expandindo e melhorando as infra-estruturas rodoviárias e a segurança nas estradas europeias do sector dos transportes rodoviários, alcançando a intermodalidade em portos de navegação interior e alargando as "auto-estradas marítimas" aos transportes marítimos e fluviais, e a necessidade urgente de desenvolvimento sustentável da mobilidade urbana.

A Comissão Europeia deve levar em consideração todos estes aspectos relativos à mobilidade, que deverá constituir um dos elementos fulcrais na Estratégia UE 2020. O desenvolvimento bem coordenado do sector dos transportes é crucial para o desenvolvimento sustentável e para manter e criar empregos estáveis.

**Anni Podimata (S&D).** – (EL) Senhor Presidente, muito obrigada. Permita-me que, como Grega, comece por expressar a minha profunda tristeza relativamente aos trágicos eventos que ocorreram no meu país e resultaram na morte de três cidadãos encurralados num banco quando elementos extremistas que se encontravam infiltrados numa enorme manifestação totalmente pacífica lhe atearam fogo.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade trágica, porque sei que toda a Europa e todos os meios de informação europeus estão neste momento de olhos postos na Grécia, para pedir aqui a todos os meus colegas deputados que demonstrem responsabilidade, “gravitas”, solidariedade e, o mais importante, respeito em relação a uma nação que atravessa um período tão difícil. Digo isto porque temo que, a partir de amanhã, alguns dos principais jornais europeus em certas capitais, com base precisamente nestes eventos trágicos, mantenham que os seus medos e dúvidas são justificáveis quanto a se a Grécia pode e está determinada a implementar as decisões extremamente difíceis que tomou em relação às reformas financeiras.

Porque, no dia seguinte ao acordo do passado domingo, recomeçou a circular a mesma história que já ouvimos desde o dia 11 de Fevereiro, com uma série de comentários sobre a ineficácia das medidas gregas e as perspectivas de reestruturação da dívida grega, especulando sobre se o país deveria sair da zona euro e, obviamente, com novos ataques dos mercados quer às acções gregas, quer às acções portuguesas e espanholas.

Uma vez que também estamos a debater as expectativas da estratégia 2020, pergunto-me onde isto nos conduzirá. Para onde nos dirigimos perante esta constatação de que as economias nacionais dependem integralmente das crises do mercado, de avaliações de agências de notação dos riscos que não são supervisionadas por ninguém e cujas avaliações, certas ou erradas, sobre as empresas ou Estados, principalmente Estados da zona euro, não possuem qualquer tipo de consequências e não estão sujeitas a qualquer forma de controlo?

(Aplausos)

**Ramona Nicole Mănescu (ALDE).** – (RO) Nos últimos dois anos, enfrentámos a mais grave crise económica global de sempre. Consequentemente, é de importância vital que os nossos esforços sejam mais bem focalizados com vista a fornecer um impulso à concorrência, à produtividade e ao potencial de crescimento económico.

Os objectivos da estratégia têm de ser realistas. É por isso que têm de ser definidos em estreita co-relação com os objectivos nacionais dos Estados-Membros, eles próprios definidos de acordo com as prioridades e principais características de cada Estado-Membro. Como resultado, quero congratular-me com a noção de que os objectivos adoptados ao nível da Comunidade deveriam ser divididos em vários objectivos nacionais.

Solicitei à Comissão que propusesse novas medidas, a incluir numa resolução do Parlamento, como, por exemplo, possíveis sanções contra Estados-Membros que não apliquem a estratégia e incentivos para aqueles que a cumpram. De facto, os fundos da União Europeia deveriam ser condicionados, não só à obtenção de resultados, mas também à compatibilidade com os objectivos da estratégia. No entanto, não devemos ignorar a importância da política de coesão na obtenção dos objectivos económicos e de desenvolvimento da União Europeia.

Devemos, por conseguinte, analisar de perto as propostas da Comissão, pois uma proposta como esta de suspender automaticamente os Fundos Estruturais aos Estados-Membros com um grande défice orçamental seria uma medida irrealista e em completo desacordo com os objectivos das políticas de coesão, especificamente as que visam a redução das disparidades entre Estados-Membros.

**Oldřich Vlasák (ECR).** – (CS) A União Europeia representa a maior entidade geopolítica do mundo em termos de população. O nosso sucesso até à presente data, que devemos abordar com grande humildade durante o actual período de crise, consiste na capacidade de as nossas economias desenvolverem as suas aptidões para a inovação e as exportações, em particular.

Isto é especialmente claro relativamente aos nossos concorrentes como os EUA e o Japão, mas também a China, a Índia e o Brasil. Neste contexto, considero fulcral manter o foco estratégico particularmente no crescimento económico e no emprego. Neste aspecto, os problemas sociais e as alterações climáticas não devem poder distrair as atenções dos objectivos principais.

Simultaneamente, devemos ter em mente que uma pré-condição essencial para um crescimento inteligente e sustentável nos nossos Estados-Membros, das suas regiões e municípios, é uma infra-estrutura suficiente, de uma perspectiva ambiental e de transportes. Este factor não é levado devidamente em conta na Estratégia Europa 2020 e o foco essencial em investimentos contínuos e de reforço no desenvolvimento de



infra-estruturas está por conseguinte completamente em falta, principalmente naqueles Estados e regiões onde elas se encontram de momento insuficientemente desenvolvidas.

**Joe Higgins (GUE/NGL).** – (EN) Senhor Presidente, a estratégia-chave que a Comissão Europeia possui para a Europa até 2020 consiste na confiança no capitalismo neoliberal e num sistema de mercado – por outras palavras, exactamente os mesmos factores que mergulharam o mundo no actual caos económico - e ficou demonstrada na resposta da Comissão e dos governos da UE à crise financeira da Grécia: uma capitulação vergonhosa à especulação e aos lucros dos tubarões dos mercados financeiros, exigindo que a classe trabalhadora grega, os pensionistas e os pobres vejam os seus padrões de vida e serviços vandalizados para alimentar a ganância insaciável destes mercados financeiros, que não são uma espécie de deus todo-poderoso, como os comentadores dos meios de informação gostariam de nos fazer acreditar, mas sim os bancos de investimento, os operadores de fundos especulativos, os obrigacionistas e similares – parasitas em busca de super lucros através da especulação deliberada, com vista a criar instabilidade financeira e, em seguida, explorá-la para sugar a classe trabalhadora. É esta a Europa que queremos para 2020?

É patético ouvir o Senhor Presidente Barroso apelar-lhes à responsabilidade: pedir ao tubarão que deixe de gostar de sangue! A luta da classe trabalhadora Grega deveria ser suportada por trabalhadores de toda a Europa. Temos de quebrar a ditadura do mercado. Assim será feito, não por idiotas que deitam fogo a bancos mas por mobilizações em massa sustentáveis e por greves de trabalhadores, substituindo este sistema adoentado por um socialismo democrático e por uma verdadeira sociedade humana a ser criada em 2020.

**Jaroslav Paška (EFD).** – (SK) Com todo o devido respeito pelos documentos apresentados, a sua semelhança com os planos quinquenais que eram supostos trazer prosperidade ao Bloco de Leste não pode ser ignorada. Começam mesmo por reconhecer que a estratégia anterior não foi, por diversas razões, bem sucedida.

Estabeleceram-se então objectivos ambiciosos e tentou-se convencer as pessoas de que, realmente, desta vez tudo seria melhor. Mas não foi melhor. As estratégias surgiram e passaram e a economia desabou. As estratégias falharam quanto ao respeito das regras básicas da vida económica. A Europa está a ficar sem fôlego, apesar de dispor de uma percentagem mais elevada de pessoas com formação do que muitos países de sucesso, como a China ou Índia. Porque é que isso acontece? Porque responde a cada novo problema que surge da mesma forma que o Conselho Europeu ou a Comissão, criando mais uma instituição ou autoridade. A maior parte dos Europeus com formação desaparece então nas entranhas de diversas organizações, e esses milhões de pessoas com formação, que poderiam estar simultaneamente a trabalhar criativamente noutras áreas, por exemplo em inovação e desenvolvimento no sector produtivo, apenas passeiam papéis pelos escritórios e esgotam recursos comuns.

Senhoras e Senhores Deputados, se queremos realmente ter mais êxito, temos acima de tudo de simplificar as regras da coexistência empresarial e reduzir os encargos administrativos. Temos de criar mais espaço para a aplicação da independência, do empreendedorismo e da criatividade das pessoas, e temos de reencaminhar o dinheiro que estamos a gastar presentemente na administração para o progresso e o apoio à inovação e ao desenvolvimento no sector produtivo.

**Othmar Karas (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os nossos objectivos consistem numa comunidade da Europa, numa união política credível, num crescimento sustentável, num emprego e numa inovação sustentáveis, numa coesão social e numa competitividade igualmente sustentável.

O nosso objectivo não é a Europa 2020. A Europa 2020 deve constituir um instrumento que nos permita atingir os nossos objectivos. Tem de representar a nossa declaração Robert Schuman de 2010 e de ser tão tangível como o era em 9 de Maio de 1950. A Europa 2020 não deve degenerar num conjunto de desejos inalcançáveis para o futuro ou num caixote de lixo cheio dos nossos problemas, questões e frustrações por resolver. Tem de ser um instrumento tangível, financiável e sustentável que forneça uma resposta para a crise, e tem de ser um projecto motivador, testável da União Europeia que nós possamos sancionar. A Europa 2020 tem de pôr em movimento projectos específicos para o crescimento, o emprego, a pesquisa, a inovação e a competitividade sustentável.

Precisamos de rever as nossas finanças em todos os Estados-Membros e na União Europeia de modo a dispormos de um ponto de partida honesto para os nossos planos futuros e também para sabermos o que é que necessitamos de financiar e para quê. Precisamos ainda de verificar a adequação da Estratégia Europa 2020 às nossas políticas nacionais sobre o orçamento, os impostos, a investigação, a energia, a inovação e as questões sociais. Deveríamos dar todo o nosso apoio às medidas do Senhor Comissário Rehn.

A Europa 2020 tem de ser a expressão de uma nova vontade política comum e a nossa resposta ao triste aumento do nacionalismo, do egoísmo e do proteccionismo. Completemos o mercado interno e, juntamente com a união monetária, criemos uma união económica forte que faça parte de uma união política credível. É disso que precisamos, nem mais nem menos.

**Sergio Gaetano Cofferati (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho de confessar a minha preocupação acerca da cimeira de Junho, porque não vejo nada de novo no debate capaz de rectificar as recomendações do Conselho da Primavera. Essas recomendações já eram decepcionantes, por não terem como base um mínimo de análise crítica acerca das limitações de Lisboa e das consequências da falhada implementação de alguns dos planos políticos e culturais mais importantes elaborados nessa ocasião.

Também são decepcionantes por ignorarem a crise: são 10 pontos indicados genericamente, sem uma relação lógica entre si; são uma soma de boas intenções que não parecem, contudo, produzir uma política. E continuamos na mesma posição. Também não consigo ver uma vontade concreta de definir prioridades. O problema da Europa é o seu nível de competitividade no sistema global. Por conseguinte, não pode prescindir da coesão social, um dos factores fundamentais da competitividade. Sem coesão, nenhum país – e muito menos um grupo supranacional – consegue permanecer no mercado mundial, uma vez que teria conflitos internos que o tornariam cada dia menos competitivo.

Por outro lado, temos a questão da inovação: não basta referi-la, precisamos de estabelecer objectivos concretos, que não figuram nas recomendações, sobre a quantidade de recursos a destinar à inovação, quer de produtos, quer de processos. Só a qualidade, tanto na vida civil como no trabalho e também na produção de bens e serviços, pode voltar a pôr a Europa em posição de competir, depois das consequências extremamente graves desta crise. Por último, gostaria de acrescentar que há uma questão que nunca é referida: podemos tentar realizar objectivos ambiciosos se também tivermos integração política. Os Estados-Membros não falam sobre isso, deram o assunto por encerrado: a péssima gestão da crise grega aí está a demonstrá-lo.

**Ivo Strejček (ECR).** – (CS) Sou oriundo de um Estado-Membro onde, até aos 28 ou 29 anos, vivi sob um regime baseado no planeamento central, onde a vida era regulada por planos quinquenais, planos esses que eram sempre substituídos por novos planos quinquenais, porque os anteriores nunca eram cumpridos. Perdoem-me, pois, por me mostrar sensível ou talvez mesmo demasiado sensível quando se fala de planear a forma como a Europa vai ser em 2020, e por, durante este debate, que é sem dúvida interessante, não prestarmos – ou prestarmos menos – atenção ao que está a suceder hoje não só na Grécia, mas em toda a zona euro. Tenho estado a ouvir muito atentamente, durante toda a tarde, o debate nesta Câmara e tenho ouvido apelos a mais Europa, a mais centralização, a mais controlo central. Pois bem, neste momento e neste debate, a minha resposta é que precisamos de menos centralização, de mais confiança no mercado, de mais mercado e mecanismos de mercado, porque o que realmente está a acontecer agora, não só na UE, não só na zona euro, mas também nos Estados Unidos e em outros países é uma história de incrível fracasso de toda a intervenção estatal.

**Pilar del Castillo Vera (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, muitos dos colegas que intervieram interrogaram-se sobre a razão por que fracassou a Agenda de Lisboa e se não deveríamos começar por analisar esse fracasso antes de darmos os próximos passos.

A meu ver, o problema com a Agenda de Lisboa é que, em última análise, não foi mais do que um símbolo encerrado numa bolha, que não teve qualquer desenvolvimento prático. No final, descobrimos que por um lado havia uma teoria, a Agenda de Lisboa, sobre a qual todos falávamos, e por outro lado havia a prática, que nada tinha a ver com ela.

Por isso, na minha opinião, e com base nesta experiência, a Estratégia Europa 2020 tem de ser uma nova agenda que só poderá ser levada por diante se houver um compromisso muito claro – insisto, muito claro – por parte de todas as instituições: as instituições políticas europeias e as instituições políticas nacionais.

Este compromisso tem de ser, além disso, um compromisso verificável, que possa ser avaliado, sobre o qual tenhamos informação e uma capacidade imediata de correcção quando os compromissos não estiverem a ser cumpridos, quando houver falhas. Isso é para que não venhamos a encontrar-nos em nenhuma situação de circunstâncias extremas. Ou todos nós entendemos que este projecto comum precisa destes instrumentos para ir para a frente, ou dentro de pouco tempo estaremos numa situação semelhante.

**Jo Leinen (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, a Estratégia de Lisboa tinha como tema a competitividade e era uma estratégia económica fortemente unilateral, que, evidentemente, falhou em parte. Apraz-me, por isso,

que o tema da Estratégia UE 2020 seja agora a sustentabilidade. É o caminho certo a seguir e envolve também um melhor equilíbrio entre as evoluções e as necessidades económicas, sociais e ambientais.

A sustentabilidade tem a desvantagem de ser um conceito muito genérico, ao qual também pode faltar substância. Temos, portanto, de a tornar mais concreta. Neste sentido, o documento da Comissão é demasiado vago, pois faltam-lhe muitos elementos para que possamos pô-lo em prática. Uma Europa eficiente em termos de recursos é a abordagem correcta – temos escassas reservas de energia e escassas reservas de matérias-primas –, mas faltam objectivos e instrumentos que nos conduzam a um estágio de eficiência de recursos na nossa produção e no nosso consumo. Espero, assim, que até Junho tenhamos algo um pouco mais concreto e que saibamos exactamente o que cada um de nós tem de fazer – o que vai fazer a Comissão, o que vai fazer o Parlamento e o que os Estados-Membros terão de fazer.

No que respeita a esta Europa eficiente em termos de recursos, o ambiente parece ter sido um pouco esquecido, já que o ar, a água, a terra e os ecossistemas também são recursos. E isso foi completamente perdido. Gostaria, pois, de ouvir algo mais da parte da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar sobre o que queremos fazer nesta matéria. A estratégia da biodiversidade fracassou. Naturalmente, uma nova estratégia foi elaborada para nos conduzir até 2020 e este ponto deve ser nela contemplado.

A protecção do clima tem sido, sem dúvida, muitas vezes discutida. Creio que temos de aumentar a nossa meta de redução do consumo de energia de 20% para 30% e precisamos de objectivos obrigatórios no domínio da eficiência energética. Isto é ainda algo de muito vago e que temos de tornar juridicamente vinculativo.

**Mirosław Piotrowski (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, a Estratégia Europa 2020 que estamos a debater tem, fundamentalmente, uma dimensão ideológica. Inclui muitos objectivos louváveis, tais como a melhoria da participação no mercado de trabalho e a obtenção de habilitações académicas para 40% dos cidadãos da UE, e também um aumento do investimento na inovação. É curioso que não tenham sido previstas quaisquer sanções para os países que não cumpram a obrigação de aplicar tais magníficas ideias. Ter-se-ia a impressão de que os autores da estratégia não têm minimamente em atenção a grave crise instalada na Grécia, ou o que poderá acontecer em breve em Espanha e Portugal – acontecimentos que podem conduzir não só à desintegração da zona euro, mas também à erosão da União Europeia.

Num momento tão dramático para a Europa, é constantemente feita a recomendação de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 30%, por exemplo – algo que irá asfixiar as economias dos países da Europa Central e Oriental, incluindo a Polónia. Esses países também podem ser prejudicados em resultado das restrições impostas à política de coesão. Há muitos indícios de que o projecto socialista e utópico para 2020 irá ter o mesmo destino da Estratégia de Lisboa. Esperemos que, entretanto, não cause mais danos.

**Danuta Maria Hübner (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, para que qualquer estratégia seja eficaz, é essencial, a meu ver, criar vínculos fortes entre os seus objectivos e os instrumentos políticos disponíveis, e vejo quatro principais instrumentos políticos como mecanismos de execução da Estratégia UE 2020.

Em primeiro lugar, o mais importante é a regulação do mercado interno, que estimule a concorrência e o dinamismo económico e reconheça as obrigações sociais que resultam da integração económica; e, relativamente a esse ponto, gostaria de apoiar firmemente as palavras de Malcolm Harbour.

Em segundo lugar, temos o investimento de capital em transportes, energia e telecomunicações. Precisamos de investimento de capital numa escala sem precedentes. É preciso, portanto, mobilizar financiamentos públicos e privados; sobretudo, há que promover fortemente as parcerias público-privadas e reforçar as instituições financeiras europeias a fim de superar os obstáculos ao financiamento do crescimento gerados pelo défice e pelos compradores de dívida dos orçamentos nacionais.

Em terceiro lugar, refiro-me à despesa pública através do orçamento europeu. Uma vez que os objectivos da UE são essencialmente horizontais e não sectoriais, a despesa orçamental da UE deve basear-se numa abordagem integrada do desenvolvimento, combinada com instrumentos reforçados de engenharia financeira, e promover a abertura das nossas economias à concorrência mundial.

Em quarto lugar, refiro a coordenação das despesas orçamentais nacionais em domínios prioritários através do método aberto de coordenação. No entanto, os mecanismos "suaves", ou não vinculativos, deste método – ainda que melhorados – só podem, infelizmente, conduzir-nos em parte aos objectivos acordados no quadro da Estratégia UE 2020; daí só poder ser um instrumento de apoio.

A coordenação europeia deve focar-se em domínios onde exista ou possa desenvolver-se um verdadeiro valor acrescentado europeu e onde não prejudique a concorrência. Os instrumentos políticos disponíveis devem ser utilizados de modo a garantir que se evite a armadilha de um modelo fortemente intervencionista de crescimento, impulsionado pela política tradicional sectorial e industrial. Isso poderia comprometer a atractividade da Europa em termos de investimento e negócio, reduzindo o seu potencial de crescimento. A UE 2020 tem de ser uma estratégia de crescimento e emprego, pois não há outra opção.

**Kader Arif (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise financeira, económica e social que atravessamos não tem precedentes. Atinge duramente o nosso continente e as suas populações, causando imensos problemas sociais e humanos, e a Grécia, infelizmente, é um exemplo brutal e vergonhoso para nós.

O desemprego não pára de crescer. Há já milhões de europeus desempregados e o seu número aumenta de dia para dia. A resposta deve ser política, forte, rápida e coordenada, e deve ter em conta a grave crise ambiental que vivemos e que requer um novo modelo de desenvolvimento.

Estas múltiplas crises geram, entre os nossos concidadãos, uma grande expectativa e uma esperança à qual a Estratégia Europa 2020 deveria ter respondido. No entanto, face a estes desafios de uma amplitude excepcional, a resposta não se concretizou, o que lamento. As orientações definidas em Março pelo Conselho Europeu não estão à altura da tarefa. Não há determinação, não há ambição, mas, infelizmente, isso já não me surpreende.

Em todo o lado, os senhores, membros do Conselho e da Comissão, os senhores mesmos e os vossos Comissários gabam a coerência das vossas políticas. Mas tenho a impressão de que este é apenas um conceito que serve de disfarce para esconder a vossa inação. V. Exas. não têm uma estratégia coerente que combine as políticas económica, social, comercial, industrial, agrícola ou de investigação para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Além disso, a dimensão externa da acção europeia na vertente comercial é impossível de encontrar ou está sob a égide do intocável dogma liberal da "Europa global". Queremos que o comércio seja um verdadeiro instrumento ao serviço da criação de emprego e crescimento, da luta contra a pobreza e da promoção do desenvolvimento.

Mas estão a perseguir – não por razões técnicas, mas por razões políticas – um objectivo diferente: corrida para reduzir os custos e baixar os salários, corrida para concluir acordos bilaterais de comércio livre em detrimento do multilateralismo, provocando assim dumping social e fiscal. Essa política é responsável por demasiadas perdas de empregos, demasiadas deslocalizações e demasiados danos sociais para continuar assim.

Para concluir, esperamos que a Comissão e o Conselho reacendam o espírito europeu, rejeitando os egoísmos nacionais de modo a fazer da Europa um refúgio não só de prosperidade, mas também de solidariedade. Assegurar que a Europa projecte uma imagem diferente de si mesma, não só para os seus próprios cidadãos, mas também para o resto do mundo: é esse o sentido da resolução do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu.

**Richard Seeber (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, não faz realmente muito sentido comentar as observações feitas pelas franjas políticas de direita e de esquerda deste Parlamento, já que, na verdade, não têm importância nesta sensata Assembleia, que é mantida por forças políticas interessadas no desenvolvimento da Europa. No entanto, se a Estratégia UE 2020 é agora comparada a um plano quinquenal comunista, é preciso aconselhar essas pessoas a procurar num manual o que é política económica e a ler a sua história. Verão então as diferenças.

Ouvimos agora a extrema-esquerda – não as forças sensatas que aqui têm assento ligeiramente à nossa esquerda – dizer que a Europa deveria mais ou menos voltar aos tempos do comunismo. Uma parte da Europa, infelizmente, viveu sob regimes comunistas e todos sabemos o que daí resultou. Podemos desejar muitas coisas, mas o importante é permitirmos que os nossos cidadãos possam viver uma vida de dignidade e prosperidade, na qual tenham a possibilidade de usufruir de serviços de educação e de serviços prestados pela sociedade.

É também necessário, por conseguinte, que nós, como sistema político, reflectamos sobre o modo de podemos utilizar os recursos existentes da melhor forma possível. Trata-se simplesmente de efectuar este planeamento.

Cada família, cada autoridade local pondera o que fazer com os seus recursos para que possa fazer progressos num certo período de tempo. E essa é uma atitude sensata.

Até agora, só uma economia de mercado – com limites, não um mercado desenfreado – foi realmente capaz de prestar estes serviços a longo prazo. Faz portanto sentido que reflectamos a nível europeu sobre o modo como podemos organizar esta economia de mercado na Europa. Pensar unicamente em termos de fronteiras nacionais já não é uma estratégia de sucesso e está condenada ao fracasso. Temos, portanto, de reflectir sobre a forma de podemos pôr este mercado europeu ao serviço dos cidadãos. Não se trata de competitividade em si, mas de garantir que a Europa seja competitiva para que os serviços possam ser prestados aos cidadãos. É simplesmente deste debate que se trata.

Muitos colegas já entraram nos aspectos de pormenor. Eu gostaria de me limitar a estas declarações gerais. Mas àqueles que se situam nas franjas políticas deste Parlamento teremos por vezes de dizer: pensem no que dizem, mas, sobretudo, leiam a História!

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Neste momento, a taxa de desemprego na União Europeia atingiu os 10%, tendo a taxa de desemprego juvenil atingido os 20%. Este ano não houve motivo para celebrações no dia 1 de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, porque há 23 milhões de desempregados na União Europeia.

Para criar empregos, temos de definir claramente os sectores que na UE requerem investimento. Só a educação nos permitirá proporcionar aos jovens as habilitações necessárias para conseguirem um emprego e terem uma vida condigna. Além disso, o investimento na agricultura também permitirá à União Europeia prover as suas necessidades básicas em termos de alimentos e de biocombustíveis.

O investimento em infra-estruturas de transportes é vital. Este ano, estamos a rever a lista de projectos RTE-T prioritários. A UE precisa de uma rede de transportes ferroviários de alta velocidade, que irá servir todas as capitais da União Europeia e as principais cidades europeias. Tem também de modernizar as infra-estruturas rodoviárias, os portos e os aeroportos. Creio que é uma prioridade para a União Europeia investir no desenvolvimento das infra-estruturas de transportes na Europa Oriental. Esta é a única forma de nos permitir ter um mercado interno realmente eficiente. No entanto, todos esses projectos requerem recursos financeiros que ascendem a muitos milhares de milhões de euros, que serão compensados nos orçamentos públicos através de taxas e impostos e, sobretudo, através dos postos de trabalho criados e do desenvolvimento económico gerado.

Além disso, os investimentos nas infra-estruturas de energia, na eficiência energética e nas energias renováveis reduzirão a dependência energética da UE e gerarão cerca de 2,7 milhões de empregos até 2030. No entanto, em vez de investimentos na iniciativa "Cidades Inteligentes", constatamos que mais de 150 milhões de euros do Plano de Relançamento da Economia Europeia continuam por utilizar. Por último, mas não menos importante, a União Europeia deve investir na investigação e no desenvolvimento sustentável da indústria europeia.

Senhor Presidente, gostaria de concluir com um apelo à Comissão e ao Conselho para que criem um instrumento semelhante ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, para apoiar os trabalhadores do sector público que perderam os seus postos de trabalho devido à crise económica.

**Enikő Győri (PPE).** – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, penso que todos nós sabemos que temos uma enorme tarefa pela frente. Temos de formular uma estratégia conjunta para os Estados-Membros e as instituições da União Europeia que assegure que as sequelas da crise sejam tratadas, permitindo ao mesmo tempo que a União e todos os seus Estados-Membros sejam competitivos no ambiente económico mundial e se desenvolvam de uma forma ambientalmente sustentável, de modo a que todos os cidadãos da União sintam rapidamente o seu nível de vida aumentar, mesmo no curto prazo.

Gostaria, no entanto, de fazer duas observações sobre a nova estratégia que, creio, cobre os aspectos básicos, embora seja importante mencionar duas coisas. Primeiro, justifica-se uma certa cautela e prudência no que se refere aos objectivos quantificáveis. Estes têm que ser ambiciosos, mas realistas e atingíveis, prestando especial atenção ao ponto em que cada Estado-Membro começou e às suas capacidades. A pobreza significa uma coisa no Reino Unido e outra na Bulgária. Os nossos sistemas de ensino são diferentes. Levanta-se a questão de saber, por exemplo, se vale a pena aumentar em todo o lado para 40% a percentagem de pessoas com diploma universitário, ou se não estamos simplesmente a fazer aumentar o número de licenciados desempregados. Penso, no entanto, que a melhoria da formação profissional deve, em todo o caso, ser incluída entre os nossos objectivos.

Segunda observação: a estratégia deve reforçar a coesão interna da UE, ou seja, a sua convergência. Concordo com o apoio aos sectores-chave porque são o motor da economia europeia. Ao mesmo tempo, convém recordar que as diferenças internas entre os 27 Estados-Membros, em diferentes estádios de desenvolvimento, apenas se ampliariam se prosseguíssemos uma política de desenvolvimento económico unilateral que colocasse a tónica na competitividade sem ter em conta as características distintivas dos Estados-Membros. Sem coesão interna não pode haver competitividade externa. Reduzir as disparidades nas regiões menos desenvolvidas significaria a existência de mercados mais vastos, uma procura efectiva e potencial de inovação para toda a União, requerendo ao mesmo tempo menos assistência social. Deverá ser criado, para as regiões menos desenvolvidas, um quadro que lhes permita tirar proveito das possibilidades oferecidas pelo mercado interno. Com o tempo, portanto, todos se tornariam competitivos por seu próprio mérito. Espero que possamos encontrar espaço para a política de coesão na nova estratégia.

**Radvilė Morkūnaitė-Mikulėnienė (PPE).** - (LT) Estamos hoje a discutir o tipo de União Europeia que gostaríamos de ter daqui a dez anos. Actualmente, o desemprego, sobretudo entre os jovens, é um dos principais problemas da União Europeia, o que, infelizmente, nos obriga a referirmo-nos aos jovens de hoje como a geração perdida da era actual. Falamos da criação de postos de trabalho, da protecção do ambiente, falamos da promoção das iniciativas de jovens, do apoio ao sistema de ensino, de muitos outros aspectos importantes, mas, sobretudo, falamos de tudo isto como se de coisas distintas se tratasse, sem ver o contexto geral. Infelizmente, ao ler as propostas actuais sobre a Estratégia Europa 2020, fico com a sensação de que, uma vez mais, estas poderão não passar de palavras vãs se não tivermos em devida conta os pontos de vista daqueles que terão de implementar esta estratégia, ou seja, os jovens. Gostaria que a Estratégia Europa 2020 constituísse um elo entre a economia e a ecologia, que os jovens, precisamente, ajudariam a pôr em prática, de modo a que esta seja uma oportunidade de os jovens oferecerem os seus conhecimentos e criarem o futuro da União Europeia. Sendo eu própria representante desses mesmos jovens que irão implementar a estratégia, gostaria de apresentar algumas propostas concretas. Em primeiro lugar, promovamos a criação de empregos verdes, ou seja, possibitemos um maior apoio às empresas que criem empregos verdes e contratem jovens, seja na agricultura, na indústria ou nos sectores dos transportes ou dos serviços. Em segundo lugar, dediquemos maior atenção ao ambientalismo, ou, para ser mais precisa, à educação ambiental, integrando-a em programas de educação e apresentando-a como uma nova disciplina. Uma vez dados estes dois passos, atrairemos mais jovens para participarem na criação de uma economia verde: jovens que têm suficientes conhecimentos, habilitações e, creio, determinação. Gostaria realmente de ver menos cepticismo aqui no Parlamento Europeu e menos comparações sem fundamento, como as que ouvimos ontem, e de ver mais determinação, optimismo e união.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** - (RO) Creio firmemente que a Estratégia Europa 2020 criará uma Europa economicamente mais poderosa e mais inovadora. Estou igualmente convicto de que vamos conseguir sair com êxito da actual crise económica e financeira, pois temos um enorme potencial em termos de mercado de trabalho inovador, assim como recursos naturais. Saúdo os esforços realizados pela Comissão para nos apresentar esta comunicação.

No entanto, vejo-me obrigado a trazer para a discussão a política de coesão e manifestar o meu descontentamento pelo facto de o caminho para a implementação da Estratégia de Lisboa parecer ter mudado de rumo. A concretização da coesão económica, social e territorial envolve outros factores que não apenas os relacionados com o crescimento inteligente, sustentável e favorável à inclusão. Por nosso intermédio e dos nossos representantes eleitos, os cidadãos estão a dizer que continuam a necessitar de investimentos em infra-estruturas, de acesso aos serviços e do desenvolvimento de todas as regiões, independentemente do seu grau de isolamento.

As prioridades estabelecidas para o período 2007-2013 demonstram a grande necessidade que existe de melhorar as infra-estruturas e de apoiar a competitividade económica nas regiões de convergência. A interdependência entre as economias mostra a necessidade de coesão e de garantir [...]

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Sylvana Rapti (S&D).** - (EL) Senhor Presidente, quero começar por apresentar, a partir desta tribuna do Parlamento Europeu, as minhas condolências pela morte de três compatriotas meus durante incidentes ocorridos hoje em Atenas. Lamento muito sinceramente que não tenhamos ouvido uma mensagem de condolências da parte do Presidente Barroso em nome da Comissão. Espero que o Comissário Rehn, que está a representá-lo, rectifique esta omissão na sua segunda declaração.

A segunda coisa que quero dizer é que a Comissão deve agir agora, pois quanto mais tempo demorarmos a encontrar uma solução para os problemas que a Europa enfrenta hoje, e consequentemente para o problema da Grécia, mais comprometeremos os objectivos de 2020. A estratégia para 2020 baseia-se em 2010. O objectivo da redução da pobreza baseia-se na realidade de hoje. Com as medidas que está a ser forçada a tomar, a Grécia não será capaz de contribuir para este objectivo.

Têm de ajudar a Grécia, pois, de contrário, os 40% de jovens licenciados não encontrarão emprego. Pensem nisso e actuem agora.

**Elisabeth Schroedter (Verts/ALE).** - (DE) Muito obrigada, Senhor Presidente. O Presidente Barroso falou sobre as medidas que temos de tomar no contexto da Europa 2020, mas abandonou o Hemiciclo a seguir. Vai perder agora a referência a uma das principais medidas. Dirijo-mo, pois, à Presidência espanhola e agradeço ao Presidente em exercício do Conselho por permanecer aqui e acompanhar o debate até ao final.

Uma das principais medidas que têm de ser tomadas no contexto da Estratégia Europa 2020 é a aplicação do desenvolvimento sustentável para explorar o potencial dos empregos verdes. Isto requer uma iniciativa global para estes potenciais empregos verdes. Neste contexto, importa velar por que as transformações que isso implicará e os direitos dos trabalhadores sejam também tidos em conta e que seja posta em prática uma iniciativa no domínio da formação inicial e contínua. Sei que as Presidências espanhola e belga estão a trabalhar nesta questão e gostaria de as incentivar expressamente a continuarem a fazê-lo e a apresentarem uma iniciativa do Conselho antes do final do ano.

**John Bufton (EFD).** - (EN) Senhor Presidente, estamos a debater a Europa 2020 – que será daqui a 10 anos –, mas penso que devíamos reflectir sobre as últimas 10 horas. Foi com grande tristeza que tive conhecimento das mortes na Grécia; é uma ocorrência muito triste. Solidarizo-me com as famílias e dirijo as minhas condolências às famílias e aos amigos dos pobres cidadãos mortos. No entanto, há algumas semanas, aqui no Parlamento, alertei para um possível clima de agitação civil em resultado da situação na zona euro e dos problemas que esta enfrenta actualmente.

Penso que é tempo de este Parlamento, a Comissão e o Conselho reconhecerem o facto de a zona euro ter imperfeições: não está a funcionar. Vimos problemas na Grécia. Penso que estes vão prosseguir em Espanha e, antes que mais vidas se percam, não será tempo de haver aqui alguma honestidade, de olharmos realmente para a situação dos países da zona euro e admitir que esta é imperfeita?

**Piotr Borys (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, a economia da UE continua a ser a mais forte, mas este "eldorado" não vai necessariamente durar sempre. A crise e os trágicos acontecimentos ocorridos na Grécia mostraram-nos que devemos, hoje, retirar algumas conclusões da ambiciosa Estratégia Europa 2020. Em contraste com a Estratégia de Lisboa, precisamos de coragem e coerência na execução da Europa 2020. Dar às gerações futuras a possibilidade de viverem numa Europa coesa e próspera, ou deixá-las numa Europa dominada pela crise, é algo que depende de nós.

Hoje, 30% dos europeus não têm qualificações profissionais, o que explica os ambiciosos planos no domínio da educação: reduzir para 10% o número de casos de abandono escolar precoce e possibilitar que 16 milhões de pessoas obtenham qualificações de nível académico. Portanto, sintetizando o meu apelo, direi que, hoje, há que enfrentar os grandes desafios educativos muito conscienciosa e rapidamente. Apelo a uma acção coordenada e muito coerente de todas as instituições da UE e de todos os Estados-Membros.

**Monika Flašíková Beňová (S&D).** – (SK) É pena que o Presidente da Comissão não tenha permanecido no Hemiciclo, mesmo tendo certamente algumas tarefas importantes, mas considero que a Europa 2020 é um documento estratégico extremamente importante, pelo que não sei o que poderia ser mais importante para o Presidente neste momento.

No entanto, resulta claro do debate que aqui teve lugar, atravessando todo o espectro político, que este documento não suscitou grande entusiasmo no Parlamento Europeu. Há que dizer, objectivamente, que a situação na Europa à data da preparação deste documento é muito complicada e que o documento viu a luz do dia no contexto de uma das piores crises económicas de que há memória. Portanto, em minha opinião, uma das questões mais importantes que a estratégia deve abordar é a questão da protecção das pessoas economicamente mais vulneráveis, que viviam em condições difíceis antes da crise, que continuam a viver hoje nessas mesmas condições e que não tiveram qualquer responsabilidade por esta crise.

Sou de opinião, por conseguinte – e esta é uma proposta concreta relativamente a este documento –, que seria bom que a orientação relativa ao domínio da pobreza e da exclusão social se inscrevesse numa abordagem

geral, por forma a não ser uma orientação de segunda classe aplicável apenas ao domínio do emprego, mas uma orientação transversal aplicável a todos estes importantes domínios.

**Krisztina Morvai (NI).** – (HU) A estratégia para o futuro da Europa está construída com base em dois sistemas de valores, e eu gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de estes dois sistemas de valores serem muito difíceis de conciliar – ou serem mesmo inconciliáveis –, pelo que devemos optar por um deles. As palavras-chave para um dos sistemas de valores são competitividade, crescimento, globalização, enquanto para o outro a palavra-chave é sustentabilidade. Estamos a falar de sustentabilidade no sentido ambiental. Sabemos que o crescimento forçado e a globalização têm consequências terríveis para o ambiente. Não existe sustentabilidade aqui. Estamos a falar de sustentabilidade no sentido social. Essas pessoas, esses pequenos agricultores, essas pequenas e médias empresas, entre outros, que não conseguem acompanhar o ritmo da concorrência sufocante e da globalização sucumbem, não aguentam a pressão da concorrência e empobrecem. Isto é completamente contrário à sustentabilidade no sentido social. O meu eleitorado e eu próprio entendemos que entre os dois sistemas de valores, devemos optar pela sustentabilidade.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhor Presidente, gostaria de começar por responder à pergunta directa que me foi dirigida pelo senhor deputado Bokros. A esta questão referiram-se também o senhor deputado Cofferati, que não se encontra neste momento no Hemiciclo, e a senhora deputada del Castillo, que também não está presente, além de outros deputados. Outros também se referiam a ela.

Por que fracassou a Estratégia de Lisboa? Esta era a pergunta directa feita pelo senhor deputado Bokros.

Creio que haverá, seguramente, muitas razões e seria um pouco excessivo e arrogante querer simplificar a situação. No entanto, se tivesse de escolher alguma dessas razões para explicar a ausência de êxito da Estratégia de Lisboa, penso que a mais determinante é o facto de a União Europeia – que aprovou o mercado único na devida altura, que adoptou uma moeda única – não ter dado o passo necessário para a união económica. Esse passo não foi dado.

O Tratado de Maastricht falava de união económica e monetária. Ficámo-nos pela união monetária, não passámos à união económica.

E por isso creio que a Estratégia Europa 2020 tem de se inscrever numa nova etapa da União, que é o passo para a união económica. União económica que significa, sobretudo, uma governação económica e social da União.

Um elemento fundamental dessa união económica é uma estratégia de crescimento e de criação de emprego de qualidade, que é essencialmente o objectivo deste debate; um debate que me pareceu muito interessante e extremamente rico em contributos, e que tem também dimensões novas, importantes, que não faziam parte da Estratégia de Lisboa, ou não com a mesma ênfase. Por exemplo, a dimensão tecnológica ou a dimensão social a que fizeram referência o senhor deputado Cofferati, o senhor deputado Cercas e o senhor deputado Arif, e a dimensão de luta contra as alterações climáticas, que se articula com o que assinalava a senhora deputada Schroedter.

No entanto, não é possível chegar à união económica tendo simplesmente uma estratégia de crescimento e criando emprego de qualidade. Isso não é tudo. E, com isto, responderia à pergunta da senhora deputada Harms, que não se encontra agora presente.

Além disso, precisamos de algo em que o Comissário Rehn – que irá intervir a seguir – está a trabalhar e a que aludi anteriormente. Precisamos de uma coordenação das políticas económicas, das políticas de emprego e das políticas sociais, o que não sucedeu na Europa e não sucedeu com a Estratégia de Lisboa.

É também algo que o Tratado de Lisboa nos obriga a fazer. O artigo 5.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia estabelece que os Estados-Membros da União devem, estão obrigados – não é opcional – a coordenar as suas políticas económicas e as suas políticas de emprego. Poderiam também, se quisessem – e na minha opinião deveriam –, coordenar as suas políticas sociais.

Além de uma estratégia de crescimento e de criação de emprego e além de uma coordenação de políticas económicas e de emprego, precisamos de uma supervisão europeia dos mercados financeiros. Este é o pacote de supervisão a que fiz alusão anteriormente e a respeito do qual obtive uma resposta do senhor deputado Verhofstadt. Apraz-me muito que seja a favor de o Parlamento Europeu aprovar o mais rapidamente possível a sua posição sobre o pacote de supervisão financeira.



Além disso, algo que o Senhor Presidente Barroso enfatizou especialmente na sua intervenção: precisamos de ter uma dimensão externa. A união económica da Europa tem de ter uma dimensão externa; uma posição externa única, nomeadamente no G20. Remeto para as palavras do Presidente Barroso, com as quais concordo praticamente na sua totalidade.

Do que também precisamos para uma união económica são instituições de governança: um Conselho Europeu que lança as linhas estratégicas, uma Comissão que monitoriza e executa a estratégia e órgãos legisladores sobre a mesma: o Conselho e o Parlamento Europeu.

E, além disso, precisamos de instrumentos para incentivar esta estratégia, como seja a autorização dos Fundos Estruturais e dos fundos europeus para orientar esta estratégia, algo que também não sucedeu exactamente – ou, pelo menos, não sucedeu em grande medida – durante os anos da Estratégia de Lisboa.

Isto é o que creio já estar em marcha na União Europeia: um passo para a etapa seguinte, a etapa que o século XXI exige, a etapa da globalização, que é a união económica. Não só o mercado interno ou a união monetária, mas também a união económica. Esse é o caminho que temos de seguir, e devemos fazê-lo com coerência, com diálogo interinstitucional, como está a acontecer aqui esta tarde, e o mais rapidamente possível.

Creio que isto é o que nos pedem a todos nós os cidadãos da Europa.

### **PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU**

*Vice-presidente*

**Olli Rehn**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, permitam-me que lhes agradeça o debate muito rico e responsável desta noite e permitam-me também que corrija uma observação a respeito do Senhor Presidente Barroso. Ele apresentou efectivamente as suas condolências em nome da Comissão. Quero associar-me ao Presidente Barroso e apresentar também as minhas condolências às famílias e aos amigos das vítimas da violência ocorrida hoje em Atenas. A discordância em democracia é normal, mas o recurso à violência é sempre inaceitável.

O crescimento sustentável e a criação de emprego é de facto o cerne da Europa 2020 e gostaria de dizer algumas palavras sobre estabilidade financeira, que é uma condição necessária para voltar ao crescimento sustentável e aos objectivos da Europa 2020. Poderão chamar-lhe "Europa 2010", pois precisamos dela para ter êxito enquanto Europa 2020.

A decisão dos Estados-Membros da zona euro, no passado domingo, de activar o mecanismo de assistência financeira coordenada e condicional a favor da Grécia não foi uma decisão fácil, mas era necessária. Foi a decisão responsável e correcta a tomar. A tarefa da Comissão é agora a de garantir que o lançamento bilateral seja coordenado e que a condicionalidade seja sistemática e rigorosamente aplicada.

O apoio financeiro dá à Grécia o fôlego necessário para restabelecer a sustentabilidade das suas finanças públicas, bem como a sua competitividade económica global. Isto é necessário não só para a Grécia, mas também a fim de salvaguardar a estabilidade financeira na Europa, por forma a evitar que o fogo de mato que deflagrou na Grécia se transforme num incêndio florestal na Europa. A estabilidade financeira é necessária para a recuperação económica em curso na Europa, para o crescimento sustentável e a criação de emprego.

Alguns de vós mencionaram o efeito de contágio e as preocupações relacionadas com outros países da zona euro ou da União Europeia. Ninguém pode negar que houve tensões nos mercados financeiros nos últimos dias e nas últimas semanas, mas, como em todos os mercados financeiros, há excessos significativos. Todos os Estados-Membros da zona euro estão a tomar medidas para consolidar as suas finanças públicas, sobretudo Portugal e Espanha.

A Grécia é um caso único e particular na zona euro e, agora, na União Europeia. Concretamente, os Estados-Membros da zona euro, em colaboração com a Comissão, o BCE e o FMI estão a cuidar do caso grego. Estou confiante em que iremos ser bem sucedidos e superar os enormes desafios.

Temos também de aprender as lições da crise; isso é importante para a governação económica da Europa 2020. Os últimos desenvolvimentos na economia europeia, nomeadamente em torno da Grécia, demonstraram que existe uma necessidade premente e urgente de reforçar a governação económica da Europa. Na próxima semana, a Comissão apresentará propostas concretas sobre a forma de reforçar a coordenação das políticas económicas e a supervisão orçamental dos Estados-Membros na União Europeia.

Na União Económica e Monetária, o "M" tem sido muito mais forte do que o "E". É tempo de insuflar vida ao "E". Esta era também a ideia subjacente ao projecto dos pais fundadores da União Económica e Monetária. O nosso princípio orientador é o de que a prevenção é sempre mais eficaz do que a correcção e, portanto, construiremos as nossas propostas com base no reforço da prevenção, bem como da correcção. Os principais elementos das nossas propostas são de três tipos.

Em primeiro lugar, temos de reforçar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, tanto na vertente preventiva como na vertente correctiva. Precisamos de uma supervisão orçamental preventiva mais sistemática e rigorosa, para que casos como o grego não voltem a suceder.

Em segundo lugar, devemos ir além da supervisão orçamental. Temos de corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e as divergências em matéria de competitividade e, portanto, temos de reforçar tanto a competitividade das exportações, que é uma necessidade urgente em muitos países, como a procura interna quando necessário e possível.

O terceiro elemento será um mecanismo de resolução de crises. O mecanismo financeiro para a Grécia responde às necessidades imediatas para os propósitos actuais. No entanto, é evidente que temos de criar um mecanismo permanente de resolução de crises, com fortes condicionalidades intrínsecas e, também, desincentivos à sua utilização. Como o Presidente Barroso já afirmou hoje, é melhor prevenir do que remediar, e importa garantir que também estejamos preparados para enfrentar os piores cenários.

Para terminar, conto com o vosso apoio. Conto com o apoio do Parlamento Europeu para o reforço da governação económica na Europa. Peço também aos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da zona euro, bem como ao Conselho Europeu de forma mais geral, que apoiem as nossas propostas e actuem rapidamente e sem demora para tornar estas propostas eficazes e uma realidade. E porquê? Porque não dispomos de muito tempo e, portanto, exorto a que todos tomem decisões o mais rapidamente possível, para que possamos fazer da Europa 2020 um sucesso e lançar verdadeiras bases para o crescimento sustentável e a criação de emprego na Europa. É o que os nossos cidadãos esperam de nós.

**Presidente.** - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na segunda sessão plenária de Maio.

*(A sessão é suspensa durante cinco minutos devido a questões técnicas)*

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito.** – (LT) A Europa está a atravessar um período difícil na sequência da crise económica mundial, a recuperação ainda é débil e os Estados-Membros estão a pagar preços diferentes para ultrapassar a crise. A União Europeia necessita de uma nova estratégia orientada para a criação de novos empregos, para o investimento na educação, a salvaguarda de oportunidades para a aprendizagem ao longo da vida e para a melhoria das condições de vida. Gostaria de chamar a atenção para um dos compromissos mais importantes da Comissão para reduzir a pobreza na Europa e aumentar a inclusão social. Todavia, gostaria de salientar que, enquanto nos esforçamos por cumprir este compromisso, devemos tomar medidas específicas, nomeadamente o reforço das normas sociais mínimas obrigatórias e do salário mínimo em toda a União Europeia, e é também necessário estabelecer medidas adicionais para assegurar a protecção dos grupos sociais mais vulneráveis. Gostaria ainda de recordar que os objectivos estabelecidos na nova estratégia constituem um repto comum da Europa no seu conjunto, que devemos prosseguir através de iniciativas tanto a nível nacional como comunitário. Por conseguinte, exorto a Comissão a manter o diálogo com os Estados-Membros, para que as decisões nacionais sejam consentâneas com os objectivos fundamentais da União Europeia, porque só dessa forma a estratégia levará a resultados concretos, em vez de ser unicamente uma colecção de bonitos *slogans*.

**Vasílica Viorica Dăncilă (S&D), por escrito.** – (RO) É absolutamente necessário tanto para a política agrícola comum como para a política de coesão que apoiemos a estratégia europeia para o emprego e o crescimento económico. Penso que a PAC deve facultar soluções imediatas para minimizar o impacto da crise económica sobre as empresas agrícolas, designadamente a falta de acesso ao crédito por parte dos agricultores, a redução dos rendimentos dos agricultores e o aumento do desemprego nas zonas rurais. Deve também continuar a propiciar soluções à ameaça colocada pelo abandono das terras, ao despovoamento rural e ao envelhecimento da população rural na União Europeia, para garantir a sustentabilidade a longo prazo das comunidades rurais na União Europeia.

Devo também referir que, à luz destes reptos, depois de 2013, a PAC deve enviar sinais bem claros e facultar respostas às preocupações tanto da comunidade rural como de toda a sociedade, através de uma política alimentar sólida, sustentável, com um financiamento avultado, credível e multi-funcional. Desejo salientar a necessidade urgente de atrair gerações de jovens para as zonas rurais e de se proporem novas oportunidades económicas alternativas para assegurar uma população rural permanente. Considero ainda que a resposta ao desemprego rural deve passar por propiciar oportunidades de diversificação e de novas fontes de rendimento.

**Ioan Enciu (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Desejo agradecer à Comissão e ao Conselho as respectivas declarações sobre a nova estratégia europeia para o emprego e o crescimento. Considero que o estabelecimento de novas metas para a energia constituirá um factor-chave na prossecução de uma Europa mais eficiente em termos de recursos até 2020. Desejo chamar a atenção da Comissão para o facto de que alguns Estados-Membros necessitarão de um apoio especial para conseguirem desenvolver e implementar tecnologias renováveis para alcançar o objectivo de 20% de energia produzida a partir de fontes de energia renováveis. Desejo salientar o impacto positivo do apoio das iniciativas da Agenda Digital como parte das iniciativas emblemáticas para novas competências e empregos, e gostaria de ver a Comissão apresentar propostas concretas para abordar o desenvolvimento do meio digital criando estruturas, tanto financeiras como administrativas, para promover empresas em linha e o comércio electrónico. No que diz respeito à investigação e à inovação na Europa, congratulo-me com a resposta da Senhora Comissária Quinn relativa à necessidade de melhorar a infra-estrutura de investigação nos novos Estados-Membros. Os centros de investigação e os cientistas aguardam uma acção rápida e coordenada por parte da Comissão e do Conselho para dar resposta a esta questão, de modo a colocá-los em pé de igualdade no que diz respeito a oportunidades de participação nos programas-quadro.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A profunda crise para que o neoliberalismo reinante conduziu a Europa levou a que os autores da Estratégia 2020 procurassem envolver os seus objectivos com uma retórica social e ambiental, que tem sido abundantemente propagandeada. Retórica que, ainda assim, deixa cair os objectivos do “pleno emprego” e da “erradicação da pobreza” que encontrávamos na sua antecessora Estratégia de Lisboa. Mas os instrumentos conhecidos da Estratégia 2020 não deixam margem para dúvidas: esta é uma velha estratégia, que visa justificar e viabilizar velhas políticas, com consequências conhecidas. A flexibilização e desregulamentação laborais, a primazia ao aprofundamento do mercado interno, com as liberalizações e privatizações de ainda mais sectores económicos, a liberalização e desregulação do comércio internacional, são afinal, no seu conjunto, os instrumentos que nos conduziram à situação actual. Insistir neles não representa senão uma autêntica “fuga em frente”, persistindo no caminho do desastre económico, social e ambiental. Utilizam-se os mais de vinte milhões de desempregados para impor aos restantes trabalhadores uma acrescida desvalorização da força de trabalho, generalizando a precariedade, o emprego intermitente, o desemprego estrutural. A tão alardeada “economia social de mercado” não significa afinal outra coisa senão a mercantilização de todas as esferas da vida social, da natureza e dos seus recursos.

**Edít Herczog (S&D)**, *por escrito*. – (HU) O crescimento económico na União Europeia encontra-se paralisado e o desemprego já ultrapassou os 10%. Isto significa que temos de criar uma estratégia para o crescimento sustentável e para a criação de emprego susceptível de permitir a revitalização da União. Isto depende da capacidade de renovação da União, de assentar a economia em novas bases, e depende de os seus cidadãos serem capazes de viver de acordo com uma nova atitude. Uma renovação deste tipo na União Europeia deve ser conseguida através da inovação e da investigação e do desenvolvimento. Pensando no futuro dos seus cidadãos, a União Europeia está a trabalhar numa estratégia de crescimento 2020 baseada na inovação e investigação e no desenvolvimento, para assegurar um crescimento económico duradouro e criar novos empregos para os seus cidadãos.

Sem recursos, a investigação e o desenvolvimento não poderão criar as bases financeiras necessárias e, por conseguinte, não poderão tirar o máximo partido das oportunidades de inovação. A inovação só é possível como resultado de uma parceria, de um apoio conjunto. Os recursos provêm de três fontes: da UE, dos Estados-Membros e do sector privado. A inovação a nível das empresas requer recursos humanos adequados, o que requer uma educação e formação de elevada qualidade, coordenada a nível dos Estados-Membros. As universidades necessitam de apoio para formarem jovens investigadores capazes de propiciar às PME oportunidades permanentes de inovação. As duas principais tendências da educação que compreendem oportunidades inovadoras são a digitalização e a redução do consumo energético.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. – (RO) A escalada da crise económica na Grécia, paralelamente a uma taxa de desemprego que se mantém estável em torno dos 10% na União Europeia, obriga a implementar de imediato a Estratégia Europa 2020. A prossecução destes objectivos deve basear-se numa acção credível e

consolidada, orientada para a saída da crise, sendo o emprego uma das questões chave desta agenda. É consensual que a UE deve contar com uma mão-de-obra altamente qualificada capaz de fazer frente aos repto que se lhe deparam agora e no futuro, para criar uma economia mais competitiva e sustentável. Todavia, as declarações eloquentes não são suficientes para resolver os problemas actuais. É por esta razão que desejo recordar que devem efectuar-se investimentos com carácter urgente, não exclusivamente em competências adequadas, mas também nos sistemas de educação, para os adequar às exigências e necessidades do mercado. Os Estados-Membros devem ser proactivos no cumprimento dos compromissos que assumiram no Conselho Europeu. Devem ainda adoptar as medidas necessárias para ajudar a União Europeia a sair da actual crise e estimular o crescimento económico.

**Tunne Kelam (PPE)**, *por escrito*. – (EN) O tema mais importante no debate sobre o futuro da Estratégia Europa 2020 é o repto da necessidade e da sustentabilidade. É evidente que a Estratégia de Lisboa fracassou e temos agora de ser realistas acerca da capacidade da futura Europa 2020. Para que a Europa 2020 seja coroada de êxito, é crucial que os Estados-Membros, as instituições da UE e todos os agentes da sociedade trabalhem conjuntamente neste sentido. Uma estratégia descendente e uma estratégia ascendente têm de se complementar. Devem estabelecer-se referências realistas para aumentar o emprego, em particular entre os jovens. Os sistemas de educação na Europa precisam de estar mais orientados para a investigação e a inovação; um maior investimento na educação é inevitável. É preciso criar uma melhor coerência entre o mercado de trabalho e os sistemas educativos. O conceito de aprendizagem ao longo e ao largo da vida deve ser visto de forma séria. Defendo firmemente a existência de melhores sistemas de formação e apoio a necessidade de trabalhar muito mais de perto com o sector privado em relação a esta questão. Num mundo cada vez mais competitivo, a Europa tem de ser ambiciosa e empenhada a todos os níveis. Caso contrário, teremos de novo uma estratégia que se assemelha mais aos planos quinquenais da União Soviética. Uma estratégia europeia convincente para criar uma Europa mais forte deve tomar a liderança a nível global.

**Ádám Kósa (PPE)**, *por escrito*. – (HU) As orientações integradas para a economia e o emprego constituem os aspectos práticos da Estratégia Europa 2020. No respeitante às propostas de directivas sobre o emprego, penso que é importante mencionar que o crescimento inclusivo só pode ser alcançado se o investimento for realmente feito nas pessoas. Uma maior longevidade não significa, por si só, uma carreira produtiva mais longa. O investimento na saúde é particularmente relevante no caso da Hungria, país onde as pessoas têm uma muito menor longevidade do que na Europa Ocidental, ao mesmo tempo que regista uma descida na taxa de natalidade. As capacidades adequadas devem ser conservadas também numa idade mais avançada, o que só é possível com um serviço de saúde mais moderno e mais acessível. Ou seja, deve ter-se mais em conta locais de trabalho acessíveis para um número cada vez maior de idosos que continuam a integrar a vida activa, o que também beneficiaria as pessoas mais novas mas com deficiência. A saúde merece, por conseguinte, uma prioridade especial (por exemplo, melhoria das condições de trabalho, uma reabilitação com mais êxito, facilitação da conservação da saúde, etc.). Isto é mencionado na Orientação 8 (investimento no desenvolvimento dos recursos humanos), embora sem uma ênfase especial ou de forma circunstanciada. Realizam-se muitos debates sobre os cuidados de saúde na Europa e em todo o mundo, e não existe, em lado nenhum, uma abordagem uniforme. Todavia, temos de estar conscientes de que, para assegurar a competitividade da Europa a longo prazo, a taxa de dependência deve ser consentânea com uma população mais saudável e mais activa. Solicito que as instituições europeias considerem estas ideias na sua estratégia e na respectiva implementação.

**Iosif Matula (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Dou o meu apoio à estratégia "Europa 2020" que promove o crescimento económico inteligente (baseado no conhecimento e na inovação), ecológico e que favorece a inclusão social. Gostaria que esta estratégia fosse implementada através da criação de empregos bem remunerados e de um aumento do nível de vida das pessoas. Se queremos ter uma Europa forte e equilibrada, devemos dedicar uma atenção particular ao desenvolvimento económico das regiões dos novos Estados-Membros para reduzir as assimetrias existentes. É óbvio que a criação de uma infra-estrutura adequada deve constituir uma prioridade.

Desejo salientar a importância de implementar a iniciativa simbólica "Juventude em Movimento". Devemos aumentar o financiamento dos programas europeus dirigidos a assegurar que a educação se mantém permanentemente actualizada a todos os níveis e a facilitar a mobilidade de professores, estudantes e investigadores. A qualidade da educação nas escolas e universidades europeias deve dar resposta às exigências do mercado de trabalho. Devemos utilizar políticas e recursos financeiros adequados para incentivar a aprendizagem de línguas estrangeiras, a multidisciplinaridade, as especializações duplas nas universidades, que são importantes para o desempenho na investigação científica e na inovação, bem como para aumentar as possibilidades dos jovens de se inserir no mercado de trabalho. Regozijo-me por a estratégia "Europa 2020" propor um quadro para o emprego dos jovens a nível europeu.

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A história da Agenda de Lisboa provou que as grandes ideias e princípios não são suficientes: a acção fundamental é implementar as medidas propostas. Lamentavelmente, a crise económica e financeira enlaçou com o final da Agenda de Lisboa. No entanto, penso que é errado responsabilizar unicamente a crise pelo fracasso deste programa, sem tentar ver onde é que a União Europeia cometeu erros no processo de implementação. A lição aprendida talvez nos ajude a implementar a próxima Estratégia UE 2020.

Penso que dispomos de instrumentos comunitários importantes para implementar novas estratégias, e com isto estou a referir-me, em primeiro lugar, à política de coesão. Todavia, devemos salientar que não podemos abandonar os objectivos da política de coesão para redistribuir fundos a fim de conseguir a implementação da Estratégia Europa 2020. Seria um erro com consequências graves para os Estados-Membros que necessitam destes fundos para alcançar um desenvolvimento que lhes permita aproximar-se dos outros Estados. Levaria ao fracasso do princípio de coesão a nível europeu.

**Kristiina Ojula (ALDE)**, *por escrito*. – (ET) Senhor Presidente, é muito positivo que a Comissão tenha elaborado a aguardada "Europa 2020: uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo", porque há já muitos anos, muitos países europeus, seguiram, na organização da sua economia e finanças, a máxima "*après nous le déluge*". Apesar do louvável trabalho da Comissão na elaboração da estratégia, admira-me a sua ingenuidade. A declaração da Comissão sobre a estratégia traça um quadro de uma Europa verde e equitativa baseada numa economia social de mercado, sem especificar que tipo de recursos será utilizado para alcançar o que se propõe. Na União Soviética, era prática comum por vezes prometer a chegada do comunismo daí a dez anos, independentemente da realidade da época. Espero que, depois do fracasso da Estratégia declarativa de Lisboa, a Comissão não queira apresentar outra utopia oca para iludir os cidadãos europeus. Hoje não precisamos de sonhos, mas de acções concretas para salvar a economia europeia do declínio. É chegada a hora de iniciar reformas estruturais sérias na Europa, em particular no domínio da política social, porque o actual modelo social já não é sustentável.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Conseguir reduzir, no mínimo, 25% da taxa de pobreza até 2020 está intimamente associado ao aumento da taxa de emprego de 75%. Ter uma meta quantitativa de redução da pobreza é problemático. A pobreza encerra aspectos económicos, sociais, culturais e educativos, o que significa que é mais necessário estabelecer metas qualitativas do que quantitativas para alcançar o objectivo proposto.

Na Roménia, os dados oficiais publicados em Março de 2010 revelam um nível de emprego muito inferior ao nível mínimo previsto pela Estratégia Europa 2020 (50% comparativamente a 75%), com uma espiral descendente contínua na sequência do actual clima económico. As mulheres, as pessoas com mais de 45 anos e os jovens continuam a ser quem mais dificuldades sentem em encontrar trabalho. É difícil acreditar que a Roménia vai ser capaz de cumprir este objectivo até 2020.

Temos de encontrar respostas para as perguntas relacionadas com a contribuição da mão-de-obra potencial e com o nosso conhecimento sobre os diferentes grupos da sociedade: mulheres e homens, jovens, idosos e imigrantes no mercado de trabalho. Outras perguntas prendem-se com a forma como podemos reduzir o desemprego entre os jovens e como podemos aumentar de forma eficaz a participação das mulheres no mercado de trabalho, reforçando a sua participação em todos os sectores empresariais. Se não conseguirmos dar uma resposta clara a estas perguntas, os dois objectivos relacionados com o aumento do emprego e com a redução da pobreza terão a mesma sorte que a Agenda de Lisboa.

**Georgios Stavrakakis (S&D)**, *por escrito*. – (EL) Desejo manifestar o meu regozijo pelas conclusões do Conselho de Março, porque nelas se reconhece a importância da política de coesão no quadro da Europa 2020 e, por conseguinte, vêm colmatar as lacunas importantes existentes no texto inicial da Comissão, que não fazia qualquer referência à política de coesão. De igual modo, tanto o Presidente Barroso como o Comissário Hahn reconheceram a importância vital da contribuição da política de coesão para a consecução desta estratégia. A política de coesão contribuiu de forma decisiva para reforçar a competitividade e o emprego, em especial através da afectação de fundos, e devemos aproveitar tudo o que alcançámos neste domínio. Todavia, isto não significa que a política de coesão seja reduzida a um mero instrumento para implementar a Europa 2020. O seu potencial é muito maior. Como verdadeira expressão do princípio de solidariedade a nível local e regional, a política de coesão garante a viabilidade das iniciativas de desenvolvimento e garante que a Estratégia Europa 2020 servirá o objectivo geral da UE de reforçar a coesão nas três dimensões, a saber, económica, social e territorial, e que não se restringirá ao desenvolvimento económico unilateral. Por último, temos de tirar o máximo partido do potencial da política de coesão para evitar a sobreposição de objectivos e de financiamento entre as várias políticas europeias.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D)**, *por escrito*. – (HU) A estratégia "Europa 2020" deve promover uma "revolução verde" na economia europeia, uma poupança energética, uma reestruturação económica ecológica e sustentável e uma inovação ecológica. Todavia, o desenvolvimento não deve significar unicamente ajudar aquelas regiões europeias que já registam taxas acima da média. Devemos, antes, concentrar a maior parte do desenvolvimento no apoio às regiões menos desenvolvidas e desfavoráveis. Subsistem ainda diferenças muito acentuadas entre a Europa Oriental e a Europa Ocidental no que respeita à eficiência económica. Na Bulgária, por exemplo, é necessário o triplo da energia para produzir uma unidade de PIB comparativamente à Alemanha, pelo que, caso os preços da energia subam, a competitividade do país diminuirá.

A União Europeia, ao mesmo tempo que promove uma reestruturação "verde" da economia, não devia esquecer as políticas comunitárias testadas e comprovadas já implementadas, designadamente a política agrícola comum e a política de coesão. A política agrícola comum será também necessária para alcançar as metas estabelecidas para a conservação ambiental e na luta contra as alterações climáticas. Os melhores representantes do meio rural europeu são os próprios produtores agrícolas. A Estratégia Europa 2020 também não pode conhecer o êxito sem a política de coesão. A política de coesão fornece todo o conjunto de instrumentos e a flexibilidade necessários para a política europeia de desenvolvimento económico. Com os instrumentos da política de coesão podemos ajudar a alcançar os objectivos de qualquer domínio específico. Por exemplo, podemos dar passos em frente no desenvolvimento das fontes de energia renováveis, melhorar a eficiência energética e dos recursos e apoiar a inovação verde.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – Dez anos passaram sobre a adopção da Estratégia de Lisboa e a maior parte dos objectivos traçados continua por cumprir. Aquele que mais me preocupa é o fraco crescimento económico, por determinar as outras metas, e que, nos dez anos de vida da estratégia, só em dois deles tenha superado a taxa de 3%.

A estratégia de Lisboa era forte em ambição mas faltou-lhe força na acção, tendo sido baseada em "soft law" e no método aberto de coordenação. A nova estratégia 2020, para além de objectivos de emprego, incorpora também metas educativas, ambientais, de combate à pobreza e de investimento em inovação. Tanto os novos objectivos como os instrumentos para o seu alcance pertencem aos Estados-Membros pelo que, no contexto de crise e do compromisso dos Planos de Estabilidade e Crescimento (PECs), precisamos de melhores mecanismos de governação e de uma verdadeira articulação económica e orçamental entre países. Este programa chega num momento de incerteza económica e de forte desemprego, sendo a sua redução uma prioridade imediata. A Comissão deve tomar o lugar de piloto e liderar este processo. Um forte crescimento económico será crucial para o cumprimento dos PEC e pode ser estimulado através das reformas e do investimento subjacentes à estratégia 2020.

**Iuliu Winkler (PPE)**, *por escrito*. – (HU) Sou de opinião que devemos ter sonhos audaciosos: o documento "Europa 2020" deve alargar-se a todos os domínios de cooperação na União Europeia e converter-se numa estratégia a médio e a longo prazo para a Europa. Mas o seu êxito requer solidariedade entre os cidadãos da Europa. Nos termos do Tratado de Lisboa, a nova estratégia está a ser preparada com a contribuição dos 27 países membros da União Europeia alargada, para que os cidadãos comunitários possam sentir que partilham um esforço europeu comum. Os eleitores húngaros na Roménia esperam que a União demonstre essa solidariedade encontrando uma solução rápida para pôr em pé de igualdade as regiões da Europa do Sul e da Europa do Centro Oriental. A estratégia deve abordar temas como o desenvolvimento de longo alcance dos nossos países, o mercado interno, o progresso da agricultura e das PME, mas também temas sensíveis como a rede social, os desafios demográficos, a igualdade de oportunidades no mercado de emprego, a interligação das redes e dos sistemas europeus em todos os aspectos da vida. A estratégia "Europa 2020" deve ser uma estratégia para aproximar os mais atrasados aos mais desenvolvidos e orientada para a convergência.

**Artur Zasada (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Durante o debate sobre a estratégia "Europa 2020" não devemos negligenciar uma questão tão importante e significativa como o transporte. O sector dos transportes é responsável por cerca de 10% do PIB da União Europeia e assegura mais de 10 milhões de empregos. Desempenha também um papel importante no contexto do mercado interno europeu e no direito de livre circulação de pessoas e bens. Em meu entender, deve fazer-se frente, de forma decisiva e rápida, à questão do transporte ferroviário. Tenho a certeza de que é possível alargar a rede do corredor ferroviário transeuropeu até 2020. Penso que a partir de 2014 todo o novo material circulante para caminhos-de-ferro e as novas ligações ferroviárias devem ser equipadas com sistemas compatíveis com o sistema europeu de gestão do tráfego ferroviário.

## 20. Acordo de Adesão da União Europeia à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais (debate)

**Presidente.** – É reiniciada a sessão.

Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre o Acordo de Adesão da União Europeia à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais (2010/2647(RSP)).

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhora Presidente, hoje, em Atenas, três pessoas perderam o primeiro direito humano, que é a vida, na sequência de actos violentos, que condenamos de forma absoluta e categórica. A Presidência espanhola do Conselho, em nome desta instituição, deseja manifestar as suas condolências e o seu pesar aos familiares e, por conseguinte, associa-se à declaração do Presidente do Parlamento.

Estamos a falar de direitos humanos, da adesão à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, que, como já disse, incluem o direito à vida e à integridade física.

A União Europeia assenta nos direitos humanos e nas liberdades e, ao longo da sua vida, nos textos adoptados é feita uma referência constante aos direitos e às liberdades fundamentais, processo que culminou no Tratado de Lisboa.

Pela primeira vez na história da Europa, o Tratado de Lisboa incorpora uma Carta dos Direitos Fundamentais dos cidadãos da União, documento que tem carácter juridicamente vinculativo. Diz ainda às Instituições que a União será parte da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos.

Estamos, por conseguinte, a testemunhar uma trajectória política, cultural e jurídica da União sobre os direitos humanos, que a União coloca no centro das suas políticas, no centro da sua acção, no centro da sua personalidade.

Neste sentido, afigura-se-nos da máxima importância que a União Europeia tenha já iniciado o processo, para, oportunamente, poder assinar a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, o que significa, entre outras coisas, aceitar a jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo e aumentar as garantias dos cidadãos. Significa ainda, por assim dizer, uma espécie de convergência entre os diferentes ordenamentos sobre direitos humanos e liberdades que coexistem na Europa - as garantias que existem em cada um dos países europeus, que são países democráticos que respeitam e defendem os direitos humanos -, a legislação da União Europeia e a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos, que é outra norma legislativa da qual são parte não unicamente os Estados-Membros da União Europeia, mas também outros países europeus, embora não façam parte da União.

Estamos, por conseguinte, a assistir a um processo de convergência destes normas legislativas e a expressão disto será a assinatura dessa Convenção por parte da União Europeia.

A 17 de Março a Comissão apresentou uma recomendação para encetar as negociações conducentes à adesão da União à Convenção. A partir desse momento, o Conselho envidou todos os esforços para agilizar os debates sobre o mandato de negociação. Há um grupo de trabalho no Conselho que está a liderar os debates, em estreita parceria com a Comissão Europeia.

O Conselho tomou muito em consideração todos os mandatos previstos no Protocolo n.º 8, que é a referência jurídica a este respeito, designadamente, a possível participação da União nos órgãos de controlo da Convenção Europeia e a necessidade de respeitar as competências da União e as prerrogativas das instituições. Considerou ainda a necessidade de designar um juiz da União Europeia para o Tribunal, a participação deste Parlamento na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, e a participação da União no Comité de Ministros quando exercer funções relativas à aplicação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

O Conselho também seguiu de muito perto os debates e as audições realizados pelo Parlamento em Março deste ano, e está a ter muito em conta os pareceres manifestados pelo Parlamento no projecto de relatório elaborado pelos deputados Ramón Jáuregui Atondo, Kinga Gál e Cristian Dan Preda. A previsão da Presidência espanhola - e a posição do Conselho - é que o mandato para negociar com o Conselho Europeu, que levará tempo e que tem um carácter técnico e complexo, será adoptado antes do final do primeiro semestre de 2010.

**Viviane Reding**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, o meu colega Olli Rehn já apresentou a posição e as condolências da Comissão relativamente à tragédia grega, por isso abordarei como poderemos registar progressos no nosso trabalho, porque isso será da máxima importância para completar o sistema de protecção dos direitos fundamentais no conjunto da União, e a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, consagrada no Tratado de Lisboa, não é uma opção. É um destino, como a Presidência acabou correctamente de manifestar, mas esta adesão constitui apenas um dos quatro elementos de uma política de direitos fundamentais muito ambiciosa e abrangente a nível comunitário.

Em primeiro lugar, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Carta dos Direitos Fundamentais passa a ser juridicamente vinculativa, e esta Carta juridicamente vinculativa é a qualificação mais moderna dos direitos fundamentais do mundo no que diz respeito ao empenhamento político em prol dos direitos fundamentais, da legibilidade e da certeza jurídica, e consolida todos os direitos que se encontram na Convenção. O significado e o âmbito de aplicação destes direitos são os mesmos dos consagrados na Convenção, mas a Carta vai mais longe. Contempla, por exemplo, a designada terceira geração dos direitos fundamentais: protecção de dados, garantias em relação à bioética, a uma boa administração, que seja também transparente. O nível de protecção previsto na Carta deve ser sempre pelo menos tão elevado como o da Convenção. Em muitos casos, vai mais além.

Em segundo lugar, a promoção dos direitos fundamentais é uma prioridade do Programa de Estocolmo, que estabelece as orientações estratégicas para o desenvolvimento de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça na Europa.

Em terceiro lugar, a criação de uma nova pasta - justiça, direitos fundamentais e cidadania -, que revela a grande importância que a Comissão atribui ao reforço das actividades da Comissão neste domínio.

Em quarto lugar, a adesão da UE à Convenção, que garantirá que qualquer pessoa que se considere vítima de uma violação da Convenção por parte de uma instituição ou organismo da União pode apresentar uma queixa contra a União perante o Tribunal de Estrasburgo nas mesmas condições que são aplicáveis às queixas apresentadas contra os Estados-Membros. Em termos políticos, a adesão à Convenção significa que a União Europeia reafirma o papel central desempenhado pelo sistema da Convenção para a protecção dos direitos humanos na Europa - numa Europa alargada, não unicamente na União Europeia -, mas ao aderir a esta Convenção a União Europeia apoia o sistema de Estrasburgo, um sistema de controlo judicial externo no domínio dos direitos fundamentais, porque submetemos agora o nosso ordenamento jurídico, cabal e formalmente, a esse controlo. Isto, naturalmente, irá reforçar a credibilidade tanto interna como externamente, do sólido compromisso da UE para com os direitos fundamentais.

A meados de Março a Comissão propôs um mandato de negociação ao Conselho. O Protocolo n.º 8 do Tratado de Lisboa exige que seja dado um determinado número de garantias substantivas a um acordo relativo à adesão, dado ser necessário preservar as características específicas do direito da União, e a recomendação da Comissão ao Conselho contempla plenamente estes requisitos. Desejo mencionar apenas dois deles.

É evidente que as competências e as prerrogativas da União, tal como definidas nos Tratados, não podem ser afectadas pela adesão, e a disposição no acordo de adesão tem de deixar isto muito claro. De igual modo, a adesão da União Europeia não pode afectar nem a situação dos diferentes Estados-Membros relativamente ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem nem os seus protocolos ou reservas. As negociações devem, por isso, garantir que o acordo de adesão cria obrigações ao abrigo das disposições substantivas das convenções unicamente no que diz respeito a actos e medidas adoptados pelas instituições ou pelos organismos da União.

A Comissão prossegue agora uma participação fluida da União Europeia no sistema da Convenção. A adesão deve, por conseguinte, conservar as características substantivas e processuais daquele sistema. Todavia, a adesão deve cumprir dois requisitos. Primeiro, como já afirmei, as características específicas do direito da União Europeia devem ser mantidas; é também importante salvaguardar o Tribunal de Justiça e as suas prerrogativas depois da adesão. Existem propostas interessantes sobre a mesa que visam a participação do Tribunal de Justiça em situações em que a compatibilidade de um acto jurídico da União estiver em jogo perante o Tribunal de Estrasburgo, sem qualquer decisão prejudicial. Estas propostas podem, eventualmente, ser elaboradas de forma a não exigir uma alteração ao Tratado, e devem ser analisadas e debatidas atentamente no grupo de trabalho do Conselho. Sei que a Presidência espanhola está a fazer todos os esforços para que estas discussões tenham lugar.

Segundo, é importante abordar a situação específica da União enquanto entidade jurídica distinta, investida de poderes autónomos, que se converterá numa parte contratante ao lado dos Estados-Membros num mecanismo que não foi, inicialmente, concebido para esta finalidade - foi concebido para os Estados-Membros



- e, por conseguinte, é necessário um número limitado de adaptações técnicas e processuais às convenções no que diz respeito à natureza específica do direito comunitário, entre as quais se encontra o designado "mecanismo de co-demandado".

Assume uma importância particular ter em conta a implementação descentralizada do direito comunitário pelos Estados-Membros. Através desse mecanismo, a União terá o direito de aderir aos procedimentos na qualidade de co-demandado em casos abertos contra um Estado-Membro quando o direito comunitário estiver em causa.

De um ponto de vista institucional, gostaria também de salientar a posição da Comissão segundo a qual os representantes da União Europeia devem participar nas instâncias da Convenção em igualdade de condições com os representantes das outras partes contratantes. Isto significa, por exemplo, que um juiz eleito por cada parte constitui um dos princípios de base da Convenção. Este princípio assegura que todos os sistemas jurídicos estão representados no Tribunal; é também um reflexo do sistema de garantia colectiva estabelecido pela Convenção, no qual cada parte contratante é chamada a participar, e significa que precisamos de um juiz permanente eleito pela União que tenha o mesmo estatuto e os mesmos deveres dos seus pares e que intervenha potencialmente em todos os casos.

Um juiz *ad hoc* que intervenha unicamente em casos abertos contra a União ou que envolvam o direito comunitário não será suficiente. Quanto ao método de eleição desse juiz, o procedimento normal previsto na Convenção deve também aplicar-se aqui. Ou seja, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa elege um juiz de uma lista de três candidatos apresentados pela União Europeia. Defendemos que um número razoável de deputados ao Parlamento Europeu deve poder participar nas sessões da Assembleia Parlamentar quando esta eleger os juizes do Tribunal de Estrasburgo.

Desejo agradecer aos relatores da Comissão AFCO e da Comissão LIBE, senhor deputado Jáuregui e senhora deputada Gál, a sua excelente cooperação neste dossiê, e a audição que foi organizada pela Comissão AFCO a 18 de Março revelou-se efectivamente muito útil. Congratulo-me também pelo facto de a Presidência espanhola do Conselho ter dado uma grande prioridade a este dossiê. Confio, por isso, em que estejamos em condições de iniciar as negociações sobre a adesão depois do Verão. Assegurarei que a Comissão, na qualidade de negociador da União, mantenha o Parlamento cabalmente informado durante o processo de negociação.

Senhora Presidente, não creio que seja necessário voltar a sublinhar hoje a importância que os direitos fundamentais têm para a Europa e a sua importância para todos os actos que propomos. Estou convicta de que a União não terá dificuldades em cumprir os requisitos da Convenção, mas a adesão à Convenção reforçará, sem dúvida, a protecção dos direitos fundamentais na Europa, ou seja, de todos e cada um dos seres humanos que vivem na Europa.

**Marietta Giannakou**, em nome do Grupo PPE. – (EL) Senhora Presidente, subscrevo plenamente as declarações do Senhor Presidente em exercício do Conselho em nome da Presidência espanhola e da Senhora Comissária Reding, e desejo felicitar o senhor deputado Jáuregui Atondo e a senhora deputada Gál pelos seus relatórios e pelo trabalho que desenvolveram.

A adesão da UE à Convenção do Conselho da Europa e aos seus protocolos é feita em aplicação do Tratado de Lisboa e reforça a protecção no domínio dos direitos humanos para os seus cidadãos. Passaremos a dispor de um sistema pan-europeu de protecção das liberdades fundamentais e dos direitos humanos abrangida pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos de Estrasburgo. Simultaneamente, paralelamente à protecção externa, a União Europeia dota-se de uma agência de protecção externa internacional, reforçando assim a sua credibilidade em relação aos países terceiros, dos quais geralmente exige respeito pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos no quadro das relações bilaterais.

Senhora Presidente, o debate sobre os direitos humanos e as liberdades fundamentais coincide hoje com o assassinato de três cidadãos, três trabalhadores, por elementos extremistas e marginais no meu país, em Atenas, durante as manifestações contra as medidas do governo em resposta à crise económica. Gostaria, além da minha dor e do meu pesar e em nome dos meus colegas da principal oposição na Grécia, de salientar que a nossa facção política está determinada a contribuir de forma decisiva para salvaguardar a democracia e o adequado funcionamento das instituições.

Respeitamos o dinheiro que nos está a ser dado neste momento difícil pelos nossos parceiros e pelo Fundo Monetário Internacional e estamos firmemente empenhados em contribuir para as reformas necessárias, a fim de sair desta crise. Como partido responsável que somos, contribuiremos para os esforços envidados

para manter a calma e para proteger a unidade do povo grego, suprimindo os elementos extremistas que enfraquecem a nossa democracia.

**Ramón Jáuregui Atondo**, *em nome do Grupo S&D*. – (ES) Senhora Presidente, se tivesse de resumir numa única ideia o tema do nosso debate de hoje, gostaria de dizer alto e bom som aos cidadãos europeus que, pela primeira vez, vão dispor de um tribunal que garante os seus direitos humanos, as suas liberdades fundamentais, em relação à União Europeia e aos seus próprios Estados, quando estes aplicam o direito comunitário.

A ideia essencial é que os cidadãos europeus dispõem de um novo tribunal, o Tribunal de Estrasburgo, para garantir o direito comunitário, e que a sua aplicação em cada um dos Estados cumpre essas garantias mínimas que se encontram no centro da ideia europeia. Estas garantias mínimas são parte do cordão umbilical, do processo histórico da construção europeia. É um processo civilizacional de construção baseado na ideia da dignidade humana - a dignidade das pessoas - e traduz-se na democracia, no Estado de direito, no Estado social de direito e nos direitos humanos.

O Tratado de Lisboa propiciou à União Europeia a oportunidade de esta formalizar a Carta que, como referiu a Senhora Comissária Reding, é a carta de liberdades fundamentais mais perfeita que foi estabelecida nesta matéria e que nos obriga a integrar o Tribunal de Estrasburgo.

É o que vamos aprovar agora. Estou consciente da existência de uma série de problemas técnicos, mas desejo apenas salientar a importância de a Comissão ter feito um trabalho rápido e eficaz, estabelecendo um mandato concreto que permite registar progressos em relação a esta negociação.

Desejo felicitá-la, Senhora Comissária Reding, pelo seu trabalho, que, volto a dizer, foi rápido e eficaz, e queria também felicitar a Presidência espanhola. Gostaria de anunciar que no próximo período parcial de sessões aprovaremos o relatório deste Parlamento sobre esta questão, e desejo solicitar-lhes acompanhamento, informação e apoio numa negociação complexa, mas muito importante para a Europa.

**Cecilia Wikström**, *em nome do Grupo ALDE*. – (SV) Senhora Presidente, há muito tempo já que a adesão da UE à Convenção Europeia se encontra na agenda. Neste momento, há uma base jurídica para que essa adesão se torne uma realidade. Todos podemos estar satisfeitos com isso. A adesão da UE à Convenção Europeia irá significar que a protecção dos direitos fundamentais irá ser complementada e reforçada, que os cidadãos dos nossos Estados-Membros terão melhor protecção relativamente à actuação da UE e que as práticas jurídicas no domínio dos direitos do Homem serão mais harmonizadas nos dois tribunais europeus, da Haia e de Estrasburgo.

Com a adesão à Convenção Europeia, as Instituições da UE ficarão submetidas à administração da justiça pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Isto irá garantir o controlo externo independente do respeito dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas por parte da UE.

Trata-se de uma medida muito importante. É muito fácil deixar-se embalar na crença de que, na Europa, estamos livres do tipo de violações dos direitos humanos que se cometem em outras partes do mundo. Na qualidade de Estados-Membros da União Europeia, temos leis, estatutos valores europeus profundamente enraizados que protegem os nossos direitos. Baseadas no início do texto do Tratado de Lisboa, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de religião são liberdades europeias que devem ser respeitadas em toda a parte da União, sem qualquer excepção. Infelizmente, nem sempre é o caso, uma vez que há Estados-Membros que, na UE, violam os direitos fundamentais. Lamentavelmente, acontece também nós, nesta Casa, ficarmos de braços cruzados e permitirmos que essas coisas aconteçam.

Com a adesão da UE à Convenção Europeia, tendo em vista reforçar e complementar os direitos e liberdades dos cidadãos, será importante legislarmos e actuarmos no Parlamento em conformidade com a Convenção. O facto é que ainda há muito a fazer nos nossos Estados-Membros para arrumarmos a própria casa e tornarmos uma realidade as belas palavras que constituem os nossos valores comuns.

**Heidi Hautala**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FI) Senhora Presidente, é muito importante pensarmos nos direitos humanos como tendo valor intrínseco, muito embora também tenham valor instrumental, coisa de que me apercebo quando, na capacidade de presidente da Subcomissão dos Direitos Humanos, falo com representantes de países terceiros.

Hoje mesmo falei com alguns membros do Parlamento marroquino. É óptimo poder dizer-lhes que a União Europeia também realça a importância dos direitos humanos nas suas próprias actuações e não se limita, simplesmente, a tentar dar lições aos outros sobre a importância desses direitos.

Gostaria de referir que a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem não irá, obviamente, resolver o problema que é o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem se encontrar absolutamente sobrecarregado com trabalho. Devíamos ponderar de que modo poderíamos resolver este problema, que surgiu em consequência da acumulação de casos a tratar.

Gostaria também de lembrar insistentemente que a União devia também decidir aderir aos vários protocolos adicionais, muito úteis, relacionados com questões como a oposição à tortura ou a luta contra o racismo, bem como com leis mais eficazes.

**Zbigniew Ziobro**, em nome do grupo ECR. – (PL) Senhora Presidente, aparentemente, os efeitos da assinatura do acordo de adesão da União Europeia à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais serão limitados, porque a Convenção foi aceite durante muito tempo na Europa como medida do padrão de protecção dos direitos humanos, estatuto que alcançou quer no Direito europeu, quer nos sectores políticos dos Estados-Membros, individualmente.

Todavia, também é necessário chamar a atenção para certos problemas que podem decorrer da concorrência entre o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, no domínio de decisões judiciais que possam ser tomadas. Seria necessário, portanto, analisar muito pormenorizadamente o assunto, de molde a que mais tarde se não cometam erros que então terão de ser corrigidos.

Além disso, é lícito partir-se do princípio de que as decisões tomadas pelo Tribunal de Justiça da União Europeia e a sua interpretação da jurisprudência da UE serão objecto de avaliação por parte do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Desse modo, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem irá adquirir uma importante jurisdição sobre as Instituições da UE. Em vista disso, deviam ser consideradas todas as consequências jurídicas de tal decisão, para se evitar actuar irreflectidamente. Ao mesmo tempo, devia ser considerada a questão da reforma da actuação dos dois importantes tribunais europeus.

**Krisztina Morvai** (NI). – (HU) Na qualidade de advogada a trabalhar em questões relativas aos direitos humanos, não posso compreender qual seria, para a protecção dos direitos humanos dos cidadãos europeus, o valor acrescentado, da possível adesão da União Europeia à mesma Convenção dos Direitos Humanos a que já aderiram todos os países da Europa. Permitam-me, por favor, esclarecer algumas relações, porque, tal como vejo a questão, os nossos colegas que não são juristas têm sido consideravelmente enganados. A situação é a seguinte. Existe, em matéria de direitos humanos, um instrumento que é, de facto, muito importante, e que é conhecido como Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Não é para esta Convenção que entra a União Europeia, mas sim para o seu quase gémeo, o Conselho da Europa.

Se um país viola os direitos do seu cidadão, tal como estabelecidos e concedidos pela Convenção, esse cidadão tem o direito de se dirigir ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e pedir, contra esse país, reparação legal ou a imposição coerciva dos seus direitos. Como é do conhecimento de todos, esta oportunidade está agora ao alcance de todos os cidadãos da União Europeia. Duvido de que haja entre nós um único deputado que não tenha conhecimento de um caso em que alguém no seu país ameaçou ir até Estrasburgo, e eventualmente o fez, tendo ganho o processo contra o seu Estado-Membro. O que há, então, de novo, qual é o valor acrescentado, além de alguém pertencente à rede da União Europeia, obter um lugar bem remunerado como juiz em Estrasburgo?

**Kinga Gál** (PPE). – (HU) Senhora Presidente, Senhor Ministro, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, o nosso debate de hoje constitui uma das ocasiões decisivas na vida da União Europeia. Estamos hoje a discutir uma coisa que há anos parecia um obstáculo inultrapassável: o mandato da Comissão nas negociações de adesão da UE à Convenção dos Direitos do Homem. Faz este ano 60 anos que a Convenção foi ratificada, e ao longo desses 60 anos deu a muitos cidadãos fé na possibilidade de se encontrar justiça inclusive contra os respectivos Estados-Membros. O que a Comissária Reding já referiu está estreitamente relacionado com este debate, devendo, por conseguinte, ser realçado, uma e outra vez, isto é, que desde Dezembro, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia se tornou juridicamente vinculativa. Este documento é um dos mais progressistas documentos no domínio dos direitos fundamentais.

A Convenção reforça a Carta e a Carta complementa a Convenção. Desde Dezembro que o Tratado de Lisboa impõe à UE a obrigação de aderir à Convenção dos Direitos do Homem. Logo, o nosso objectivo deve ser assegurar que a sua implementação seja tão bem sucedida quanto possível. A questão mais importante, neste caso, é saber que valor acrescentado a adesão à Convenção irá trazer à vida dos cidadãos da UE. O meu relatório sobre a adesão à Convenção tinha sido preparado tendo isso em mente, e foi ratificado por unanimidade pela Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos. Gostaria, por conseguinte, de pedir ao Conselho e à Comissão que, no decurso das negociações, façam tudo quanto estiver ao seu alcance

para, sem gerar expectativas exageradas, assegurar que aderir à Convenção proporciona valor, um valor acrescentado para os cidadãos da UE.

Ao mesmo tempo, há várias questões que é necessário esclarecer durante as negociações. Uma dessas questões importantes é a relação dos tribunais entre si. É também condição prévia que se principie por esgotar todas as soluções judiciais a nível interno. Simultaneamente, creio ser importante ter em conta durante as negociações que a reforma de funcionamento do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em Estrasburgo irá coincidir com a adesão da UE à Convenção. A adesão da UE à Convenção irá constituir uma experiência única, coisa que não deve, porém, pôr em risco o que quer que seja que já esteja a funcionar, no que diz respeito à aplicação dos direitos do Homem. A adesão à Convenção apenas pode ter êxito se reforçar verdadeiramente as Instituições que já estão em funcionamento e permitir ao público o seu acesso a elas. Devíamos ter o cuidado de não pôr em risco este processo e de nos assegurarmos de que, na nossa vaga de entusiasmo, não deitamos fora o bebé com a água do banho, como, também na Hungria, tão adequadamente diz o ditado. Creio que este é um momento muito importante e que nos encontramos no bom caminho. Gostaria de pedir ao Conselho e à Comissão que definam os respectivos mandatos e conduzam as negociações, que estão próximas, de molde a reforçar o que atrás fica exposto.

### **PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ**

*Vice-presidente*

Senhora Deputada Gál, gostaria de lhe dizer que a Senhora Deputada é o primeiro parlamentar húngaro que vejo desde que ouvimos a notícia de que o nosso colega e amigo, senhor deputado Pál Schmitt, foi eleito presidente do Parlamento húngaro. Gostaria de dizer que vamos, certamente, sentir a falta do nosso amigo, senhor deputado Schmitt, mas peço à Senhora Deputada que queira transmitir-lhe formalmente as nossas felicitações. Tenho a certeza de que ele irá desempenhar magnificamente as suas funções, à frente do Parlamento do seu país.

**Monika Flašíková Beňová (S&D).** – (SK) Muito embora todos os Estados-Membros sejam signatários da Convenção, a adesão da UE, na íntegra, irá representar não apenas uma nova dimensão da protecção dos direitos do Homem na UE, mas também - como gostaria de sublinhar - um sinal jurídico e político para o fortalecimento das relações entre a UE e a Europa. Gostaria igualmente de apoiar a ideia de que, juntamente com a adesão da UE à Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, se devia considerar seriamente a adopção em grande escala de legislação estabelecendo o domínio dos direitos sociais. A adopção de uma Carta Social Europeia revista, a nível europeu, para toda a União, por exemplo, seria uma medida manifestamente bem-vinda.

A adesão da UE à Convenção também levanta a questão da representação política da União nos órgãos do Conselho da Europa. Ao mesmo tempo, as pessoas dizem que o Parlamento Europeu também devia desempenhar um papel activo neste processo. Em princípio, estou de acordo com esta ideia; receio, porém, que o processo, incluindo as suas componentes individuais, não será nada fácil. Muito embora actualmente partilhe do entusiasmo de V. Ex.<sup>a</sup> - e, evidentemente, o Conselho também é merecedor dos nossos agradecimentos pelo excelente trabalho que realizou -, temos de nos preparar para o facto de o processo vir a ser muito complicado e de ainda termos muito trabalho a fazer nesse sentido.

**Marek Henryk Migalski (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, a União Europeia baseia-se no respeito dos direitos humanos. Esse é, de facto, um dos mais belos aspectos da Instituição. Acontece apenas que tenho a impressão de que estamos a construir esses direitos humanos exclusivamente para os nossos próprios cidadãos. A senhora deputada Beňová e a senhora deputada Wikström já se referiram ao facto. Tenho, porém, a impressão de estarmos a esquecer aquilo de que falou a senhora deputada Hautala, ou seja, os esforços para propagar os direitos humanos fora da UE. É minha convicção que a União Europeia tem falta de empenhamento neste domínio.

É esperançadamente que saúdo a adesão da União Europeia à Convenção, porque ela dá oportunidade para uma certa consistência do sistema de direitos e da protecção dos direitos humanos na União Europeia. Devíamos ter presente que, ao criarmos novos direitos, não devíamos restringir outras liberdades. Isto é, evidentemente, assunto para filósofos e teóricos do Direito, mas esta tensão entre direitos e liberdades não existe. Em vista disso, tanto os legisladores como, mais tarde, os juízes que aplicam a lei deviam ter consciência do facto.

**Angelika Werthmann (NI).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o artigo 6º do Tratado de Lisboa estipula que a UE deverá aderir à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do

Homem e das Liberdades Fundamentais, que representa um reforço do sistema dos direitos fundamentais na UE. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem é extremamente importante para a protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na Europa. A nossa filiação neste sistema judicial iria reforçar os direitos fundamentais dos cidadãos da UE, porquanto eles iriam adquirir uma forma adicional de solução judicial no caso de considerarem violados os seus direitos fundamentais.

Pessoalmente, considero a adesão da UE à Convenção Europeia para os Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais uma medida muito positiva, uma vez que também irá chamar a atenção para a importância dos direitos fundamentais na UE e, em caso favorável, aumentar a credibilidade da UE no que diz respeito às suas relações externas.

**Rafał Trzaskowski (PPE).** - (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, permita-me que agradeça aos nossos dois relatores, senhora deputada Kinga Gál e senhor deputado Ramón Jáuregui Atondo - bem como à Comissão e à Presidência.

(ES) Muito obrigado pelo trabalho, extremamente árduo, mas necessário, que realizaram.

(EN) Quando falávamos da adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem - e penso que na União Europeia já falamos nisso há mais de 10 anos -, havia grandes preocupações com a possibilidade de haver concorrência entre o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e o Tribunal de Justiça da União Europeia, de termos a ter problemas quando se tratasse da jurisdição e de haver possibilidade de vir a ser questionada a anatomia do Tribunal de Justiça da UE.

Penso, porém, que aquilo que conseguimos no nosso trabalho foi chegar a uma situação na qual esses dois tribunais podem ser complementares. Estávamos a tentar fazer tudo quanto possível para evitar pensar em termos de hierarquias, mas, na realidade, temos uma fertilização cruzada entre os dois sistemas de protecção dos direitos do Homem. À luz das tendências recentes, em que o TJUE acompanha a jurisprudência do Tribunal de Estrasburgo e vice-versa, penso que os dois sistemas coexistem, que, na realidade, não existe qualquer concorrência, e que a maior parte desses receios se dissiparam.

No recente acórdão proferido no âmbito do processo *Bosphorus*, que todos nós conhecemos muito bem, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem afirmou não haver necessidade de reexaminar o caso, porque a UE, como tal, oferece um nível adequado de protecção dos direitos humanos. Então, põe-se a pergunta: por que motivo temos necessidade de aderir à Convenção? A pergunta foi feita aqui por colegas nossos, e a resposta é: sim, temos necessidade de o fazer. Porquê? Temos necessidade de o fazer, não só pelo significado simbólico, que é importante, mas porque todo o sistema de protecção dos direitos humanos da União Europeia irá adquirir credibilidade aos olhos dos cidadãos, que irão gozar de protecção contra actuações da UE, e não apenas dos Estados-Membros, como acontece actualmente. Quando não existe controlo jurisdicional eficaz, quer a nível nacional, quer a nível comunitário - quando, por exemplo, é negado recurso ao demandante, ou o órgão da UE em questão não pode ser processado, é nessas situações que a Convenção terá um valor acrescentado.

Estamos a aderir à Convenção em benefício de maior coerência do sistema de protecção dos direitos humanos e não para enfraquecer a credibilidade desse sistema. Temos necessidade de lealdade e é esse o motivo por que postulamos que não devem ser apresentadas petições interestaduais por alegada violação de disposições, quando o acto cai no âmbito do Direito comunitário. Postulamos isto, e devíamos fazer tudo quanto estiver ao nosso alcance para o converter em lei.

Finalmente, gostaria de agradecer calorosamente à Comissão por ter criado uma DG dos Direitos Humanos. Recordo-me de ler, quando era estudante, artigos de Joseph Weiler sobre a protecção dos direitos humanos. Ele chegou à conclusão de que é possível fazer-se o que se quiser em termos de se candidatar e aderir à Convenção dos Direitos do Homem, mas se não houver implementação e seguimento na Comissão tudo será em vão.

Por isso, para terminar, graças a V. Ex.<sup>as</sup>, temo-la. Esperemos avançar e que tenhamos melhor protecção dos direitos humanos do que temos actualmente.

**Csaba Sógor (PPE).** - (HU) Congratulo-me com o facto de, ao inscrever-se no documento europeu mais fundamental em matéria de direitos humanos, a União Europeia estar a dar mais um passo para a criação de uma Europa verdadeiramente unificada e para melhorar a sua credibilidade quando intervém contra as violações dos direitos humanos em países terceiros. Não devemos esquecer, porém, que em termos da protecção dos direitos humanos, o Conselho da Europa, está, de muitos modos, à frente da União Europeia.

É por esse motivo que exorto a Comissão a examinar a possibilidade de aderir a outras convenções do Conselho da Europa e preparar um inventário dos acordos internacionais concluídos no seio do Conselho da Europa que nos ajudassem a melhorar a qualidade da legislação da UE em matéria de direitos humanos, se a elas aderíssemos.

Pessoalmente, creio que, para a Europa se tornar verdadeiramente uma região de liberdade, segurança e Estado de direito, será necessário cooperar com o Conselho da Europa e adoptar as suas realizações no domínio dos direitos humanos. Entre essas realizações, cumpriria dar-se especial atenção à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias e à Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais, que estabelecem os requisitos mínimos para as questões relativas às minorias nacionais autóctones, baseada em valores europeus, respeito da diversidade e dos direitos estabelecidos na Carta dos Direitos Fundamentais. Todos os Estados-Membros da União Europeia são membros do Conselho da Europa, tendo a maior parte deles subscrito e ratificado os referidos documentos. Seria natural que se levasse a cabo a extensão da legislação da UE nesse domínio, com a inclusão da Convenção amplamente ratificada.

**Elena Băsescu (PPE).** – (RO) A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, assegurou a adesão da União Europeia à Convenção Europeia para Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. De facto, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo irá proteger os direitos e liberdades fundamentais contra actuações da UE. Este facto é tão mais significativo, uma vez que os Estados-Membros transferiram importantes poderes para a União Europeia. Gostaria de realçar que a adesão não irá afectar o princípio da autonomia do Direito da UE, uma vez que o Tribunal de Justiça do Luxemburgo continuará a ser o órgão jurisdicional supremo para todas as questões relativas às leis da UE.

A Roménia subscreveu a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais em 1993. É importante fazer notar que o artigo 20º da Constituição romena estipula que os regulamentos internacionais que regem os direitos humanos fundamentais subscritos pela Roménia têm precedência sobre a legislação nacional.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** – (HU) Senhora Comissária, é muito importante o facto de o Conselho da Europa dispor de um mecanismo que já foi criado há décadas e tem estado a funcionar desde então, controlado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, e de a União Europeia ir partilhá-lo. Há muito tempo que venho a dizer que, no que diz respeito à protecção dos direitos humanos e das minorias na Europa, é muito preocupante que seja o Conselho da Europa a dispor de um sistema em funcionamento para a protecção dos direitos humanos e das minorias, quando na Europa o grande peso político cabe à União. Gostaria de chamar a atenção para o excelente relatório da autoria da senhora deputada Kinga Gál, no qual ela faz notar que a relevante lei do precedente ou jurisprudência frequentemente proporciona um importante apoio para a protecção dos direitos das minorias, que a União Europeia não pode proporcionar. Gostaria, além disso, reforçar as palavras do senhor deputado Sógor. Isto poderia constituir um precedente para a União Europeia aderir à Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa, uma vez que 8,5% da população da União pertencem a minorias e que a União não dispõe de qualquer sistema para a sua protecção.

**Izaskun Bilbao Barandica (ALDE).** – (ES) Senhor Presidente, gostaria de felicitar o senhor deputado Jáuregui pelo trabalho extremamente sério que realizou.

Este relatório esclarece aspectos institucionais e operacionais decorrentes da adesão da União Europeia à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais.

Faz já três décadas que a Comissão Europeia e o Parlamento aprovaram duas resoluções que pediam que a União subscrevesse a Convenção. Agora, com uma Comunidade mais complexa, com 27 Estados-Membros, ninguém duvida de que devia fazê-lo. O consenso a respeito destes princípios é a base da coesão política e da identidade da União Europeia, e quando eles entram em crise, surgem problemas políticos, mas também económicos.

Defender todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais em qualquer circunstância e sem hesitação significa trabalhar em prol do fortalecimento da democracia, e do progresso, e significa, além disso, excluir totalmente qualquer manifestação de violência, imposição ou totalitarismo. Esse, não esqueçamos, foi o primeiro sentido do projecto da União Europeia. Este tem de ser o rumo que temos de tomar, e peço à Comissão e ao Conselho que se esforcem por mantê-lo.

Gostaria, também, Senhor Presidente, de enviar os meus cumprimentos e as minhas condolências às famílias das vítimas na Grécia.

**Jacek Olgierd Kurski (ECR).** – (PL) A Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais é um dos fundamentos do princípio europeu de valores, que defende os direitos individuais e humanos. Isto está na base do estabelecimento da União Europeia em termos de valores.

Durante muitos anos, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem desempenhou muitíssimo bem o seu papel, defendendo os fracos e os perseguidos. Recentemente, porém, tem havido algumas decisões que levantam objecções à interpretação do princípio de liberdade individual pela CEDH. No ano passado, toda a Europa foi varrida por uma onda de discussões e de oposição ao veredicto que proibia a exposição de uma cruz em locais públicos.

Penso que, aderindo à Convenção ao abrigo das disposições do Tratado de Lisboa, a União Europeia devia, simultaneamente, dar início a discussões e encetar o debate no sentido de uma profunda reflexão, para que este tipo de distorções da liberdade individual e dos direitos humanos mal compreendidos não volte a acontecer no futuro.

**Jarosław Kalinowski (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, o Parlamento já aprovou muitas vezes resoluções a condenar casos de violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em diversas partes do mundo. Cumpre, porém, dizer que, na qualidade de União Europeia, não conseguimos fazer frente a óbvias violações destes direitos fundamentais nos Estados-Membros da União Europeia.

Gostaria de apresentar um exemplo muito relevante. Recentemente, o Chefe da Comissão de Ética da Lituânia penalizou Valdemar Tomašewski, dirigente da minoria polaca e deputado do Parlamento Europeu, por ter dirigido ao Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, uma pergunta sobre os direitos das minorias. Trata-se de uma situação bizarra e absolutamente escandalosa. Gostaria de perguntar o seguinte: a adesão à Convenção-Quadro irá mudar alguma coisa? A União Europeia devia estabelecer sobre estes assuntos critérios muito mais elevados do que os adoptados na Convenção-Quadro. Já é tempo de esses casos de descriminação não ocorrerem nos Estados-Membros da União Europeia.

**Georgios Papanikolaou (PPE).** – (EL) Senhor Presidente, em primeiro lugar, também eu gostaria de expressar o meu profundo pesar pela perda, hoje, na Grécia, de três cidadãos gregos, no decurso de comícios pacíficos em que cidadãos gregos se manifestavam por um futuro melhor. Certas pessoas, procedendo à margem dessas demonstrações, certas pessoas, procedendo de modo anti-democrático, privaram, muito injustamente, estas pessoas das suas vidas.

Constitui verdadeiramente uma ironia trágica estarmos hoje a debater o reforço e aprofundamento da estrutura de protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos cidadãos europeus com a nossa adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Por mais eficientemente que o Tribunal de Estrasburgo trabalhasse, temos de saber que, para reforçar a ideia de Europa, de uma Europa de valores, de uma Europa antropocêntrica, o que tem de ter precedência sobre tudo é a solidariedade, a solidariedade entre Estados-Membros, solidariedade entre as nações, a solidariedade de que, precisamente neste momento, tanto necessitamos na Grécia.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhor Presidente, quase todos os membros deste Parlamento que fizeram uso da palavra manifestaram o seu apoio à assinatura da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, e nós estamos absolutamente de acordo com eles.

Gostaria de remeter para duas intervenções que me pareceram manifestar algumas reticências ou mesmo oposição a essa assinatura, considerando-a uma ameaça às competências da União, como no caso do senhor deputado Ziobro, ou desnecessária, como no caso da senhora deputada Morvai.

Gostaria de remeter para essas duas intervenções e de lhes responder de modo específico. No que diz respeito ao argumento do senhor deputado Ziobro, não há qualquer problema quanto ao Tribunal de Estrasburgo interferir nas competências da União. Não é esse o seu objectivo e, além disso, isso está estipulado no Protocolo n.º 8 do Tratado de Lisboa. É claro que não altera as competências ou os poderes das Instituições europeias. Não há qualquer problema.

Além da questão do mecanismo "co-demandado" - por outras palavras, a União Europeia juntamente com um Estado-Membro - quando é apresentado um recurso perante o Tribunal de Estrasburgo contra um Estado-Membro, um dos assuntos que estão a ser tratados num grupo de trabalho sobre a questão, é, precisamente, o do esgotamento prévio das soluções judiciais do Tribunal do Luxemburgo, antes de recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Este é um dos assuntos em que se está a trabalhar num grupo de trabalho, de um ponto de vista técnico, para que não subsista qualquer dúvida de que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem não invade as competências da União, que simplesmente verifica se houve ou não violação da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem.

O segundo argumento é o da senhora deputada Morvai, que afirma: "Posso ir contra uma decisão de uma autoridade do meu país, e posso recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Para que necessito de que a União Europeia assine?" Penso que isto é absolutamente claro: a União Europeia tem competências que os Estados-Membros não têm. Não só a União Europeia tem competências, como, o que é mais, as aumentou.

A União Europeia tornou-se uma instituição que toma decisões através de directivas, de regulamentos, e de decisões do ponto de vista jurídico, que podem violar a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem. Esse é o motivo por que o percurso da União Europeia para uma instituição cada vez mais poderosa significa que, tal como a assinatura pelos Estados-Membros da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e a sua submissão à jurisdição de Estrasburgo, também a União Europeia necessita, por conseguinte, de se submeter à jurisdição de Estrasburgo, sendo por esse motivo que o Tratado de Lisboa assim o estabelece.

A aduzir a isto, a história do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a sua jurisprudência foi altamente positiva para os direitos humanos na Europa. A Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem, que é o texto que o Tribunal aplica, é bastante antigo - data de 1950 -, tendo sido, tal como o Tratado de Roma, assinado em Roma. Desde então, foram-lhe sendo aduzidos protocolos ao longo do tempo. Não obstante ser antigo, a sua jurisprudência é de tal modo rica que se tornou a jurisprudência dos tribunais judiciais e dos supremos tribunais dos Estados-Membros, tendo constituído uma espécie de doutrina comum, que é essencialmente a doutrina que, juntos, o Tribunal do Luxemburgo e o Tribunal de Estrasburgo estão a procurar estabelecer para o futuro na interpretação dos direitos humanos.

Parece-nos, portanto, que se justifica plenamente que a União Europeia subscreva a Convenção. Além disso, parece-nos que isso irá proteger não só os cidadãos dos Estados-Membros, mas também as pessoas que vêm do exterior da União Europeia e que têm estatuto de residentes estrangeiros, porquanto a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos protege quem quer que se encontre sob a jurisdição de um Estado-Membro e, futuramente, quem quer que se encontre sob a jurisdição que seja afectada pelas decisões tomadas pela União Europeia. Logo, não só os nacionais dos Estados-Membros, mas também os que não são nacionais dos Estados-Membros estarão protegidos por esta Convenção, se a União a subscrever.

Gostaria de dizer que nos congratulamos com o facto de existir consenso relativamente à importância de avançar com o alargamento do mandato apresentado pela Comissão Europeia, e por se ir realizar sobre o assunto uma sessão do Parlamento Europeu, tal como anunciado pelo senhor deputado Jáuregui, a quem gostaria de aproveitar a oportunidade para felicitar, bem como aos outros relatores, senhora deputada Gál e senhor deputado Preda, por este excelente trabalho. Gostaria também de dizer que é intenção da Presidência espanhola que este mandato - baseado no texto enviado pela Comissão, a quem, em nossa opinião, deve caber a responsabilidade de o negociar com o Conselho Europeu - seja aprovado em 4 de Junho pelo Conselho de Ministros, Conselho "Justiça e Assuntos Internos".

**Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, permita-me que comece por dizer quanto estou de acordo com o que a Presidência espanhola respondeu a algumas das perguntas dos senhores deputados. Não vou repeti-lo, porque eu diria exactamente o mesmo.

Permita-me apenas agradecer aos senhores deputados que entrevistaram muito positivamente para sublinhar a importância dos direitos fundamentais, que constituem a base da nossa União. Reforçar os direitos fundamentais de cada um dos nossos cidadãos individualmente só pode ser uma antecipação daquilo que pensamos ser os verdadeiros valores da nossa Europa.

Gostaria de agradecer especificamente aos dois relatores, que realizaram um importante trabalho para levarem o Parlamento a concordar com o mandato de base. Todavia, o mandato de base, como já se disse nesta Casa, apenas é o início, porquanto ainda temos de negociar. Estas negociações irão, certamente, levar muito tempo, e quando as tivermos terminado, ainda terá de se iniciar o processo de ratificação.

Logo, Senhor Presidente, estou a prever que terei de voltar muitas vezes - é evidente que com todo o prazer - a esta Casa para relatar em que ponto estamos, como estamos a progredir, quais são os problemas e quais



são as soluções. Estou absolutamente confiante em que as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados nos irão ajudar a alcançar o objectivo comum, que é uma Europa de valores e de direitos.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

### **Declarações escritas (Artigo 149º)**

**Philip Claeys (NI)**, *por escrito.* – (NL) Na qualidade de Parlamento Europeu, temos de nos assegurar de que a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) não reforce a actual tendência dos juízes do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia para anular decisões tomadas democraticamente pelos Estados-Membros, nos domínios do asilo e da imigração. Juízes que não são eleitos e que, por conseguinte, não têm de prestar contas a quem quer que seja, estão a interferir cada vez mais com os poderes legislativos e executivos dos Estados-Membros. Trata-se de uma evolução perniciosa e que reforça o défice democrático da União Europeia.

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D)**, *por escrito.* – (PL) A adesão da União Europeia à Convenção Europeia para Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdade Fundamentais é uma proposta que há muito tempo tem figurado na agenda do Parlamento Europeu. O Tratado de Lisboa, que proporciona uma base jurídica neste assunto, permite o início das negociações. Trata-se de uma medida muito importante, que permite uma aplicação mais eficiente dos direitos humanos dos cidadãos da União Europeia.

Temos, porém, de ter consciência de que muito trabalho nos aguarda antes de a União se tornar parte da Convenção. Levantam-se muitas perguntas de natureza jurídica a que será necessário responder no decurso das negociações, entre elas as seguintes: a União devia aderir apenas à própria Convenção ou tornar-se também parte dos protocolos? Como deveria ser resolvida a questão da representação da União nos órgãos do Conselho da Europa? Finalmente, e extremamente importante, que tipo de relações devia ser adoptado entre os dois tribunais - o Tribunal de Justiça do Luxemburgo e o Tribunal dos Direitos do Homem, de Estrasburgo?

Não esqueçamos que um princípio fundamental do sistema jurisdicional é a jurisdição exclusiva do TJUE para interpretar a lei da UE. Fico satisfeita com o facto de a recém-constituída Comissão ter tratado de forma prioritária a adesão à Convenção e de ter preparado uma recomendação no sentido de se dar início às negociações. A questão mais importante é agora os Estados-Membros chegarem a acordo em questões fundamentais, de molde a que as negociações possam prosseguir harmoniosamente.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito.* – (DE) Com a Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (CEDH), a UE está a criar alguns problemas para si própria. Estou a pensar, por exemplo, na alegada contravenção da Convenção em relação com a repatriação forçada de refugiados africanos pela Itália, caso em que se brandiu o varapau da Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados, muito embora a protecção dos refugiados esteja expressamente relacionada com perseguições no domínio político ou religioso, entre outros. Actualmente, os migrantes são sobretudo migrantes por motivos económicos. Será que estamos a estipular o seu acolhimento através de uma via indirecta?

De modo geral, a nossa fracassada política de integração das últimas décadas está a fazer ricochete sobre nós. Talvez o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem da UE imponha minaretas e *burkas* na Europa, estando já a caminho alguns procedimentos. Irá, pelo contrário, o crucifixo desaparecer das paredes das escolas e, posteriormente, talvez das caixas de primeiros socorros, dos selos, dos brasões e das bandeiras nacionais? Na realidade, a liberdade de religião destinava-se a ser aplicada contra um Estado que proibisse a prática de uma religião em público, não devendo ser o caso de a população autóctone ter de rejeitar a sua herança ocidental por causa dos direitos de algumas pessoas a sentirem-se bem. Sobretudo, provavelmente também a retenção de dados irá ser incompatível com a CEDH. Põe-se a questão de se saber se o actual plano de bloquear a pornografia infantil na Internet irá estar de acordo com a Convenção, especialmente porque os bloqueios da Internet pela indústria do entretenimento são usados como oportunidade para instalar filtros de direitos de autor, e a maior parte dos sítios têm origem nos EUA, não estando, portanto, sujeitos às leis da UE, pelo que não se ataca a base do problema do abuso.

**Cristian Dan Preda (PPE)**, *por escrito.* – (RO) Na qualidade de relator da Comissão dos Assuntos Externos sobre a adesão da UE à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, perguntei-me a mim mesmo, tal como também fizeram outros colegas, o que proporciona, realmente, uma tal decisão? Creio que a resposta a esta pergunta é a seguinte. A adesão proporciona um controlo externo adicional a nível da UE em matéria de respeito dos direitos humanos. Isto ajuda a reforçar

a ordem pública na Europa, que, como todos sabemos, se baseia nos direitos humanos, na democracia e no Estado de direito. Finalmente, a adesão proporciona à UE mais credibilidade nas suas relações externas.

Por outro lado, temos de ter consciência de que existe grande número de questões que aguardam resposta. Que domínio cobre a adesão? Apenas a Convenção ou também os protocolos adicionais? Que formas de representação irá usar a UE nos órgãos da Convenção? Que papel irá desempenhar o Parlamento na nomeação do juiz da UE para a CEDH? Creio firmemente que estas perguntas irão ser respondidas muito em breve.

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *por escrito*. – (PL) A Europa ainda não dispõe de um sistema eficaz de protecção dos direitos humanos. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) é o instrumento mais importante para a protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na Europa, sendo de particular importância para os cidadãos do meu país, a quem governos de direita privaram da capacidade de proteger os direitos fundamentais garantidos pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Desde a sua criação, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo, que apoia a Convenção, tratou mais de 100 000 casos. O número de casos aumenta significativamente de ano para ano. Em 2009, foram apresentadas quase 60 000 queixas ao Tribunal, o que representa um aumento de 20% em relação a 2008. Os Estados-Membros não têm qualquer pressa de reconhecer as sentenças do Tribunal. Se o fizessem rápida e eficazmente, haveria uma nítida redução das queixas. A adesão da União à CEDH irá constituir um objectivo adicional para encorajar a eficiente implementação das decisões do Tribunal - instituição que protege os direitos dos cidadãos e lhes torna possível procurar justiça. A conformidade dos actos jurídicos com o texto da Convenção ficará sujeita à supervisão do Tribunal. Relativamente a isto, as decisões do Tribunal também deviam encontrar expressão na política da UE. Talvez graças a isso, a Direita polaca compreenda, entre outras coisas, que o Estado devia garantir neutralidade confessional nos estabelecimentos públicos de ensino, onde é exigida a presença nas aulas de religião, independentemente da confissão religiosa professada pelo aluno (do acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, proferido no processo Lautsi v. Itália).

## 21. Veículos eléctricos (debate)

**Presidente**. – Segue-se na ordem do dia a declaração do Conselho e da Comissão sobre os veículos eléctricos.

**Diego López Garrido**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário, Senhor Vice-Presidente da Comissão, como os senhores sabem, a indústria europeia, em geral, foi seriamente afectada pela crise económica e financeira global e, neste clima extremamente difícil para todos os sectores da economia, assim como para a indústria, acreditamos que a recuperação do crescimento e do emprego constitui a máxima prioridade da Europa.

Recebemos hoje boas notícias nas previsões da Comissão no que diz respeito à recuperação que está ocorrer em toda a União Europeia. Embora pequena, em última análise, sempre é uma recuperação, e tem de corresponder, em particular, à actividade industrial.

Pensamos que a indústria – e nisto tenho a certeza que estou de acordo com o Vice-Presidente da Comissão, porque falámos recentemente sobre este assunto e ele concorda connosco – é e deve ser um motor insubstituível do crescimento e da recuperação da economia europeia. Por isso, temos de apoiar a indústria europeia.

Repito, a indústria europeia pode desempenhar um papel motriz na economia e para que tal aconteça, necessitamos, em primeiro lugar, de proteger o nosso tecido industrial da conjuntura económica difícil que estamos a viver e, em segundo lugar, necessitamos de melhorar a competitividade da indústria europeia. Por outras palavras, a indústria europeia necessita de recuperar a liderança e a competitividade no mercado global, necessita de apostar na inovação e no desenvolvimento de novas tecnologias. Nesta matéria, tal como em muitas outras, é extremamente importante que a resposta a estes desafios tenha uma perspectiva europeia e um enfoque europeu.

No sector da indústria, temos de colocar a ênfase especial nos sectores com maior capacidade de impacto e crescimento. Um deles é, sem dúvida, o sector automóvel, com a sua grande capacidade de transferência da tecnologia para outras actividades, com o seu impacto no emprego, a sua capacidade de exportação e o seu potencial de crescimento. Por isso, é importante que nos concentremos no sector automóvel que, de acordo com os dados da própria Comissão, emprega – directa ou indirectamente – 12 milhões de pessoas na Europa e é o principal investidor privado na investigação, no desenvolvimento e na inovação, investindo 20 mil milhões de euros por ano.

No parque automóvel europeu – que poderia ascender a 270 milhões de veículos até 2030 – existe um tipo de veículos no qual se devem centrar as atenções para que seja possível alcançar os objectivos que já referi. Estamos a falar de veículos eléctricos, que constituem um dos melhores exemplos das estratégias de inovação a considerar neste sector.

Por isso, a Presidência espanhola incluiu o desenvolvimento dos veículos eléctricos como uma prioridade na sua agenda, como um modo de transporte alternativo preferencial para reduzir a nossa dependência dos combustíveis fósseis derivados do petróleo no sector dos transportes e, assim, dar um passo claro e decisivo para um sistema de transportes eficiente em termos energéticos e sustentável do ponto de vista ambiental. O Conselho pensa que tal exige uma estratégia global para o desenvolvimento das tecnologias, incluindo, neste caso, a tecnologia eléctrica.

Por isso, o Conselho está a promover o debate sobre as possíveis medidas a adoptar para promover a produção de veículos eléctricos pela indústria europeia, pelo que, nos dias 8 e 9 de Fevereiro, tivemos o debate no Conselho informal de Competitividade, em San Sebastián. Tratou-se de um debate verdadeiramente intenso, no qual foram identificadas três áreas de trabalho centrais: em primeiro lugar, promover um mercado europeu líder na produção de veículos eléctricos e das suas baterias; em segundo lugar, apoiar a adopção e aceitação de veículos eléctricos enquanto modo de transporte semelhante a veículos convencionais, colocando-os ao mesmo nível ou procurando que o alcancem no futuro, uma vez que, neste momento, não estão ao mesmo nível e demorará algum tempo até que o atinjam; e, em terceiro lugar, criar as condições para um mercado único de veículos eléctricos.

Foi, por isso, acordado convidar a Comissão Europeia a elaborar um plano de acção. Em resposta a este convite, a Comissão – como o Vice-Presidente da Comissão, Sr. Tajani, referirá mais adiante – publicou a sua estratégia europeia para veículos não poluentes e energeticamente eficientes, uma comunicação apresentada no dia 27 de Abril que fala de tecnologias eléctricas, outras tecnologias alternativas neste campo e outros temas. Gostaríamos que houvesse algumas conclusões no Conselho de Competitividade, em Maio, sobre a comunicação da Comissão, apresentada no dia 27 de Abril, e tencionamos fazer com que assim seja.

Em resumo, pensamos que temos de prosseguir os objectivos desta estratégia e, no âmbito dela, os objectivos do plano de acção para 2010-2012, para que as grandes linhas de acção se traduzam nas 15 acções específicas também propostas pela Comissão, com o objectivo de criar as bases para a introdução de veículos eléctricos.

**Antonio Tajani**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (IT) Senhor Presidente, Senhor Secretário de Estado López Garrido, como a Presidência espanhola disse há pouco, a semana passada, a Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, adoptou uma comunicação sobre os veículos limpos e eficientes do ponto de vista energético, e eu tive o prazer de apresentar este texto como assunto prioritário aos próprios membros da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia durante a minha audição, na passada quarta-feira.

A comunicação consiste em dois pilares principais: uma primeira parte sobre a melhoria dos tradicionais motores de combustão, e uma segunda parte destinada a estabelecer um roteiro com vista a promover e a facilitar o uso generalizado de tecnologias de ponta associadas a veículos com carbono ultra-baixo, veículos a hidrogénio, veículos a biocombustível, veículos híbridos e veículos 100% eléctricos. Os veículos eléctricos constituem, precisamente, o objecto do debate desta noite, bem como da resolução que este Parlamento se prepara para votar amanhã.

Quem tiver acompanhado de perto as novidades respeitantes à indústria automóvel há-de concordar comigo que se conseguiu um consenso sem precedentes a favor dos veículos eléctricos. Momentos decisivos foram a reunião do Conselho de Ministros em San Sebastián, no âmbito da Presidência espanhola, os anúncios de programas nacionais para a mobilidade eléctrica e os salões do automóvel, não só na Europa, mas também em Detroit e em Pequim.

Sabemos, neste momento, que os fabricantes europeus de automóveis irão lançar no mercado os primeiros veículos completamente eléctricos e veículos híbridos recarregáveis em 2011, continuando entretanto a produzir veículos convencionais mais actualizados e altamente eficientes em termos energéticos. O que é mais importante ainda é que estes automóveis limpos não são apenas objecto de curiosidade nos espaços de exposição dos concessionários, mas são também ansiosamente aguardados pelos consumidores europeus, que indicaram claramente a sua preferência por veículos mais pequenos e mais amigos do ambiente.

Gostaria de apresentar, muito rapidamente, a esta Assembleia o conteúdo da estratégia da Comissão: essa estratégia prevê mais de 40 acções concretas e aproveito esta oportunidade para vos apresentar as três que

foram apontadas pelas partes interessadas como as principais prioridades a abordar por parte da Comissão, designadamente a normalização, os incentivos financeiros e a investigação.

A normalização dos veículos eléctricos reveste-se de uma importância fundamental a fim de assegurar que os cidadãos europeus poderão recarregar os seus veículos quando atravessarem fronteiras; a chamada interoperabilidade é um requisito essencial se queremos que os consumidores acolham sem reservas a nova tecnologia e que seja, portanto, garantida a difusão em massa no mercado dos veículos eléctricos.

Por isso a comunicação prevê que a Comissão trabalhe com os organismos europeus de normalização, com base no processo de normalização consolidada, a fim de adoptar uma solução única para a interoperabilidade, fazer face aos riscos em matéria de segurança e considerar um sistema inteligente de recarga para os carregadores eléctricos dos veículos. A norma deve ter em conta as soluções técnicas existentes e, naturalmente, garantir a segurança e um preço abordável para os consumidores.

Estou convicto de que devemos explorar o impulso actual para se optar por uma verdadeira solução única europeia, baseada nos nossos princípios do mercado interno. Se deixarmos fugir esta oportunidade, poderemos encontrar-nos num mercado fragmentado durante muitos anos, o que não só seria negativo para os consumidores e as empresas europeias, como também pouco inteligente perante as numerosas iniciativas internacionais concorrentes.

Por outro lado, Senhoras e Senhores Deputados, no que respeita aos incentivos financeiros, eles já foram introduzidos por diversos Estados-Membros. Nalguns casos, os incentivos dizem respeito, explicitamente, aos veículos eléctricos, enquanto noutros estão associados a baixas emissões de CO<sub>2</sub>. A Comissão não pretende, obviamente, obrigar os Estados-Membros a oferecer incentivos, mas deseja coordenar a troca de informações e propor uma série de orientações sobre esta matéria para evitar, justamente, a fragmentação do mercado.

O terceiro elemento é a investigação: a Comissão tenciona envidar esforços no sentido de assegurar que a investigação europeia possa alcançar o objectivo de ter transportes limpos e altamente eficientes em termos energéticos. Irá apoiar a investigação em todos esses sectores tecnológicos, reduzindo e facilitando ao mesmo tempo os procedimentos com vista à obtenção dos subsídios europeus.

Vou terminar, salientando o impacto que esta estratégia irá ter e que vai muito para além da indústria automóvel. Concordo com o ponto de vista da Presidência espanhola: estamos aqui para estudar uma estratégia, que é a que está contida no documento Europa 2020 proposto pela Comissão e aprovado pelo Conselho, que coloca a política industrial e empresarial no coração da estratégia para sair da crise e para criar prosperidade e desenvolvimento na nossa sociedade, nos próximos anos. As medidas tomadas a favor da indústria automóvel, para assegurar que ela possa certamente ser inovadora mas estando igualmente apta a competir no mercado internacional, fazem parte dessa estratégia para proteger a indústria e também todas essas pequenas e médias empresas que giram em torno da grande indústria europeia, que representa, efectivamente, um dos pilares da grande indústria.

Por conseguinte, penso que este trabalho que estamos a fazer com vista a abrir novas perspectivas à indústria automóvel é uma iniciativa louvável, e fiquei muito satisfeito ao ouvir as palavras da Presidência espanhola, que apreciou a comunicação da Comissão. Esta última pretende, em conjunto com o Parlamento e o Conselho, estudar uma estratégia que permita à nossa indústria europeia, ao nosso sistema empresarial europeu, desenvolver-se, uma vez que, como se afirma no Tratado de Lisboa e é convicção de todos nós, um mercado forte é o melhor instrumento para a criação de uma sólida política social.

Sem empresas e sem indústria não podemos pensar em proteger o emprego nem tão pouco o direito ao trabalho dos nossos concidadãos.

**Pilar del Castillo Vera**, em nome do Grupo PPE. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Secretário de Estado López Garrido, este é um debate sobre um tema em torno do qual existe, em geral, um grande consenso, portanto, não se trata de um daqueles debates em que existem posições radicalmente diferentes, mas sim apenas posições pura e simplesmente distintas. Ouvimos isto na intervenção do senhor Secretário de Estado López Garrido, assim como na intervenção do senhor Comissário. Tal reflecte-se também na resolução que vai ser apresentada amanhã a votação no Parlamento, com o apoio de todos os grupos políticos.

Dito isto, existe uma série de problemas para resolver antes que os veículos eléctricos possam ser completamente eficientes e a tarefa que se nos coloca agora é de nos concentrarmos em procurar como podemos resolver estes problemas tão rapidamente quanto possível, para que os veículos eléctricos também

possam participar no projecto global que consiste em termos um consumo de energia mais sustentável e eficiente.

Gostaria de realçar, a este propósito, uma das questões que foi mencionada e que também se encontra na resolução, nomeadamente, a questão da investigação. Continua a existir uma série de problemas fundamentais relacionados com a eficiência das baterias e das recargas, assim como problemas de normalização, interoperabilidade, etc., para cuja resolução ainda há um longo caminho a percorrer.

Para que seja possível percorrer este caminho tão rapidamente quanto possível, penso que é essencial, tal como em muitos outros aspectos relacionados com a energia e outros temas, que os esforços se concentrem na investigação. Isto exige um enorme esforço do ponto de vista financeiro, tanto por parte das instituições europeias, como das instituições nacionais.

**Teresa Riera Madurell**, em nome do Grupo S&D. – (ES) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de felicitar a Presidência espanhola, em nome do meu grupo, por incluir acertadamente os veículos eléctricos entre as suas prioridades, assim como a Comissão e o Vice-Presidente da Comissão, Sr. Tajani, por terem aceite o desafio.

De facto, Senhoras e Senhores Deputados, a capacidade para entrar rapidamente neste sector com produtos de qualidade e normalizados determinará os futuros líderes num mercado altamente competitivo.

Senhor Vice-Presidente da Comissão, concordamos que, para sermos bem sucedidos, é essencial a existência de uma normalização das infra-estruturas e métodos de carga. Mas como é que os senhores vão acelerar esta normalização de forma a evitar que esta questão atrase a introdução de veículos eléctricos na União Europeia? Concordamos que é essencial apoiar a investigação e o desenvolvimento para reduzir os custos e melhorar a eficiência, uma vez que já dependemos bastante da tecnologia externa. Também precisamos de saber que medidas vão ser tomadas a nível europeu para promover a investigação, em especial no que diz respeito a baterias.

Vou concluir com uma questão ao senhor Vice-Presidente da Comissão. A Comissão tem tendência para se referir genericamente a veículos com propulsão não poluente. No entanto, a tecnologia de propulsão é a mais desenvolvida. Os fabricantes dispõem de uma grande variedade de modelos e vão iniciar em breve a sua comercialização. Não lhe parece que os veículos eléctricos podem ser introduzidos na Europa muito mais rapidamente do que outras formas de propulsão não poluente? Não considera que é realista pensar que os veículos eléctricos estarão disseminados pela Europa até 2015-2020?

**Jorgo Chatzimarkakis**, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, obrigado pela sua declaração. Estou muito grato pela iniciativa da Presidência espanhola – e tanto quanto vejo, trata-se aqui de um evento muito espanhol – de adoptar esta série de propostas e de assumir a liderança nesta matéria.

A mobilidade eléctrica tem de desempenhar um papel decisivo no futuro. No entanto, como todos nós sabemos, ainda estamos muito longe de alcançar uma mobilidade eléctrica abrangente. Por isso, também não deveríamos cometer o erro de permitir que se gere uma euforia pelos veículos eléctricos, cujas expectativas não somos capazes de cumprir em termos políticos. Sendo assim, não deveríamos desinvestir na melhoria dos meios convencionais de locomoção, visto que o crude continuará, provavelmente, a ser o combustível para a nossa mobilidade ainda durante muito tempo.

No entanto, há pontos que são decisivos, nomeadamente:

Em primeiro lugar, como o senhor Comissário e todos os outros oradores disseram, necessitamos de uma estratégia europeia para o desenvolvimento de normas. Os Estados Unidos e a China estão a trabalhar conjuntamente em fichas de carga condutivas. Não podemos ficar atrás nesta matéria. Temos de liderar e não deveríamos permitir que a vaidade europeia vença. Os franceses são mais rápidos, ou são os alemães ou os espanhóis? Deveríamos congregar-nos e a Comissão deveria certamente assumir a liderança nesta questão. Precisamos de desenvolver baterias rentáveis e de desempenho elevado.

Em segundo lugar, necessitamos de alargar a cobertura da infra-estrutura de rede a todas as áreas, o que significa, para nós, que temos de concentrar as possibilidades de subsídios de que dispomos no domínio da coesão, das regiões e do desenvolvimento das zonas rurais, orientando-os mais claramente para este fim. Os cidadãos devem poder utilizar a mobilidade eléctrica a nível transfronteiriço, caso contrário, não vão utilizar esta forma de transporte.

Em terceiro lugar, também é necessário contar com os veículos eléctricos nos nossos cálculos de emissões de CO<sub>2</sub>. Os fabricantes de automóveis que estão actualmente a fazer os cálculos relativos a frotas ainda não podem incluir veículos eléctricos. É preciso que possamos incluí-los nos cálculos no futuro.

Em quarto lugar, temos de conceder reduções fiscais para veículos eléctricos em toda a Europa. Isto aplica-se às baterias, em particular, que continuam a ser o componente mais caro. Temos de fazer investigação nesta matéria, mas também temos de harmonizar os nossos impostos.

**Michael Cramer**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o trânsito na Europa é responsável por cerca de 30% de emissões de CO<sub>2</sub>, dos quais a maior parte se deve ao transporte rodoviário. Por isso, evitar, transferir e aperfeiçoar estão na ordem do dia. Temos de encontrar a tecnologia de propulsão para veículos mais respeitadora do ambiente. Os veículos eléctricos incluem comboios, eléctricos, autocarros, automóveis e bicicletas. No entanto, a condição prévia para tal é que não haja um revivalismo da energia nuclear, tão perigosa, motivo pelo qual a produção de energia renovável constitui a *conditio sine qua non*. Além disso, o resultado de todo o ciclo, desde a produção, passando pela utilização, até aos resíduos e à reciclagem, tem de ser positivo. Só nesse caso é que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia poderá apoiar a mobilidade eléctrica.

A substituição do actual parque automóvel por veículos eléctricos nem resolverá o problema do congestionamento, nem protegerá o clima. O transporte automóvel apresenta cinco desvantagens: o ruído, as substâncias poluentes, os números de acidentes, os custos e a utilização dos solos. Os veículos eléctricos, quanto muito, resolvem o problema das emissões. Só a área dos solos utilizados é imensa. Por esta razão, a Alemanha, por exemplo, comprometeu-se a limitar a área dos solos selados, isto é, cobertos por betão e asfalto, a 30 hectares por dia, a partir de 2020. O valor actual ascende a 117 hectares por dia. Por isso, é necessário reduzir o número de automóveis. Para os restantes automóveis, bem como para comboios, autocarros, eléctricos e bicicletas eléctricas, necessitamos de tecnologia mais respeitadora do ambiente. Se queremos que esta tecnologia seja mobilidade eléctrica, necessitamos de uma normalização europeia e internacional.

Os Verdes votarão a favor desta resolução.

**Edvard Kožušník**, em nome do Grupo ECR. – (CS) Passei muito tempo a analisar o problema da regulação e da burocracia no meu país. A maioria dos senhores deputados, provavelmente, só me conhece graças à viagem de 866 km que fiz de bicicleta de Praga até ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Mas a maioria dos senhores deputados não sabe que, em Praga, eu me desloco de bicicleta eléctrica. Não sou um extremista ambiental. Utilizo-a por motivos práticos, porque a sua utilização é vantajosa para mim, uma vez que é mais rápida no trânsito de Praga, e posso andar de fato. Penso que deveríamos abordar assim a questão da normalização de veículos eléctricos.

Tive a honra de ser o relator da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores para o relatório do PE sobre a standardização e normalização. Vamos organizar uma audição sobre este tema em Junho, com a participação do senhor Comissário Tajani, e apraz-me o facto de ele considerar este tema importante. Nesta audição, haverá, certamente, mais espaço para o debate. A Europa de hoje precisa, mais do que nunca, de ser competitiva e precisa de inovação. No entanto, as normas constituem apenas um dos instrumentos para ajudar a indústria. Tal como os representantes da indústria também eu penso que os regulamentos de Bruxelas relativos à introdução de veículos eléctricos são letais. A inovação não deve resultar dos regulamentos, mas sim da procura. Se os veículos forem desenvolvidos por ordem, serão inaceitavelmente caros e ninguém irá comprá-los. A propósito: a bicicleta eléctrica que utilizo foi fabricada na China.

**Marisa Matias**, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Secretário de Estado, eu penso que é verdadeiramente importante pensarmos esta questão do veículo eléctrico e debatê-la a fundo. Já muitas das questões que gostaria de referir foram aqui levantadas, mas quero dizer que é importante porque, desde logo, temos que pensá-la no modelo de desenvolvimento em que vivemos actualmente, e ela é fundamental para nos permitir repensá-lo, quer em termos da redução da dependência dos combustíveis fósseis, quer em termos da redução das emissões de dióxido de carbono, como já foi referido, quer em termos de uma melhor eficiência energética e do reforço do potencial de utilização de energia proveniente de fontes não renováveis.

Mas há dois pontos que me parece que são absolutamente centrais. Não podemos ver nenhuma destas estratégias se não estiver integrada, em primeiro lugar, numa estratégia de mobilidade mais alargada que vai para além do sector automóvel, que inclui outros meios de transporte, que tem que ser bastante mais

abrangente, senão de outra forma não nos resolve o problema. Um segundo ponto também bastante importante é que temos de ter em conta a crise em que vivemos, e num contexto de crise como aquela em que vivemos temos que aproveitar esta oportunidade para reconverter e requalificar o mundo do trabalho, evitando impactos sociais negativos. Já não temos mais capacidade para termos mais impactos sociais negativos e, portanto, apelava a que esta estratégia fosse tida e vista de forma integrada, tal como nós o tentamos fazer na proposta de resolução que apresentamos em conjunto amanhã aqui no Parlamento.

**Laurence J.A.J. Stassen (NI).** – (NL) Senhor Presidente, quando o senhor Ford produziu o seu primeiro automóvel, disse o seguinte: "O meu automóvel pode ser fornecido em qualquer cor, desde que seja preto." Nada mudou desde então. Um automóvel pode ser fornecido em qualquer modelo, desde que seja respeitador do ambiente. Não tenho nada contra o respeito pelo ambiente, mas, actualmente, o ambiente tornou-se in comportável por causa das políticas esquerdistas. O consumidor está a pagar um preço excessivo e isso está a ser ocultado por toda a espécie de subsídios governamentais, mas o ambiente seria muito caro e pouco rentável se todos os subsídios pagos pelos contribuintes fossem retirados. Agora, queremos um veículo eléctrico normalizado na União Europeia.

O Partido da Liberdade holandês pensa que isto não deveria constituir preocupação da União Europeia, mas sim da indústria. Além disso, um veículo electrónico é inútil neste momento. As baterias e a sua vida útil continuam a ser demasiado limitadas e contêm substâncias extremamente perigosas. Se milhões de pessoas comessem em breve a ligar os seus veículos eléctricos à tomada à noite, para os carregar, fusíveis rebentariam todos imediatamente e as luzes apagar-se-iam, literalmente, porque as nossas redes não seriam capazes de suportar a carga. Além disso, toda essa energia suplementar para os veículos eléctricos terá de ser gerada por centrais eléctricas suplementares.

Por isso, em resumo, o veículo eléctrico é in comportável e poluente, sobrecarrega demasiado a capacidade da rede e, em geral, também não tem grande aspecto, seja preto ou não. Por isso, não queremos uma normalização europeia de veículos eléctricos, nem agora, nem nunca.

**Ivo Belet (PPE).** – (NL) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de vos pedir que ignoremos comentários incrivelmente estúpidos da oradora que me antecedeu. Dito isto, gostaria de chamar a atenção para o facto de, tal como já disse o Presidente, a indústria automóvel constituir o sector industrial mais importante na União Europeia e continuar a ser incrivelmente importante para empregadores, empregados e empregos. Penso que deveríamos mudar para veículos eléctricos tão rapidamente quanto possível, como já afirmou o senhor Comissário. Por isso, agora, temos de implementar o plano de acção que o senhor Comissário apresentou na semana passada.

Vou destacar três prioridades do vosso plano de acção. Em primeiro lugar, os próprios trabalhadores. Eles necessitam de formação, como é óbvio, para puderem trabalhar com as novas tecnologias, algo que enfatizamos muito na nossa resolução. Chamo a vossa atenção para esta questão em particular. Estamos a pedir que se faça um grande esforço no que diz respeito à formação, nomeadamente, através do Fundo Social Europeu.

Em segundo lugar, Senhor Comissário e Senhor Presidente, os veículos do futuro e, em particular, as baterias eléctricas. Esta questão já foi mencionada aqui, mas nunca é demais referi-la. Nós, enquanto União Europeia, temos a ambição de assumir a liderança global e, mais que não seja, mantermo-nos a par dos chineses. Se queremos alcançar este objectivo, a tecnologia das baterias tem de constituir uma prioridade absoluta no sétimo e no oitavo Programa-Quadro para a Investigação e o Desenvolvimento. É preciso fazer algumas alterações neste sentido e enfatizar este aspecto.

Em terceiro lugar, a infra-estrutura de recarga. Ao contrário daquilo que a oradora que me antecedeu disse, temos de chegar a uma norma europeia até ao final do ano, o que está incluído no vosso plano. Caso contrário, atolamo-nos num mercado fragmentado. Senhor Comissário, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos aqui uma oportunidade única para proporcionar um forte impulso para o crescimento do emprego na Europa e para evitar sermos inundados por produtos e componentes feitos na China. Não é ainda demasiado tarde para evitar esta situação.

**Judith A. Merkies (S&D).** – (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário e Senhor Secretário de Estado, quero referir-me a alguns pontos: tecnologia, neutralidade, normalização, contadores inteligentes e matérias-primas. Em primeiro lugar, gostaria de felicitar a Comissão por ter adoptado uma abordagem neutra do ponto de vista tecnológico. Apoio esta abordagem, uma vez que a eficiência energética em automóveis tem de ser regulada através de legislação ambiciosa relativa às emissões de CO<sub>2</sub> e nós temos de escolher uma tecnologia

verde. A tecnologia irá escolher-se a si própria. É norma no Parlamento apresentar cumprimentos, e apraz-me bastante fazê-lo, mas, se me permitir, Senhor Presidente, vou reservar o meu louvor para a próxima vez, porque penso que a Comissão está bastante atrasada na normalização de veículos eléctricos. O senhor Comissário falou de interfaces de recarga, mas, de maneira geral, não foi feita nenhuma menção concreta a baterias. As normas só estarão disponíveis em 2012 e talvez comecem a ser aplicadas em 2013. Posso sugerir que o senhor Comissário dê o seu melhor para acelerar este processo?

O senhor Comissário nem sequer mencionou contadores inteligentes em automóveis e, contudo, falou de recarga inteligente. Posso pedir-lhe que assegure que os contadores inteligentes estejam incluídos na próxima comunicação da Comissão, uma vez que esta é a única forma possível de gerir a mobilidade e de cobrar impostos sobre a energia, se for necessário. Agora, no que diz respeito às matérias-primas: o senhor Comissário falou de todos os tipos de possibilidades mas, para sermos sinceros, o lítio não está disponível em larga escala. Por isso, gostaria de lhe pedir que aumente os seus esforços e desenvolva mais investigação para encontrar alternativas a este material escasso.

**Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, a União Europeia necessita de coordenação da investigação, de inovação e da conjugação de investimentos para estimular o desenvolvimento de tecnologias de combustíveis em veículos eléctricos. O mercado europeu terá de acelerar a construção da infra-estrutura para recarga de baterias, bem como de garantir a existência dos incentivos financeiros aos consumidores para a compra de automóveis eléctricos.

A normalização de veículos e a garantia da operacionalidade universal dos mesmos no mercado europeu são essenciais. Nas suas prioridades e, em particular, no encontro em San Sebastian, em Fevereiro deste ano, a Presidência espanhola sugeriu claramente ser necessário desenvolver uma posição uniforme, tanto na Europa, como a nível mundial. Espero que os construtores europeus contribuam para a transformação das ideias da estratégia 2020 numa realidade, criando soluções modernas para a ligação de veículos eléctricos a redes de electricidade inteligentes.

Não podemos, contudo, esquecer que as mudanças que estão perante nós deverão ser introduzidas de forma equilibrada, com medidas apropriadas para a harmonização e recorrendo a fontes de energia que já estão a ser utilizadas na indústria automóvel, como o propano, o butano e o gás natural, todos com benefícios para o ambiente. Os veículos eléctricos, a sua importância para a continuação do processo de descarbonização e a sua eficiência têm de ser analisados escrupulosamente do ponto de vista das emissões de dióxido de carbono.

#### **PRESIDÊNCIA: VIDAL-QUADRAS**

*Vice-presidente*

**Mario Pirillo (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia está a dar alguns passos no sentido de criar uma nova alternativa aos veículos tradicionais: a dos automóveis eléctricos. Fico grato à Presidência espanhola por isso, ou seja, por ter inserido este importante tema na sua agenda política. Agradeço igualmente ao Senhor Comissário Tajani aquilo que disse.

Muitos Estados-Membros estão a investir e a incentivar esse tipo de tecnologia limpa, mas é evidente que a Europa deve repensar as infra-estruturas, a definição das normas de segurança, os sistemas de recarga e a interoperabilidade. Já se fizeram grandes progressos no sentido de reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> dos automóveis e espero que, com a ajuda da inovação, os automóveis eléctricos possam em breve vir a ser um transporte economicamente acessível ao grande público.

É particularmente importante apoiar as novas tecnologias, quando o desafio é ter uma economia com baixas emissões de carbono. No entanto, eventuais concessões não deverão penalizar a indústria automóvel tradicional, que fez e continua a fazer muito em prol de uma mobilidade sustentável.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE).** - Senhor Presidente, congratulo-me com a recente comunicação sobre veículos limpos e eficientes. A comercialização do carro eléctrico pode representar uma vantagem competitiva para a indústria europeia, Mas não nos podemos esquecer que a Europa é hoje líder mundial no sector automóvel e não podemos pôr em risco essa vantagem competitiva.

Apelo, assim à Comissão e aos Estados-Membros que desenvolvam as condições necessárias para criar um mercado interno de veículos eléctricos. Alerto também para a necessidade de harmonização das normas para as baterias e para os pontos de carga compatíveis nos diversos Estados-Membros. É igualmente importante que sejam criados incentivos fiscais com tarifas eléctricas adequadas para o consumidor. Um outro factor



imprescindível será a modernização das redes de distribuição de electricidade. Apelo a um maior investimento em investigação e desenvolvimento na área do desenvolvimento de redes inteligentes e da tecnologia das baterias de modo a tornar mais eficiente a utilização das matérias-primas nas baterias. Solicito, assim, que sejam feitos todos os esforços de modo que a Europa mantenha a sua liderança mundial no sector da indústria automóvel.

**Bernd Lange (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, também eu gostaria de agradecer à Presidência espanhola, bem como à Comissão por terem colocado o tema da mobilidade eléctrica em primeiro plano. Também penso que podemos utilizar a mobilidade eléctrica para revitalizar a economia da mobilidade na Europa, algo necessário para criar valor e salvaguardar empregos.

No entanto – para utilizar uma outra metáfora – temos de carregar no acelerador, uma vez que a questão da mobilidade eléctrica afecta muitas áreas políticas. Existe, obviamente a questão da normalização, da tecnologia, mas também da integração da mobilidade eléctrica no sistema de transportes no seu todo, porque precisamos de novas formas de mobilidade, em particular, nas zonas urbanas. A energia tem de ser renovável e nós precisamos de matérias-primas, portanto, o comércio também está afectado. Por isso, gostaria de lhe pedir, Senhor Comissário, que integre mais a mobilidade eléctrica no futuro CARS 21.

**Lambert van Nistelrooij (PPE).** – (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, ontem, esta Câmara encheu-se de autarcas que assinaram o Pacto de Autarcas para tornar realidade o compromisso de uma economia de baixas emissões de CO<sub>2</sub>. O que me surpreendeu, durante o debate, foi o facto de os autarcas estarem preparados para tomar medidas concretas em benefício dos nossos cidadãos e para levar aquele compromisso até ao fim. Ora, o veículo eléctrico é um porta-estandarte muito requintado. A Europa tem uma tradição e uma reputação em matéria de qualidade. No entanto, de uma perspectiva global, e aqui gostaria de vos pedir que olhem para os números de automóveis eléctricos na China, temos realmente de passar a uma velocidade superior, como afirma a comunicação da Comissão.

Estes autarcas apresentaram a ideia de cidades inteligentes. É perceptível a existência de uma oportunidade para um salto em frente importante para automóveis eléctricos e para o transporte em geral, em especial nas cidades. Neste contexto, a normalização de baterias, de pontos de recarga, etc., é, de facto, de importância decisiva. O meu país, os Países Baixos, fez uma escolha. Dissemos "sim" à ficha alemã. Ora, isto é pensar em termos europeus e estamos a avançar em conjunto com a ficha Mennekes de 6 pinos. Temos, realmente, de prosseguir esta linha de pensamento e de interligar as nossas melhores tecnologias.

Gostaria de referir mais dois pontos. Em primeiro lugar, falta-nos uma estratégia de comunicação adequada. Este projecto constituiu, desde os seus primórdios, um excelente meio para aproximar a Europa dos seus cidadãos. Aliás, a Europa pode dar-lhe maior visibilidade. As pessoas não vão comparecer para votar nas eleições, e o que é que a Europa há-de fazer em relação a este facto?

Trata-se, realmente, de algo que merece uma designação "E" (europeu): *European Electric*. Deveríamos levar esta ideia por diante, uma vez que tal criará uma maior visibilidade para os projectos deste tipo e nós próprios tornar-nos-emos dignos deste "E" ao longo deste processo. Estamos a trabalhar num projecto europeu, na preservação de empregos e na tomada da liderança, portanto, talvez isto possa transparecer de uma forma um pouco mais clara na comunicação.

**Antonio Cancian (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhor Secretário de Estado López Garrido, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário Tajani, obrigado pelo seu relatório. O projecto do veículo eléctrico remonta ao ano de 2006: todas as instituições concordam que se trata de um projecto válido. O Parlamento Europeu já se pronunciou neste sentido em 2008, a Comissão já tinha publicado uma comunicação sobre veículos inteligentes em 2006 e, hoje, o nosso Comissário está a fazer esforços sérios e concretos para lançar estes veículos num futuro próximo. Ouvi o Primeiro-Ministro Zapatero, quando ele apresentou o seu programa, citar literalmente os veículos eléctricos como uma prioridade decisiva do semestre da Presidência espanhola.

Gostaria de frisar que a esta disponibilidade tem de corresponder a exequibilidade: exequibilidade em termos de propulsão, de equipamento e de sistemas de recarga – os elementos necessários para que os veículos eléctricos funcionem agora e no futuro. Os veículos eléctricos têm a vantagem de conseguirem entrar e sair do tráfego com facilidade e de não exigir uma grande infra-estrutura para o seu fabrico, pelo que penso que o tema se reveste de importância estratégica. Também é necessário ter em conta – Senhor Comissário, tenha isto em conta – a existência de protótipos de pilhas de hidrogénio, que são igualmente importantes.

Hoje, já existem veículos híbridos no mercado e os modelos híbridos funcionam tanto para veículos eléctricos, como para veículos a hidrogénio: hidrogénio com metano, e os outros, com os componentes tradicionais de gasóleo ou gasolina. Os veículos a combustíveis alternativos são uma ideia bem sucedida; o facto de a sua quota de mercado ter quase duplicado em 2008 é prova disso mesmo. No entanto, continuam a representar apenas 1,3% de todos os veículos registados. Estamos no caminho certo, mas o tempo para a inovação em prol do ambiente e do mercado de trabalho está a esgotar-se.

**Artur Zasada (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário Tajani, gostaria de chamar a atenção no contexto do debate de hoje para um novo perigo surgido com a multiplicação de veículos eléctricos e híbridos. Em poucas palavras, estes veículos são demasiado silenciosos em condições urbanas.

Paradoxalmente, o baixo nível de ruído, que poderia ser considerado uma vantagem, pode constituir um perigo real para crianças e pessoas idosas e, em particular, para deficientes visuais. Por isso, já deveríamos estar a pensar na forma de evitar acidentes que envolvam automóveis híbridos, porque o único ruído que estes fazem é dos seus pneus a rolar no alcatrão. Portanto, temos de responder às seguintes questões o mais rapidamente possível: devem estes automóveis emitir ruído e, se a resposta for afirmativa, que tipo de ruído e qual deve ser a sua intensidade? Não deveríamos já estar a impor uma obrigação aos fabricantes no sentido de desenvolverem sistemas que avisem que um veículo se está a aproximar e de instalarem estes sistemas como equipamento de série?

**Presidente.** – Vamos passar agora ao procedimento *catch-the-eye* e vou explicar os critérios que seguirei, para que ninguém fique aborrecido ou irritado comigo mais tarde.

Ainda temos um grande número de pontos na ordem do dia. Por isso, desta vez, vou dar a palavra a cinco deputados e vou dar preferência àqueles que ainda não falaram hoje sobre este tema. Vou tratar os diferentes grupos políticos de forma imparcial, como é óbvio.

**Alfredo Pallone (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou ser realmente muito breve, também porque concordo plenamente com aquilo que tanto o senhor Comissário Tajani, como o senhor Secretário de Estado López Garrido disseram. De facto, vou abandonar totalmente a intervenção que tinha preparado, uma vez que, Senhor Secretário de Estado López Garrido, o senhor iniciou um debate que deveria ser desenvolvido na União Europeia.

Permita-me que me explique melhor. Também vou deixar de lado as questões ambientais relacionadas com veículos eléctricos para falar sobre os problemas do emprego: o senhor Secretário de Estado referiu-se, juntamente com o senhor Comissário Tajani, ao facto de a Europa não poder prescindir da investigação e da inovação, se quer proteger-se dos países emergentes e tornar-se o ponto de referência a nível internacional.

O verdadeiro tema que deve ser debatido hoje pelo Parlamento Europeu é o de saber que tipo da Europa e que tipo de relações entre os Estados-Membros queremos. Quando vejo, em especial na minha comissão, a tendência existente entre os Estados-Membros para competir uns com os outros, baixando a carga fiscal, digo que, provavelmente, não percebemos nada daquilo que deve ser a Europa. Obrigado, Senhor Secretário de Estado López Garrido, obrigado, Senhor Comissário Tajani: a investigação e a inovação, realmente, podem transformar a União Europeia no ponto nevrálgico da economia global.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) O transporte rodoviário é responsável por 28% das emissões poluentes gerados por sectores não abrangidos pelo RCLE. Segundo as disposições legais em vigor, os fabricantes de automóveis só poderão produzir, o mais tardar em 2020, veículos com nível de emissões poluentes inferior a 120g CO<sub>2</sub>/km. Além disso, os fabricantes de automóveis podem oferecer reduções de preço a compradores quando estes substituem veículos antigos, menos ecológicos, por veículos que tem um nível de emissões poluentes mais baixo.

Em resultado disso, em 2009, a União Europeia registou um crescimento de 7% na procura de veículos híbridos ou eléctricos. Estes veículos são particularmente adequados para a condução nas cidades. A utilização em larga escala de veículos eléctricos ou híbridos depende da extensão da cobertura proporcionada pela infra-estrutura de abastecimento destes veículos com energia. A normalização de veículos eléctricos é vital neste contexto.

**João Ferreira (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, as limitações associadas aos veículos eléctricos, como a poluição associada à produção das baterias, as dificuldades de aprovisionamento e elementos estratégicos como o lítio, a reduzida autonomia das viaturas, entre outras, desaconselham voluntarismos mercantis ou propagandistas.

Mas estes veículos são uma alternativa importante e necessária a considerar, apesar destes problemas. Mas não poderão nunca, nem de perto nem de longe, substituir, sob o ponto de vista quantitativo, os actuais veículos que utilizam combustíveis fósseis.

A sociedade do automóvel como nós hoje a conhecemos está, por isso, condenada a prazo. Daqui a imperiosa necessidade de começar a incrementar desde já a utilização de todos os tipos de transporte público, colectivos, para que acessíveis a todos, particularmente os electricamente accionados: comboio, metropolitano, pesado e ligeiro, eléctricos rápidos, tróleys, etc.. Para o automóvel, mesmo que eléctrico, a médio e a longo prazo deverá ficar uma função supletiva e complementar para responder a necessidades específicas das famílias.

**Jaroslav Paška (EFD).** – (SK) Os veículos eléctricos são considerados um dos caminhos para cumprir normas rigorosas relativas à protecção do ambiente, uma vez que não produzem quaisquer emissões.

Há muitas empresas do sector automóvel, tanto na Europa, como na Ásia, que já concluíram o desenvolvimento destes veículos e estão prontas para os lançar no mercado. No entanto, o que impede a distribuição mais ampla destes veículos é a falta de normas que definam os parâmetros para estações de recarga universais, assim como de hardware e software que permitam aos veículos de diferentes fabricantes importados para a Europa uma recarga eficaz e rápida numa rede de estações deste tipo tão densa quanto possível. Enquanto a Comissão Europeia investiga, pondera e faz preparativos, os nossos amigos japoneses estão a trabalhar arduamente. Em Tóquio, foi criada uma federação de fabricantes de veículos eléctricos que já está a elaborar normas comuns para os mesmos, assim como a oferecer cooperação a fabricantes europeus.

Por isso, convido a Comissão a associar-se aos fabricantes japoneses tão rapidamente quanto possível e a contribuir activamente para a introdução de normas globais para a utilização de veículos eléctricos, no interesse da criação, tão rápida quanto possível, de normas globais para a utilização dos mesmos.

**Izaskun Bilbao Barandica (ALDE).** – (ES) Senhor Presidente, Europa 2020 e o veículo eléctrico. A inovação e a competitividade são, em si mesmas, conhecimento. Há muitas regiões mais avançadas de que os Estados dos quais fazem parte no que diz respeito ao impulso e eficácia das suas políticas de inovação.

Enquanto basca, orgulho-me de poder informar-vos que iniciámos a construção de um "centro de inteligência" para automóveis há cinco anos. Hoje, existem mais de 50 empresas envolvidas na investigação, no desenvolvimento e na inovação no domínio da mobilidade eléctrica por toda a Europa.

No País Basco, também existe um consórcio cujos representantes relataram a sua experiência a esta Câmara: *Hiriko*, um veículo eléctrico modular destinado ao trânsito urbano. Tudo isto resultou de uma parceria público-privada e do apoio regional, o que significou que a Espanha, que só se envolveu neste esforço no último momento, conseguiu estes resultados no seu programa e organizar a sua cimeira de inovação no País Basco.

As regiões e o seu conhecimento deveriam, de uma vez por todas, assumir uma importância central, se queremos construir uma Europa mais participativa e eficaz. Então, conseguiremos enfrentar melhor os desafios para futuro que colocamos nesta resolução, que nós apoiamos.

**Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho.** – (ES) Senhor Presidente, gostaria de agradecer às senhoras e aos senhores deputados que aplaudiram a iniciativa da Presidência espanhola do Conselho no sentido de tornar o apoio a veículos eléctricos uma prioridade do programa da Presidência.

Também gostaria de agradecer aos relatores que contribuíram para a proposta de resolução que será votada amanhã nesta Câmara, alguns dos quais aproveitaram a oportunidade para falar, como, por exemplo, a senhora deputada Riera, a senhora deputada Castillo, o senhor deputado Cramer e a senhora deputada Matias. Fico muito grato pelas suas intervenções, que, juntamente com as outras, tornaram claro que este é um objectivo estratégico da União Europeia, embora também tenham advertido para as dificuldades ainda envolvidas no fabrico, divulgação e desenvolvimento em massa de veículos eléctricos, bem como para a necessidade de poder contar com o apoio de todos os agentes políticos e económicos. A senhora deputada Bilbao acabou de se referir às regiões como um elemento decisivo para o desenvolvimento de veículos eléctricos.

Estou convencido de que a União Europeia tem de ter em conta todos estes factores no futuro.

Por isso, gostaria de realçar alguns pontos que me parecem constituir os argumentos a favor dos veículos eléctricos. No entanto, no final também me referirei às dificuldades ou aos obstáculos que, na minha opinião, temos de superar.

Falando de vantagens, penso que existem dois aspectos decisivos dos veículos eléctricos que oferecem vantagens consideráveis. Um deles é a tecnologia, o outro, a energia.

Quanto à tecnologia: a do veículo eléctrico já existe. Está a funcionar. De facto, já existem mais de 90 modelos de veículos eléctricos diferentes, que, segundo os anúncios de fabricantes de automóveis, deverão ser lançados no mercado num futuro relativamente próximo.

E também é verdade que temos de aceitar, simultaneamente, que algumas destas tecnologias precisam de ser plenamente desenvolvidas, uma vez que continuam a ter algumas limitações, como acontece no caso das baterias, da recarga ou no que diz respeito às advertências que o senhor deputado Zasada nos fez sobre a ausência de ruído e o perigo que tal pode implicar para os peões. Penso que é muito importante ter estas opiniões em conta.

Além disso, a tecnologia utilizada em veículos eléctricos é mais eficiente e melhor para o ambiente. A eficiência da tecnologia utilizada em veículos eléctricos pode atingir os 60%, enquanto que os motores tradicionais só têm uma eficiência de 20%.

Mais: no que diz respeito à energia, os veículos eléctricos ajudam-nos objectivamente a alcançar os objectivos abordados nesta tarde, quando falámos da Europa 2020 e da luta contra as alterações climáticas, os chamados objectivos 20/20/20. Os veículos eléctricos, com a sua capacidade de armazenamento, dispõem de uma tecnologia que nos ajuda a mitigar um dos problemas, um dos pontos negativos ou fracos das energias renováveis. Os veículos eléctricos ajudam as energias renováveis, que têm um ponto fraco: são irregulares. Os veículos eléctricos compensam estas irregularidades graças às suas características especiais.

Além disso, também contribuem para a segurança energética. Por exemplo, existem muitos países na Europa que não possuem reservas de petróleo e os veículos eléctricos poderiam compensar esta carência, contribuindo para algo que também constitui um objectivo estratégico da União: a luta pela segurança energética que, como vimos, por vezes, torna as nossas sociedades extremamente vulneráveis.

Por fim, apesar disso, apesar de todas estas vantagens, os veículos eléctricos exigirão claramente de nós uma alteração de muitos dos nossos sistemas de fabrico, bem como das tecnologias que referi anteriormente, dos hábitos das pessoas e das redes de distribuição de energia, o que também tornará necessário uma nova estratégia de comunicação, como realçou muito acertadamente o senhor deputado van Nistelrooij.

Por outras palavras, os veículos eléctricos têm muitas vantagens, mas também existem obstáculos e dificuldades, o que significa claramente que temos de os abordar numa perspectiva positivamente europeia; isto significa que os governos europeus, a Comissão e este Parlamento, que vai votar amanhã uma série de resoluções, têm de prestar uma atenção especial a esta questão. Por isso é tão importante que estas três instituições da União – o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu – trabalhem em conjunto na linha estratégica que irão adoptar em relação aos veículos eléctricos.

**Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão.** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que a Presidência espanhola enquadrou correctamente a estratégia do veículo eléctrico num contexto amplo - mais amplo - que diz respeito não só aos veículos eléctricos, mas também ao desenvolvimento e à protecção da indústria automóvel, no contexto da política industrial europeia. Considera, desta forma, como será a indústria, o desenvolvimento industrial e a criação de emprego nas próximas décadas.

Por conseguinte, através de uma estratégia dupla, que certamente não exclui um esforço sério para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> nos veículos tradicionais, esta decisão, que a Comissão apoia, visa dois domínios: os automóveis com motores de combustão, que devem ser melhorados, e a tecnologia e investigação, porque, como recordaram as senhoras deputadas Bilbao e Pallone, é lógico que nos devemos concentrar na tecnologia e na investigação se queremos vencer o desafio no mercado global. Não podemos conceber a existência de uma indústria automóvel europeia se não forem tomadas fortes medidas nos domínios da inovação e da investigação: quaisquer iniciativas e apoio do Parlamento neste sentido são, por conseguinte, muito bem-vindos.

Escolher um veículo eléctrico não significa excluir outras opções: digo isto ao senhor deputado Cancian, que sublinhou a importância dos automóveis híbridos, a hidrogénio. O veículo eléctrico representa um recurso importante, que já granjeou uma ampla base de apoio e obteve resultados positivos. Com efeito, muitos Estados-Membros já estão a optar pelo veículo eléctrico. Repito, todavia – porque também ouvi intervenções de alguns deputados que se opõem ao princípio do veículo eléctrico, que é o tema do debate desta tarde – que o carro eléctrico representa uma possibilidade extraordinária, mas não é a única possibilidade, porque

o nosso objectivo é ter uma indústria europeia mais competitiva nos mercados internacionais e reduzir a poluição e as emissões de CO<sub>2</sub> no sistema de transportes, incluindo o sistema de transportes urbanos. Gostaria de lembrar ao senhor deputado van Nistelrooij que, durante a última legislatura, a Comissão Europeia apresentou o plano de acção urbana, que confere uma importância enorme ao sistema de transportes eléctricos neste contexto.

É evidente que é necessário empenhar grandes esforços para produzir um veículo eléctrico competitivo. Há quem tenha levantado a questão da normalização: no documento da Comissão, os organismos de normalização da União já foram mandatados para, em 2010, desenvolverem uma norma europeia harmonizada para os sistemas de recarga dos veículos eléctricos, até ao próximo ano. Já demos resposta a estas preocupações, tal como já tínhamos dado resposta, no documento aprovado pelo Colégio, às preocupações sobre a questão das matérias-primas manifestadas pela senhora deputada Merkies, que também expôs a questão do lítio, juntamente com outros deputados quando fizeram menção à questão das baterias nas suas intervenções durante este debate. A Comissão Europeia, precisamente porque reconhece o problema, decidiu incluir no seu programa de trabalho – e também falámos sobre isto por ocasião da última reunião com a senhora deputada Merkies – uma comunicação acerca do problema das matérias-primas que é, para nós, prioritário.

Alguns deputados – o senhor deputado Belet e a senhora deputada Matias – mencionaram o problema do emprego, mas muitos outros deputados referiram igualmente a requalificação dos trabalhadores, porque se queremos ter um sistema industrial no sector automóvel que seja altamente inovador, vocacionado não apenas para os veículos eléctricos mas também para o desenvolvimento de um motor de combustão transformado – motores de combustão menos poluentes mas também todas as restantes possibilidades – temos de nos centrar também na requalificação dos trabalhadores, porque é nosso objectivo respeitar o Tratado de Lisboa que considera o mercado como o melhor instrumento para a criação de uma política social.

No entanto, as preocupações que foram manifestadas por alguns deputados já foram respondidas no texto da Comunicação da Comissão, onde se declara explicitamente que é vontade da Comissão destinar recursos do Fundo Social Europeu a iniciativas específicas de requalificação e formação profissional dos trabalhadores, precisamente para que, também eles, possam ser protagonistas na consecução desse nível de inovação que deverá tornar a indústria europeia mais competitiva.

Acredito que a Europa tem uma estratégia. A senhora deputada Stassen opõe-se aos veículos eléctricos: que, com efeito, constituem uma possibilidade mas, em última instância, é o mercado que vai decidir. Há sempre a opção de não se comprar um automóvel eléctrico; ninguém obriga os cidadãos europeus a fazê-lo. O senhor deputado Zasada apresentou, contudo, um outro problema, que diz respeito à segurança do transporte: sem dúvida que, em matéria de comercialização, teremos de avaliar de todas as maneiras possíveis problemas futuros em relação à poluição sonora e às substâncias poluentes, bem como o impacto ambiental da produção automóvel e do desmantelamento de veículos. Já explicámos este problema de maneira clara e, com efeito, estamos convictos de que os veículos eléctricos nos vão permitir fazer progressos, nomeadamente em matéria de segurança. No entanto, é imperativo dar linhas de orientação precisas aos fabricantes do sector para que a construção de um carro eléctrico não poluente se torne uma realidade.

Tentei responder a quase todas as questões que foram apresentadas pelos senhores deputados e devo também responder ao senhor deputado Lange, que fez referência à plataforma CARS 21. Na comunicação aprovada pela Comissão e posteriormente apresentada ao Parlamento e ao Conselho, menciona-se expressamente, nas últimas páginas, que estamos ansiosos por relançar o grupo de alto nível CARS 21, que representou uma oportunidade extraordinária de colaboração entre todas as partes interessadas e que assim tem de continuar, sobretudo porque acreditamos – em consonância com a Presidência espanhola e com a vasta maioria dos deputados, Senhor Presidente, que intervieram neste debate – que a indústria automóvel representa um património extraordinário, que tem seguramente de ser adaptado e, em alguns casos, reestruturado, que terá seguramente de ser modernizado, mas que possui um potencial extraordinário e é a jóia da coroa do sistema industrial e empreendedor europeu.

Por este motivo, estamos todos empenhados em assegurar – e o debate desta tarde é prova disso mesmo – que este sector industrial se torne mais competitivo. E tornamo-nos mais competitivos quando nos concentramos na inovação e na investigação. Parece-me que, ao optarmos por assumir um compromisso em relação aos veículos eléctricos, isso também é uma boa maneira de assegurar que a indústria europeia poderá competir no mercado mundial.

**Presidente.** – Para conclusão do debate, comunico que recebi uma proposta de resolução<sup>(1)</sup>, apresentada por seis grupos políticos, nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Elena Băsescu (PPE)**, *por escrito.* – (RO) Em face de um panorama de alterações climáticas, os veículos ecológicos constituem uma maneira eficaz de reduzir as emissões de carbono. No entanto, é forçoso que o seu desenvolvimento passe a fazer parte integrante de uma política futura de mobilidade sustentável. A Roménia gostaria de introduzir gradualmente os veículos eléctricos no seu mercado nacional. Com isto em mente, o Primeiro-Ministro Emil Boc decidiu, recentemente, criar um grupo interministerial com o propósito de delinear uma estratégia nacional para a produção de veículos eléctricos. Em países como a Dinamarca ou Israel, já estão a ser instalados e testados pontos de recarga, cujo lançamento oficial está previsto para finais de 2011. Além disso, os Governos francês, espanhol e irlandês estão a atribuir subsídios a quem quiser comprar veículos deste tipo. Neste momento, o custo de um carro eléctrico é elevado, visto que é basicamente determinado pelo custo da bateria.

Com o objectivo de apoiar a produção de veículos eléctricos na União Europeia, é imperativo normalizar as tecnologias e as infra-estruturas de recarga de modo a promover a mobilidade eléctrica transfronteiriça. Neste sentido, a Comissão deve prestar apoio financeiro aos Estados-Membros. Os automóveis ecológicos oferecem vantagens significativas. Ajudam a combater as alterações climáticas, reduzem a dependência europeia do petróleo e contribuem para se atingir os objectivos da Estratégia Europa 2020. É por esta razão que temos de encorajar a utilização dos veículos eléctricos.

**Sergio Berlato (PPE)**, *por escrito.* – (IT) Em Abril, a Comissão apresentou a comunicação sobre veículos limpos e energeticamente eficientes que, no âmbito da estratégia europeia, pretende encorajar o desenvolvimento e a utilização generalizada de veículos "limpos e eficientes" em termos de baixas emissões de dióxido de carbono e poluentes.

Segundo estimativas recentes, em 2020 os veículos eléctricos irão representar 1-2% do mercado, ou seja, menos de 4% da totalidade de veículos: é evidente que a maioria dos veículos do futuro continuará a ter motor de combustão interna e esses veículos não deverão ser penalizados, mas antes apoiados à medida que vão sendo aperfeiçoados. Por conseguinte, entendo que se deve prestar atenção a certos factores de interesse para a indústria europeia do sector: liderar o processo de normalização da infra-estrutura, sobretudo em termos de prazos em relação aos nossos concorrentes - China, Estados Unidos, Japão e Coreia - e evitar a proliferação de medidas destinadas a conceder incentivos aos veículos eléctricos em matéria de fundos disponíveis, acesso urbano e concursos públicos.

Com efeito, ao promovermos exclusivamente os veículos eléctricos, corremos o risco de diminuir a utilização generalizada dos veículos de combustão tradicional ou alternativa (metano ou biogás), criando dessa forma uma distorção no mercado interno e colocando um travão à competitividade da indústria automóvel.

**António Fernando Correia De Campos (S&D)**, *por escrito.* – A Comissão acaba de apresentar a comunicação sobre veículos limpos e energeticamente eficientes na qual estabelece uma opinião neutra quanto aos veículos eléctricos, não dando prioridade a nenhuma das opções disponíveis em específico, sejam elas veículos eléctricos, híbridos ou a hidrogénio. Contudo na reunião informal do Conselho em San Sebastian, em Fevereiro, foi acordado que a UE deve liderar uma estratégia comum quanto aos veículos eléctricos. Isso significa que a Comissão tem que dar prioridade a solucionar os problemas que ainda afligem a produção dos veículos eléctricos, como o custo das baterias, a necessidade de mais investigação e desenvolvimento para melhorar as características e, o mais essencial, a harmonização dos veículos eléctricos e os pontos de carregamento, tanto a nível global como europeu, para garantir um nível elevado de competitividade no mercado, para que veículos eléctricos possam concorrer em pé de igualdade com os motores de combustão tradicionais. Gostaria portanto de lembrar à Comissão a necessidade de priorizar os recursos financeiros destinados a este fim, especialmente pelo simples facto de os veículos eléctricos terem como valor suplementar uma excelente capacidade de armazenamento de energia, de que as outras opções não dispõem e que é tão necessária para a nossa independência energética.

---

(1) Ver Acta.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A utilização de veículos eléctricos oferece uma série de vantagens importantes para uma mobilidade sustentável. Podemos referir algumas delas: a redução das emissões de dióxido de carbono e a melhoria da qualidade do ar, a redução da dependência de combustíveis fósseis importados e uma maior eficiência dos veículos eléctricos em comparação com outras tecnologias de transporte.

Numa escala mundial, os concorrentes da União Europeia estão a investir na investigação e no desenvolvimento de novas tecnologias para reduzir as emissões de carbono e estão a lançar programas de apoio à transição para o transporte rodoviário ecológico. Para permitir que a indústria automóvel da Europa possa manter a sua competitividade mundial, assegurando que irá desempenhar um papel importante no domínio das tecnologias ecológicas, é forçoso que a União Europeia crie um quadro adequado para a promoção de tecnologias inovadoras, encorajando a investigação e desenvolvendo a infra-estrutura necessária para apoiar a transição para uma economia eficiente baseada em emissões e recursos com um baixo teor de carbono.

Apoio as medidas da Comissão Europeia nesta matéria e congratulo-me com a publicação do plano destinado a promover a instalação, até 2011, de uma rede europeia de postos de recarga rápida para veículos eléctricos, bem como normas comuns técnicas e de segurança a serem aplicadas.

**Marian-Jean Marinescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A transição para um sistema de transportes sustentável e energeticamente eficiente tornou-se uma prioridade para a União Europeia, em face de um panorama caracterizado por alterações climáticas e flutuações nos preços dos combustíveis. O desenvolvimento de veículos eléctricos em toda a Europa com vista à substituição dos veículos convencionais é uma solução viável, com um crescente potencial económico. Para esse efeito, os Estados-Membros devem coordenar as medidas aplicadas para que possam decidir sobre uma norma europeia, por exemplo, para os sistemas utilizados na recarga e armazenamento de energia, incluindo as redes inteligentes, sistemas de contadores a bordo e interoperabilidade. A União Europeia deve também prestar um apoio mais forte à investigação e inovação, com o objectivo específico de aperfeiçoamento tecnológico das baterias e dos motores, bem como em termos de oferta de incentivos à produção de veículos eléctricos. Convido, assim, a Comissão Europeia a tomar medidas específicas para antecipar as mudanças no sector automóvel e nas empresas que o abastecem, bem como apoiar a harmonização das políticas nacionais neste domínio. É tempo de a União Europeia reforçar a competitividade na indústria da mobilidade através da redução dos custos de desenvolvimento para os construtores e da redução gradual dos níveis de CO<sub>2</sub> emitidos pelos transportes rodoviários.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Congratulo-me com a recente estratégia da Comissão para os veículos limpos e energeticamente eficientes, sobretudo pelo novo destaque que é dado aos veículos eléctricos, em detrimento dos biocombustíveis, como parte integrante do processo de transição para um transporte mais ecológico. No entanto, tal como os biocombustíveis são uma questão controversa e algo problemática, existem desafios significativos associados aos veículos eléctricos que devem ser vencidos para que estes veículos possam ser uma opção realista para os cidadãos europeus, e para que possam oferecer vantagens ambientais efectivas. Para que estes veículos realizem todo o seu potencial ambiental, é imperativo satisfazer a procura suplementar de energia eléctrica para os transportes através de fontes de energia com baixo teor de carbono. Preocupa-me o facto de o desenvolvimento destas fontes na União Europeia não ser suficiente para satisfazer a procura que irá intensificar-se em virtude da utilização acrescida dos transportes eléctricos. Esta questão tem de ser considerada como parte da estratégia da UE para a energia à medida que avançamos para uma economia de baixo teor de carbono e para uma menor dependência do petróleo fornecido por países terceiros. Uma rede de postos de recarga normalizados deve ser instaurada; e instigo, por isso, a Comissão e os Estados-Membros a empenharem esforços em prol desta infra-estrutura normalizada, para que os veículos eléctricos sejam viáveis tanto para os consumidores como para os fabricantes. Se estes desafios cruciais forem vencidos, podemos contar com um sistema de transportes pouco poluente e com baixas emissões de carbono, bem como todas as vantagens associadas para o ambiente e para a saúde humana.

## 22. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

**Presidente**. – Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto, nos termos do artigo 150.º.

**Tiziano Motti (PPE)**. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje, dia 5 de Maio, assinala-se em Itália o Dia da Luta contra a Pedofilia e a Pornografia Infantil.

É um momento de reflexão importante, instituído pela Lei 41 de 2009, sobre o que, infelizmente, é um fenómeno cada vez mais difundido e cada vez mais grave, porque actualmente os pedófilos já não são homens mais velhos que aliciavam as crianças, em parques, mas pessoas que circulam dentro de uma estrutura organizada a nível internacional e que utilizam os mais modernos meios tecnológicos, como é o caso da Internet. Por conseguinte, actualmente, crianças e jovens, rapazes ou raparigas, já não estão seguros nem mesmo dentro das próprias casas.

É por este motivo que espero que, também a União Europeia, considere oportuno dedicar um dia a esta importante questão, sendo também por isso que submeti uma declaração escrita apelando à instituição de um sistema de alarme imediato, que permita às forças policiais de cada Estado-Membro trabalhar de uma maneira organizada e trocar entre si um fluxo rápido de informações. Espero que esta iniciativa seja acolhida favoravelmente pela maioria deste Hemiciclo.

**Gabriel Mato Adrover (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, na semana passada a Europa perdeu uma grande oportunidade: a oportunidade de ser líder mundial em investigação astrofísica durante os próximos vinte anos. O Observatório Europeu do Sul decidiu, com base em relatórios que, desde logo, não primavam pela transparência, que o telescópio europeu extremamente grande seria instalado no Chile e não nas Canárias.

É o momento de felicitar o Chile, mas também de reflectir sobre se, na Europa, foram envidados todos os esforços possíveis para se ter uma instalação europeia, deliberada por uma instituição europeia, com fundos europeus envolvendo um investimento superior a 1000 milhões de euros, localizada na Europa e não no continente americano.

O Parlamento Europeu foi unânime no apoio prestado à localização deste telescópio em La Palma e, por isso, estou grato, mas o que fez o Conselho? E o que fez a Presidência espanhola? Reuniu-se com o Observatório? Reuniu-se com algum dos Estados-Membros responsáveis pela decisão sobre a localização do telescópio? Defendeu realmente a candidatura europeia?

Os cidadãos europeus de La Palma, das Canárias e do resto da Europa aguardam respostas a estas perguntas. Neste momento, apenas lhes resta a convicção de que não se fez tudo o que poderia ter sido feito.

**Daciana Octavia Sârbu (S&D).** – (RO) Apresentámos uma proposta de resolução para a proibição do recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto, uma vez que é nosso dever tomar todas as medidas de segurança para proteger as pessoas e o ambiente de possíveis desastres ecológicos. Se somos capazes de fazer compromissos históricos sobre a redução de emissões e ditar as regras a nível mundial em termos de protecção ambiental, porque não podemos ter um gesto básico de apoio, em prol de um ambiente limpo, e abolir esta prática nociva em toda a União Europeia?

O acidente ocorrido em Baia Mare, na Roménia, há 10 anos, é considerado ao nível de Chernobyl, tendo afectado três países e destruído os ecossistemas nos rios atingidos em centenas de quilómetros. Agora, mais uma vez na Roménia, pretendem construir uma nova exploração mineira em Roşia Montană com recurso a tecnologias que utilizam cianeto.

É por este motivo que hoje, mais do que nunca, expressei o meu agradecimento por votarem contra o recurso a tecnologias de exploração mineira que utilizam cianeto. As regiões afectadas por esta situação devem ser ajudadas pela União Europeia para um desenvolvimento de base sustentável utilizando todo o seu potencial.

**Cristian Silviu Buşoi (ALDE).** – (RO) A situação extremamente difícil em que a Grécia se encontra, já para não mencionar a informação profundamente preocupante acerca de outros Estados-Membros da União Europeia que enfrentam graves problemas, faz-nos lembrar que a crise económica ainda não terminou e que, não obstante alguns progressos feitos pelos países mais antigos da União Europeia, continua a subsistir o risco de grandes desequilíbrios.

Infelizmente, numa situação em que alguns países se confrontam com a diminuição das receitas orçamentais, a tentação imediata é aumentar impostos e taxas. É exactamente isto que está prestes a acontecer também na Roménia. O Governo está, neste momento, a debater o aumento da taxa única do imposto sobre o rendimento e do IVA. Não é verdade que um aumento súbito de taxas e impostos irá trazer mais dinheiro para o orçamento. O impacto dessas medidas é extremamente prejudicial à economia a médio e longo prazo.

É lastimável que esteja a ser tão difícil à União Europeia desenvolver uma estratégia comum contra a crise económica. No entanto, penso que será imperativo existir uma melhor comunicação e mais cooperação entre os países que saíram da crise, através do recurso a medidas proactivas e de incentivo, em vez de



aumentarem taxas e impostos, e os países que estão a enfrentar problemas graves e que, num acto de desespero, estão prestes a aumentar taxas e impostos, correndo desse modo o risco de se afundarem ainda mais na crise.

**João Ferreira (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, recrudescem os ataques dos especuladores financeiros às economias mais vulneráveis e dependentes da zona euro. O capital financeiro, que recebeu dos Estados milhões de milhões de euros, é o mesmo que agora especula sobre a fragilidade das contas públicas criadas por essas transferências e pela dependência económica das economias periféricas. Dependência causada por uma política monetária e cambial conduzida pelo BCE, com a sua falsa independência, ao serviço do grande capital e das grandes potências europeias, agravada pela liberalização dos mercados e pela livre concorrência no comércio internacional.

Neste quadro, os governos e a União Europeia acabam de deixar bem claro qual o significado da solidariedade europeia: estender o tapete à continuação do saque do capital financeiro e transferir para os trabalhadores e os povos os custos do roubo, se preciso for, com medidas de autêntico terrorismo social. Mas os trabalhadores e os povos não capitularão perante o rumo que lhes anunciam como inevitável, e que não o é. A sua luta aí está a demonstrá-lo. Na Grécia, em Portugal e em outros tantos países, daqui os saudamos pela coragem e determinação.

**Trevor Colman (EFD).** - (EN) Senhor Presidente, tornou-se óbvio, neste momento trágico, que irão ser aplicadas à Grécia medidas de austeridade draconianas para preservar o euro, o que não está certo. Penaliza-se o cidadão comum e trabalhador grego pelo esbanjamento dos seus políticos e pela intenção dos mesmos políticos de apoiar a condenada união monetária.

No Reino Unido, temos presente a nossa saída, em Setembro de 1992, do mecanismo de taxas de câmbio, o MTC, ou, como lhe chamou o político britânico Norman Tebbit, o "mecanismo da eterna recessão", cuja pertença foi desastrosa para a Grã-Bretanha. Escapámos graças à recusa do Bundesbank de apoiar a libra esterlina.

Disciplinar com carinho funciona. A Grécia não terá saída enquanto permanecer na zona euro. Libertem os gregos das grilhetas do euro. Deixem o FMI fazer o seu trabalho e verão com que rapidez a Grécia recuperará, como aconteceu com a Grã-Bretanha quando abandonámos o MTC. Não obriguem o povo grego a pagar pela ambição inatingível de fazer da UE um super-Estado!

**Angelika Werthmann (NI).** - (DE) Senhor Presidente, gostaria de falar sobre segurança aérea. Este tópico tem ocupado muito a nossa atenção nas últimas semanas e afectou-nos a todos.

A vida humana é mais importante do que qualquer ganho económico. É precisamente por isto que sou a favor da proibição de voar em caso de risco externo para a segurança dos passageiros, por exemplo, uma nuvem de cinzas, dado que é irresponsável colocar vidas em risco. Gostaria de vos trazer à memória os dois quase desastres de 1982 e 1989 e o jacto no qual se encontraram fragmentos de vidro provocados pela nuvem de cinzas.

Foram realizados voos de teste, mas a avaliação está a demorar. Foram consultados especialistas, mas as suas respostas não apontam conclusivamente para nenhuma direcção em particular. Mas mantém-se o facto de que as nossas vidas são preciosas e não devem ser colocadas em risco, pelo que devem ser implementadas alternativas eficientes e financeiramente viáveis ao transporte aéreo.

**Vasileica Viorica Dăncilă (S&D).** - (RO) Creio que, para melhorarmos o funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar na Europa e garantir uma transparência óptima é necessário um quadro jurídico uniforme, ao nível da Comunidade, com a missão de definir os prazos utilizados nas relações comerciais entre os fornecedores e os retalhistas de produtos alimentares, modos mais eficazes de proteger os fornecedores contra os acordos e práticas anticoncorrenciais e métodos e prazos de pagamento.

Julgo também que seria útil exigir uma maior conformidade com a regulamentação em matéria de concorrência e garantir que é uniformemente interpretada por todos os Estados-Membros. Tendo em conta o estado actual das relações comerciais entre fornecedores e retalhistas, penso que as disposições da regulamentação em matéria de concorrência carecem de uma avaliação que estabeleça um equilíbrio entre a política agrícola comum da União Europeia e as políticas de concorrência. A monitorização do mercado poderá originar uma transparência efectiva em relação à fixação dos preços e, em particular, das margens de lucro da cadeia de abastecimento alimentar.

**Jarosław Kalinowski (PPE).** - (PL) Senhor Presidente, levantámos muitas vezes nesta Câmara a questão da discriminação de que é alvo a minoria polaca na Lituânia, onde os polacos não são autorizados a escrever

os seus apelidos na grafia original, as aulas que usam a língua polaca como meio de instrução são encerradas e as terras confiscadas na era soviética não são devolvidas aos seus legítimos proprietários só porque são polacos.

Recentemente, a Comissão Superior de Deontologia dos Responsáveis Públicos da República da Lituânia penalizou o Sr. Tomaševski, líder da minoria polaca e deputado ao Parlamento Europeu, por ter feito uma pergunta – aqui, nesta Câmara – ao Senhor Presidente Barroso sobre o respeito pelos direitos das minorias na Lituânia. Estas medidas escandalosas estão a intensificar-se. Há dias, a Inspeção Geral da Língua multou novamente o director do município de Salcininkai por utilizar sinais bilingues. Oitenta por cento dos habitantes da região são polacos.

Senhor Presidente, é mais do que tempo de o Parlamento Europeu pôr termo a estes actos escandalosos do Governo lituano. Orgulhamo-nos de os direitos humanos serem o fundamento da União. Será um fraco fundamento se não conseguirmos velar pela sua aplicação nos Estados-Membros.

**Charalampos Angourakis (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, milhões de trabalhadores entraram em greve e manifestam-se hoje, com a Frente dos Trabalhadores Helénicos, contra as medidas bárbaras impostas pelo capital, pelo Governo grego, pela União Europeia e pelo FMI.

Estas medidas não são novas nem temporárias. São uma aplicação descarada do desenvolvimento capitalista, que conduz às crises. Têm como objectivo a salvaguarda dos lucros da plutocracia grega e europeia e a continuação da aplicação do Tratado de Maastricht. Estão incluídas na Estratégia de Lisboa e na Estratégia Europa 2020, razão pela qual conduzem a um beco sem saída.

Todavia, nós dizemos que esta rua não é de sentido único e que existe uma solução. A solução é reconstituir o movimento dos trabalhadores e apoiar o desenvolvimento com base nas necessidades daqueles que produzem a riqueza. A solução é nacionalizar os monopólios e entregar o poder ao povo. Este movimento não será travado pelos provocadores nem pelos chantagistas do Governo grego, nem pelos actos assassinos que foram cometidos hoje em Atenas e que nos chocaram a todos.

Acreditamos que o povo grego vencerá a sua luta.

**Chrysoula Paliadeli (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, há poucas horas teria dito que, apesar da desagradável distorção dos emblemas culturais e dos artigos de objectividade ambígua fazendo referência a estereótipos antiquados, e apesar de o Conselho não ter visto a crise económica grega como uma importante questão europeia e de a Comissão não a ter usado como um teste à coesão europeia, o povo grego estaria disposto a apoiar o seu novo governo socialista na luta pela recuperação económica e social.

Agora, à luz dos trágicos acontecimentos das últimas horas, em Atenas, onde três pessoas morreram vítimas da violência que eclodiu por causa das duras medidas económicas, recordo as recentes palavras do Sr. Rasmussen: a descida do crédito soberano da Grécia para uma notação insignificante é uma condenação da política da prevaricação. Julgo ser da maior urgência que os deputados ao Parlamento Europeu intensifiquem a sua luta pela coesão.

Espero que o que aconteceu há poucas horas na Grécia não se revele contagioso. Pelo contrário, espero que marque o início de um esforço unânime em nome da formação da identidade europeia através da solidariedade e da parceria.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** – Senhor Presidente, comemoraram-se há dias os 120 anos do 1.º de Maio como Dia Internacional dos Trabalhadores.

Foram 120 anos de uma incessante, dura e heróica luta dos trabalhadores de todo o mundo pelos direitos e pela emancipação do trabalho, por uma sociedade em que o trabalho, finalmente livre da exploração, constitua a realização plena das capacidades criadoras do ser humano. Foram 120 anos de fulgurantes avanços, de dolorosos recuos, de tenaz resistência dos trabalhadores. O Primeiro de Maio e as suas palavras de ordem universais foram historicamente construídos sobre a mais violenta repressão ao preço de incontáveis lutas, sacrifícios, vidas perdidas. Consolidou-se a cada avanço dos povos na conquista das liberdades, sofreu e sofre recuos de cada vez que as circunstâncias históricas permitem ao grande capital passar à ofensiva. Como se vive actualmente também na União Europeia. Como se vê na Grécia, em Portugal e em tantos outros países.

É necessário ter em conta estas lutas e não persistir no agravamento da exploração. É tempo de respeitar a dignidade de quem trabalha e cria riqueza.

**Alan Kelly (S&D).** - (EN) Senhor Presidente, desejo chamar a atenção desta Câmara para uma questão da maior urgência. Há mais de um ano, um jovem irlandês e cidadão da UE, Michael Dwyer, foi morto a tiro na Bolívia. Muitos observadores acreditam que foi assassinado. A família do Michael, que se encontra esta noite presente na Câmara, ainda não sabe como nem porquê é que ele morreu.

A única informação oficial foi a de que morreu por estar envolvido numa suposta conspiração para assassinar o Presidente da Bolívia. Isto não se coaduna minimamente com o carácter de alguém oriundo de uma família carinhosa, terna e apolítica. Mas o que está verdadeiramente em causa é que não se pode confiar nas informações das autoridades bolivianas. As suas versões dos acontecimentos contradizem-se totalmente umas às outras, quer se trate das provas forenses, das provas balísticas ou até dos próprios argumentos que avançam.

Por conseguinte, insto a Câmara e a nova Alta Representante para os Negócios Estrangeiros da UE, Catherine Ashton, a apoiarem os esforços do Governo irlandês com vista à realização imediata de uma investigação independente. Faço-o com o apoio dos eurodeputados irlandeses, de todos os partidos, que irão escrever em breve à Alta Representante.

**Kristian Vigenin (S&D).** - (BG) Cumpre-me chamar a vossa atenção para um problema existente no meu país. A Bulgária é governada por um governo incompetente mas populista, que recorre a métodos típicos da década de 1930.

Indicativo desta realidade é o facto de o político mais popular do momento ser o ministro da Administração Interna, seguido pelo ex-secretário de Estado deste ministério, que é o novo primeiro-ministro. Imediatamente após as eleições, centenas de representantes da oposição foram demitidos por razões políticas. É exercida pressão sobre os principais meios de comunicação social. Vários políticos foram detidos de forma brutal e chocante ou são alvo de acusações ridículas.

Os delegados do Ministério Público ignoram às claras a presunção de inocência, e os ministros exercem pressão sobre os tribunais e pronunciam sentenças na TV. Uma nova lei autoriza que as sentenças sejam proferidas apenas com base em informações obtidas através de escutas telefónicas ou em provas fornecidas por testemunhas anónimas. Estão a ser tomadas providências para o estabelecimento de um tribunal extraordinário, oficialmente designado "tribunal especializado". O medo propaga-se.

Durante anos a fio, foi exigido à Bulgária um esforço mais significativo no combate ao crime. Este esforço prossegue, mas o combate ao crime está a converter-se num combate contra a democracia. O Parlamento Europeu é sensível às violações da democracia, da liberdade e dos direitos humanos no mundo, pelo que deve ser igualmente sensível quando estas violações acontecem nos Estados-Membros.

**Csanád Szegedi (NI).** - (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise financeira, o desemprego e o crescente défice e dívida do Estado constituem os maiores desafios actuais para as nações da Europa. Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para a corrupção que é típica dos países da Europa Central, mas que na Hungria tem uma amplitude particularmente séria e que agravou a crise e endividou ainda mais o nosso país devido aos empréstimos adicionais que contraiu. O governo socialista cessante colocou a economia húngara numa situação insustentável, dado que não houve nenhum investimento público nem contrato público isento de corrupção, fosse para a construção de auto-estradas, renovação de pontes, parques de estacionamento, cuidados de saúde, financiamento doméstico ou contratos públicos europeus. O partido Jobbik insta o recém-eleito Governo húngaro a adoptar e implementar legislação anti-corrupção severa e, à luz da crise, instamos todos os Estados-Membros da UE a fazerem o mesmo. O Jobbik acredita ser possível eliminar a corrupção da vida política.

**Alexander Mirsky (S&D).** - (LV) Obrigado, Senhor Presidente. No dia 8 de Maio, a Europa comemora a vitória sobre o nazismo. Porém, Senhoras e Senhores Deputados, tenho notícias desagradáveis. No passado dia 16 de Março, na Letónia, com o apoio tácito das autoridades, veteranos das Waffen-SS desfilarão em Riga, comemorando o dia da criação da legião SS letã. Desde há vinte anos que nós, na oposição, não podemos fazer nada a este respeito. Os líderes dos Estados europeus fingem que nada se passa. Os batalhões punitivos letões das SS destruíram 130 aldeias na Letónia e mataram mais de 150 000 pessoas na Letónia, na Bielorrússia, na Polónia e na Rússia. Mas hoje são celebrados como heróis na Letónia. Este silêncio timorato dos Estados-Membros da União Europeia é um crime contra os milhões de pessoas que pereceram durante a Segunda Guerra Mundial. Esta questão é extremamente importante. Obrigado.

**Iuliu Winkler (PPE).** - (EN) Senhor Presidente, a história demonstra que as crises podem gerar progresso. Sob pressão, podem emergir novas ideias, criando mecanismos inovadores para promover o desenvolvimento e evitar os erros que levaram à crise.

Gostaria de sublinhar duas ideias que poderão resultar em instrumentos significativos. Se quisermos que a UE continue a ser um actor global importante, deverão ser criados um fundo monetário europeu e uma agência de notação de crédito europeia. Não obstante o importante esforço institucional necessário, não deixa de ser um exercício válido se tivermos em conta os nossos interesses de longo prazo. Podemos estar certos de que o futuro vai trazer novas crises.

A economia social de mercado europeia e a moeda única são pilares da economia mundial e do sistema financeiro global. O estabelecimento de um "FMI europeu" poderia reforçar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, e a agência de notação de crédito europeia faria as suas avaliações com base numa compreensão verdadeira das economias europeias. Estas duas ideias devem ser debatidas a sério e, na minha opinião, a decisão sensata será uma decisão pela positiva.

**Corina Crețu (S&D).** - (RO) Assistimos recentemente à ascensão alarmante da extrema-direita e à adopção de atitudes xenófobas e racistas mais radicais. As eleições regionais em Itália e França, bem como as eleições legislativas na Hungria, vieram confirmar o êxito crescente dos movimentos extremistas na propagação de uma perigosa mensagem nacionalista, anti-europeia e agressiva, dirigida contra as minorias nacionais ou contra Estados vizinhos. Não foi isto que quisemos para uma Europa unida, e também não creio ser esta a solução para os problemas dos seus cidadãos.

Desejo expressar o meu alarme face às mensagens hostis que são propagadas sobre os europeus de Leste, em particular os romenos, nos meios de comunicação social estrangeiros, que assumiram a forma, até agora, de retórica extremista. A televisão francesa insulta os romenos de modo geral, e um candidato do Partido Popular Espanhol promoveu a sua campanha eleitoral aquando das eleições autárquicas de Barcelona sob o slogan "Não queremos romenos".

Desejo aproveitar esta oportunidade para lançar um apelo a todos os grupos políticos responsáveis do Parlamento Europeu para que juntem forças e lidem com este perigoso fenómeno presente na União Europeia.

**Kriton Arsenis (S&D).** - (EL) Antes de mais, gostaria de expressar as minhas condolências às famílias das vítimas dos ataques de hoje em Atenas.

Regressando ao tema das alterações climáticas, diga-se que os 35 000 representantes dos povos de todo o mundo que se reuniram em Cochabamba, na Bolívia, não estiveram com rodeios. Querem que acordemos, na conferência do México, reduções juridicamente vinculativas às nossas emissões. Têm razão. Não podemos adiar esta decisão por mais tempo.

A União Europeia deve comprometer-se de imediato e oficialmente com uma redução de 30% nas emissões até 2020. Isto alterará a dinâmica das negociações, as quais, verdade se diga, caíram num impasse, com o risco de a decisão sobre a redução das emissões seja adiada para depois da conferência do México, sem data nem calendário específicos.

Também podemos fazer muito mais no Parlamento. Foi já acordada uma redução de 30% da pegada de carbono do Parlamento Europeu até 2020. Devemos dar o exemplo aos Estados-Membros reduzindo a nossa pegada em 50%.

Todos sabemos que existe uma grande margem para poupança energética no nosso local de trabalho e para reduzirmos o nosso impacto ambiental, e podemos e devemos fazê-lo.

**Elisabeth Köstinger (PPE).** - (DE) Senhor Presidente, o Parlamento Europeu deu hoje quitação à Comissão pelo exercício de 2008, o que é bom. A taxa de irregularidade relativa aos fundos da UE pagos nunca foi tão baixa como neste ano.

Nos últimos três anos, foi possível reduzir para metade os domínios nos quais a taxa de irregularidade era superior a 5%, ou seja, acima do limite de tolerância. Apenas o domínio da coesão deixa muito a desejar. Serão necessários mais esforços neste domínio. O sector da agricultura e dos recursos naturais merece um enfoque especial. A taxa de irregularidade deste sector foi inferior a 2%, situando-se nitidamente no verde. Os sistemas de monitorização e controlo são eficazes.

No entanto, ainda neste contexto, gostaria de mencionar a ajuda de pré-adesão à Turquia referida no relatório de quitação. Um aumento nos fundos para a Turquia é altamente questionável dada a ausência de critérios mensuráveis. É inaceitável disponibilizar fundos da UE a países terceiros sem quaisquer indicadores estabelecidos. O controlo directo dos pagamentos e da utilização dos fundos é essencial. Só assim poderá contribuir para surtir os efeitos desejados.

**Krisztina Morvai (NI).** – (HU) O artigo 11.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem define o direito de desenvolver actividades sindicais como um direito humano. Na semana passada, numa clara violação desta disposição legal, o Tribunal Militar Húngaro proferiu uma pesada sentença contra Judit Szima, líder de um sindicato que representa dez mil polícias, por actividades que, tanto de uma perspectiva leiga como do ponto de vista profissional de um advogado, se limitaram à defesa dos direitos dos trabalhadores e a funções de índole sindical. Chamo a atenção para o facto de isto não ter ocorrido numa qualquer república das bananas do mundo em desenvolvimento mas sim num Estado-Membro da União Europeia. Nesta Câmara, bem como nas várias comissões, falamos constantemente do facto de, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, ter aumentado o compromisso da União Europeia com os direitos humanos e de a defesa dos direitos se ter tornado mais eficaz. Peço que o caso de Judit Szima seja tornado um caso-teste, um estudo de caso, e devemos observar atentamente como, através da aplicação da legislação europeia em matéria de direitos humanos, esta valente mulher poderá ser vingada e recuperar a dignidade e os meios de subsistência que perdeu.

**Adam Gierek (S&D).** – (PL) Senhor Presidente, está a florescer na Polónia uma forma camuflada de tráfico de seres humanos. Isto acontece devido à prioridade absoluta dada à lei do mercado, que é liberal e anti-humanitária. Nos últimos anos, numerosos apartamentos e quartos residenciais pertencentes a empresas do Estado foram vendidos, ainda ocupados pelos seus inquilinos, como parte da privatização dos activos da antiga República Popular da Polónia.

Na sua maioria, os inquilinos são pessoas idosas, muitas delas doentes, e não lhes foi oferecida a possibilidade de uma aquisição preventiva. Pressionados pelo aumento em flecha das rendas, endividam-se e, em muitos casos, acabam despejados. Estão a ser violados direitos humanos fundamentais. São necessários instrumentos jurídicos e executivos apropriados que permitam às autoridades dos Estados-Membros da UE actuar eficazmente na protecção dos inquilinos dos apartamentos privatizados que outrora pertenceram a empresas estatais. É também necessária ajuda, a partir de fundos públicos, para as vítimas da privatização anti-humanitária.

**Dimitar Stoyanov (NI).** – (BG) Obrigado, Senhor Presidente. Tomo a palavra para denunciar uma injustiça.

Caros colegas, não caímos na ilusão de acreditar que o cidadão grego comum está totalmente isento de culpas pelo que aconteceu na Grécia. As razões para o que aconteceu na Grécia, e que contribuíram para a crise financeira, são os 14.º, 15.º e 16.º meses de salário, juntamente com pensões e privilégios que não existem em mais lado nenhum na União Europeia, onde são completamente desconhecidos.

Durante os últimos 10 anos, a Grécia mentiu constantemente ao Banco Central Europeu sobre o estado da sua economia. Contudo, neste preciso momento, os líderes europeus votaram recompensar a Grécia com 110 mil milhões de euros por todas estas mentiras e embustes. Entretanto, países que geriram as suas finanças de modo exemplar, como a Bulgária e a Estónia, serão punidos por esta crise que sobreveio, mais do que provavelmente com o adiamento da sua adesão à zona euro.

Estão a ser aplicados dois pesos e duas medidas, o que não é digno da zona euro nem da União Europeia. É justo que os culpados sejam punidos, e os líderes da zona euro devem pedir à Grécia que a abandone.

**Presidente.** Está encerrado o debate.

## 23. Regulamento relativo à isenção por categoria (veículos automóveis) (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o debate sobre:

- a pergunta oral à Comissão sobre a defesa dos interesses dos consumidores a nível das regras de concorrência para o sector automóvel no mercado interno, apresentada por Malcolm Harbour, Andreas Schwab, Evelyne Gebhardt, Cristian Silviu Buşoi, Adam Bielan, Heide Rühle e Kyriacos Triantaphyllides, em nome da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores (O-0044/201 – B7-0209/2010); e

- a pergunta oral à Comissão sobre o Regulamento relativo à isenção por categoria dos veículos automóveis, apresentada por Sharon Bowles, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (O-0047/2010 – B7-0210/2010).

**Theodor Dumitru Stolojan**, *em substituição do autor*. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários apresentou esta pergunta porque acompanhou com interesse a revisão do Regulamento relativo à isenção por categoria aplicável ao sector automóvel, e impõe-se uma ponderação cuidada.

Como é do vosso conhecimento, os regulamentos de isenção por categoria são instrumentos muito importantes para a comunidade empresarial. Este regulamento foi aprovado em 2002. Na altura, a Comissão considerou que existia uma situação de oligopólio no mercado automóvel europeu, com os seis maiores fabricantes europeus a deterem uma quota de mercado de 75%. Neste cenário, a Comissão considerou que o sector automóvel não deveria ser abrangido pelo regulamento geral relativo à isenção por categoria dos acordos verticais, pelo que aprovou um regulamento específico.

Este regulamento expirará em 31 de Maio de 2010. A Comissão considera hoje que os mercados de venda de veículos novos são bastante competitivos e que os níveis de concentração estão em queda. Em resultado desta avaliação, a Comissão sugere que já não há necessidade de uma isenção por categoria específica para a venda de automóveis e veículos comerciais novos. Propõe a adopção de um regulamento de isenção por categoria especial apenas para os serviços de reparação e manutenção, bem como para a distribuição de peças sobresselentes.

O Parlamento vê esta reforma com alguma preocupação. Como é sabido, a UE enfrenta actualmente uma crise financeira e económica excepcional, com elevadas taxas de desemprego. A indústria automóvel europeia é um sector crucial da economia europeia, contribuindo para o emprego, para a inovação e para a competitividade da economia. Acreditamos que é necessário criar condições gerais para tornar este sector sustentável e permitir-lhe permanecer economicamente eficiente e ecológico.

Existe também a necessidade de assegurar que os operadores de pequena e média dimensão deste mercado gozem de condições favoráveis. Não podemos esquecer a importância das PME como empregadores e fornecedores de proximidade. Todavia, várias empresas de comercialização e reparação manifestaram a sua grave preocupação com o novo quadro regulamentar, argumentando que agravará o desequilíbrio de poder entre os fabricantes e o resto da cadeia de valor da indústria automóvel.

Por conseguinte, Senhor Comissário Almunia, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários gostaria de lhe perguntar, primeiro: que resultados de análises do mercado levaram a Comissão a concluir que o mercado primário é hoje concorrencial e que o mercado pós-venda ainda é problemático?

Em segundo lugar, que avaliação faz a Comissão do equilíbrio de poder entre os fabricantes automóveis e os comerciantes automóveis no quadro do actual Regulamento relativo à isenção por categoria aplicável ao sector automóvel e no futuro quadro legislativo? Existem intervenientes com posições singulares ou colectivas dominantes?

Terceiro, de que forma tenciona a Comissão acompanhar a evolução do poder de mercado no mercado primário e no mercado pós-venda? Que medidas pensa tomar a Comissão caso as condições de concorrência, em especial no mercado primário, sofram um agravamento significativo?

Quarto, quais os efeitos esperados do novo quadro legislativo para os consumidores, em especial em termos de condições e preços oferecidos?

Quinto, que comentários recebidos dos interessados, em particular durante a fase de consultas, tenciona a Comissão incorporar no quadro legislativo final?

Finalmente, aceita a Comissão considerar a possibilidade de propor legislação de harmonização no domínio da distribuição, por exemplo, alterando a directiva relativa aos agentes comerciais, para que todos os comerciantes beneficiem de idêntico nível elevado de protecção contratual em todos os Estados-Membros da UE?

**Malcolm Harbour**, *autor*. – (EN) Senhor Presidente, em nome da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores, aprez-me estar aqui esta noite para apresentar o nosso aspecto da questão, e quero agradecer muito particularmente aos nossos colegas da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, que têm obviamente a primazia nas questões de concorrência, por terem trabalhado estreitamente connosco,

dado que este elemento da política de concorrência é claramente de interesse fundamental para os consumidores, e nós temos garantido que alguns desses elementos de interesse para o consumidor sejam adequadamente representados.

Antes de mais, julgo que os elementos da proposta da Comissão relacionados com os mercados da venda, da assistência e da reparação estão bastante alinhados com os interesses dos consumidores que suscitámos na nossa comissão – não relacionados especificamente com a DG Concorrência, mas por exemplo no que diz respeito às áreas que se prendem com a informação sobre assistência e reparação, sobre as quais trabalhamos, neste caso, com a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, no tocante às disposições relativas à informação técnica associada às normas ambientais para os veículos motorizados. Penso que estes elementos, que foram reforçados na nova proposta, são extremamente bem-vindos no que diz respeito à manutenção da concorrência entre as empresas de reparação independentes e ao acesso ao mercado de peças sobressalentes com marcas de qualidade equivalentes: saúda-se a abertura deste mercado.

Julgo que a única reserva da qual vos podemos dar conta, contida na resolução que votaremos amanhã, se prende com as questões relacionadas com a disponibilidade da informação. Não estamos convencidos – talvez queiram convencer-nos, mas não estamos convencidos – de que as orientações por vós publicadas são suficientemente fortes ou aplicáveis para garantir que esta informação técnica esteja disponível, particularmente porque os fabricantes poderão disponibilizá-la em formato electrónico, o que, sem software e capacidade de busca adequados, poderá não ser tão valioso para as empresas de reparação como esperaríamos que fosse.

Dito isto, tenciono agora passar à questão das vendas, que acabámos de ouvir ser eloquentemente abordada pelo vice-presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Em relação às vendas, considero que estamos muito menos convencidos de que a Comissão tomou verdadeiramente em conta as preocupações dos consumidores. A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários realizou uma audição muito importante, na qual os representantes dos comerciantes e dos consumidores nos deram a conhecer a sua grande preocupação de que as salvaguardas implementadas para garantir a concorrência no mercado das vendas, claramente implementadas em 2002 – muitas delas, devo dizer, em resposta às preocupações suscitadas por este Parlamento – tenham sido simplesmente eliminadas pelo que nos parece ser um zelo bastante exagerado da vossa parte para simplificar as questões e facilitar-vos a vida enquanto administração.

Isto poderá suscitar problemas mas, na minha opinião – e gostaria que olhassem para as provas que nos foram apresentadas na nossa audição –, tanto os comerciantes como os consumidores têm sérias reservas em relação à inclusão imediata da distribuição automóvel no regulamento geral relativo à isenção por categoria dos acordos verticais. Foram implementadas salvaguardas claras em 2002 – não há muito tempo, no ciclo da distribuição automóvel – para restaurar o equilíbrio de poder entre os comerciantes independentes e os fabricantes. Julgo que os comerciantes diriam que este esquema funcionou bastante bem durante esse tempo. De facto, se olharmos para o que aconteceu no mercado, eles considerariam que foi esse o caso.

Talvez lhe possa também recordar, Senhor Comissário, porque creio que o senhor não estava presente na altura, que os fabricantes de automóveis fizeram muito lóbi no sentido de considerarem estas disposições excessivas, mas os comerciantes foram a favor. O que temos agora? Os comerciantes dizem-nos: estas disposições são demasiado fracas; os fabricantes dizem: estão muito bem.

Penso que V. Exa. deve debruçar-se sobre esta matéria. Não estou a dizer que devemos parar este processo – julgo ser a coisa certa a fazer, dado que estamos a poucos dias da implementação destas disposições –, mas o que lhe dizemos com a resolução de amanhã é: por favor, olhe para os dados actualizados, olhe para a informação. E eu diria também que, no seio da Comissão, o Senhor Comissário Barnier está prestes a apresentar um relatório sobre concorrência na cadeia de fornecimento a retalho. O sector automóvel deve fazer parte desse relatório e importa que o senhor analise a questão porque necessitamos de uma política consistente por parte da Comissão.

Em segundo lugar, os documentos que li dos seus serviços dizem: será isto a preparação para uma nova geração de automóveis ecológicos, veículos eléctricos e veículos com poucas emissões de CO<sub>2</sub>? Não há nada sobre isto na sua análise.

Agora, temos o documento do Senhor Comissário Tajani. Posso pedir-lhe, durante o próximo ano, para ler o documento do Comissário Tajani, para ler o documento do Comissário Barnier e garantir-nos que esta é a atitude certa? Penso que se o fizer restaurará alguma credibilidade a esta questão, porque considero que ainda não estamos convencidos acerca das suas intenções.

**Joaquín Almunia, Vice-Presidente da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, o Regulamento relativo à isenção por categoria aplicável ao sector automóvel expira no próximo dia 1 de Junho, e temos que aprovar um novo regulamento antes dessa data. O Colégio dos Comissários colocou esta questão na agenda da nossa reunião de 26 de Maio.

A proposta actualmente em discussão nos nossos serviços e, daqui a poucos dias, entre os nossos gabinetes – em preparação das conversações colegiais – resultou de uma análise profunda do sector. O processo de consulta pública teve início em Junho de 2006. Três anos e meio depois, em Dezembro do ano passado, a Comissão publicou o projecto de regulamento de isenção por categoria e o projecto de orientações. Durante todo este processo, as partes interessadas, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros estiveram estreitamente envolvidos, e foram tidos em conta muitos argumentos. Realizaram-se também vários debates, *workshops* e iniciativas, incluindo aqui, no Parlamento. O mais recente teve lugar a 12 de Abril último, na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Quais foram as conclusões principais deste longo processo de consulta?

Em primeiro lugar, ficámos a saber algo de positivo: na Europa, os consumidores beneficiam de uma concorrência vigorosa no mercado das vendas de automóveis. Nos nossos relatórios anuais sobre os preços dos automóveis, temos referido 80 modelos de automóveis de cerca de 25 fabricantes – e os preços não são o único factor que nos diz que a concorrência é saudável. Existe mais escolha do que há 10 anos, com mais marcas para cada tipo de automóvel. Nestas circunstâncias, seria difícil sugerir que qualquer fabricante possa exercer uma posição dominante, individualmente ou colectivamente.

Os regimes em vigor contêm regras sectoriais específicas que faziam sentido na época (em 2002), quando se previa uma vaga de consolidações no sector automóvel. Este período de consolidação não se materializou, e o que temos agora é um mercado muito competitivo. Ao permitirem uma maior flexibilidade na distribuição de veículos, as alterações propostas restaurarão os incentivos dos fabricantes para reduzirem o custo de vender automóveis. Permitam-me recordar que os custos de distribuição constituem, em média, 30% do preço de um automóvel novo. Ao reduzirem estes custos, os fabricantes melhorarão a sua posição competitiva, o que resultará em benefícios para os consumidores.

Estou perfeitamente ciente da existência de algumas preocupações relativas às alterações propostas, que se prendem com a venda multimarca e a protecção contratual dos comerciantes, e haveis ambos referido estas preocupações. Permitam-me sublinhar que as práticas multimarca existem – e continuarão a existir – onde a realidade do mercado as exigir. É o caso dos países com grandes comerciantes, que têm capacidade para distribuir várias marcas – por exemplo, no Reino Unido –, e é também o caso em regiões de baixa densidade populacional, onde faz economicamente sentido os comerciantes venderem marcas diferentes no mesmo local.

Isto era uma realidade antes da aprovação da actual isenção por categoria, em 2002, e continua a ser uma realidade oito anos depois, mas nessa altura, tal como hoje, as práticas monomarca eram o modelo de distribuição mais comum. O que observámos é que os fabricantes vêm recorrendo cada vez mais a outras formas de distribuição, incluindo instalações de vendas próprias.

A evolução da distribuição na Alemanha, por exemplo, é sintomática desta tendência, com 67% dos automóveis vendidos através das redes de comerciantes em comparação com 90% antes da entrada em vigor do regulamento, em 2002. Mas não deixámos de responder às preocupações expressadas durante as consultas, incluindo as consultas que decorreram aqui, no Parlamento, e foram introduzidas várias salvaguardas em relação aos comerciantes multimarca.

Permitam-me também sublinhar que propomos uma fase de transição, com o regulamento actual a permanecer em vigor até ao fim de 2013 para o mercado da distribuição automóvel, de modo a dar aos comerciantes que investiram na multimarca tempo suficiente para amortizarem os seus investimentos.

Quanto ao motivo pelo qual propomos eliminar as cláusulas que concedem protecção contratual aos comerciantes, é simplesmente pelo facto de o direito da concorrência não ser o instrumento apropriado para corrigir os eventuais desequilíbrios entre as partes contratantes. Estas questões, tal como discutimos quando estávamos a preparar o Regulamento (CE) n.º 1/2003, pertencem à esfera do direito comercial.

Num mercado tão competitivo como o mercado automóvel, o direito da concorrência não deve interferir no equilíbrio de poderes entre as partes contratantes. Fazê-lo seria intrusivo. Devemos ser ponderados quando interferimos com o funcionamento dos mercados.



Durante o processo de consulta, ficámos também a saber outras coisas, talvez menos positivas: ao contrário dos preços dos automóveis, o custo da reparação média subiu nos últimos anos. A reparação e a manutenção são muito importantes para os consumidores, não só por razões de segurança e fiabilidade, mas também porque os custos das reparações constituem 40% do custo total da posse de um automóvel. Infelizmente, a capacidade das oficinas independentes para competirem com as empresas de reparação autorizadas continua a ser prejudicada por várias restrições, incluindo o acesso limitado a peças sobressalentes e à informação técnica. Por conseguinte, a nossa reforma pretende garantir às oficinas independentes um melhor acesso às peças sobressalentes e à informação técnica e impedir que sejam expulsas do mercado por práticas mais modernas. Isto resultará em serviços de reparação de melhor qualidade e em preços mais baixos.

Para concluir, acredito convictamente que o novo quadro será mais favorável para os consumidores. A nossa prioridade principal é aumentar a concorrência no mercado pós-venda – na reparação e na assistência –, onde está mais ausente. Embora os fabricantes de veículos possam estar numa forte posição comercial face aos comerciantes, concorrem ferozmente entre si, e hoje não há necessidade de nos desviarmos, para preservar a concorrência neste tipo de acordos, do regulamento relativo à isenção por categoria dos acordos verticais, que foi recentemente aprovado pela Comissão e que entrará em vigor no fim deste mês. De facto, a Comissão, em particular os meus serviços, a DG Concorrência, monitorizará o sector muito cuidadosamente, e ninguém deverá duvidar da determinação da Comissão para aplicar as regras da concorrência e tomar as medidas necessárias caso sejam identificadas quaisquer infracções ou deficiências graves.

**Othmar Karas**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, ouvimos muitas coisas. Com esta pergunta oral e com esta resolução quisemos dar voz aos comerciantes de automóveis e às pequenas e médias empresas, porque nos últimos anos a Comissão não tem dado atenção suficiente a esta voz. Durante a audição, foram expressadas preocupações e receios, sobretudo por parte dos comerciantes de automóveis, em matéria do tratamento desigual em relação aos fabricantes. Foi referida a insegurança jurídica, bem como a diminuição da concorrência devido aos problemas experimentados pelos pequenos comerciantes de automóveis. Contudo, não obtivemos nenhuma resposta.

Apelo-vos – no pouco tempo que nos resta – para que utilizem os 21 dias até 26 de Maio para incorporar a resolução a ser aprovada amanhã pelo Parlamento no vosso regulamento no sentido de ir meio caminho ao encontro dos comerciantes de automóveis sem pôr em causa o rumo que a Comissão pretende seguir. Por favor, considerem seriamente a argumentação do Parlamento e dos comerciantes de automóveis e dêem resposta às suas preocupações e às das pequenas e médias empresas no regulamento.

**Olle Ludvigsson**, em nome do Grupo S&D. – (SV) Senhor Presidente, gostaria de sublinhar quatro questões neste debate. Em primeiro lugar, existe uma tendência infeliz para pôr as pequenas e grandes empresas da indústria automóvel umas contra as outras. Até certo ponto, têm interesses diferentes, mas o nosso enfoque primário deve ser na criação de um sistema de regulamentos que lhes permita trabalhar eficazmente em conjunto.

Em segundo lugar, é um sinal muito positivo que a concorrência no mercado dos automóveis novos tenha melhorado no ano passado. É um bom exemplo do facto de que nenhum mercado é impossível e de que, no longo prazo, é possível conseguir grandes resultados através de medidas de reforço da concorrência. Se tudo correr bem, esperamos assistir a um desenvolvimento igualmente positivo no mercado pós-venda.

Terceiro, é importante que a Comissão acompanhe de forma muito activa os desenvolvimentos em relação à concorrência no mercado dos automóveis novos, que deve ser continuamente monitorizado. Todas as partes interessadas deverão receber logo que possível informações definitivas em relação às regras que serão aplicadas a partir de Junho de 2013.

Quarto, devemos intensificar os nossos debates sobre como vamos transitar para automóveis ecológicos, mais amigos do ambiente. É um processo absolutamente essencial. Por um lado, as regras da concorrência deverão ser flexíveis em relação aos subsídios necessários para que os automóveis eléctricos e outras alternativas amigas do ambiente se estabeleçam no mercado e, por outro lado, as regras deverão garantir que os automóveis amigos do ambiente não fiquem em desvantagem no sector do retalho ou no mercado pós-venda.

**Cristian Silviu Buşoi**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, a aquisição e a posse de um automóvel são consideradas uma das maiores despesas das famílias. O objectivo da política da concorrência é garantir aos consumidores liberdade de escolha e acesso aos produtos a preços mais baixos e acessíveis.

Como membro deste Parlamento e, por conseguinte, representante dos cidadãos da UE que também são consumidores no mercado automóvel, estou profundamente preocupado com a revisão do Regulamento relativo à isenção por categoria aplicável ao sector automóvel e com o seu impacto sobre os consumidores. A Comissão – ouvi com o maior cuidado e atenção os argumentos do Senhor Comissário – defende que o regulamento específico deste sector já não é necessário para o mercado da venda, dado existirem provas de que os objectivos de concorrência foram alcançados e que se atingiu um nível de concorrência adequado.

Em princípio, não estou contra a eliminação da isenção por categoria específica do sector se não houver risco para os consumidores. Devemos usar o período de transição de três anos para avaliar o impacto da decisão de excluir a venda do Regulamento relativo à isenção por categoria aplicável ao sector automóvel. Existe um fenómeno inegável de predomínio dos grandes fabricantes de automóveis. Gostaria de ouvir as opiniões da Comissão sobre modos de garantir que não se aproveitarão da sua quota de mercado nem limitarão a escolha que os consumidores devem ter no mercado.

Gostaria também de expressar o meu apoio à proposta de manutenção da isenção por categoria específica para a reparação e a manutenção, que se revelaram menos competitivas do que o mercado da venda. A minha preocupação em relação ao mercado secundário prende-se principalmente com os casos em que os consumidores ficam desnecessariamente presos a um operador específico para repararem o seu automóvel. Isto acontece porque as empresas de reparação independentes carecem do acesso adequado à informação técnica necessária ou porque os fabricantes interpretam os termos das garantias de forma abusiva.

Isto é uma limitação inaceitável da escolha disponível aos consumidores, e espero que a Comissão providencie soluções para este tipo de situação. Por conseguinte, convido a Comissão a oferecer alguma clarificação sobre as medidas que tenciona tomar para evitar esta situação, que é prejudicial para os consumidores.

**Konrad Szymański**, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário Almunia, 80% das peças de cada automóvel novo são produzidas por fabricantes independentes. Por outro lado, os próprios fabricantes de veículos automóveis têm uma enorme vantagem comercial sobre os fabricantes de peças e sobre as estações de serviço independentes.

Neste momento, temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que o mercado automóvel europeu não comece novamente a assemelhar-se a um oligopólio. Aos cidadãos europeus tem de ser garantido o direito de escolha, tanto em relação às peças de veículos automóveis como às estações de serviço independentes. É necessário garantir o acesso a informações técnicas. Temos de tomar medidas para contrariar a utilização abusiva das garantias por parte dos fabricantes. As estações de serviço autorizadas devem igualmente ter o direito de comprar peças a fabricantes independentes, assim como as ferramentas e os equipamentos usados nas respectivas oficinas. Sem uma garantia claramente definida no novo regulamento, o direito de escolha dos consumidores europeus, que é fundamental para o mercado, continuará a ser uma ficção.

**Bernd Lange (S&D)**. – (DE) Senhor Presidente, na opinião da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, é obviamente importante proteger as pequenas e médias empresas. Senhor Comissário, a concorrência não é um fim em si mesmo.

Se observarmos a situação das pequenas empresas e oficinas, percebemos que é necessário aumentar a sua capacidade económica para agir; caso contrário, de futuro existirão apenas grandes empresas e grandes redes de oficinas. Esta necessidade inclui, em primeiro lugar, uma autorização genuína em matéria de práticas multimarca. Inclui ainda que as empresas e oficinas tenham acesso ilimitado às informações sobre os veículos e opções de reparação. Em terceiro lugar, inclui proporcionar as oportunidades necessárias para adquirir qualificações. Já abordámos anteriormente a questão da "electromobilidade". Também necessitam de estar aptas a prestar serviços de manutenção de veículos eléctricos. Em quarto lugar, necessitam de segurança em termos de investimento, ou seja, de protecção contratual sem mais alterações. Necessitam de poder fazer investimentos seguros a longo prazo.

**Frank Engel (PPE)**. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, debrucemo-nos sobre a realidade dos comerciantes de veículos automóveis. Tanto no meu país como em outros, os comerciantes de veículos automóveis estão preocupados com a discrepância flagrante que existe entre a sua esfera de acção e a dos fabricantes. O Regulamento (CE) n.º 1400/2002 atenuou esta discrepância. Sem ele, o sector da distribuição automóvel, que já foi prejudicado em consequência da crise, enfrentaria uma situação de insegurança crescente no que diz respeito aos seus investimentos e aos seus objectivos comerciais.

As exigências dos fabricantes para com os comerciantes tornar-se-ão simplesmente insuportáveis e impossíveis de gerir para um grande número de pequenos proprietários de oficinas. De qualquer modo, Senhor Comissário, não é a concorrência que está aqui em causa. A concorrência iria aumentar entre os fabricantes de veículos automóveis e não entre os comerciantes, ou então entre comerciantes e fabricantes. Os proprietários de oficinas locais não constituem uma ameaça à livre concorrência na Europa.

O Senhor Comissário fez referência ao domínio do mercado, a um eventual domínio. Falemos disso então! Este domínio não existe no caso de fabricantes concorrentes. Não existe em relação a outros produtores. Existe sim entre fabricantes e distribuidores de veículos automóveis e essa é uma realidade que se tem verificado em toda a União Europeia.

A Comissão está a adoptar uma posição científica, baseada nas grandes empresas, para lidar com um elevado número de intervenientes menores que apenas querem uma coisa: um pouco de liberdade e um pouco de segurança em relação aos seus negócios com os fabricantes de veículos automóveis, cujas práticas para com os respectivos fornecedores, nalguns casos, estão a tornar-se francamente aterradoras. É uma luta de David contra Golias, mas desta vez a Comissão parece querer garantir que Golias saia definitivamente vencedor.

A posição e o raciocínio por detrás da abolição do regulamento de isenção são pouco sensatos. Estão errados e visam as pessoas erradas. Reduzir a esfera de acção, a segurança a nível jurídico e a disposição dos proprietários de oficinas para investir não irá favorecer o mercado interno e não irá certamente promover os interesses dos consumidores.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) A indústria automóvel na União Europeia, incluindo tanto os fabricantes de veículos automóveis como os fabricantes de peças para veículos automóveis, tem de permanecer economicamente eficiente e inovadora.

Dado que a segurança rodoviária é influenciada pelas condições competitivas do mercado de peças sobresselentes do sector automóvel, exortamos a Comissão a promover a concorrência eficiente no mercado das peças sobresselentes, para que os preços de qualquer tipo de peça sobresselente sejam acessíveis. Os clientes devem poder adquirir um veículo a preços competitivos e escolher o fornecedor que pretendem que execute os serviços de reparação e manutenção, independentemente do sistema de distribuição elegido pelo fornecedor.

O futuro quadro normativo deve garantir que as PME na cadeia de fornecimento do sector automóvel possam usufruir de condições favoráveis e prevenir qualquer dependência crescente em relação aos grandes fabricantes. Além disso, as novas disposições dos regulamentos relativos ao regime geral de isenção por categoria no sector automóvel devem ser alargadas e incluir a definição de utilizador final para que o leasing também seja tido em consideração.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, Senhor Comissário, com base nas intervenções anteriores ficou bastante claro que o Parlamento está sobretudo preocupado com o equilíbrio entre os comerciantes e os fabricantes de veículos automóveis, o que também se reflecte inevitavelmente nos serviços prestados aos consumidores.

Este equilíbrio tem de ser particularmente evidente nos mercados de pequena dimensão e em áreas com reduzida densidade populacional, tais como a Finlândia e qualquer outra parte da Escandinávia. Para nós, é prioritário permitir as vendas e aquisições de produtos multimarca e esse é o principal pré-requisito para garantir que os consumidores tenham acesso adequado aos serviços do sector automóvel.

A Finlândia tem 5 milhões de habitantes e serão vendidos aproximadamente 100 mil veículos ao longo deste ano. É provável que este número pareça ridiculamente pequeno e é por essa razão que é extremamente importante que estas alterações não coloquem de modo algum em risco as práticas multimarca.

O regulamento anterior, que assegurava as práticas multimarca no sector do comércio automóvel, era excelente e por isso somos forçados a questionar a razão por que está a ser rectificado nesta fase. Outro grande impacto irá residir no facto de as expectativas que os comerciantes depositam no abastecimento de consumidores em áreas menos povoadas poderem sair goradas e isso provavelmente dificultará a aquisição de veículos a nível local por parte dos consumidores. Poderá ainda significar que as marcas mais pequenas não serão de todo representadas noutras áreas que não os grandes centros populacionais e, conseqüentemente, os consumidores terão significativamente menos hipóteses de escolha entre marcas de veículos.

**Othmar Karas (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, estiveram a ouvir-nos e quase poderiam encarar as nossas intervenções como a diferença entre a teoria e a prática. Resta-me apenas repetir o apelo que fiz ao Presidente da Comissão na Primavera de 2009.

Temos questões por resolver em relação aos comerciantes de veículos, às pequenas e médias empresas, uma crise económica e financeira e um mercado de trabalho e crescimento incertos. A melhor coisa a fazer seria alargar o regulamento actual em vez de criar um novo, que irá simplesmente reunir todos estes problemas. Temos ainda o problema das diferentes legislações nacionais se apenas restar a obrigação de marca única. Opomo-nos a um Código de Conduta não vinculativo e somos favoráveis a um mecanismo de execução eficiente. Queremos que o limiar de 30% da obrigação de comprar peças sobresselentes seja mantido tal como está, porque concede aos comerciantes autorizados de veículos automóveis uma maior liberdade de escolha.

As orientações não são suficientemente claras para garantir que seja possível aceder às informações técnicas como anteriormente. Existem importantes cláusulas contratuais que foram simplesmente excluídas, designadamente as que dizem respeito às disposições e prazos de rescisão, às práticas multimarca, à transmissão de empresas e à arbitragem de litígios. Apelamos também à defesa dos interesses das pequenas e médias empresas. As práticas multimarca fazem parte da concorrência e ajudam a proteger os consumidores. Queremos mais concorrência. Restringir as opções das pequenas e médias empresas e dos comerciantes de veículos automóveis só irá reduzir a concorrência. Apelo a que prestem especial atenção ao mercado, às empresas e à resolução do Parlamento, e a que utilizem os 21 dias que ainda se encontram à vossa disposição.

**Paul Rübiger (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, na verdade, todos os oradores do Parlamento se manifestaram a favor de um regulamento favorável às PME. Precisamos de um sistema de distribuição forte. Os pequenos distribuidores empregam um grande número de pessoas. É importante para eles que a concorrência se mantenha no seio do sistema, assim como o é para os comerciantes, independentemente da sua dimensão. A concorrência tem de funcionar. Acredito que, particularmente no sector automóvel, os consumidores também devem ter direito a uma concorrência que funcione, para que não sejam confrontados com sistemas demasiado unilaterais nos quais já não existe liberdade de escolha. É precisamente esta liberdade de escolha que irá ser importante no futuro, em particular para as zonas rurais, e temos de assegurar que os interesses das mesmas sejam devidamente acautelados. Considero, pois, que o senhor deputado Karas estava absolutamente certo, quando afirmou que nos resta muito pouco tempo e que por isso o deveríamos utilizar de forma eficiente.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria apenas de dizer que neste momento toda a gente concorda que o automóvel deixou de ser um luxo; é antes uma necessidade. Isto tornou-se bastante evidente para mim há duas semanas, quando se deu a crise das cinzas vulcânicas. Tive de atravessar a Europa, a Inglaterra, de automóvel, de comboio e de *ferry-boat*, e nunca me senti tão satisfeito e independente como quando estava ao volante do meu próprio automóvel.

Portanto, tudo aquilo que possa fazer para ajudar o consumidor a ter oportunidade de escolha, etc., é muito importante, mas não à custa dos comerciantes de veículos automóveis de pequena e média dimensão. Grande parte destes é constituída por empresas familiares em pequenas localidades. Estão a fazer muito por toda a gente, tentando satisfazer as necessidades do mercado e competindo obviamente em circunstâncias muito difíceis, pelo que concordo totalmente com o senhor deputado Karas e com outros oradores quanto ao facto de que estas pessoas têm de ser tidas em consideração para assegurar a sua viabilidade à medida que vamos avançando.

**Jaroslav Paška (EFD).** – (SK) Em primeiro lugar, gostaria de dizer que compreendo os esforços envidados no sentido de assegurar a liberdade de escolha dos consumidores relativamente à oficina, cujos serviços gostariam de utilizar.

No entanto, por outro lado, consigo encontrar limitações concretas à liberdade absoluta neste domínio. Assim como nenhum dos presentes se lembraria de mandar proceder à manutenção de um Airbus europeu numa oficina especializada em Tupolevs, o proprietário de um veículo de uma determinada marca está dependente da tecnologia e dos procedimentos de trabalho do fabricante do veículo quando se trata da manutenção deste.

Se um fabricante de veículos disponibilizar ao cliente uma garantia para a viatura, tem o direito de exigir ao cliente que a manutenção seja realizada de acordo com as instruções por ele especificadas. Se um consumidor mandar efectuar a manutenção do veículo numa oficina, na qual os funcionários não possuem os conhecimentos e competências necessários, existe o risco de não efectuarem o trabalho correctamente e até

mesmo de a viatura poder ficar danificada. Como tal, se queremos proteger o consumidor, não podemos esperar que todas as oficinas estejam igualmente aptas a prestar assistência a veículos de todas as marcas. Enquanto consumidor, preferia encontrar oficinas bem equipadas, com pessoal devidamente qualificado, especializadas numa marca específica de veículos. A especialização e uma relação equilibrada com o fabricante constituem a melhor opção para o consumidor.

**Joaquín Almunia**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer a sua magnífica presidência nesta sessão e também a todos os deputados que intervieram neste debate.

Gostaria ainda de estender os meus sinceros agradecimentos a todos os presentes, não só pelas intervenções que hoje aqui apresentaram, mas também por todos os contributos extraordinariamente valiosos e interessantes que prestaram ao longo daquele que foi, tal como referi na minha intervenção, um longo processo de consulta em todas as direcções, se me é permitido dizê-lo. Não foram apenas o Parlamento, os deputados e as respectivas comissões responsáveis pelas questões relacionadas com o sector automóvel, com a concorrência entre comerciantes e com os consumidores que foram alvo de consulta, mas também os Estados-Membros, todos os sectores envolvidos, bem como todos aqueles que manifestaram interesse em expressar a sua opinião.

O objectivo de qualquer regulamento ou decisão em matéria de concorrência é beneficiar o consumidor. Esse é o objectivo, a nossa preocupação central e o principal propósito do nosso regulamento.

Quando os consumidores se preparam para a importante decisão de se dirigirem a um concessionário - uma vez que, tal como um dos membros desta Assembleia referiu, se trata de uma despesa considerável para todos os consumidores e famílias -, querem saber mais acerca da qualidade e dos preços para poderem estabelecer comparações e podem fazê-lo. Provavelmente fá-lo-ão mais facilmente agora do que em qualquer outro momento no passado. Querem poder fazer a sua escolha sem impedimentos e sem quaisquer obstáculos resultantes da falta de concorrência. Acreditamos que, com o novo regulamento, esta oportunidade de escolha irá ser alargada; não será diminuída, mas sim alargada. Os consumidores podem e devem poder escolher - tal como muitos dos membros desta Assembleia referiram - os serviços pós-venda, a oficina de reparação e a oficina de manutenção do seu veículo; os consumidores pretendem que estas oficinas, independentemente de pertencerem ou de estarem ou não ligadas a um fabricante de veículos, possuam as informações técnicas correctas, assim como as peças sobresselentes e especificações de que necessitam.

A actual proposta apresentada pela Comissão aperfeiçoa tudo isto. Tudo isto é melhorado. Reparem naquilo que é dito no texto que conhecem, no projecto e nas orientações que o acompanham. O futuro regulamento trará mais benefícios para os consumidores do que o actual a todos os níveis.

Quanto às pequenas e médias empresas, o que aconteceu neste caso? É importante ouvir as opiniões das pessoas e nós ouvimo-las com toda a atenção e interesse. Refiro-me a todas as opiniões, incluindo as de V. Exas., naturalmente.

O que aconteceu aos pequenos comerciantes nos últimos anos? O seu número aumentou ou diminuiu? Foram beneficiados e tiveram menos dificuldades em entrar no circuito da distribuição, no mercado da distribuição, ou acabaram por ser afectados negativamente, enfrentando sérias dificuldades? Verificou-se sobretudo a segunda hipótese. Essa é a verdade. Obviamente que não era essa a intenção daqueles que redigiram e aprovaram o regulamento em 2002, mas é essa a lição que a experiência dos últimos anos nos permite tirar. É isso que pretendemos corrigir.

O que é que tem acontecido até agora ou ainda acontece com determinadas oficinas e determinados fabricantes de peças sobresselentes? Enfrentam problemas que irão desaparecer com o novo regulamento e as novas orientações.

Estamos, por isso, a propor um regulamento e orientações que irão aumentar o universo de escolhas e as oportunidades das pequenas empresas ao longo de toda a cadeia, desde o fabricante de peças sobresselentes à reparação de veículos.

Os comerciantes, que foram mencionados por muitos dos membros desta Assembleia e cujas opiniões escutei directamente, não apenas através dos textos das consultas escritas ou das reuniões nas quais não participei; estive com eles e conversei com eles numa reunião extraordinariamente construtiva. Nem todos os comerciantes partilham dos mesmos interesses. Existem grandes comerciantes com uma forte presença de mercado em alguns Estados-Membros e existem também pequenos comerciantes que estão mais satisfeitos com aquilo que actualmente estamos a propor do que com as condições em vigor desde 2002, já que

verificaram que determinados aspectos, não previstos pelo legislador em 2002, não defendem os seus interesses, fazendo antes com que seja difícil enfrentar a concorrência dos grandes comerciantes.

Por último, os prazos de rescisão. Estabelecemos princípios de protecção; chegámos mesmo a criar excepções para cada vez que consideramos que a concorrência está a ser prejudicada com os regulamentos actuais, quer o regulamento sobre veículos, quer o Regulamento geral relativo à isenção por categoria dos acordos verticais, apesar das nossas intenções enquanto legisladores; e podemos prescindir da aplicação do Regulamento se verificarmos que de facto não beneficia a concorrência. Podemos fazê-lo com o Regulamento geral relativo à isenção por categoria dos acordos verticais e também podemos fazê-lo em relação ao regulamento específico sobre veículos.

Partilho, por isso, as preocupações expressas. A realidade é que considero que as mesmas são melhor atendidas com o regulamento proposto do que o foram até agora, não porque sejamos mais inteligentes do que há oito anos, mas simplesmente porque todos nós aprendemos com a experiência. É importante ouvir a opinião das pessoas, mas é igualmente importante aprender com a experiência.

**Presidente.** - Para conclusão do debate, comunico que recebi uma proposta de resolução<sup>(2)</sup>, apresentada nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

#### ***Declarações escritas (artigo 149.º do Regimento)***

**George Sabin Cutaş (S&D)**, *por escrito.* – (RO) Na União Europeia, a aquisição de um veículo automóvel representa frequentemente a maior despesa das famílias, a seguir à habitação. Com o Regulamento relativo à isenção por categoria dos veículos automóveis, a Comissão Europeia propõe abolir a actual isenção no sector automóvel e introduzir regras gerais de concorrência.

Creio que, uma vez eliminadas determinadas cláusulas do actual regulamento para o sector, especialmente aquelas que dizem respeito à liberdade de realizar até 70% das vendas através de intermediários que vendam automóveis de várias marcas, correr-se-á o risco de a dependência em relação aos intermediários dos fabricantes aumentar, restringindo a concorrência e limitando as opções disponíveis para os consumidores no mercado automóvel europeu.

Encontramo-nos numa situação em que um grande número de intermediários do sector automóvel, especialmente as pequenas e médias empresas do sector, que são mais vulneráveis, poderá desaparecer do mercado europeu, afectando assim o mercado automóvel europeu no seu todo.

Consequentemente, exorto a Comissão a avaliar as consequências das suas propostas, tomando em consideração a estrutura do sector automóvel europeu no qual as pequenas e médias empresas desempenham um papel fundamental, bem como a apresentar, se tal for necessário, um novo regulamento no final do período de prolongamento de três anos do regulamento actual.

**Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE)**, *por escrito.* – (PL) No sentido de contribuir para o debate de hoje em torno do Regulamento relativo à isenção por categoria dos veículos automóveis, gostaria de relembrar que a Comissão Europeia publicou em 2009 a sua comunicação sobre o futuro quadro normativo da concorrência aplicável ao sector automóvel, na qual especifica a estratégia legal a implementar relativamente à distribuição e assistência aos veículos a motor depois de expirado o Regulamento (CE) N.º 1400/2002. Como tal, o problema advém agora de uma reacção adequada da parte dos organismos de protecção da concorrência em relação ao acesso a informações técnicas, peças sobresselentes e estações de serviço autorizadas, assim como à utilização abusiva das garantias. Pergunto, por isso, se a Comissão tem a certeza de que a solução que aplicou irá garantir uma protecção abrangente da concorrência neste sector?

**Róza Gräfin Von Thun Und Hohenstein (PPE)**, *por escrito.* – (PL) O Regulamento relativo à isenção por categoria dos veículos automóveis é um documento extremamente importante para a União Europeia, porque afecta directamente 3,5 milhões de trabalhadores do sector automóvel europeu, tanto nos mercados primários como secundários. Este regulamento introduziu condições de operação vantajosas, que reforçaram a concorrência no mercado automóvel. Proporcionou a criação de novos postos de trabalho e permitiu o

---

(2) Ver Acta.

desenvolvimento estável e eficaz do mercado, o que vai ao encontro dos interesses dos consumidores, das grandes empresas do sector automóvel e dos operadores independentes. Igualmente significativo é o facto de garantir aos consumidores europeus amplo acesso a bens e serviços do mercado automóvel. O documento tem especial relevância para as estações de serviço independentes, que necessitam de ter acesso a informações técnicas para poderem competir eficazmente com as estações de serviço autorizadas, assim como para os fabricantes independentes de peças de automóveis. Fiquei muito satisfeito quando tomei conhecimento de que a Comissão Europeia decidiu prorrogar este regulamento. Na proposta de resolução B7-0245/2010, o Parlamento Europeu exorta a Comissão a esclarecer as questões que levantei numa pergunta escrita dirigida à Comissão em 16 de Abril deste ano, designadamente o acesso a informações técnicas para os fabricantes independentes, e a explicar exactamente os conceitos "peças de qualidade equiparável", "peças originais" e "informações técnicas". Aqueles que serão abrangidos pelo MVBBER, tendo em conta o papel nada insignificante que desempenham na economia, necessitam de uma legislação clara, formulada de maneira precisa.

## **24. Comunicação da Comissão "Acção Contra o Cancro: Parceria Europeia" (debate)**

**Presidente.** Segue-se na ordem do dia o relatório do senhor relator Peterle, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, relativo à Comunicação da Comissão sobre a "Acção Contra o Cancro: Parceria Europeia" (COM(2009)0291 - 2009/2013(INI)).

**Alojz Peterle, relator.** - (SL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, com este relatório pretendemos tomar uma posição relativamente a um dos maiores problemas da União Europeia. A propagação epidémica do cancro faz dele a doença número um da União e um em cada três cidadãos europeus irá ter de a enfrentar.

Congratulo-me com o facto de, no início deste mandato, não ser necessário exortar a Comissão e o Conselho a tomarem medidas básicas no sentido de combater o cancro, uma vez que temos as conclusões claras do Conselho de Junho de 2008, assim como um projecto ambicioso, a Parceria Europeia de Acção contra o Cancro, apresentada pela Comissão em Setembro de 2009 e que constitui o tema deste relatório. É importante salientar que a acção já está levada a cabo. Com este relatório estamos a apoiar uma das metas mais ambiciosas da Comissão, que é a de reduzir o flagelo do cancro em 15% ao longo de um período de dez anos.

Congratulo-me ainda com o facto de a parceria ter sido desenvolvida de acordo com a nossa resolução estratégica para a saúde "Juntos para a saúde: uma abordagem estratégica para a UE (2008-2013)". Nessa resolução, destacámos a importância da saúde para todos, bem como do papel da saúde em todas as políticas, e demos especial destaque à prevenção do cancro.

É espantoso e preocupante o facto de os Estados-Membros investirem, em média, apenas 3% dos respectivos orçamentos para o sector da saúde na prevenção do cancro. Embora possa parecer um erro de estatística, este número significa que as políticas de saúde dos Estados-Membros não levam a prevenção muito a sério. Aquilo de que realmente precisamos é de uma mudança de paradigma no sentido de um maior grau de prevenção nas nossas abordagens a nível estratégico, técnico, organizacional e financeiro. Temos conhecimento disto e também temos conhecimento, já foi aliás provado, de que o diagnóstico precoce do cancro pode reduzir significativamente a taxa de mortalidade da doença.

A segunda palavra-chave deste relatório é a desigualdade, diversas formas de desigualdade aliás. A forma mais relevante é conhecida como "a Cortina de Ferro entre a Europa Ocidental e de Leste" no que diz respeito às grandes diferenças entre as perspectivas de sobrevivência de doentes com cancro, mas estamos igualmente conscientes das diferenças significativas entre os próprios Estados-Membros. Para além das diferenças ao nível das taxas de sucesso dos tratamentos, também encontramos diferenças significativas na frequência, ou âmbito, das acções de diagnóstico precoce do cancro, nos cuidados paliativos e na eficácia da recuperação de doentes com cancro.

Os cidadãos da União Europeia têm dificuldade em aceitar que existam tais diferenças ao nível da organização do combate ao cancro, já que alguns Estados-Membros têm programas nacionais e outros não. As diferenças existem também ao nível da obtenção de dados sobre o cancro. Embora o Tratado de Lisboa apenas permita à União Europeia tomar medidas de apoio, uma abordagem coordenada e bem organizada a este nível é extremamente importante se quisermos combater o cancro de forma eficaz. O intercâmbio de boas práticas seria difícil de conceber sem o encorajamento por parte das instituições comunitárias.

A terceira palavra-chave deste relatório é a parceria. Apenas conseguiremos aproximar-nos da meta ambiciosa da Comissão se unirmos forças, tanto vertical como horizontalmente. O pré-requisito para isso é garantir

que a luta contra o cancro se mantenha firme na agenda política das instituições europeias e nacionais. Uma relação de proximidade entre médicos e doentes não é suficiente. Cabe-nos a nós contribuir para uma parceria política forte, para uma vontade política, que crie uma maior dinâmica em toda a União Europeia.

Gostaria de aproveitar esta ocasião para salientar a questão da reabilitação de doentes com cancro. Deveríamos prestar muito mais atenção às pessoas que venceram o cancro. Não devem ser estigmatizadas nem excluídas; pelo contrário, devem ter a oportunidade de se reintegrarem totalmente na sociedade e de prosseguirem as suas carreiras profissionais. Actualmente um dos elementos fundamentais da luta contra o cancro na Europa é a proximidade com os cidadãos.

Gostaria apenas de agradecer aos relatores-sombra que colaboraram na redacção deste relatório o seu extraordinário apoio.

**John Dalli**, *Membro da Comissão*. - (EN) Senhor Presidente, congratulo-me por verificar que o Parlamento mantém o entusiasmo e o apoio em relação ao trabalho desenvolvido pela Comissão no domínio da prevenção e do controlo do cancro. Congratulo-me pelos esforços envidados na preparação deste relatório, em particular por parte do relator, o senhor deputado Peterle.

A tomada de medidas fortes a nível europeu pode ter um efeito dominó importante a nível nacional, regional e local. Isto sublinha o potencial da Parceria Europeia de Acção contra o Cancro. O sucesso desta parceria depende em larga medida da participação activa do seu grande número de parceiros diferentes. Até ao momento, os Estados-Membros, os profissionais de saúde, as instituições de combate ao cancro, as ONG, as organizações de apoio a doentes e os representantes da indústria colaboraram na preparação de propostas concretas para acções a desenvolver no final de 2013. Contudo, resta saber se esta nova forma de cooperação resultará em medidas mais sustentáveis de combate ao cancro. Espero sinceramente que assim seja.

O objectivo maior é alcançar mais metas a longo prazo e fazer melhor uso dos recursos disponíveis. Isto está dependente do empenho de todos os parceiros e de apoio financeiro adequado, naturalmente. O apoio do Parlamento relativamente aos recursos que é necessário assegurar no futuro orçamento comunitário para o sector da saúde é crucial. O relatório refere uma série de medidas que visam uma abordagem abrangente no sentido de prevenir e controlar o cancro, muitas das quais já foram tidas em consideração no desenvolvimento da parceria, com base na comunicação da Comissão.

A parceria tem cinco pilares fundamentais: a promoção e prevenção da saúde, incluindo a promoção de um Código Europeu de Luta contra o Cancro, o rastreio e o diagnóstico precoce no sentido de melhorar a implementação da Recomendação do Conselho relativa ao rastreio do cancro; o intercâmbio de melhores práticas para o tratamento de doentes com cancro; a cooperação e coordenação na investigação sobre o cancro; e a disponibilização de informações e dados comparativos sobre o cancro. Uma das tarefas principais da parceria consistirá em ajudar os Estados-Membros a aperfeiçoar o desenvolvimento e a implementação dos respectivos planos de combate ao cancro.

Concluída a parceria, o objectivo é que todos os Estados-Membros tenham conseguido integrar planos de combate ao cancro. Algumas medidas irão basear-se nos resultados do excelente trabalho que foi feito até agora. Outras necessitarão de apoio suplementar. A Comissão está disposta a prestar todo o apoio necessário. Além disso, a Comissão irá prosseguir a sua estreita colaboração com o Centro Internacional de Investigação do Cancro no que se refere ao seu contributo para a parceria. Devo igualmente mencionar o objectivo global de procurar assegurar uma melhor integração das questões da saúde em todas as nossas iniciativas políticas, objectivo esse que levarei avante conjuntamente com os respectivos colegas da Comissão. Iremos naturalmente manter o nosso enfoque na prevenção através das nossas políticas relativas aos determinantes da saúde como parte da luta contra o cancro. Tentaremos alcançar o máximo possível com os recursos limitados de que dispomos e saúdo muito sinceramente o papel do Parlamento Europeu no apoio prestado a estes esforços.

**Gilles Pargneaux**, *em nome do grupo S&D*. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário Dalli, este projecto de relatório que acabou de ser apresentado pelo senhor deputado Peterle retoma com muita determinação as linhas de orientação da Comunicação da Comissão Europeia e inspira-se igualmente na resolução do Parlamento Europeu, de 10 de Abril de 2008, relativa à luta contra o cancro na nossa União Europeia.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para apoiar os objectivos da parceria europeia concebida pela Comissão Europeia com vista a lutar mais eficazmente contra o cancro, quer seja em termos da importância da prevenção e da detecção precoce, da criação de um novo modelo de prevenção do cancro, quer seja, sobretudo, em termos da redução das desigualdades no seio dos Estados-Membros.



Partilho as preocupações e inquietações expressas na Comunicação da Comissão Europeia e no projecto de relatório. Gostaria de saudar o trabalho realizado pelo relator, o senhor deputado Peterle, na redacção deste relatório e quanto às propostas de compromisso apresentadas com o fim de incluir as várias alterações.

Enquanto relator-sombra do Grupo da Aliança dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, gostaria de salientar, nomeadamente, as seguintes questões: em primeiro lugar, o aumento das mortes anuais relacionadas com cancro provocado pela exposição a substâncias cancerígenas no local de trabalho, mas também a importância de um melhor acesso à informação sobre a medicação por parte dos pacientes de cancro; a aplicação do regulamento REACH e a actualização periódica da lista das substâncias muito preocupantes, que abrangem as substâncias cancerígenas; o apoio a iniciativas que visam impedir a importação de bens que contêm produtos químicos que provocam o cancro e intensificar o controlo para detectar esses produtos químicos no seio da União Europeia; e, finalmente, a elaboração de orientações para uma definição comum de incapacidade, incluindo pessoas que sofrem de doenças crónicas ou de cancro.

São estas as questões que gostaríamos de levantar, dando simultaneamente o nosso apoio a este projecto de relatório.

**Antonyia Parvanova**, em nome do grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar permita-me dar os parabéns ao senhor deputado Peterle pelo seu óptimo trabalho neste relatório, assegurando que a luta contra o cancro se mantém em primeiro lugar na nossa agenda de saúde pública. Não é necessário repetir os números; todos sabemos quais seriam os custos sociais e económicos da saúde pública na União se não abordássemos esta questão de forma consistente e não disponibilizássemos os recursos adequados, sobretudo para ultrapassar as disparidades entre os Estados-Membros.

Os encargos relativos ao cancro constituem uma ameaça para a sustentabilidade dos nossos sistemas públicos de saúde e a UE deveria definitivamente tomar a iniciativa de lhe dar resposta de forma adequada. Quer falemos de prevenção, diagnóstico, tratamento, pesquisa ou informação falamos, evidentemente, de parceria, mas só conseguiremos combater efectivamente os encargos com o cancro na Europa se garantirmos que todas as partes interessadas – e, em particular, os grupos de pacientes – são envolvidos a longo prazo, se garantirmos uma permuta eficiente de boas práticas entre os Estados-Membros e se garantirmos que o funcionamento de uma tal parceria é atentamente acompanhado e apoiado.

Espero que a Comissão venha a desempenhar o seu papel e assegure que a parceria irá cumprir os seus objectivos. Gostaria de salientar um ponto particular: o apelo à Comissão para utilizar o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (CEPCD) existente e incluir nas suas competências as doenças não transmissíveis. Creio que isso podia decididamente reforçar o conhecimento especializado e as recomendações.

Por fim, a questão da oportunidade e da igualdade no acesso à prevenção, ao diagnóstico e aos cuidados de saúde deveria ser encarada de perto se queremos garantir que a luta contra o cancro irá também contribuir para o objectivo, que deveríamos todos ter presente, da redução das desigualdades na saúde na Europa.

Senhor Comissário, aguardo com ansiedade a sua presença, amanhã, no Dia dos Direitos dos Pacientes, por ser extremamente importante para todos os grupos de pacientes e o seu empenho ser relevante para todos nós.

**Kartika Tamara Liotard**, em nome do grupo GUE/NGL. – (NL) Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Comissário e senhor relator. O cancro é uma doença horrível, uma doença contra a qual, em casos extremos, não se pode fazer nada. Felizmente, no entanto, *podemos* fazer alguma coisa. Estamos a viver cada vez mais tempo e, infelizmente, quanto mais tempo vivermos, maior o risco de contrairmos cancro. Quanto mais envelhecida for a população, mais casos de cancro se perspectivam. É por isso que todos os Estados-Membros têm de esforçar-se ao máximo para prosseguir uma política de saúde eficaz e socialmente empenhada, tendo como alvo a acção preventiva através de programas preventivos de rastreio e de fármacos anti-cancro de preço acessível – eis onde devemos centrar a nossa atenção.

Uma outra questão acerca da qual *podemos* fazer alguma coisa é o grande número de substâncias carcinogénicas no ambiente. Temos toxinas em todo o lado nas nossas casas: basta pensar no amianto, nos utensílios de cozinha e mesmo nas toxinas nos nossos alimentos. A UE tem de proteger os seus cidadãos dessas toxinas, quer seja ou não em detrimento dos interesses da indústria. O interesse dos cidadãos e a saúde dos cidadãos são soberanos!

**Anna Rosbach**, em nome do grupo EFD. – (DA) Senhor Presidente, o cancro é uma doença muito generalizada, a qual, graças a intensas pesquisas, estamos a começar a conhecer bastante. Sabemos agora que uma pessoa

pode ser geneticamente predisposta a contrair cancro e que está envolvida, pelo menos, uma enzima no despoletar da doença. O stress, o estilo de vida, as substâncias químicas e os vírus podem igualmente provocar cancro. Este ano, prevê-se que quase dois milhões de cidadãos europeus morram com esta doença. Por conseguinte, o cancro não se detém nas fronteiras nacionais. Estou portanto satisfeita por a Comissão ter tomado a iniciativa de elaborar um ambicioso plano de acção contra o cancro a nível europeu. Tenho duas perguntas para colocar. Qual a posição da Comissão em relação à investigação? Podem os recursos financeiros que têm sido atribuídos garantir uma pesquisa eficaz e qual o grau de prioridade que lhe tem sido concedido? A Comissão realça que a capacidade de rastreio é baixa em relação à recomendação do Conselho. Assim, a minha segunda pergunta é: como é que o objectivo ambicioso se irá converter em pacientes concretos nos nossos países? Podemos, de forma realista, duplicar a eficácia do nosso rastreio por toda a Europa?

**Claudiu Ciprian Tănăsescu (NI).** – (RO) Gostaria de começar por expressar os meus agradecimentos ao senhor deputado Peterle pelo seu empenho neste relatório.

De acordo com dados médicos, o cancro é a segunda maior causa de mortalidade na Europa, afectando de igual modo homens e mulheres. O envolvimento da Comissão Europeia na parceria criada para promover a acção contra o cancro oferece uma nova oportunidade de vida aos afectados por esta terrível doença e às suas famílias. É vital para nós continuar a juntar todos os esforços para estabelecer uma cooperação permanente em termos, quer de um maior conhecimento especializado, quer da concepção de soluções para novos desafios que surjam em tais casos.

A Parceria Europeia de Acção contra o Cancro tem, portanto, de garantir uma utilização adequada dos recursos e competências, para já não referir os fundos disponíveis para todos os Estados-Membros. Tem de garantir que os resultados do progresso realizado na luta contra o cancro nos diversos países da União Europeia são disponibilizados a toda a Europa.

**Edite Estrela (S&D).** - Senhor Presidente, Senhor Comissário, a luta contra o cancro deve ser uma prioridade. Cerca de 30% dos cancros podem ser evitados e as suas consequências atenuadas através da detecção e do tratamento precoces. Alguns cancros afectam diferentemente mulheres e homens. Todos os anos na União Europeia há mais 275 mil mulheres com cancro da mama e verifica-se um aumento mesmo nas mulheres mais jovens. O cancro do colo do útero é anualmente diagnosticado a 50 mil mulheres europeias e 25 mil morrem devido a esta doença.

No entanto, o cancro do colo do útero pode ser praticamente eliminado com a generalização dos programas de vacinação e rastreio. É por isso urgente que todos os Estados-Membros alarguem os programas de vacinação e rastreio a todas as mulheres em idade de deles beneficiarem. E é também necessário que promovam campanhas de educação para a saúde, sensibilizem a população para a importância do diagnóstico precoce e informem as pessoas dos programas e serviços disponíveis. Saúde, portanto, esta iniciativa da Comissão.

**Elena Oana Antonescu (PPE).** – (RO) Também eu gostaria de agradecer ao relator pelo brilhante trabalho que realizou. De acordo com a Comunicação da Comissão ao Parlamento, o número de testes de rastreio ao cancro realizados na União Europeia é menos de metade do número mínimo anual dos exames que poderiam ter sido realizados. Penso que temos de garantir que o rastreio do cancro seja acessível ao maior número de pessoas possível, de forma a tornar viável alcançar o objectivo quantitativo definido.

A pesquisa neste campo tem feito progressos, em termos da redução dos custos dos testes e do aumento do grau de precisão do rastreio do cancro, através da utilização de biomarcadores. Uma invenção recente, galardoada com um prémio no Salão Internacional de Invenções de Genebra, torna possível detectar certos tipos de cancro em menos de seis minutos, a um custo inferior a um euro. Trata-se de um sensor criado pela investigadora romena Raluca-Ioana van Stade, que pode detectar certos tipos de cancro antes de surgirem os sintomas, proporcionando o método mais preciso disponível no mercado, facilitando desse modo uma taxa de sucesso do tratamento mais elevada.

Espero que a Comissão, através do Centro Comum de Investigação, demonstre interesse nesta invenção, e que a mesma seja elegível para que seja recomendada a sua inclusão em programas de diagnóstico.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (RO) A parceria estabelecida pela Comissão Europeia no ano passado constitui um instrumento verdadeiramente importante, dado que o cancro é a causa de morte mais comum, a seguir às doenças cardiovasculares. Infelizmente, existem grandes discrepâncias entre os Estados-Membros em termos de cuidados médicos e de acesso ao tratamento. Algumas estatísticas recentes sublinham que uma pessoa a viver nos países do Sudeste da Europa tem duas vezes mais probabilidade de morrer de cancro do que uma pessoa nos países nórdicos, por exemplo.

Penso que é necessária uma intervenção a nível europeu, para benefício dos cidadãos europeus, com vista a impedir as grandes diferenças existentes, em termos de diagnóstico e tratamento, entre os Estados-Membros da União Europeia. A Comissão Europeia tem de atribuir fundos para pesquisa nesta área. Sucessos como a invenção da romena Raluca-Ioana van Stade, que consiste num sensor que pode detectar a presença de cancro no corpo humano a nível molecular, directamente através do sangue da pessoa, usando um procedimento simples que dura menos de seis minutos, têm de ser apoiados e completamente aproveitados.

**Olga Sehnalová (S&D).** – (CS) Como muitos dos anteriores oradores já disseram, uma luta eficaz contra o cancro tem de incluir uma gama completa de medidas, desde a prevenção ao rastreio, incluindo diagnósticos, tratamentos específicos e cuidados paliativos. Gostaria, no entanto, de mencionar um outro aspecto muito importante desta doença: as famílias dos pacientes que perderam a luta contra o cancro. A família deveria ser um local de alívio, apoio e encorajamento para os seus membros. No entanto, é extremamente difícil confrontar-se com uma doença progressiva, e as famílias não podem ser abandonadas neste dilema. Assim, quando falamos da batalha contra o cancro, temos também de pensar nas condições para um fim digno, o que deveria assumir a forma quer de cuidados sistemáticos, quer de aconselhamento às famílias que enfrentam, em casa, os árduos cuidados de longa duração, quer ainda de um sistema de recursos especializados acessíveis que proporcione ao paciente cuidados especializados, e sobretudo humanos, nas etapas finais da sua doença.

**Pat the Cope Gallagher (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, estima-se que, todos os anos, se diagnostique cancro a 3,2 milhões de cidadãos europeus e, à medida que a população europeia envelhece, as tendências actuais indicam que esse número provavelmente irá duplicar – infelizmente – durante os próximos 20 anos.

Temos, naturalmente, que nos dedicar ao flagelo do cancro. O cancro é provocado por muitos factores. Em resumo, penso que fumar, ser obeso, ingerir poucos vegetais e frutos, ser inactivo fisicamente e consumir álcool em excesso são factores que contribuem para o cancro. É essencial reforçar as estratégias de promoção da saúde a nível europeu e, sem dúvida, a nível nacional, e atribuir-lhes recursos adequados. A detecção precoce é crucial e temos visto como uma detecção precoce é tão importante para muitas pessoas, que continuam vivas e não o estariam se a detecção não tivesse sido precoce.

Através da pesquisa do cancro, a União Europeia pode desempenhar um papel de liderança: significativamente, foram dedicados mais de 750 milhões de euros ao abrigo do sétimo programa-quadro e espero que se possa disponibilizar mais financiamento ao longo dos próximos anos. Concluindo, quero prestar homenagem a todos os que proporcionam tão excepcionais cuidados a pacientes de cancro, particularmente aos do meu próprio país.

**Angelika Werthmann (NI).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a saúde é um bem precioso que importa preservar. O cancro é um problema global que ainda persiste, apesar dos progressos da medicina. De acordo com estimativas da Organização Mundial de Saúde, em 2004, 13% do total de mortes foram provocadas por cancro. Na UE, cerca de 3,2 milhões de pessoas contraem cancro todos os anos. Os principais tipos de cancro são o cancro dos pulmões, colorrectal e da mama. O rastreio, particularmente quando envelhecemos, constitui também parte importante da manutenção da saúde. O princípio de que a prevenção é melhor do que a cura provou ser verdadeiro neste caso. A estratégia de custos mais eficaz, com melhores perspectivas de sucesso, é o rastreio.

**Seán Kelly (PPE).** – (GA) Senhor Presidente, o cancro é sem dúvida uma doença terrível e, como dizem no meu país, está a matar o país; tanto jovens como idosos morrem todos os dias desta doença. As estatísticas que mostram que uma em cada três pessoas pode contrair cancro aterrorizam toda a gente. Ao mesmo tempo, professores, enfermeiros e médicos que lidam com esta doença têm feito grandes progressos. No entanto, no futuro, será essencial gastar mais dinheiro, particularmente em pesquisa.

A União Europeia possui um papel importante a desempenhar nesta matéria: em primeiro lugar, fornecendo dinheiro para a pesquisa, em segundo lugar, organizando essa pesquisa, e, em particular, encorajando a cooperação entre os institutos que realizam essa pesquisa. Se assim fizermos, continuaremos a fazer progressos e menos pessoas irão contrair cancro e morrer em consequência desta doença.

**Krisztina Morvai (NI).** – (HU) Por favor, perdoem-me pela referência invulgarmente pessoal, mas durante o nosso debate do programa contra o cancro, em que muitos realçaram o quão terrível é de facto essa doença e o grande número de pessoas que morrem dela, não pude deixar de me lembrar que há quatro anos também eu sofri dessa doença, e precisamente nesta altura do ano penso que consegui estabelecer uma espécie de recorde, segundo o departamento de oncologia. Da cabeça aos pés, tinha 14 tubos pendurados e passei semanas nos cuidados intensivos; contudo, estou aqui agora, sou um membro do Parlamento Europeu, estou a criar os meus três filhos e posso viver a vida na sua plenitude. Gostaria de utilizar a minha história para

encorajar as mulheres, em particular, bem como todos os cidadãos europeus, a fazerem rastreios. Com base na minha experiência, gostaria de enviar uma mensagem a todos os que estão a sofrer desta doença, aos seus amigos e familiares e aos seus médicos para que nunca percam a esperança. Desejo-lhes tudo de melhor, e os meus pensamentos estão com eles.

**John Dalli**, *Membro da Comissão* – (MT) Senhor Presidente, estou muito satisfeito com o entusiasmo exibido no Parlamento no sentido de nos unirmos nesta luta concertada contra o cancro. Gostaria de agradecer ao senhor deputado Peterle pelo relatório que elaborou e gostaria igualmente de agradecer à senhora deputada que acabou de se pronunciar, por ter partilhado connosco a questão da esperança e os aspectos positivos; nem tudo está perdido quando se contrai esta doença. Foram levantadas muitas questões; muitas das ideias expressas no Parlamento foram tidas em consideração na Comunicação da Comissão e asseguro-vos que as sugestões que apresentaram hoje, e as que referem no relatório, serão escrupulosamente tidas em consideração no nosso programa de actividades.

Em relação à questão ambiental, posso afirmar que o ambiente é um factor verdadeiramente importante – de facto, um factor determinante – na luta contra o cancro. No entanto, é necessário que se diga que os elevados padrões de que beneficiamos na Europa são uma grande ajuda na diminuição da incidência desta doença. Portanto, deveríamos esforçar-nos mais para garantir a manutenção desses elevados padrões ambientais. Temos igualmente de continuar a insistir na importância da pesquisa. Agora que a indústria farmacêutica faz parte das minhas atribuições e das minhas responsabilidades enquanto Comissário, existe uma oportunidade muito maior de trabalhar com a indústria e de, possivelmente coordenar a pesquisa de forma mais adequada, garantindo assim a sua eficácia.

Um dos pilares em que gostaria de alicerçar o meu trabalho nos próximos cinco anos é na maior acessibilidade possível aos medicamentos disponíveis no mercado; um dos maiores problemas que temos na Europa – que também já foi hoje aqui referido – é a desigualdade no sector da saúde. Trata-se de algo que temos, muito particularmente, de garantir: a acessibilidade aos medicamentos que chegam ao mercado. Gostaria de lhes agradecer mais uma vez. Para concluir, deixem-me reiterar que todos temos de trabalhar o mais arduamente possível com vista a persuadir as pessoas da importância da prevenção, por exemplo da importância do rastreio do cancro da mama que foi hoje referida repetidamente. É importante que, uma vez que esses recursos existem em muitas, senão em todas, as partes da Europa, encorajemos vivamente todas as mulheres a submeterem-se a este procedimento.

**Alojz Peterle**, *relator*. – (SL) Devo dizer que gostei realmente do debate desta noite, e agradeço-lhes sinceramente pelo vosso apoio e pelas palavras atenciosas. Estou satisfeito por termos, em tão grande medida, as mesmas ideias e por partilharmos os mesmos objectivos. Partilhamos o conhecimento do contexto mais amplo e das causas desta doença, tal como partilhamos o conhecimento da necessidade de uma luta unificada contra o cancro, em parceria uns com os outros.

Devido à limitação de tempo, não tive oportunidade anteriormente de dizer algumas palavras acerca de um estilo de vida saudável. Acredito firmemente que nós, políticos, podíamos desempenhar neste aspecto um papel mais relevante, liderando pelo exemplo, e que temos de promover um estilo de vida saudável. Como a mim próprio me foi diagnosticado um estado semelhante ao da senhora deputada Morvai, gostaria de a felicitar ainda mais calorosamente pela sua vitória. Creio que assim estamos a mostrar que o cancro não tem de ser necessariamente sinónimo de uma sentença de morte.

Gostaria de agradecer, em particular, ao Senhor Comissário Dalli pelo seu interesse e por anunciar uma acção mais rápida, porque o cancro tem a sua própria dinâmica e portanto nós temos também de agir de forma dinâmica. Ofereço, igualmente, os meus serviços ao Comissário para uma estreita colaboração no futuro. Penso que a nossa cooperação até agora tem sido excelente e que, em conjunto, podemos alcançar muito mais.

Gostaria também de dizer que iremos em breve reconstituir o grupo de deputados para a luta contra o cancro que ficou conhecido, durante a anterior legislatura, sob o acrónimo MAC (*Eurodeputados contra o Cancro*). Penso que chegou o momento, talvez com um grupo ainda mais forte, de darmos particular relevo à prevenção e ao dinamismo da nossa luta. Obrigado e desejo a todos uma boa noite.

**Presidente**. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

**Declarações escritas (artigo 149.º do Regimento)**

**Cristian Silviu Buşoi (ALDE)**, *por escrito*. – (EN) Não posso senão saudar a proposta da Comissão relativa a uma parceria de acção contra o cancro, uma doença que constitui uma grave preocupação de saúde pública na UE. Apoio inteiramente a abordagem adoptada pelo relator, que dá especial destaque à acção preventiva. Nesta perspectiva, estou firmemente convencido de que devemos saudar sinceramente a introdução de planos nacionais abrangentes destinados a combater o cancro. Sou igualmente a favor da cooperação sobre este tópico no domínio da investigação. Necessitamos de identificar claramente as principais causas que estão na origem desta doença, de modo a podermos identificar também os principais elementos em que devemos concentrar os nossos esforços de prevenção. Isto é absolutamente necessário para uma acção preventiva eficaz. Creio, também, que seria razoável basearmos as nossas acções futuras em iniciativas existentes, tais como o Código Europeu de Luta contra o Cancro ou as recomendações do Conselhos sobre a despistagem do cancro da mama, cervical e do cólon, que já constituem um bom ponto de partida para a acção. É evidente que não é possível haver prevenção sem um nível adequado de recursos financeiros. Por conseguinte, apelo aos Estados-Membros para que afectem os fundos necessários aos planos de prevenção, de modo que a meta de 15% de redução do número de novos casos continue a ser uma meta realista.

**Nessa Childers (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Congratulo-me sinceramente com esta iniciativa e com as possibilidades que oferece aos muitos milhões de europeus que se prevê venham a ser afectados pelo cancro nos próximos anos. Uma das metas mais significativas previstas no relatório é a que visa reduzir a incidência do cancro introduzindo, até 2015, uma cobertura de 100% em termos de rastreios do cancro da mama, do colo do útero e colorrectal, assegurando 125 milhões de exames por ano aos cidadãos da UE. É necessário também que nós, como deputados do Parlamento Europeu, assumamos a responsabilidade de utilizarmos o nosso acesso aos meios de comunicação social e aos nossos eleitores para implorarmos aos europeus que aproveitem estes controlos essenciais. Continua a haver uma falta de conhecimento alarmante sobre os riscos do cancro e sobre as oportunidades de rastreio, e só através de uma educação permanente sobre estes assuntos é que esta iniciativa alcançará o êxito de que os cidadãos europeus e a própria iniciativa tanto necessitam.

**Elisabetta Gardini (PPE)**, *por escrito*. – (IT) O esforço é global. No entanto, apesar de melhoramentos constantes em termos de conhecimentos e dos progressos alcançados ao nível do tratamento, a luta contra o cancro continua a representar, ainda hoje, um desafio. Trata-se de um desafio a que temos de continuar a fazer face mobilizando os nossos melhores recursos, porque os efeitos desta doença são devastadores em termos de mortalidade, tal como o são também os efeitos psicológicos, sociais e económicos a ela associados.

É nítido que a abordagem tem de ser global, não só no que respeita à investigação e ao tratamento, mas também no que respeita à prevenção. Temos de atingir uma massa crítica, criando as condições necessárias para garantir que o resultado conseguido com uma pessoa se torne um legado para todos nós. É por isso que é tão importante criar uma parceria europeia de acção contra o cancro, que facilite a troca de informação e a coordenação entre os vários Estados. O trabalho realizado no âmbito de redes deve envolver não só a investigação e a saúde, mas também a educação, o regime alimentar, a comunicação e o ambiente. Deve visar a participação e o contributo da sociedade civil e incluir acções destinadas a levar as pessoas a aderir a hábitos e estilos de vida saudáveis. Só podemos considerar realista a meta ambiciosa da Comissão de reduzir a incidência de doenças neoplásicas em 15% até 2020 se esta metodologia for aplicada e impulsionada por financiamentos adequados.

**Anneli Jäätteenmäki (ALDE)**, *por escrito*. – (FI) O relatório sobre a comunicação da Comissão intitulada "Acção Contra o Cancro: Parceria Europeia" é muito importante e actual. Hoje em dia, o cancro é a segunda principal causa de morte e de doença na Europa. É muito importante que haja mais cooperação e recursos para estudar o cancro e os tratamentos preventivos. Os Estados-Membros necessitam de retirar do mercado as substâncias químicas carcinogénicas e de as substituir por substâncias inofensivas. A despistagem preventiva é necessária e eficaz, e há que reservar montantes adequados para esse efeito. As campanhas de informação também devem visar os estabelecimentos educacionais. A luta contra o cancro necessita de objectivos claros, que a Comissão e os Estados-Membros devem procurar alcançar em conjunto. É necessário que a Comissão e os Estados-Membros tenham a coragem de se comprometer a investir no futuro, a investigar o cancro e formas de o prevenir, porque a longo prazo isso permitirá poupar dinheiro e vidas humanas.

**Siiri Oviir (ALDE)**, *por escrito*. – (ET) O cancro é uma doença que sai muito cara à sociedade, uma doença cujo diagnóstico e tratamento se estão a tornar consideravelmente mais dispendiosos, e que causa frequentemente incapacidades de longa duração, invalidez e morte prematura. Apesar dos numerosos avanços da medicina, o alastramento do cancro no mundo de hoje está mesmo assim a assumir proporções epidémicas. O cancro será diagnosticado a um em três europeus durante a sua vida, e um em quatro europeus morrerá em consequência desta doença. Os Estados-Membros e, em particular, as suas estratégias nacionais de prevenção do cancro, têm um papel importante a desempenhar em termos de travar o alastramento da

doença. Uma vez que, na luta contra o cancro, apenas será possível alcançar os resultados previstos na estratégia através de acções sistemáticas a longo prazo, apelo a todos os Estados-Membros para que, na actual crise económica, não reduzam os recursos financeiros afectados à luta contra o cancro e destinados a fazer face às necessidades da prevenção primária e secundária. A parcimónia hoje poderá conduzir a toda a espécie de despesas amanhã. Os métodos preventivos desempenham um papel importante na luta contra o cancro, já que um terço dos casos de cancro pode ser evitado com a ajuda de acções preventivas. Um outro aspecto importante no contexto da acção preventiva é, a meu ver, a sensibilização no domínio de formas de cancro que afectam um sexo específico; temos de elevar os níveis de prevenção, bem como promover o estudo do despiste desta doença. Para terminar a minha intervenção, gostaria de saudar as propostas da Comissão de relançar a iniciativa da parceria europeia com vista a adoptar medidas de luta contra o cancro no período de 2009-2013, a fim de apoiar a acção dos Estados-Membros neste domínio. Só através de um esforço colectivo conseguiremos alcançar o êxito na luta contra um inimigo como o cancro.

## **25. Mobilizar as tecnologias da informação para facilitar a transição para uma economia assente na eficiência energética e num baixo nível de emissões de carbono (debate)**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0120/2010) da senhora deputada Toia, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre a mobilização das tecnologias da informação e das comunicações para facilitar a transição para uma economia assente na eficiência energética e num baixo nível de emissões de carbono (COM(2009)0111 - 2009/2228(INI)).

**Patrizia Toia, relatora.** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório que estamos a debater esta noite e que iremos votar amanhã faz parte de um amplo esforço para implementar o pacote 20/20/20 que, a meu ver, continua a ser uma das coisas mais progressistas e significativas a ser produzida pela última legislatura do Parlamento Europeu. Se me perguntassem o que eu salvaria dos últimos cinco anos, colocaria decididamente o pacote 20/20/20 no cimo da lista.

Penso que é importante acrescentar que este relatório envolveu trabalho muito intenso, por parte quer da Comissão Europeia - o relatório foi precedido de uma comunicação e uma recomendação - quer da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, bem como de outras pessoas. O seu contributo enriqueceu o relatório inicial e o nosso trabalho com muitas sugestões, aditamentos e alterações.

Penso que continua a haver uma pequena divergência de opinião no Parlamento no que se refere a um ponto, e espero que seja possível superá-la com a votação de amanhã. Trata-se do carácter mais ou menos vinculativo que desejamos conferir ao conteúdo deste relatório, que, aliás, foi elaborado num contexto de grande entendimento e de grande unanimidade.

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) representam um importante sector, sobretudo pelo facto de terem um peso considerável na economia europeia: empregam 7% da população activa - da população activa europeia - e são responsáveis por 6% do PIB, ou seja, uma parcela significativa da economia europeia e também da população activa produtiva da Europa.

As TIC também são muito importantes não só, precisamente, por aquilo que representam, mas também pelo contributo que podem dar e pelo papel essencial e significativo que podem desempenhar em termos de promover esta transição da nossa economia para uma situação em que a economia, sem deixar de se desenvolver, produza menos emissões e tenha um menor conteúdo de carbono, tornando-se, portanto, menos poluente para o nosso futuro e o das gerações vindouras. Em suma, podem representar - não através de palavras mas de acções concretas - mudanças susceptíveis de conduzir a maneiras de produzir, de viver, de viajar e de consumir na nossa sociedade, e àquela revolução industrial que, para muitas pessoas, irá caracterizar o futuro da vida social e económica, não só no nosso continente mas no mundo inteiro.

Como podem as TIC dar esse importante contributo para a transformação da nossa economia? Em primeiro lugar, modificando o seu próprio sector: o relatório pretende demonstrar como é que este sector pode, em primeiro lugar, examinar-se para identificar formas de produzir instrumentos de comunicação, microelectrónica e de outra natureza que consumam menos energia e que sejam intrinsecamente mais eficientes.

Em seguida, as TIC podem dar um enorme contributo nos principais sectores, o da habitação e o dos transportes. Estes dois sectores - e estou a citar dados da Comissão - são sectores em que uma maior eficiência, em conformidade com as normas europeias e as metas estabelecidas no pacote 20/20/20, pode conduzir a

uma redução muito substancial das emissões - já que, hoje em dia, o sector dos transportes consome 26% da energia na Europa, enquanto 40% é consumida pelo sector habitacional em aquecimento e refrigeração, consoante a estação - e atingir níveis muito elevados de eficiência.

Isto sem dizer que o campo de aplicação, no caso dos principais sectores, afecta a nossa vida em áreas muito significativas. Estou a pensar em todo o sector bancário, nas relações dentro da administração pública, em todo o sector da administração em linha e em todos os serviços - em suma, sectores que, com a aplicação destas tecnologias, conseguirão não só reduzir as suas emissões de carbono, mas também poupar tempo, com a consequente melhoria da qualidade de vida dos Europeus e da qualidade da vida social.

Trata-se, portanto, de uma questão muito significativa. No entanto, creio que este relatório será tanto mais significativo se o Parlamento, amanhã, aprovar o seu carácter vinculativo. Gostaria de referir apenas dois exemplos, se mo permite, Senhor Presidente: os contadores e as redes inteligentes e as cidades inteligentes. Ainda ontem 700 presidentes de câmara europeus concluíram um novo acordo nesta Assembleia, na presença do nosso Presidente e do Comissário europeu, destinado precisamente a melhorar a eficiência das cidades, que são onde habitam mais de 70% dos cidadãos europeus e que, como tal, podem dar um grande contributo em termos de melhorar a eficiência e o desenvolvimento económico e social.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Gostaria de saudar as conclusões da reunião do Conselho Europeu realizado em 25 e 26 de Março de 2010, que estabelecem pela primeira vez, como objectivo da União Europeia, um aumento da eficiência energética de 20%. É possível melhorar a eficiência energética no sector dos edifícios, utilizando as tecnologias da informação e da comunicação e sistemas de contadores eficientes e, no sector dos transportes, introduzindo sistemas de transportes inteligentes a nível europeu. Com efeito, os sistemas baseados em TIC permitem obter reduções do consumo de energia nos edifícios até 17% e das emissões do sector dos transportes até 27%.

Penso que, para conseguir uma redução de 20% do consumo de energia até 2020, as redes de electricidade devem tornar-se inteligentes, oferecendo um fluxo de energia flexível, sendo controladas por TIC e baseando-se na utilização de TIC. A UE tem de assumir como prioridade o impulsionamento da economia europeia através de investimentos no desenvolvimento de serviços em linha, em novas tecnologias e, em particular, através do desenvolvimento das comunicações de banda larga em todos os Estados-Membros.

**John Dalli, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, a Comissão congratula-se sinceramente com o vosso interesse, o vosso apoio e as vossas recomendações valiosas sobre a mobilização das TIC com vista a facilitar a transição para uma economia assente na eficiência energética e num baixo nível de emissões de carbono, e leu atentamente o relatório Toia.

É importante reconhecer o papel significativo que o sector das TIC pode desempenhar em termos de viabilizar a redução das emissões de gases com efeito de estufa, e temos de garantir que esse potencial seja reconhecido e se transforme numa realidade.

A Comissão tenciona atribuir prioridade a esta questão no âmbito da Agenda Digital para a Europa, que será em breve adoptada pela Comissão Europeia.

Tal como a senhora deputada diz no relatório, as TIC podem ajudar a melhorar significativamente a eficiência energética noutras áreas, especialmente nas dos edifícios e dos transportes. Concordamos igualmente convosco em que as redes inteligentes e a instalação de contadores inteligentes pelos Estados-Membros são fundamentais para se realizar esse potencial. Há que impulsionar a instalação desses contadores nos Estados-Membros, de modo a incentivar mais consumidores a explorarem a geração de energias renováveis e as tecnologias assentes na eficiência energética.

É também essencial definir-se um quadro comum de medição das emissões do próprio sector das TIC. Um quadro de medição rigoroso, definido com base num amplo acordo e adoptado pelo sector, é indispensável para se quantificarem os benefícios reais das tecnologias da informação e da comunicação. Há que ter isto em conta ao considerar-se o impacto benéfico das TIC utilizadas.

Desde a adopção da recomendação sobre este assunto em Outubro de 2009, a Comissão empreendeu uma série de acções em conjunto com as partes interessadas a fim de promover a Agenda. Gostaria de mencionar algumas dessas acções que vão ao encontro das preocupações levantadas no vosso relatório.

Em Fevereiro de 2010, foi lançado um fórum consagrado às TIC e à eficiência energética (*ICT for Energy Efficiency Forum*). O fórum reúne algumas das principais associações de indústrias de alta tecnologia europeias,

japonesas e americanas. Estas irão estabelecer metas com base num quadro comum de medição da pegada energética e de carbono do próprio sector das TIC, que deverá ser estabelecido até ao final de 2010.

O fórum está também a examinar o contributo que o sector das TIC pode dar no sentido de melhorar a eficiência de outros sectores, nomeadamente os dos edifícios e dos transportes. As principais cidades europeias assinaram a *Green Digital Charter* e comprometeram-se a reduzir as pegadas de carbono das suas TIC em 30% até 2020, e a lançar cinco projectos-piloto em grande escala no domínio das TIC, por cidade, até 2015. O número total de cidades que já aderiram à *Green Digital Charter* aumentou de 14 para 21.

As questões relacionadas com o mercado retalhista da energia estão a tornar-se cada vez mais importantes, à medida que os mercados se vão aproximando mais dos consumidores, da introdução de novas tecnologias e sistemas sob a forma de contadores inteligentes e redes inteligentes. O trabalho no âmbito da *task force* da Comissão sobre redes inteligentes está também a avançar. O seu objectivo é aconselhar a Comissão sobre políticas e sobre um quadro regulamentar, bem como coordenar os primeiros passos em direcção à implementação das redes inteligentes em conformidade com as disposições do terceiro pacote energético. Está previsto um conjunto de recomendações para o final de 2011.

Para concluir, gostaria de salientar que a Comissão está muito empenhada em contribuir para a consecução das metas 20/20/20 até 2020, que foram estabelecidas pelos Chefes de Estado e de Governo, e as TIC têm um papel importante a desempenhar neste contexto. Agradecemos o contributo valioso que representa o vosso relatório e aguardamos com expectativa a oportunidade de cooperar convosco no sentido de assegurar que seja adoptada uma boa política susceptível de permitir a realização das referidas metas.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

## **26. Protecção dos interesses financeiros da Comunidade - Luta contra a fraude - Relatório anual 2008 (debate)**

**Presidente.** – O último ponto é o relatório (A7-0100/2010) do deputado Cozzolino, em nome da Comissão do Controlo Orçamental, sobre a protecção dos interesses financeiros das Comunidades e a luta contra a fraude – Relatório anual 2008 (2009/2167(INI)).

**Andrea Cozzolino, relator.** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, numa altura em que o Tratado de Lisboa está a atribuir à Europa um papel mais incisivo na vida de milhões de europeus, o desafio da transparência e da legalidade é crucial. Por conseguinte, o relatório que estamos a apresentar é fruto de um esforço altamente coordenado. O trabalho cingiu-se, em primeiro lugar, ao cenário traçado pelo Tribunal de Contas, segundo o qual o impacto financeiro das irregularidades baixou de mais de mil milhões de euros em 2007 para 783 milhões de euros em 2008.

Esta diminuição diz respeito a todas as áreas de despesas excepto as despesas directas e os fundos de pré-adesão. Subsistem igualmente áreas que constituem motivo de grave preocupação relacionadas com os Fundos Estruturais. No entanto, os montantes e valores absolutos só por si não nos dizem onde se escondem os problemas urgentes nem onde a situação está sob controlo. As análises e reuniões que realizámos nos últimos meses levaram-nos a dar prioridade a duas necessidades. Em primeiro lugar, a necessidade urgente de tornar os Estados-Membros mais responsáveis pela identificação de fraudes e irregularidades e por partilharem a informação necessária para combater a fraude, esbanjamentos e distorções ao nível das despesas e da cobrança de impostos.

Em segundo lugar, a importância de apresentar propostas e hipóteses de trabalho destinadas a facilitar a aplicação de medidas nos Estados-Membros, com procedimentos administrativos e estratégias de gestão que dêem prioridade à qualidade dos projectos e ao seu impacto nas condições de vida e de trabalho dos cidadãos europeus.

Para realizar estes objectivos, propomos que o Parlamento insista em certas prioridades: em primeiro lugar, propomos que o OLAF prepare 27 perfis, analisando com o devido cuidado e atenção as estratégias aplicadas por cada Estado-Membro na luta contra a fraude e as irregularidades na utilização de recursos europeus, com um mapa rigoroso das autoridades responsáveis pela execução de controlos em cada país e dados sobre a quantidade e a qualidade dos controlos efectuados e sobre os seus efeitos.



Em segundo lugar, reduzir o número de irregularidades e melhorar substancialmente os regulamentos. Vamos empreender um programa de simplificação legislativa e regulamentar, que visa especialmente os Fundos Estruturais. Além disso, a luta contra a corrupção, a criminalidade financeira e violações das normas dos contratos públicos tem de ser intensificada. No relatório deste ano fizemos progressos quanto a este aspecto, com o apoio de toda a comissão. Graças a um esforço concertado intenso, foram elaboradas propostas sobre os principais problemas neste domínio. Desde a relação entre a UE e os paraísos fiscais, até às bases de dados sobre beneficiários dos fundos europeus, o relatório contribui em termos práticos para o aumento da transparência das despesas e para o reforço da estratégia de luta contra a fraude e a corrupção.

Por último, no que respeita ao OLAF, é extremamente importante garantir a sua total independência operacional, a plena cooperação dos Estados-Membros e uma estratégia adequada de recursos humanos, uma coisa de que aquele organismo decididamente necessita. Temos de manter o debate bem vivo na Europa, de modo a consolidar o papel de um único Procurador Europeu.

Para concluir, creio que é de importância vital lutarmos juntos em prol de uma gestão transparente e eficiente dos recursos europeus. Neste aspecto, temos de assegurar que os problemas que efectivamente existem não sejam explorados de maneira nenhuma para pôr em causa instrumentos de importância fundamental para o projecto europeu, tais como a política de coesão e a ajuda ao desenvolvimento. Devemos, sim, examinar claramente os problemas, as distorções que continuam a existir nas várias áreas de despesas europeias e utilizar esses dados para darmos passos decisivos em frente, tornando desse modo a gestão das nossas finanças mais eficiente e transparente.

Creio que, fazendo este esforço, as várias instituições europeias farão progressos reais no sentido da construção de uma Europa mais forte, mais integrada e capaz de satisfazer melhor as necessidades dos Europeus.

**Elena Băsescu (PPE).** – (RO) Penso que o acesso aos fundos europeus deve ser equitativo e transparente. Um método viável que talvez ajude a erradicar a corrupção nos contratos públicos consiste em introduzir um sistema transparente, sob a forma de um processo de concurso em linha.

Segundo o relatório da Comissão, o impacto financeiro menor das irregularidades em 2008 mostra que algumas das medidas legislativas e institucionais destinadas a desincentivar a fraude foram aplicadas com êxito pelos Estados-Membros. Continua a ser necessário um maior controlo financeiro, bem como legislação eficaz para combater a fraude fiscal, especialmente no que respeita ao IVA.

A protecção dos interesses financeiros da União Europeia é uma prioridade também para o Governo romeno. Foi neste contexto que foi criado o Departamento de Luta contra a Fraude, que proporciona um ponto de contacto único com o OLAF, na Roménia, para assuntos relacionados com os fundos europeus.

**Monica Luisa Macovei (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, na qualidade de relatora-sombra do Grupo PPE, gostaria de começar por expressar a minha gratidão ao relator e aos outros colegas dos grupos políticos pela sua excelente cooperação. Dedicámos especial atenção à questão de aumentar a transparência e melhorar as normas relativas aos contratos públicos, já que esta é a área mais vulnerável à fraude e à corrupção, que provocam distorções no mercado e fazem aumentar os preços pagos pelos consumidores.

Além disso, com base nos mesmos critérios, devia publicar-se num sítio Web os nomes dos beneficiários dos fundos da UE em todos os Estados-Membros. Pedi igualmente o reconhecimento mútuo das medidas de inibição de direitos, tais como a exclusão de autores do crime de fraude do exercício do cargo de director executivo. É necessário apoiar as actividades do OLAF; pedimos estatísticas e explicações nos casos em que as autoridades nacionais não instauram processos judiciais no seguimento de relatórios do OLAF, que é o que acontece em 73% dos casos iniciados pelo OLAF.

O relatório também propõe que as empresas que operam através de paraísos fiscais *offshore* sejam proibidas de celebrar contratos com empresas estabelecidas na União, se a sua localização *offshore* tiver atrasado unilateralmente a adopção de acordos de cooperação com a União.

Gostaria de terminar dizendo que a União tem de tratar a fraude e a corrupção como fenómenos que estão interligados e de lhe atribuir um carácter de prioridade.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, julgo que não é exagero dizer que a actual crise económica foi causada por uma crise inicialmente moderada, uma crise moderada em que a ganância prevaleceu sobre a generosidade, a corrupção triunfou sobre a integridade e o interesse pessoal sobre a solidariedade; e enquanto não conseguirmos que a generosidade, a integridade e a solidariedade estejam no cerne dos assuntos

empresariais e governamentais, não conseguiremos superar os problemas com que nos debatemos neste momento.

Concordo inteiramente com todos os esforços que se façam para combater a fraude. Vi programas na Irlanda sobre pessoas que estão a receber subsídios da segurança social na República da Irlanda, na Irlanda do Norte e em Inglaterra todas as semanas, pessoas que fazem voos de ida e volta ao aeroporto de Cork para receber o subsídio da segurança social. A situação mais grave foi a dos bancos - o Allied Irish Bank e o Irish Nationwide - a jogar pingue-pongue com as suas práticas contabilísticas para esconderem a sua verdadeira situação.

Isto criou problemas terríveis para nós na Irlanda, e há que fazer tudo o que for possível para travar a fraude. É necessário enviar uma mensagem muito clara dizendo que a fraude vai ser perseguida e combatida muito vigorosamente a nível europeu e a todos os níveis.

**John Dalli**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em nome do meu colega, Senhor Comissário Šemeta, gostaria de começar por agradecer ao relator o seu relatório construtivo e as propostas que apresentou com vista a melhorar a protecção dos interesses financeiros da União.

A Comissão aprecia o facto de o Parlamento salientar veementemente a responsabilidade conjunta das instituições da UE e dos Estados-Membros neste contexto. Gostaria apenas de fazer algumas observações.

Relativamente à comunicação de irregularidades pelos Estados-Membros, o OLAF criou um novo sistema de prestação de informação através da Internet denominado Sistema de Gestão de Irregularidades. Este sistema introduziu melhoramentos consideráveis no que respeita à comunicação de irregularidades pelos Estados-Membros, incluindo aqueles que o Parlamento critica no seu relatório. Os Fundos Estruturais são motivo de especial preocupação tanto para o Parlamento como para a Comissão. Esta última empreendeu acções vigorosas com vista a corrigir as fragilidades das áreas e programas mais afectados no quadro no plano de acção relativo às acções estruturais de 2008, entre as quais se incluíram um importante processo de simplificação.

Juntamente com outros comissários, o meu colega Šemeta irá desenvolver esforços no sentido de reduzir ainda mais a incidência de erros ao nível da política de coesão. A Comissão ajudará e acompanhará os Estados-Membros durante o processo de encerramento dos programas do período de 2000-2006 e procurará assegurar que os sistemas de gestão e controlo do novo período de programação produzam os benefícios esperados. Além disso, a Comissão desenvolverá actividades de ligação com as autoridades dos Estados-Membros a fim de assegurar que estas assumam plenamente as suas responsabilidades no que respeita à gestão partilhada, agora reforçada pelas novas disposições do Tratado de Lisboa.

Registaram-se progressos significativos em termos de transparência no que respeita à identificação dos beneficiários dos fundos da UE. No domínio de agricultura, o Conselho concordou que a publicação dos nomes dos beneficiários dos fundos é da responsabilidade dos Estados-Membros. A informação terá de ser disponibilizada num único sítio Web em cada Estado-Membro, em conformidade com o princípio da gestão partilhada. A fim de permitir que se forme uma ideia do panorama geral e facilitar o acesso aos sítios Web dos Estados-Membros, as ligações a esses sítios são apresentadas na página Web da Europa.

Vou agora debruçar-me sobre o OLAF. Agradeço ao relator o apoio vigoroso e explícito que manifesta ao trabalho do OLAF. O Senhor Comissário Šemeta concorda inteiramente que este organismo se deve concentrar na sua tarefa principal, a realização de investigações, embora o OLAF também tenha outros deveres importantes a cumprir, especialmente na área da prevenção de fraudes. O meu colega concorda igualmente que o OLAF deve fazer incidir a sua acção nos casos mais importantes, devendo as fraudes mais pequenas ser tratadas por outros organismos.

Em 2008, o OLAF reviu os procedimentos de acompanhamento financeiro relacionados com casos sob a sua alçada e estabeleceu limites "*de minimis*". O Senhor Comissário Šemeta tomou nota das vossas observações sobre a necessidade de o OLAF trabalhar em colaboração com os serviços de auditoria interna, com as quais está inteiramente de acordo. O OLAF e o Serviço de Auditoria Interna estão a trabalhar em estreita cooperação desde 2003. Trocam informações e realizam acções mútuas de formação específica a fim de familiarizarem os seus funcionários com questões de interesse mútuo. O OLAF está disposto a cooperar de uma forma ainda mais estreita com o Serviço de Auditoria Interna.

Relativamente aos direitos processuais, o novo manual do OLAF, adoptado em Dezembro de 2009, que foi transmitido ao Parlamento, já contém orientações completas para os investigadores do OLAF. Serão incluídas regras mais pormenorizadas relativas aos direitos processuais na proposta legislativa tendo em vista a revisão

do regulamento do OLAF. Quanto a este aspecto, a Comissão gostaria de lembrar que o documento de reflexão sobre a reforma legislativa do OLAF será apresentado ao Parlamento e ao Conselho antes das férias de Verão.

O Senhor Comissário Šemeta aguarda com expectativa a oportunidade de apresentar esse documento à Comissão do Controlo Orçamental na sua reunião de Julho. Por último, o Senhor Comissário está muito interessado em trabalhar com o Parlamento como aliado no sentido de melhorar a eficiência do OLAF e proteger melhor o dinheiro dos contribuintes da UE.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

### **Declarações escritas (artigo 149.º do Regimento)**

**Alain Cadec (PPE)**, *por escrito.* – (FR) A luta contra a fraude constitui um desafio crucial que a União Europeia e os Estados-Membros têm de enfrentar. A importância dos fundos públicos afectados no âmbito da política de coesão exige que se exerça a maior vigilância, dada a possibilidade de serem desviados para outros fins. Está em causa a credibilidade dos Fundos Estruturais entre os Europeus. Neste contexto, saúdo os esforços desenvolvidos pela Comissão Europeia e pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) para combaterem mais eficazmente a fraude. Tal como o relator faz notar, o impacto financeiro das irregularidades nas acções estruturais diminuiu significativamente. Além disso, o aumento do número de irregularidades comunicadas à Comissão é prova dos progressos dos sistemas de prevenção da fraude. É importante que a Comissão e os Estados-Membros continuem a travar esta luta o mais rigorosamente possível. No entanto, também é essencial não desincentivar beneficiários potenciais dos Fundos Estruturais com restrições excessivamente duras. A fraude intencional é uma coisa; a falta de precisão ao organizar os projectos é uma coisa totalmente diferente. Enquanto a primeira tem de ser considerada uma actividade criminosa, é importante simplificar os procedimentos a fim de limitar o impacto da segunda.

**Tamás Deutsch (PPE)**, *por escrito.* – (HU) A crise que se está a desenrolar em alguns países da zona euro é uma advertência sem precedentes aos decisores europeus para que protejam incondicionalmente os fundos públicos e as finanças da Comunidade. A economia e os mercados internacionais reagem com uma sensibilidade excepcional a qualquer medida tomada pela União Europeia, como, por exemplo, os pacotes de ajuda adoptados nos últimos dias. Economias nacionais inteiras poderão ficar em risco se a gestão da crise não for abordada correctamente a nível europeu. Por conseguinte, não estou a exagerar quando digo que os olhares do mundo estão sobre os nossos ministros das Finanças e sobre as instituições europeias. Ainda hoje, há governos de certos Estados-Membros que, ao procurarem realizar os seus interesses pessoais e funcionarem como oligarquias, conduziram as suas economias à beira da bancarrota e destruíram as perspectivas futuras dos empresários, das famílias e dos jovens qualificados. Por conseguinte, não podemos senão saudar a intenção do relator de aumentar a responsabilização dos Estados-Membros. Actualmente, esta é uma das questões fundamentais para garantir o êxito da gestão de crises. Neste período crítico, é mais importante do que nunca que haja um controlo rigoroso, a fim de acabar com a era dos governos corruptos.

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito.* – (DE) O relatório sobre a luta contra a fraude é sinal de uma evolução fundamentalmente positiva. Entre 2007 e 2008 registou-se uma redução dos efeitos financeiros negativos das irregularidades em todos os sectores. No entanto, não foi o que se passou no caso da ajuda de pré-adesão. Nesta área, os efeitos negativos aumentaram 90,6%. Neste contexto, gostaria de salientar que, desde 2002, a UE tem estado a prestar apoio financeiro aos "esforços" da Turquia no sentido da adesão à UE, concedendo-lhe montantes cada vez mais elevados de ano para ano. No período de 2007 a 2013, a Turquia receberá um montante de 4,84 mil milhões de euros. Isto acontece apesar de a Comissão saber que a Turquia não está de modo nenhum a fazer os progressos necessários no que se refere aos critérios de adesão. Mesmo assim o dinheiro continua a ser pago e os montantes são cada vez mais elevados. O último relatório especial do Tribunal de Contas Europeu afirma, além disso, no que respeita em particular à ajuda à adesão da Turquia, que o dinheiro está ser investido sem objectivos nem critérios de aferição suficientemente explícitos. Sem uma estratégia clara, o dinheiro é utilizado sem um plano específico e de uma maneira pouco construtiva. Temos de pôr termo a esta loucura.

## **27. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta**

## **28. Encerramento da sessão**

*(A sessão é suspensa às 23H55)*